



ISSN 1682-1106



9 771682 110004

RC

Revista de Cultura
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

ENCONTROS E DESENCONTROS
EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



EDITOR**Publisher**

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO**Editorial Board**

Heidi Ho, Marie MacLeod,
Luís Ferreira, Wong Io Fong,
Paulo Coutinho e Charles Lam
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR**Co-ordinator**

Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition**EDITOR EXECUTIVO****Executive Editor**

Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition**EDITOR EXECUTIVO****Executive Editor**

Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO**Graphic Director**

Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA**Graphic Design**

Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES**Color Separation**

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO**Printing**

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM**Print Run**

2000

REDACÇÃO E SECRETARIADO**Publisher's Office**

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP- Sector de Edições Periódicas
Rua Pedro Coutinho, 27 - 2º A, Macau
Tel: (853) 512280 / 5993113
Fax: (853) 592002
Email: BelindaC@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions—Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a Revista de Cultura

Subscribe to
Review of Culture



PREÇOS

Rates

EXEMPLAR AVULSO

Single Copy

Macau

MOP 80,00*

Resto do Mundo

Rest of the world

US\$ 10,00*

*Não incluindo portes de correio

Not including postage

ASSINATURA – PREÇO ESPECIAL

Subscription - Discount Price

Macau

MOP 160,00**

Resto do Mundo

Rest of the world

US\$ 20,00**

**A assinatura anual ou a compra de 4 exemplares de uma vez beneficia de um desconto de 50% do preço de capa.

Annual subscription or onetime purchase of 4 issues gives a 50% discount off cover price.

PORTES DE CORREIO

Postage

Ásia (preço por exemplar)

via aérea - US\$ 13,00

via marítima - US\$ 4,00

Ásia (price per copy)

air mail - US\$ 13,00

surface mail - US\$ 4,00

Resto do Mundo (preço por exemplar)

via aérea - US\$ 19,00

via marítima - US\$ 6,00

Rest of the World (price per copy)

air mail - US\$ 19,00

surface mail - US\$ 6,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: BelindaC@icm.gov.mo

Tel: 853-512280

Fax: 853-592002

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 11, IIIª Série, 3.º Trimestre 2004

RC, no. 11, IIIrd Series, 3rd Quarter 2004

TEXTOS

Texts

Anabela Nunes Monteiro
Ernst van Veen
George Bryan Souza
Jin Guo Ping
João Paulo Oliveira e Costa
Jurrien van Goor
Leonor Diaz de Seabra
Manel Ollé i Rodríguez
Peter Borschberg
Rui Manuel Loureiro
Wu Zhiliang

TRADUÇÃO

Translation

Aldino Dias (Espanhol-Português),
COD Consultoria, Lda.
(Português-Inglês) e
PHILOS - Comunicação Global, Lda.
(Inglês - Português e Português-Inglês)

REVISÃO

Proofreading

Luís Ferreira (Português),
Cathryn Hope Clayton,
Marie MacLeod
e T. Rex Wilson (Inglês)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

Maritiem Museum (Rotterdam)



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Com esta edição de *RC* apresentamos a primeira parte de um projecto editorial temático centrado nas relações entre as três potências marítimas europeias – Portugal, Espanha, Holanda – em Macau e na vasta região dos Mares do Sul da China no período que medeia entre o século XVI e os inícios do século XVIII.

A ideia-chave foi reunir fontes e investigadores, sobretudo destas três origens, por forma a obter uma visão comparativa do tema em análise, apresentando simultaneamente uma resenha da visão chinesa dos chamados “três mosqueteiros marítimos” (para usar a expressão de Jing Guo Ping/Wu Zhiliang). Conseguimos reunir autores de nomeada e mesmo alguns dos mais destacados investigadores da história da expansão europeia no Extremo Oriente da actualidade, quer da Península Ibérica quer da Holanda. Este primeiro número de “Encontros e Desencontros Europeus...” consiste num conjunto de peças historiográficas de alguns dos episódios mais marcantes envolvendo os interesses daquelas três potências marítimas no Extremo Oriente, ficando para o segundo (no prelo) a apresentação de uma antologia de textos coevos do objecto de estudo.

Quase todos os autores partem de um episódio ou figura históricos, muito concreto e definido, para depois o inserirem no contexto genérico.

Este foi também o “caminho” seguido por Victor Hugo Marreiros que na nossa capa, trabalhando sobre desenhos e cartografia da época, como que evoca a história destes “três mosqueteiros” marítimos. Que são quatro...

OUR COVER

This edition of *RC* contains the first part of a themed editorial project focusing on relations between three European maritime powers – Portugal, Spain, Holland – in Macao and the vast region of the South China Sea from the 16th century to the early 18th century.

The underlying intention has been to gather researchers, predominantly from those three origins, to enable a comparative view of the subject under analysis; simultaneously there is a description of the Chinese view of these so called “three maritime musketeers” (to quote Jing Guo Ping/Wu Zhiliang).

These renowned authors include some of the most prominent contemporary researchers of the history of the European expansion in the Far East, from both the Iberian Peninsula and Holland.

This first issue of “European Encounters and Clashes...” comprises a set of articles covering some of the most remarkable episodes involving the interests of those three maritime powers in the Far East, while the second issue will present of an anthology of contemporary texts relating to this topic.

Almost all of the authors begin with a concrete well-defined historical character, or episode, which is then placed in the general context.

This is also the approach adopted by Victor Hugo Marreiros in creating the cover, using drawings and charts of the period to evoke the history of these “maritime musketeers”... of whom there were actually four!

SUMÁRIO

Index



ATRIUM

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

6 NOTA PREAMBULAR / FOREWORD

编者前言

Rui Manuel Loureiro

12 THE *SANTA CATARINA* INCIDENT OF 1603. DUTCH FREEBOOTING, THE PORTUGUESE *ESTADO DA ÍNDIA* AND INTRA-ASIAN TRADE AT THE DAWN OF THE 17TH CENTURY
1603年“圣一卡塔琳娜号事件”：荷兰海盗，印度的葡萄牙政体与17世纪初亚洲贸易
Peter Borschberg

26 MACAU, MANILA E OS HOLANDESES

澳门，马尼拉与荷兰人

Rui Manuel Loureiro

35 OS JESUÍTAS E A CHEGADA DOS PROTESTANTES AO JAPÃO

耶稣会士与新教徒在日本

João Paulo Oliveira e Costa

48 MERCHANTS AS DIPLOMATS: EMBASSIES AS AN ILLUSTRATION OF EUROPEAN-ASIAN RELATIONS

外交家商人：使馆成为欧亚关系的图解

Jurrien van Goor

65 COMPROMISSOS E SUBSERVIÊNCIA. RELAÇÕES DE MACAU COM A CHINA (2.^a METADE DO SÉCULO XVII)

妥协与顺从：澳门与中国的关系（17世纪下半叶）

Anabela Nunes Monteiro

82 CHINESES, HOLANDESES E CASTELHANOS EM TAIWAN (1624-1684)

中国人、荷兰人与西班牙人在台湾

Manel Ollé i Rodríguez

99 PÊRO VAZ DE SIQUEIRA, MERCADOR E ARMADOR NOS MARES DO SUL DA CHINA

Pêro Vaz de Siqueira: 南中国海的商人和船主

Leonor Diaz de Seabra

114 DUTCH TRADE AND NAVIGATION IN THE SOUTH CHINA SEA DURING THE 17TH CENTURY

17世纪荷兰在南中国海的贸易与航海

Ernst van Veen

136 COUNTRY TRADE AND CHINESE ALUM: RAW MATERIAL SUPPLY AND DEMAND IN ASIA'S TEXTILE PRODUCTION IN THE 17TH AND 18TH CENTURIES

国家贸易与中国明矾：17-18世纪亚洲纺织品生产与原料的供求

George Bryan Souza

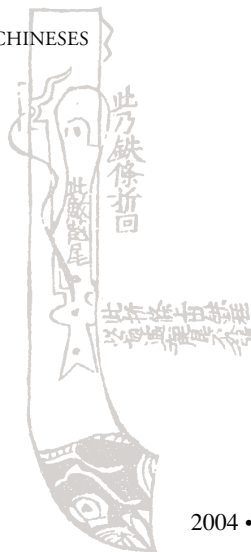
154 OS 'TRÊS MOSQUETEIROS MARÍTIMOS' VISTOS PELOS CHINESES

中国人视野中的“三个火枪手”

Jin Guo Ping e Wu Zhiliang

174 RESUMOS

176 ABSTRACTS



鳥銃龍頭式

其形所勾畫不出

架內搬鬼形

Nota Preambular

RUI MANUEL LOUREIRO*

Os portugueses foram os primeiros europeus a navegar pelo Mar do Sul da China, logo nas primeiras décadas do século XVI. A partir de Malaca, cidade portuária da Península Malaia que haviam ocupado em 1511, estabeleceram uma densa rede de contactos com os principais centros produtores e distribuidores de mercadorias de luxo do Sudeste Asiático e da Ásia Oriental. A China, evidentemente, foi um dos destinos privilegiados das navegações portuguesas, já que esta grande potência exportava produtos tão valiosos como as porcelanas e as sedas, para além de uma infinidade de outras mercadorias secundárias. Durante muitas décadas, embarcações portuguesas cruzaram regularmente os mares que se estendiam para leste do estreito de Singapura, em viagens de exploração, em missões diplomáticas, em empreendimentos comerciais. Como fruto deste intenso intercâmbio, em algumas das regiões que circundam o Mar do Sul da China surgiram feitorias portuguesas ou estabelecimentos luso-asiáticos mais ou menos duradouros. O mais célebre desses entrepostos foi certamente Macau, onde os portugueses se instalaram desde meados do século XVI, transformando o pequeno ancoradouro chinês da embocadura do rio da Pérola numa das mais prósperas e mais activas cidades portuárias de toda a Ásia marítima, graças, sobretudo, ao trato que desenvolviam com o Japão.

As notícias chegadas à Europa, sobre as lucrativas actividades a que os portugueses se dedicavam na Ásia mais longínqua, despertaram a cobiça e o engenho de potências europeias rivais de Portugal. Os espanhóis desde cedo tentaram abrir uma rota marítima para as *ilhas das Especiarias* pela via da América, em alternativa à rota do Cabo da Boa Esperança, que era monopolizada

pela Coroa lusitana. Mas só depois de 1565 conseguiriam estabelecer uma ligação regular e segura entre Acapulco e as Filipinas, arquipélago que então ocuparam muito rapidamente. E a partir de Manila desde logo moveram intensa concorrência aos portugueses de Macau, tentando estabelecer relações negociais com a China e com o Japão. Eventualmente, haveriam de estabelecer uma base temporária na Formosa, mas sem nunca conseguirem substituir-se aos portugueses de Macau como intermediários privilegiados nos negócios com a Celeste Império ou com o Império do Sol Nascente. O facto de Portugal ter sido governado pelos monarcas espanhóis entre 1580 e 1640, paradoxalmente, de nada serviu os interesses de Manila, já que a Coroa ibérica unificada defendeu intransigentemente a separação entre os domínios ultramarinos de Portugal e de Espanha.

A União Ibérica, contudo, teve consequências menos positivas para os interesses portugueses na Ásia. Nas décadas finais do século XVI, a Espanha estava em guerra aberta com a Inglaterra e com as províncias mais setentrionais dos Países Baixos, arrastando Portugal para estes conflitos inter-europeus. Ingleses e holandeses, possuidores de importantes recursos navais, lançam-se à conquista da rota do Cabo, procurando intervir no comércio de longa distância com o Oriente e tentando estabelecer bases seguras em muitos pontos do extenso litoral asiático, à semelhança do que haviam feito os portugueses. O *Estado da Índia*, vasta constelação de fortalezas e de feitorias portuguesas desenvolvida ao longo de um século, começou a sofrer os primeiros embates da concorrência europeia nos anos finais de Quinhentos, pois entre 1596 e 1600 diversas armadas inglesas e holandesas demandaram os mares asiáticos. Nos primeiros anos do século XVII, os holandeses concentraram as suas investidas no arquipélago indonésio, estabelecendo a sua base operacional em

* Doutoramento em História pela Universidade de Lisboa, é professor convidado da Universidade de Macau e investigador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (Lisboa). Actualmente, é bolseiro da Fundação Oriente.

Batávia. Mas logo alargariam as suas actividades a praticamente todo o litoral asiático, depois de entenderem, tal como o haviam feito os portugueses cem anos antes, que só uma intervenção global nos circuitos mercantis asiáticos poderia ser lucrativa. E, por toda a Ásia marítima, moveram uma oposição tenaz aos bastiões e aos interesses portugueses. Os ingleses decalcariam a mesma estratégia, tentando partilhar com outros concorrentes europeus as posições negociais no terreno asiático que até então tinham sido monopolizadas pelo *Estado da Índia*.

O Mar do Sul da China foi um palco privilegiado das interacções entre potências europeias rivais ao longo de todo o século XVII. Mas a história desses encontros e desencontros entre portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses continua a ser muito mal conhecida, sendo frequentemente objecto de visões parciais, que adoptam pontos de vista nacionalistas ou recorrem exclusivamente a fontes numa determinada língua. Razão que explica o desafio lançado pela RCI ao autor destas linhas: organizar dois números temáticos sobre a problemática dos “Encontros e desencontros europeus no Mar do Sul da China”, um deles reunindo estudos de historiadores de origens e de formações diversificadas, o outro juntando variadas fontes seiscentistas, produzidas pelos protagonistas europeus no terreno.

O primeiro dos dois números da RCI, que agora vem a lume, reúne dez contribuições especialmente produzidas por um alargado grupo de historiadores que hoje se dedicam ao estudo da presença europeia no Mar do Sul da China. Houve o cuidado de fazer apelo a alguns dos mais credenciados especialistas

internacionais. O grupo original era mais alargado, mas, como sempre sucede em empreendimentos desta natureza, diversos autores não produziram atempadamente as contribuições solicitadas. O que talvez provoque um ligeiro efeito de desequilíbrio no conjunto. Contudo, deverá ficar bem esclarecido que estes textos não pretendem apresentar uma visão global e exaustiva da história das interacções europeias no Mar do Sul da China no século XVII. De forma alguma. O desafio lançado foi bem outro: cada historiador, a partir da sua própria especialização e da sua própria sensibilidade, deveria produzir um texto que de algum modo se integrasse na temática mais genérica dos *encontros e desencontros*, no interior de um dado espaço cronológico. O resultado não desmerecerá certamente a atenção dos leitores, por várias razões complementares. Em primeiro lugar, os estudos englobados neste número da RCI abarcam um período temporal relativamente limitado, que se estende dos últimos anos do século XVI a finais da centúria imediata. Depois, todos os estudos recorrem, de uma forma ou de outra, a materiais arquivísticos, permitindo entrever a imensa riqueza e a extraordinária diversidade das fontes europeias. Em terceiro lugar, variados são os cenários geográficos explorados, que cobrem praticamente todo o espaço asiático que envolve o Mar do Sul da China, desde a Península Malaia às Filipinas e à Insulíndia, passando pelo Sião, pela China, pela Formosa e pelo Japão. De seguida, notar-se-á que todos os grandes protagonistas europeus são convocados a testemunhar, desde os portugueses, precursores de outras expansões europeias, aos espanhóis, que os seguiram de perto, e aos holandeses, os mais persistentes rivais das potências ibéricas no contexto do Mar do Sul da China seiscentista. Em quinto lugar, enfim, diversificadas são as metodologias e as abordagens a que os diferentes autores recorrem, numa demonstração clara das enormes possibilidades hermenêuticas da temática escolhida.

Os títulos dos estudos que compõem esta colectânea são suficientemente ilustrativos para transmitirem uma ideia básica dos respectivos conteúdos.

- “The *Santa Catarina* incident of 1603: Dutch freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and intra-Asian trade at the dawn of the 17th century”, de Peter Borschberg [Universidade de Singapura], discute o mais celebrado incidente do conflito luso--holandês no Mar do Sul da China, bem como as respectivas consequências, que

Macau. Gravura colorida à mão, sem assinatura, c. 1764. Cfr. p. 9.



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

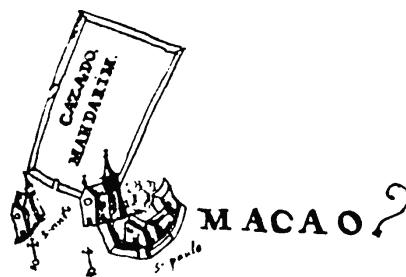
contribuiriam para a reformulação de importantes secções do direito marítimo internacional.

- “Macau, Manila e os holandeses”, de Rui Manuel Loureiro [Universidade Lusófona, Portugal], analisa o impacto global da chegada dos Holandeses nas relações de Macau e de Manila com a China.
- “Os jesuítas e a chegada dos protestantes ao Japão”, de João Paulo Oliveira e Costa [Universidade Nova de Lisboa], procura nas fontes jesuítas, confrontando-as com materiais de outra proveniência, ecos das consequências para os portugueses da chegada dos holandeses e dos ingleses ao arquipélago nipónico.
- “Merchants as diplomats: embassies as an illustration of European-Asian relations”, de Jurren van Goor [Universidade de Utrecht, Holanda], procura esclarecer as práticas diplomáticas adoptadas pelos holandeses nos seus contactos com estados asiáticos, avaliando do seu maior ou menor sucesso.
- “Compromissos e subserviência: Relações de Macau com a China (2.ª metade do século XVII)”, de Anabela Monteiro [CEPESA, Portugal], revisita um período particularmente complicado da vida de Macau, em que a cidade portuária do rio da Pérola teve de fazer face a múltiplas ameaças oriundas não só da China, onde se vivia uma agitada mudança dinástica, mas também das forças que se digladiavam na periferia do grande império.
- “Chineses, holandeses e castelhanos em Taiwan (1624-1684)”, de Manel Ollé i Rodríguez [Universidade Pompeu Fabra, Barcelona], trata das tentativas holandesas e espanholas de estabelecimento de uma base na Formosa, como forma de organizar um relacionamento regular com a China.
- “Pêro Vaz de Siqueira, mercador e armador nos mares do Sul da China”, de Leonor Diaz de Seabra [Universidade de Macau], analisa episódios da carreira asiática de um dos mais destacados membros da classe mercantil de Macau, nomeadamente a embaixada que conduziu ao Sião.
- “Dutch trade and navigation in the South China Sea during the 17th century”, de Ernst van Veen

[Universidade de Leiden, Holanda], analisa de forma global a presença holandesa no Mar do Sul da China, sublinhando a extraordinária lentidão com que os holandeses obtiveram acesso livre aos mercados chineses, apesar de todos os recursos humanos e materiais de que podiam dispor.

- “Country trade and Chinese alum: Raw material supply and demand in Asia’s textile production in the 17th and 18th centuries”, de George Bryan Souza [Universidade do Texas, Austin, E.U.A.], debruça-se sobre a orgânica de funcionamento dos tráficos regionais asiáticos, centrando-se no caso específico do comércio de uma determinada mercadoria.
- “Os Três Mosqueteiros marítimos vistos pelos chineses”, de Jin Guo Ping [investigador independente] e Wu Zhiliang [Fundação Macau, Macau], constitui uma excepção à lógica da colectânea, já que é o único estudo a recorrer a fontes chinesas, para traçar os contornos da visão chinesa de portugueses, holandeses e espanhóis.

A este número da RCI seguir-se-á um outro, que prolongará a exploração dos *encontros e desencontros europeus no Mar do Sul da China*, apresentando uma largada antologia de fontes europeias (portuguesas, espanholas, francesas, holandesas e inglesas) do século XVII, devidamente contextualizadas e cuidadosamente anotadas. Os textos escolhidos serão apresentados em português ou em inglês, devendo destacar-se a circunstância de muitos deles nunca antes terem sido divulgados em língua portuguesa. Essa selecção de fontes será acompanhada por dois estudos inéditos, um deles analisando as sucessivas fases da construção do conhecimento europeu das regiões ribeirinhas do Mar do Sul da China ao longo dos séculos XVI e XVII, o outro abordando, e contextualizando, as tentativas de assaltos holandeses a Macau que se sucederam ao longo das primeiras décadas de Seiscentos. **RC**



Foreword

RUI MANUEL LOUREIRO*

The Portuguese were the first Europeans to navigate the South China Sea in the first decades of the 16th century. From Malacca, the port-city on the Malaysian Peninsula that they had occupied in 1511, a dense network of contacts with the main centres of production and distribution of luxury items in Southeast and East Asia was established. China was, to be sure, one of the privileged destinations of Portuguese navigations given its position as exporter of such precious products as porcelain and silk as well as a whole range of secondary merchandise. For many decades, Portuguese ships regularly sailed the seas to the east of the Singapore Straits, on voyages of exploration, diplomatic missions, commercial enterprises. As a result of these intense exchanges, some of the regions around the South China Sea saw the

establishment of more or less permanent Portuguese or Luso-Asian settlements. The most famous of these outposts was Macao, where the Portuguese had settled since the middle of the 16th century transforming the small Chinese harbour at the mouth of the Pear River into one of the most prosperous and active port-cities of maritime Asia thanks, mainly, to the trade they developed with Japan.

The news that reached Europe, regarding the profitable activities of the Portuguese in far-flung Asia, awoke the envy and ingenuity of rival European powers. The Spanish were keen on opening a maritime route to the Spice Islands via America, as an alternative

* Ph.D. in History, University of Lisbon. Visiting Professor at the University of Macao and researcher at the Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (Lisbon). Currently holds a scholarship from the Fundação Oriente.

John Ogilby, "Makou", 1669. See illustration p. 7.



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

to the Cape of Good Hope route – a monopoly of the Portuguese crown. However, only after 1565 were they able to establish a regular and safe connection between Acapulco and the Philippines, an archipelago that they were quick to take over. Soon, Manila emerged as a fierce competitor with the Portuguese in Macao, attempting to establish business relations with China and Japan. In time, the Spaniards created a temporary base in Formosa although they were unable to replace the Macao Portuguese as privileged middlemen in the trade with the Heavenly Empire or the Empire of the Rising Sun. Paradoxically, the fact that Portugal was governed by Spanish monarchs from 1580 to 1640, did not serve the interests of Manila because the unified Iberian Crown maintained an unequivocal separation of Portuguese and Spanish overseas possessions.

Nevertheless, the Iberian Union brought fewer positive consequences to the Portuguese interests in Asia. In the final decades of the 16th century, Spain was in open war with England and the northern areas of the Netherlands, drawing Portugal into these inter-European conflicts. The British and Dutch, who held important naval resources, set to conquering the Cape route, seeking to interfere with the long haul commerce with the Orient and trying to establish secure outposts on the extensive Asian coast, as the Portuguese had done. The *Estado da Índia*, a vast constellation of Portuguese forts and factories developed in the course of a century, begun to suffer the first pressure from European competitors at the end of the 16th century: between 1596 and 1600 several British and Dutch armadas sailed to Asian seas. In the opening years of the 17th century, the Dutch focussed their conquests on the Indonesian archipelago, establishing their operational headquarters in Batavia. But soon enough their activities covered most of Asia's coasts following their understanding that only blanket intervention in the Asian trade circuits would be profitable – the same conclusion that the Portuguese had reached one hundred years before. All over maritime Asia, they launched fierce campaigns against Portuguese bastions and interests. The British copied this strategy attempting to share with other European competitors the business positions hitherto monopolised by the *Estado da Índia*.

The South China Sea was the main stage for the interactions between the rival European powers throughout the 17th century. But the story of those

encounters and clashes between Portuguese, Spanish, Dutch and English remains unknown for the most part, often being subject to partial views that adopt nationalistic approaches or resort exclusively to sources in only a certain language. This reason explains the challenge launched by RCI: to organize two thematic issues on the question of “*European encounters and clashes in the South China Sea*”; the first being a collection of studies by historians of diverse origins and academic backgrounds; the second a collection of several 16th century sources, from the quill of European protagonists on the field.

This first issue of RCI includes ten contributions especially produced by a wide group of historians who currently study the European presence in the South China Sea. Care was taken to invite some of the leading international experts on the subject. However, these texts clearly do not presume to present a global and exhaustive vision of the history of European interactions in the South China Sea in the 17th century. The challenge was quite different: each historian, from his own specialized angle, was asked to produce a text that would somehow fit into the general theme of *encounters and clashes*, within a given chronological period. For several complementary reasons the result will draw the attention of the readers. First, the studies in this issue of RCI, with a few exceptions, cover a relatively limited period of time, from the final years of the 16th century to the end of the following hundred years. Secondly, all the studies resort, in one way or the other, to archive materials affording a glimpse at the immense richness and extraordinary diversity of European sources. Thirdly, the geographical settings are varied, covering practically all of the Asian space of the South China Sea from the Malaysian Peninsula to the Philippines, Indonesia, Siam, China, Formosa, and Japan. Furthermore, all the great European protagonists have a say here, from the Portuguese, the forebearers of other European expansions, to the Spanish, who followed closely, and the Dutch, the most persistent rivals of Iberian power in the 16th century South China Sea context. Finally, the methods and approaches to which the different authors resort are varied, and constitute a clear demonstration of the huge hermeneutical possibilities of the theme.

The titles of the studies in this collection speak for themselves in that they convey a basic idea of the respective content.

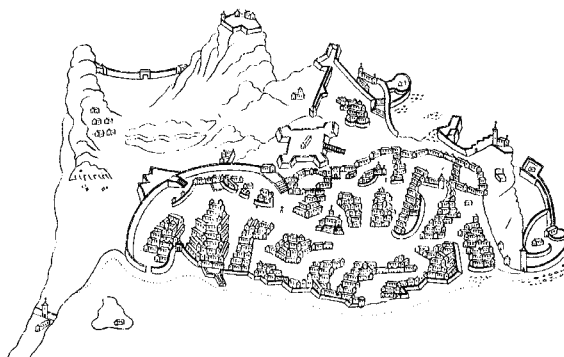
EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- “The ‘*Santa Catarina* incident’ of 1603: Dutch freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and intra-Asian trade at the dawn of the 17th century”, by Peter Borschberg [University of Singapore], discusses the most celebrated incident of the Luso-Dutch conflict in the South China Sea as well as its consequences which contributed to the reformulation of important sections of international maritime law.
- “Macau, Manila e os holandeses”, by Rui Manuel Loureiro [Universidade Lusófona, Portugal], analyses the global impact of the Dutch on the Macao and Manila relations with China.
- “Os Jesuítas e a chegada dos Protestantes ao Japão”, by João Paulo Oliveira e Costa [Universidade Nova de Lisboa], seeks echoes of the consequences for the Portuguese of the arrival of the Dutch and English at the islands of Japan, in Jesuit sources, comparing them with materials from elsewhere.
- “Merchants as diplomats: embassies as an illustration of European-Asian relations”, by Jurrien van Goor [University of Utrecht, Holland], tries to clarify the diplomatic practice adopted by the Dutch in their contacts with Asian states, evaluating the extent of their success.
- “Compromissos e subserviência: Relações de Macau com a China (2.^a metade do século XVII)”, by Anabela Monteiro [CEPESA, Portugal], revisits a particularly complex period in the life of Macao, during which the port-city of the Pearl River had to face multiple threats not only from China, which was undergoing a turbulent dynastic change, but also from the forces battling each other on the outskirts of the great empire.
- “Chineses, holandeses e castelhanos em Taiwan (1624-1684)”, by Manel Ollé i Rodríguez [Universidade Pompeu Fabra, Barcelona], deals with the Dutch and Spanish attempts to create a base in Formosa, as a way of organizing a regular relationship with China.
- “Pêro Vaz de Siqueira, mercador e armador nos mares do Sul da China”, by Leonor Seabra [University of Macao], analyses episodes of the Asian career of one of the most eminent members of the Macao mercantile class, namely his embassy to Siam.
- “Dutch trade and navigation in the South China Sea during the 17th century”, by Ernst van Veen

[University of Leiden, Holland], is a global analysis of the Dutch presence in the South China Sea, underlying the extraordinary slowness with which the Dutch ensured free access to the Chinese markets, despite the human and material resources at their disposal.

- “Country trade and Chinese alum: Raw material supply and demand in Asia’s textile production in the 17th and 18th centuries”, by George Bryan Souza [University of Texas, Austin, U.S.A.], investigates the functioning of Asian regional trading, focusing on the case of a specific item of merchandise.
- “Os Três Mosqueteiros marítimos vistos pelos Chineses”, by Jin Guo Ping [independent researcher] and Wu Zhiliang [Macao Foundation, Macao], constitutes a logical exception to this collection, as it is the only study which resorts to Chinese sources to draw the outline of the Chinese vision of the Portuguese, the Dutch, and the Spanish.

This issue of RCI will be followed by a second one which will extend the exploration of the *European encounters and clashes in the South China Sea*, presenting a broad anthology of European sources (Portuguese, Spanish, French, Dutch, and British) of the 17th century, in due context and carefully annotated. The choice of texts will be presented in English or Portuguese. Many of them have never been available in Portuguese before. This selection of sources will be followed by two original, unpublished studies: one analysing the successive stages of the European knowledge of the coastal regions of the South China Sea throughout the 16th and 17th centuries; the other providing a context for the Dutch attempts on Macao that took place during the first decades of the 17th century. **RC**





The *Santa Catarina* Incident of 1603

Dutch Freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and Intra-Asian Trade at the Dawn of the 17TH Century

PETER BORSCHBERG*

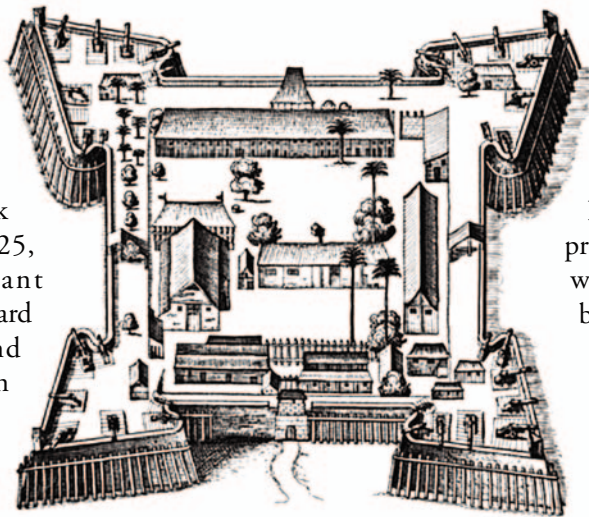
WHAT WAS THE *SANTA CATARINA* INCIDENT?

The “*Santa Catarina* incident” emerged as a milestone in seventeenth-century colonial expansion and in the history of international law. The Portuguese-flagged 1400-ton carrack was outbound from Macao en route to Malacca and Goa when it was attacked and seized by Dutch Admiral Jakob van Heemskerck off Singapore on February 25, 1603.¹ According to extant reports, the ship carried on board seven hundred *soldados*, and scores of merchants, women and possibly children. The loss of this ship and cargo dealt a serious blow to the merchant community of Macao. Brought back to the Netherlands as a prize of war, the carrack’s merchandise yielded at public auction the staggering sum of about three and a half million florins. At the time, this was equivalent to one half of the paid-in capital of the Netherlands’ United East India Company (VOC), established in 1602, and more than double

that of its English counterpart, the Honourable East India Company (EIC), founded in 1600.

The “*Santa Catarina* incident,” as it has been called in several recent publications,² is of special interest not only to historians of Asia, but also to researchers concerned with the history of political thought and the genesis of modern theories of international relations. This is because its wider repercussions entailed far more than the seizure of a Portuguese-flagged carrack as a prize of war. It emerged as an event with truly international and broad-based implications, acting, as some scholars contend, as a cornerstone for the events that were to unfold within the first two decades of the seventeenth century. The seizure of the *Santa Catarina* marks the first major incident in which the Dutch, either under the VOC or any of its legal

predecessors, seized a Portuguese merchant vessel in the waters around the Singapore Straits, the Karimons, Pedra Branca or the waters south of Tioman Island. As history would clearly demonstrate, this region near the south of the Malay peninsula emerged as one of the preferred locations for the Dutch to prey on inbound Lusitanian vessels from Macao, Japan, CochinChina, Macassar and Borneo.



Fort Nassau, Banda Islands. From I. Commelin, *Begin ende Voortgangh...*, Amsterdam, 1646.

* Associate Professor, Department of History, National University of Singapore.

Professor Associado na Universidade Nacional de Singapura
(Departamento de História).

Battle between the Dutch and Portuguese fleets, near Bantem, 1601.
Engraving by Claes Jansz (Maritiem Museum, Rotterdam).

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

The “*Santa Catarina* incident” made VOC directors and the regents of the Dutch Republic cognizant of how profitable policies of freebooting and despoiling the enemy could be; it also raised their awareness of the *Estado da Índia*’s geographically conditioned vulnerabilities.³ The Singapore Straits had long been perceived in Macao, Malacca and Goa as one of the weaker – if not the weakest – link in the intricate networks of trade that spanned the far-flung *Estado da Índia*.⁴ But the arrival of Northern European competitors in the waters of insular Southeast Asia, coupled with the “*Santa Catarina* incident” of 1603, placed considerable pressure on the Viceroy to step up security in the Straits. Should he fail in this, the *Estado da Índia* would not only be placed on the defensive, but would be severed in two: for if the Dutch successfully secured the Singapore Straits, they could impose a stranglehold on Portuguese traffic, trade, and revenue. Lusitanian officials were painfully aware not only that it was necessary to formulate a new forward-looking policy for the Singapore Straits, but also that the period of relative peace and tranquillity they had enjoyed since the destruction of Johor Lama (“Old Johor”) had drawn to a definitive close.⁵

This awareness that the Singapore Straits represented a potential Achilles heel in the *Estado da Índia*’s maritime security provides the immediate historic context not only for the carrack’s seizure, but also for the legal defence of this seizure by Dutch juriconsult Hugo Grotius (Hugo de Groot), who is frequently upheld as the “father of modern international law.” As a young man of twenty-two, Grotius wrote an apology legitimizing Heemskerck’s recourse to violence. This defence gave Grotius the opportunity to contend and familiarize himself with pertinent legal issues surrounding trade, war, peace, the taking of plunder from the enemy, and access to ports and emporia around the globe, and furthermore to explore key dimensions of international alliances and treaty-making. In his lifetime, only one chapter of this substantial legal work was published, anonymously, as *Mare Liberum – The Freedom of the Seas, or the Right which Belongs to the Dutch to Participate in the Indies’ Trade* (1609) – but the main body of the Latin text remained unknown until its rediscovery in the 1860s.⁶ Since this date, research has conclusively proved that a substantial portion of the legal parameters worked out in this earlier apology for

the *Santa Catarina* incident was subsequently incorporated into his *De Jure Belli ac Pacis Libri Tres* [Three Books on the Law of War and Peace], 1625, the work that is remembered in modern times as Grotius’ most outstanding contribution to international law and jurisprudence.

The present article revisits at a microscopic level, the events of the “*Santa Catarina* incident,” presenting them against the backdrop of recent research completed by Martine van Ittersum in her excellent doctoral dissertation submitted to Harvard University in 2002 and published in a meticulously researched article in the *Journal of Asian Social Sciences* in 2003.⁷ On the basis of both Dutch- and Portuguese- language material, the incident shall be placed within a broader context of Luso-Dutch rivalry in the Malay world—more specifically, in the Singapore Straits and Malacca. It shall be shown in this context that the seizure of the *Santa Catarina* acted as an important trigger for several decisions made by the *Estado da Índia* and by the nascent VOC. Security for inbound shipping from China, Japan, Macassar and Timor became paramount for the Portuguese. Apart from beefing up forts and fleets, they developed a forward-looking policy for Southeast Asia that combined effective diplomacy and military muscle. What also becomes very apparent in the course of the present account is how important the Macao merchants really were to the *Estado da Índia*, how deep into Southeast Asia their networks of trade extended, and how, despite suffering a number of severe setbacks as a result of VOC freebooting, they managed to recuperate from these blows with amazing agility and perseverance.

THE “*SANTA CATARINA* INCIDENT”

The unexpectedly poor business prospects and dearth of cargo encountered by Heemskerck after his arrival in Asia in 1602, together with his discovery that seventeen Dutch sailors had been executed at the hands of the Lusitanian authorities in Macao, led the Admiral to adopt a downright hostile disposition towards the *Estado da Índia*.⁸ He was deeply suspicious that Portuguese officers had conspired with several Southeast Asian princes to close Dutch factories, confiscate their goods, and bring these Northern European interlopers to “justice.” More significantly perhaps, his efforts to source cargo proved futile. In

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Patani on the Gulf of Siam, an earlier visit by his Dutch compatriot van Neck had depleted the Malay port-polity's ready supply of pepper for the current trading season.

With the intention of heading for the Banda Islands, whose inhabitants had suffered earlier that year at the hands of Admiral Furtado de Mendonça's might and arms, Heemskerk hoisted sail in Patani on 16 November 1602. He set course for Tioman, an island and navigational landmark along the eastern board of the Malay Peninsula.⁹ This was at the beginning of the South China Sea's monsoon season, and it is during this period that Portuguese carracks outbound from Macao and Japan would skirt the coast of modern Vietnam, cross the Gulf of Siam between Pulau Condor and Tioman, and then continue their voyage through the Singapore Straits and on to Malacca. This location had been recommended to Heemskerk in Patani by Raja Hijau, the ruling Queen of Patani, and by a Johorean prince, commonly known from the sources as Raja Bongsu, the younger (half-) brother of Johor's ruling monarch, 'Alauddin Riayat Shah III.¹⁰ Ittersum explains that an earlier intervention with the ruler of Demak to free Johorean captives and cargo endeared Heemskerk to the Johor royals, paving the way for a budding relationship that thrived in the opening decades of the seventeenth century on plundering Portuguese mercantile shipping.

Anchored off the coast of Tioman, Heemskerk convened his ship's council (*breede raad*), and, with the unanimous consent of his officers on December 4, 1602, resolved to attack the Portuguese China fleet.¹¹ After all, Portugal (together with Spain) was at war with the Dutch Republic, and obtaining cargo had so far proven extremely difficult. Time was now working against the Dutch admiral and his men.

The wait off Tioman lasted longer than the twenty days originally anticipated. Residents of the island informed the Dutch that a Portuguese carrack had passed as recently as February 18, 1603, but Heemskerk apparently ignored this news until receiving more concrete information from a passing Johorean *prahu*. The Malay sailors on board spoke of a carrack they had passed on the open sea only a few days earlier, and advised the admiral to await the arrival of the Portuguese China fleet in the Singapore Straits. Since it was necessary for the ships to sail very close to shore through the Straits, this location was infinitely better

suited to intercept and capture ships than the open waters around Tioman.

Heemskerk heeded this suggestion and arrived at the Johor River estuary to the East of Singapore Island on February 24, 1603, hoping perhaps to catch up with that earlier carrack. But here he was informed that the ship had passed through the treacherous Singapore Straits without incident just five days earlier. Coincidence or perhaps luck would have it that at dawn on the following morning, February 25, Heemskerk and his men spotted the *Santa Catarina* riding at anchor.¹² The 1,400-ton carrack, which, according to extant testimonies, was outside the protective company of other ships, was taken under fire in an exchange that began at sunrise and continued for many hours of daylight. The two Dutch ships, the *Witte Leeuw* (White Lion) and *Alkmaar*, shot through the sails of the carrack in a well-chosen strategy to immobilize the vessel and spare its cargo from damage. Portuguese documents that touch upon the incident explain that the soldiers aboard the *Santa Catarina* experienced serious difficulties in returning fire, not least because of all the commotion and confusion aboard the packed vessel involving women, possibly children, merchants and other non-military personnel. The early seventeenth-century historian Emanuel van Meteren further blamed the problems of the Portuguese on the crude weaponry the carrack carried, and on the superior design of the Dutch ships, which were more manoeuvrable and presented a much smaller profile as they sat lower in the water.¹³

Dutch sources emphasize the fact that throughout the course of the hostilities that day, a member of the Johor royal family was on board Heemskerk's flagship. De Bry's *Indiae Orientalis Pars Octava* [Part Eight of the Voyages to the East Indies], 1607, as well as François Valentijn in his *Oud en Nieuw Oost-Indiën* [Old and New East India] identify specifically the presence of Raja Bongsu aboard Heemskerk's flagship, the *Witte Leeuw*, but a petition by the Admiral to the Netherlands' States-General as well as Hugo Grotius, claim that the occasion was graced by none other than King 'Alauddin himself, in the company of Johorean *orang kaya*.¹⁴ Their presence was later used by Grotius, in his legal defence of the seizure, to argue that the *Santa Catarina* was despoiled under the direct auspices and express consent of the Johor monarch.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



VOC ships off Batavia.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

By the time evening fell, the carrack had suffered extensive damage from shots and fire, and was leaking dangerously. Unable to manoeuvre, the ship was drifting toward rocky shores. Given the strong tides in the Singapore Straits, as well as the shoals and reefs that dotted its waters, it is likely that the *Santa Catarina* was helplessly adrift off the eastern coast of the island of Singapore. There was a real threat that, if action were not taken promptly, both ship and cargo would be lost to the sea. The Portuguese captain of the carrack, one Sebastião Serrão, and the *soldados*, now counting seventy casualties, surrendered by showing a white flag. On spotting this, Heemskerk dispatched a sloop to the besieged carrack. It was agreed by negotiation that ship and cargo would be forfeited in return for sparing all the lives and granting unimpeded passage of the surviving crew and passengers to the Portuguese-held port of Malacca. Meanwhile the carrack's load was lightened and the most valuable portion of the ship's cargo brought to safety by transferring a substantial portion of the porcelain, sugar, silks and precious woods, such as *pao d'aquila* (eagle wood), to the two Dutch ships.¹⁵

THE IMMEDIATE AFTERMATH

Extant documents from the Portuguese side reveal that Heemskerk did indeed live up to his end of the agreement, bringing all the survivors to Malacca. Anchored near one of the islands off the coast of the Portuguese-held fort (identified in one source as the *Ilha Grande*), Heemskerk kept Captain Serrão and a Catholic Priest, Friar António, as hostages on board, and exchanged a series of letters with the Lusitanian authorities on shore. In a letter drafted on March 9, 1603, by Paulo Mendes de Vasconcelos, and co-signed by members of Malacca's city council, the officials were evidently following protocol when they thanked the Dutch admiral, in a language atypically plain and unusually unpretending for its age, for keeping his word. No sooner had the magistrates fulfilled their unceremonious epistolary rendering of thanks, they intimated to the admiral that he was extremely fortunate to have encountered this richly laden carrack from China, and that it had fallen into their enemy hands through a "secret and unknown judgment of God."¹⁶

That very same day in March, the Captain-Major of Malacca, Fernão d'Albuquerque, a man of great

ancestry who would eventually assume the position of Viceroy of India, wrote a letter to Heemskerk, extending his gratitude and dwelling particularly on the question of why the Dutch admiral had had such good fortune when he attacked and later seized the *Santa Catarina*. The presence of so many non-military personnel, he said — such as women, merchants, and other "useless persons" (perhaps a reference to children, among others) — had seriously hampered the Portuguese ship's efforts to return fire. Their presence, Albuquerque openly admitted, had proven to be a serious impediment during the attack. Fortune was doubly on the side of Heemskerk, in that he had not happened to encounter any vessels of the Portuguese fleet; for had he, Albuquerque sternly assured, the vessels of his armada would have "made a difference."¹⁷

It would appear that Albuquerque was also aware of the longer-standing motives behind the attack, specifically the fate of those seventeen Dutch mates of van Neck's fleet who were executed by drowning in Macao. Albuquerque expressed his regret about the incident, especially the inadequate grounds upon which the atrocity was committed. He underscored that the person responsible had been apprehended and was awaiting execution. It is at this juncture that the Captain-Major proceeded to request a favour of Heemskerk that in many ways does not befit the tone of the letter and the occasion. He asked Heemskerk to intervene with Johor's King 'Alauddin and also with the Raja Bongsu to negotiate the release of hostages (who had been taken from an inbound junk from Macao) held in Johorean captivity, and to secure their safe passage to Malacca. Judging from a second letter written by Albuquerque to the Dutch admiral, dated March 26, 1603, it would appear that these "Christian" hostages taken by the Johoreans "under the pretext of peace" were still not free. Albuquerque reminded Heemskerk that he was making no demands for "restitution of the junk" and its cargo, only for the "Portuguese and Christian" hostages. To better pave the way for negotiations with the Johor royals, Albuquerque declared that he would entrust Heemskerk with two envoys, whom he named as Philip Lobo and Peter Mascarenhas.¹⁸

Certainly the most moving communication reproduced by De Bry in his *Indiae Orientalis Pars Octava* is a letter dated March, 24, 1603,¹⁹ written by

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Captain Sebastião Serrão and addressed to Admiral Heemskerck. It is through this testimony that the captain's humanity and the personal tragedy he suffered in the "*Santa Catarina* incident" are brought to light. Serrão expresses his profound regret that mere words were the only means at his disposal to thank Heemskerck for sparing his life—for, as one reads further, the captain had lost everything. Relieved of his cargo, in which he had doubtlessly invested a good chunk of his personal wealth, his only remaining possessions were the clothes he was wearing, and even these, the broken captain laments, were now torn to shreds after the assault on his ship. Serrão humbly beseeches Heemskerck to send him "a piece of felt" from which he could sew new clothes for himself. He would take this, the letter assures, as a token of friendship, as alms, and in memory of the pitiful state in which he had been captured and later set free.²⁰

MALACCA RETALIATES

With the seizure of the *Santa Catarina*, one of the "richest" cargos to leave China in many years, the merchant community of Macao is estimated by Charles Boxer to have suffered losses in the amount of one *conto de oro* (one million cruzados).²¹ These were heavy losses that would take time to recoup, and involved a sum of money that most certainly could not be ignored. Security in the Singapore Straits and Malacca had long been an issue – and a costly one at that for the *Estado da Índia*. Much of the territory surrounding these two navigational lanes were controlled by Johor, a kingdom seen by many in the Malay world as the rightful and moral successor of the Malacca sultanate which had fallen to the Portuguese in 1511. Given this status, as well as its geographic proximity to Malacca, it can scarcely surprise that Luso-Johor relations were volatile, and, even in the "best" of times, seriously strained. In the aftermath of the *Santa Catarina* incident, it was clear that the Dutch presence in, and friendship with, Johor was not only undesirable, but a serious strategic and commercial threat indeed, one that must be stifled in its infancy.

In the early autumn of 1603 the seasoned admiral André Furtado de Mendonça assumed the reins of authority from Fernão d'Albuquerque as Captain-Major of Malacca and its dependencies. The change of Portuguese political leadership in the

aftermath of the *Santa Catarina* incident was used by Furtado de Mendonça to launch an "offensive" on the Kingdom of Johor: on the diplomatic front, the new Malacca leadership pressured the monarch and his younger brother to sever their friendly ties with the Dutch. These overtures were clearly rejected by the Johor court. Against the backdrop of Johor's determination not to yield to Malacca's pressure, toward the beginning of the monsoon season in the South China Sea, Furtado de Mendonça dispatched Estêvão Teixeira de Macedo and an armada of about forty vessels to impose a naval blockade on the Johor River.²² The purpose of this move was essentially twofold: to punish the Johor monarch who hosted the Dutch and allied with them to plunder Portuguese mercantile vessels, and to provide enhanced protection for inbound shipping from Macao, Japan and Macassar. Officials in Malacca were on their toes and sought to avoid at all costs a repeat of the *Santa Catarina* incident during the new China trading season of 1603-1604.

It was in late September 1603 that the Dutch Vice-Admiral Jakob Pietersz van Enkhuysen arrived in the Singapore Straits and learned of the Portuguese riverine blockade. Responding to pleas by the Johor monarch and Raja Bongso for help, he engaged the armada of Teixeira de Macedo in an exchange of fire over the course of two days. The initial excitement expressed by the Johor royals over the expected end to the blockade quickly waned, as the remains of the Portuguese armada regrouped in the Singapore Straits once Pietersz and his three ships set sail for the port of Patani in mid-October, 1603.²³

According to extant testimonies, the siege of Johor's upstream cities reached a new zenith in the opening weeks of 1604. Furtado de Mendonça had launched a major campaign that saw Johor Lama burned to the ground for the second time in less than two decades,²⁴ and vessels of the Portuguese armada coming within uncomfortably close reach of the upstream royal residence and capital Batu Sawar. As security issues were at the forefront of his concerns, Malacca's captain-major invited the Eurasian engineer and scientist Manoel Godinho de Erédia to accompany the campaign against Johor. It is on this occasion that Erédia inspected sites on which to build a fort or citadel, including at Johor Lama, and also penned several astonishingly detailed maps of the Singapore Straits

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

and the Johor River estuary. The construction of the fort at Johor Lama was evidently not pursued any further, but Erédia, with Portuguese backing, ultimately built one at the mouth of the Muar River on the south-western coast of the Malay Peninsula. Its purpose was presumably to provide protection for passing vessels, and also to guard the entrance to the Muar River, which at the time still served as an important trans-peninsular trading artery. A drawing of this triangular-shaped fort, constructed not of stone but presumably of wooden palisades (like most Malay fortresses), is found among Erédia's papers, presently lodged with the Royal Library in Brussels.²⁵

Despite the earlier setback of the *Santa Catarina* incident, Furtado de Mendonça's campaign against Johor and the founding of the fort at Muar in 1604 mark a revival in Portuguese Malacca's regional standing and prestige. But subsequent events—especially the confluence of further setbacks—stretched Malacca to its limits, financially, militarily and also in terms of morale. The Dutch stepped up their attacks on Portuguese posts in the Moluccas; the fort of *Nossa Senhora da Anunciada* on the island of Ambon fell to the Northern European “intruders” in February 1605.²⁶ The serious problems experienced in this part of the archipelago may explain, to some extent, why the first escort squadron arrived later than usual for the new trading season 1604-1605 in the waters around the Johor River estuary and the Singapore Straits.

Anticipating Dutch attacks in the Johor River estuary, Malacca mustered all available naval support in late February 1605 and dispatched an armada comprising seven galleons, thirty bantins, twenty

foists and ten Javanese champans through the Singapore Straits under the personal command of Furtado de Mendonça. It appears from documentary evidence that the captain-major of Malacca was very confident of his imminent victory over Johor and issued written threats to the king and Raja Bongsu. The seasoned commander boasted that should his military enterprise fail, he and the residents of Malacca would gladly pay tribute to the Johor king.

This was probably an act of hubris committed in the heat of confrontation. While one cannot possibly claim that the captain-major actually lost the campaign, neither did he succeed in his basic ambitions. After consuming much precious gunpowder and ammunition, and suffering many casualties, the Portuguese abandoned their siege of Batu Sawar. The Johor capital was well-provisioned and protected by thick palisades. The captain-major not only lost time, men and opportunities, he also lost credibility. This futile siege of Batu Sawar and the Portuguese presence in the Straits failed to

deter the vessels of Admiral Wijbrand van Warwijk from stepping up Dutch freebooting activities around the southern tip of the peninsula and the nearby Riau Archipelago. The crew of the *Vlissingen* succeeded in capturing a Portuguese-flagged vessel off nearby Pedra Branca that was inbound from Cochin-China with a cargo of rice, textiles, *palo d'aquila*, camphor, benzoin, and six pieces of artillery. Further prizes followed in these waters, including a junk loaded with provisions heading to Malacca and a craft inbound from the island of Solor (near Timor) that was loaded with about 16.7 metric tons of white sandalwood, as well as sea-turtle shells.²⁷



Theodore de Bry, Johor.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

THE “*SANTO ANTÓNIO* INCIDENT”

The greatest loss to the Portuguese merchant fleet in this trading season was doubtlessly the *Santo António*. This carrack was undertaking the voyage together with a second vessel, belonging to João Caiado de Gamboa, that had departed the Portuguese-controlled port of Hirado in November, 1604, and was reportedly “richly laden” with silver from Japan. This silver was in payment for the substantial cargo of silks sold in Japan that year, and this not only brought in “very fat profits” for 1604, it also wiped out much of the debt left behind from the earlier loss of the *Santa Catarina* to Jakob van Heemskerck two trading seasons earlier. For their voyage through the treacherous, hostile and pirate-infested waters of the South China Sea and the Singapore and Malacca Straits, the two merchant vessels were under armed escort of a galleon of the Portuguese crown.²⁸

According to extant reports of both Portuguese and Dutch origin, the merchant fleet experienced stormy weather in the course of which the *Santo António* lost its helm off Pedra Branca. Given that the ship was now seriously damaged and almost impossible to manoeuvre, on February 17, 1605 she sailed into the port of Patani, in the Gulf of Siam. The other vessels of the merchant fleet, including Caiado de Gamboa’s silver ship and the Portuguese escort galleon continued their onward journey to Malacca, where they arrived safely. But the *Santo António* was left behind in the port of Patani for repairs. Raja Hijau of Patani and her royal councillors, whose favourable or at least indifferent disposition toward the Lusitanian merchants had been turning sour since 1602, consented to Admiral van Warwijk’s seizure of the distressed *Santo António* in the port of Patani. The crew of the ill-fated carrack was aware of its fate when on March 26, 1605, they first pledged to defend ship and cargo to the last drop of their blood. That very same evening the ship’s mates were ferried to shore, leaving the *Santo António* and its cargo (appraised at 80,000 cruzados at cost) in the hands of the enemy. The ship was taken without one casualty or a single shot fired!²⁹

The fate of the *Santa Catarina*, the *Santo António* and other vessels of the Lusitanian merchant fleet between 1603 and 1605 in the waters around Singapore

and Tioman was symptomatic of the Dutch company’s objective to inflict the maximum possible damage on the Portuguese and Spanish possessions and their respective networks of trade. Freebooting and plunder – the attack and seizure of (preferably Lusitanian) merchant vessels whenever and wherever possible, sanctioned by the law of war – not only gave a boost to the VOC’s ailing bottom line, it was probably more widespread and significant than some modern historians of the Dutch company would venture to admit. The *Santa Catarina* and the *Santo António* incidents represent what in modern media jargon would be dubbed “headline news” — well-publicized events — but there were many other incidents that have long been forgotten. Victor Enthoven, in his seminal study *Zeeland and the Rise of the Republic*, estimates that in the first two decades of the VOC’s corporate life alone, anywhere between 150 and 200 vessels of all sizes and nationalities were attacked and taken in the East Indies in acts of freebooting.³⁰ That is a substantial number by any calculation!

The change of Portuguese political leadership in the aftermath of the Santa Catarina incident was used by Furtado de Mendonça to launch an “offensive” on the Kingdom of Johor

The year 1605 not only marked the loss of Ambon to the Dutch, it also registered what were at that point the most substantial losses to Lusitanian mercantile shipping on record. Furtado de Mendonça lamented that there was simply no end in sight to the intolerable conditions faced by the friendly merchant communities not only of Malacca, but also Macao. No doubt, the Portuguese had their own webs of informants to detect any suspicious developments in the region, and would have been alerted by their sympathizers at the court in Johor — among whom we find notably the leading officials such as the Bendahara

Fortress of Muar, in Manuel Godinho de Erédia’s *Declaração de Malaca*.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

and Laksamanna – that the Johoreans were planning a joint offensive on Malacca together with the Dutch. They were expecting the worst, and by the closing weeks of 1605 efforts were already well under way to upgrade the fortifications in Malacca to withstand a future siege. This siege came in the following year with the arrival of Dutch Admiral Cornelis Matelieff de Jonghe.³¹

Extreme vigilance was also extended to Macao's and Malacca's networks of trade in the region. Paulo Pinto reports in his book *Portugueses e Malaaios* that from early 1606—that is, from the beginning of the new trading season with China following the *Santo António* incident—Malacca stepped up its patrols of the waters around the peninsula to protect inbound vessels from Macao.³² These heightened security efforts focused on freebooting hotspots, such as the Singapore Straits and the sea between Pedra Branca and Tioman.

But despite these efforts at protecting inbound merchant shipping from China and Japan, business sentiment in Malacca reached alarming lows by the opening weeks of 1606. According to a letter of February that year, cited by Paul Anton Tiele, “a Malay merchant from Palembang who made a voyage to Malacca” reported that there were only “a few or no soldiers” stationed in the city, but that “more than two hundred of them” had been dispatched to the Johor River estuary. He further underscored that the *casados* of Malacca did not venture out to sea for fear of the freebooting *ingresen* (English). Perhaps he confused them with the Dutch or just simply could not keep the two straight. Still, the business mood in the Lusitanian-held city was reportedly so depressed that foreign merchants were leaving town and the *casados* of Malacca were not engaging in trade, but trying to eke out a meagre subsistence from farming.³³

EPILOGUE

After the unsuccessful 1606 Dutch assault on Malacca, many of the basic parameters that would characterize relations between the European and Asian powers in and around the Malay Peninsula, as well as the trading networks established with Macao, would endure for another three and a half decades. It was only around 1640 that new but meaningful shifts would alter the Portuguese trading world in Macao,

first with the loss of the Japan market in 1639, and in the following year with the fall of Malacca to the Dutch.

After the *Santa Catarina* incident, the Singapore Straits emerged as the prime location for the Dutch to prey on Portuguese-flagged mercantile vessels inbound from Japan and Macao, or to impose naval blockades in an attempt to sever all trading links between Malacca and Macao. The Portuguese responded swiftly to these challenges by opening up new trade routes, both on land and at sea. Erédia's fort at the Muar River estuary served not only to monitor maritime activity in the Straits of Malacca, but significantly also protected the important trans-peninsular trade route. This route followed the branches of the Muar and Pahang rivers, which are separated only by a relatively narrow land bridge far inland, known as the *Penarikan*, where smaller barges would be “dragged” (or more accurately “portaged”) across the land from one river to the other.³⁴ Whenever Dutch ships scoured the waters of the Singapore Straits, Portuguese agents stationed on the provisioning island of Tioman could give Lusitanian captains and merchants timely warning; in response, these latter could have their craft and cargo routed to the port of Pahang (*Pam*, *Pão*) for unloading and transshipment to Muar. Of course this arrangement required an effective engagement with Pahang court officials, whom the Portuguese generously cultivated with one eye cast at their two neighbours, the Johor-Riau Empire and Patani, both of whom Pahang (unusually) acknowledged as its “overlords” in the opening years of the seventeenth century.

To avoid the Singapore bottleneck, the Portuguese also succeeded in charting new maritime routes through the sprawling Riau Archipelago, thus enabling traders to evade periodic Dutch naval blockades imposed in and around the Straits. The most important of these new maritime routes can be found on some maps as the *Derrota de N. Senhora de Conceição*, the discovery of which is ascribed to one Pedro Bertolo in 1633.³⁵ This route skirts the southern shores of Bintan, Galang, Rempang and Batam that are all situated to the south of the traditional Singapore Strait. The following Dutch-language account extracted and translated from the *Daghregister Batavia* [Daily Record of Batavia], entry for April 17–22, 1633) gives a moving testimony to the courage

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



and determination of the Macao traders, and the real dangers not only of being pursued by Dutch squadrons, but also the vital necessity of finding reliable pilots to guide ships through the treacherous waters of the Riau Archipelago:

“Item, our [people] have learnt from a Malay of [the island] of Bintan that four Portuguese navettes arriving from Macao took their passage through the islands and shoals of Bintan, for fear of encountering our cruising cutters. Our people being advised of this pursued these craft with the entire fleet through the aforementioned islands and shoals, and also used as their guide the aforementioned Malay not only because he possessed good knowledge of said islands and shoals, but also because his father (whom the Portuguese used as their pilot) promised to delay the aforementioned Portuguese navettes from getting through the islands and shoals until our ships arrive... When the Portuguese discovered that [our ships] were closing in on them, and realizing that they were too weak to withstand our might, they set fire to their navettes which were loaded with all sorts of flammable materials and fireworks, without being able to salvage anything in particular, except the ready gold. The ships burned so furiously that neither our men nor the natives of the aforementioned islands (who plundered the vessels

and walked away with great booty) were able to extinguish the flames.”³⁶

On the diplomatic front, the Portuguese scored a series of successes with the Johor-Riau Empire. Luso-Dutch rivalry in Johor, where both European parties entertained their respective “cliente” among the *orang kaya*, effectively split the interests at the court down the middle, with the King and Raja Bongsu supporting the Dutch, and the Bendahara and Laksamana siding with the Portuguese. Temporary neglect of the Johorean cause by the Dutch was skilfully and successfully exploited by Malacca to strengthen their cause at the court, a strategy that bore the fruit of a Luso-Johor peace agreement signed in October 1610. Rumours, however, were rife in Dutch circles as early as 1606 that a Luso-Johor peace deal was in the offing.³⁷ Although that particular treaty met with the disapproval of the Viceroy in Goa, Rui Lourenço da Távora, and despite the Acehnese invasion that had as one of its main objectives the removal of Johor from the orbit of Portuguese interests, relations between the two neighbours were not as sour as many sources (especially Dutch ones) would have modern readers believe. Dutch Batavia in the 1620s had to caution its Johorean ally against trading extensively with Portuguese Malacca, and when, in 1620, the news made the rounds in the famed city of trade and spices that a large Dutch fleet was approaching, the city officials of Malacca offered the king of Johor the handsome fee of four *bahar* of gold (725 kilogrammes of unspecified purity) to buy or “lease” all of his cannons. This episode can be taken as clear evidence that Portuguese Malacca was sufficiently comfortable “doing business” with Johor; but, unfortunately for Malacca, this offer was turned down.³⁸

Last but certainly not least, the persistent plundering by the Dutch in the Singapore Straits and adjacent waters virtually cut Macao off from the rest of the *Estado da Índia*. This, as Roderich Ptak has succinctly argued in his seminal article “Outline of Macao’s Economic Development, circa 1557-1640,” drove the merchants of the enclave by default into greater but dangerous dependency on their trade with Japan.³⁹ When the “Land of the Rising Sun” closed its doors to Portuguese traders in 1639, the merchant community of Macao faced the daunting prospect of reinventing itself. With the hindsight of history, we know that they rose to the challenge. **RC**

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

NOTES

- 1 See the rare pamphlet entitled *Corte ende sekere Beschryvinghe*. Hard copy was consulted at the University Library, Amsterdam. The title page of this pamphlet depicts the three ships of Heemskerck attacking the *Santa Catarina*.
- 2 Cf., for example, Cruysse 1991: 57-60.
- 3 On the role of the *Santa Catarina* incident in formulating a "freebooting strategy" in the early VOC, cf. particularly the account in Veen 2000: 190-191.
- 4 Cf., in particular, Borschberg 2003b: 55-88; for the broader picture, see also Meilink-Roelofs 1962: 60-170.
- 5 Cf. specifically also the "Consulta" of February 7, 1607 in Luz 1952: 462; also Lobato 1999: 200. On the taking of Johor Lama, cf. in particular the extensive account provided by Diogo de Couto, in Couto 1903: 123 et seq.
- 6 Hugo Grotius, *Mare Liberum sive de iure quod Batavis competit ad Indicana commercia dissertatio*, or "The Freedom of the Seas or Dissertation on the Right which belongs to the Dutch to participate in the Indies Trade." This treatise, published anonymously in 1609, was attacked by Seraphim de Freitas in his *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico* (1625), or "On the Rightful Asian Empire of the Portuguese," a publication which Grotius himself thought to be learned and worthy of a reply. For a modern bilingual Latin-Portuguese edition of this important work, see Freitas 1983.
- 7 See Ittersum 2003.
- 8 For further background on this, see also Tiele 1882: 192-196.
- 9 Tiele 1882: 196.
- 10 Ittersum 2003: 518.
- 11 Ittersum 2003: 520.
- 12 Tiele 1882: 196.
- 13 Meteren n.d.: fol. 148 recto.
- 14 De Bry, 1607: 86; Hervey 1885: 128; Grotius 1964: 203.
- 15 See Ittersum 2002: 51 et seq.; also Tiele 1882: 196.
- 16 See Grotius 1964: 385.
- 17 Grotius 1964: 385.
- 18 Grotius 1964: 386.
- 19 A copy of this and the other letters is found in German translation among the appendices to Grotius' English translation of *De Jure Prædæ*.
- 20 Grotius 1964: 387.
- 21 Boxer 1948: 50.
- 22 Bry 1607: 78ff; see also "Historische Verhael Vande Reyse gedaen inde Oost-Indiën, met 15 Schepen voor Reeckeninghe vande Vereenichde Gheoctroyeerde Oost-Indische Compagnie" in Commelin 1646 Vol II: 23B; Tiele 1882: 217-220; Hervey 1885: 128-129; Sousa 1930 Vol. 1: 554; Coolhaas 1965: 506.
- 23 For a more detailed account of this incident and its historic background, cf. Borschberg 2003a: 157-175; Tiele 1882: 220.
- 24 Verken 1930: 58. Very similar observations are also found in Blaeu 1663: 202. Cf. also Cortesão & Mota 1960 Vol. 4: 41, where it is reported that Manoel Godinho de Erédia accompanied Furtado de Mendonça in 1604 "when he took Johor."
- 25 Cf. Erédia 1882: fol. 61 verso; Cortesão & Mota Vol. 4, plate 412, map D; Faro 1955: fol. 6 recto; Everaert 2001: 55; Lobato 1999: 352.
- 26 Jacobs 1985: 604; Lobato 1999: 349, 357.
- 27 Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Vol. II, p. 255; "Historische Verhael" in Commelin 1646 Vol. II: 83.
- 28 Boxer & Vasconcelos 1989: 56; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Vol. II: 255; Lobato 1999: 353; Terpstra 1938: 24-26.
- 29 Jonge 1865 Vol. III: 25; Tiele 1882: 238-239; Hervey 1885: 130-131; Enthoven 1996: 201.
- 30 Enthoven 1996.
- 31 For the classic Dutch-language sources, see especially "Historische Verhael," in Commelin 1646: 15Bff.; Dam 1931 Bk 2, Part 1: 328 et seq; the translated account by François Valentijn in Hervey 1885: 132-138; and Tiele 1884: 59-68. For accounts of this attack in or based on Portuguese sources, cf. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. vol. II: 259; Pinto 1997b: 122.
- 32 Pinto 1997a: 122-123.
- 33 Tiele 1882: 229n2.
- 34 According to a map by Erédia dating from about 1602, entitled *Nova Tavoa Geographica da terra do sertam de Malaca.*, the Penarikan (Panarica) was located between the towns of Iompol and Sartin. Cf. Cortesão & Mota 1960 Vol. 4, plate 411 B.
- 35 Anonymous map, ca. 1650, in Cortesão & Mota 1960 Vol. 5, Plate 578, chart 15c. A second, similar map by André Pereira dos Reis presently forms part of the Dr. W. A. Engelbrecht collection at the Maritiem Museum Prins Hendrik in Rotterdam.
- 36 Colenbrander 1898: 162-163. This is my translation from the original Dutch.
- 37 Netscher 1870: 24, 27-29; Tiele 1886: 129 (a letter from Stevin van der Hagen to the Heren XVII, dated 10 March, 1616); Terpstra 1938: 38. Most unfortunately, the text of the 1610 treaty is missing; on this point see also Saldanha 1997: 371n10.
- 38 See the letter by Adriaen van der Dussen, dated December 27, 1620, in Coolhaas 1919-1954, Vol. 7A: 686.
- 39 Ptak 1988: 171-172.

BIBLIOGRAPHY

- (Anonymous). 1604. *Corte ende sekere Beschryvinghe vant veroveren der rijkke ende gheweldighe krake, comende uyter gheweste van China, door den Admiraal Jacobus Heemskercke liggende met twee schepen voor de Straet of Fretum de Malacca, vanden Coninc van Ior een vyant der Portugesen opgehouden ende ghebeden sy gheweest, hy soude met zijn scepen op een rijkke ende wel geladene Portugaloise krake die dry jaran tot Makauw en int gheweste van China om syne Waren inne te nemen gelegen hadde, wachten*. Ghedruckt na de copy van Middelborch by Richard Schilders.
- Blaeu, Johannes. 1663. *Onzième volume de la Geographie Blauiane contenant l'Asie qui est la IV partie de la terre*. Amsterdam: J. Blaeu.
- Borschberg, Peter. 2003a. "A Luso-Dutch Naval Confrontation in the Johor River Delta, 1603," *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, 153 (1).
- Borschberg, Peter. 2003b. "Portuguese, Spanish and Dutch Plans to Construct a Fort in the Straits of Singapore, ca. 1584-1625" *Archipel* 65:55-88.
- Boxer, Charles Ralph. 1948. *Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and Fancy in the History of Macao*, The Hague: Martinus Nijhoff.
- Boxer, Charles Ralph, and Vasconcelos, Frazão de. 1989. *André Furtado de Mendonça, 1558-1610*. Macao: Fundação Oriente and Centro de Estudos Marítimos de Macau.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- Bry, Johann Theodore de, and Johann Israel de Bry. 1607. *Indiae Orientalis Pars Octava: Navigationes Quinque. Primam a Iacobo Neccio ab anno 1600 usque ad Annum 1603, Secundam a Iohanne Hermannio de Bree ab anno 1602 usq. ad Annum 1604; Tertiam a Cornelio Nicolai Annis quatuor; Quartam a Cornelio de Vena, duobus Annis; Quintam, sub Staphano de Hagen tribus Annis in Indiam Orientalem susceptas & peractas continens ...* Frankfurt /M., Ex officina typographica Wolfgangi Richteri.
- Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. 1962. *Documentação Ultramarina Portuguesa*, Vol. II. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Colenbrander, H. T., ed. 1898. *Dagh-Register gehouden int Casteel Batavia vant passerende daer ter plates als over geheel Nederlndts-Indie Anno 1631-1634*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Commelin, Isaac. 1646. *Begin ende Voortgang Vande Vereenigde Neerlandsche Geootroyeerde Oost-Indische Compagnie*, 4 vols. Amsterdam: no publisher.
- Coolhaas, W. Ph. 1965. "Een bron van het historische gedeelte van Hugo de Groot's De Jure Praedae," *Bijdragen en Mededelingen van het Historisch Genootschap*, 79.
- Coolhaas, W. Ph., ed. 1919-1954. *Jan Pietersz Coen: Bescheiden Omtrent Zijn Bedrijf in Indië*. 9 volumes. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Cortêsão, Armando, and Mota, Avelino Teixeira da. 1960. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisbon: no publisher.
- Couto, Diogo do. 1903. *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*. Lisbon: Escriptorio.
- Cruyssen, Dirk van der. 1991. *Louis XIV et le Siam*. Paris: Fayard.
- Dam, Pieter van. 1931. *Beschryvinge van de Oostindische Compagnie*. edited by F. W. Stapel. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Enthoven, Victor. 1996. *Zeeland en de opkomst van de Republiek. Handel en strijd in de Scheldedelta, c.1550-1621*. Leiden: Proefschrift.
- Erédia, Manoel Godinho de. 1882. *Malaca L'Inde Méridionale e le Cathay. Manuscrit original autographe de Godinho de Eredia appartenant à la Bibliothèque Royale de Bruxelles*, reproduit en fac-simile et traduit par M. Léon Janssen, Bruxelles: Librairie Européenne C. Muquardt.
- Everaert, John. 2001. "Erédia: Humaniste ou Aventurier?" in Manuel Godinho de Erédia, *Suma de Árvores e Plantas da Índia Intra Ganges*, edited by J. G. Everaert, J. E. Mendes Ferrão and M. Cândida Liberato. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Faro, Jorge. 1955. *Godinho de Erédia, cosmógrafo*. Lisbon: Instituto de Alta Cultura.
- Freitas, Frei Serafim de. 1983. *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, 2 vols. Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Grotius, Hugo. 1609. *Mare Liberum sive de iure quod Batavis competit ad Indiana commercia dissertatio*. Leiden: Ex officina Ludovico Elzevirii (this first edition was published anonymously).
- Grotius, Hugo. 1964. *De Jure Praedae Commentarius. Commentary on the Law of Prize and Booty. A Translation of the Original Manuscript of 1604*, translated by G. L. Williams and W. H. Zeydel. New York: Oceana Publishing.
- Hervey, D. F. A. 1885. "François Valentyn's Account of Malacca", *Journal of the Royal Asiatic Society*, Straits Branch 16(1):119-138.
- Ittersum, Martine van. 2002. *Profit and Principle: Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies, 1595-1615*. Doctoral Dissertation. Cambridge: Harvard University.
- Ittersum, Martine van. 2003. "Hugo Grotius in Context: Van Heemskerck's Capture of the Santa Catarina and its Justification in De Jure Praedae (1604-1606)." *Asian Journal of Social Sciences* 31(3): 511-548.
- Jacobs, Hubert. 1985. "The Portuguese Town of Ambon, 1567-1605," in *Segundo Seminário Internacional de História Indoportuguesa: Actas*. Luís de Albuquerque and Inácio Guerreiro, eds. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.
- Jonge, J. K. J. De. 1865. *De Opkomst van het Nederlandsch Gezag in Oost-Indië*, Vol. III. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Lobato, Manuel. 1999. *Política e Comércio dos Portugueses na Insulindia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macao: Instituto Português do Oriente.
- Luz, Francisco Paulo Mendes da. 1952. *O Conselho da Índia*. Lisbon: Agência Geral do Ultramar.
- Meilink-Roelofs, Marine-Antoinette Petronella. 1962. *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Meteren, Emanuel van. n.d. *Commentariën ofte Memoriën van den Nederlantsen Staet, Handel, Oorloghen ende Gheschiedenissen van onsen tyden, etc.*, Vol. II. Gedrukt op Schotlant buyten Danswijck by Hermes van Loven.
- Netscher, Ernst. 1870. *De Nederlanders in Djohor en Siak*. Batavia: Bruining & Wijt.
- Pinto, Paulo Jorge de Sousa. 1997a. *Portugueses e Malaicos. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*. Lisbon: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997.
- Pinto, Paulo Jorge de Sousa. 1997b. "Melaka, Johor and Aceh: A Bird's Eye View over a Portuguese-Malay Triangular Balance," in *Nouvelles Orientations de la Recherche sur l'histoire de l'Asie Portugaise: Actes du Colloque, Paris, 3-4 Juin 1994*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- Ptak, Roderich. 1988. "An Outline of Macao's Economic Development, circa 1557-1640." *Collected Papers of the XXIXth Congress of Chinese Studies*, Tilemann Grimm, Peter M. Kuhfus and Gudrun Wacker, eds. Tübingen: Attempto Verlag.
- Saldanha, António Vasconcelos de. 1997. *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente: Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*. Lisbon: Fundação Oriente.
- Sousa, A. Botelho e. 1930-1956. *Subsídios para a História Militar-Marítima da Índia*, 4 vols. Lisbon: Imprensa da Armada.
- Terpstra, Heert. 1938. *De Factorij der Oostindische Compagnie te Patani*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Tiele, Pieter Anton, ed. 1886. *Bouwstoffen voor de Geschiedenis der Nederlanders in den Maleischen Archipel*. Vol. 1, The Hague. Martinus Nijhoff.
- Tiele, Pieter Anton. 1882. "De Europeërs in den Maleischen Archipel," Part VI, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde van Nederlandsch-Indië*. Vol. 30: 141-242.
- Tiele, Pieter Anton. 1884. "De Europeërs in den Maleischen Archipel," Part VII, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde van Nederlandsch-Indië*. Vol. 32: 59-68.
- Veen, Ernst van. 2000. *Decay or Defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies.
- Verken, Johann. 1930. "Molukkenreise 1607-1612", in *Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Krieglern in Dienst der Niederländisch West- und Ost-Indischen Kompanien, 1602-1797*, Vol. 2. S.P. L'Honoré Naber, ed. The Hague: Martinus Nijhoff.



Fragment of a 17th century screen portraying a Dutch galleon arriving at a Chinese port (Rijksmuseum, Amsterdam).
From Roger Goepfer, *La Chine ancienne*, Paris: BORDAS, 1988.

Macau, Manila e os Holandeses

RUI MANUEL LOUREIRO

Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar ao Mar do Sul da China, logo após terem estabelecido sólidos baluartes em pontos estratégicos do oceano Índico, como a ilha de Moçambique, Ormuz, Goa e Malaca. Envolveram-se de imediato com as redes mercantis pré-existentes, já que o seu principal objectivo, ao viajarem para Oriente através de uma rota marítima directa, era apoderarem-se de parte do comércio asiático de bens valiosos, como drogas raras e especiarias, pedras preciosas, madeiras perfumadas e têxteis finos. Por volta de 1513 tinham alcançado a costa Sul da China e, com base nas informações entretanto recolhidas, logo perceberam que a China era a maior potência política, económica e cultural da Ásia Oriental.

A empresa ultramarina portuguesa desenvolveu-se, desde muito cedo, de acordo com dois sistemas diferentes. Por um lado, um império fomentado pela Coroa lusitana, baseado num poderoso aparato naval e militar, ao qual se daria posteriormente a designação de *Estado da Índia*, que tentava aceder, pela força das armas ou por tratados de paz, a uma quota significativa do comércio global de artigos asiáticos de luxo, para os canalizar para a Europa, através da “carreira da Índia”, sob a qual era exercido um rigoroso controle. Por outro lado, existia um império sombra que crescia na orla dos empreendimentos da Coroa portuguesa. Este império secundário era alimentado pela iniciativa privada dos soldados e dos mercadores portugueses, que haviam descoberto os enormes lucros que qualquer indivíduo minimamente empreendedor poderia obter no Oriente. Para isso era essencial que possuísse algum

produto valioso para oferecer aos mercados locais, quer fosse uma embarcação mercantil, capital de investimento ou conhecimentos técnicos na área da navegação ou da arte da guerra.

Assim, enquanto os oficiais da Coroa portuguesa construíam uma rede alargada de fortes e de feitorias ao longo de toda a costa do oceano Índico, durante a primeira metade do século XVI, no Mar do Sul da China, os aventureiros portugueses tentavam estabelecer uma base comercial algures ao longo da costa das províncias meridionais do Celeste Império, a partir da qual pudessem organizar as suas trocas comerciais com os parceiros chineses. O comércio na China tornou-se num empreendimento deveras lucrativo para todas as partes envolvidas, até porque as autoridades imperiais chinesas estavam a passar por uma daquelas fases temporárias de oposição às transacções comerciais com o exterior e tinham desencorajado, ou até proibido, a maior parte dos contactos marítimos entre a China e o exterior. Nessa altura, a partir da base que estabeleceram em Malaca, os portugueses viajavam regularmente até à costa do sul da China, levando consigo especiarias, madeiras perfumadas, prata e armas, e regressando com valiosos carregamentos de sedas e porcelanas.

A chegada dos portugueses ao Sul do Japão, por volta de 1543, veio abrir novas e importantes oportunidades comerciais. A Terra do Sol Nascente atravessava, nessa época, um longo e violento período de guerra civil e todas as relações oficiais com a China tinham sido interrompidas. Porém, os japoneses mostravam-se muito interessados nas sedas chinesas, que pretendiam trocar pelas suas abundantes provisões de prata; e a China, obviamente, sempre fora o melhor comprador de prata no mundo asiático. Consequentemente, os portugueses aproveitaram de imediato esta oportunidade, assumindo o papel de indispensáveis intermediários entre a China e o Japão. O envolvimento português com o comércio japonês tornou mais premente a necessidade de um porto seguro no continente chinês, de onde fosse possível organizar as transacções comerciais. Entretanto, por variadas razões, os oficiais chineses da província de Guangdong acolheram de bom grado a aproximação dos portugueses, autorizando-os a estabelecer uma base mercantil na península de Macau por volta de 1557.

Entretanto, será importante comentar brevemente a utilização da palavra ‘português’, no

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

contexto do Mar do Sul da China, nos séculos XVI e XVII. Torna-se muitas vezes difícil exprimir com exactidão qual o significado que as fontes europeias atribuem à palavra ‘português’:

Por vezes, referem-se a pessoas originalmente nascidas em Portugal, que viajaram para a Ásia, em negócios oficiais ou privados.

Outras vezes, o mesmo termo designa pessoas nascidas na Ásia, de progenitores portugueses ou portugueses / asiáticos.

Outras vezes ainda, com menor frequência, as fontes referem-se a asiáticos cristianizados, a viver em territórios orientais controlados pela Coroa portuguesa ou em cidades portuárias asiáticas no interior de uma comunidade portuguesa informal.

A palavra tinha, pois, um vasto leque de aplicações, dependendo do contexto específico. Porém, na maior parte dos casos, os dois primeiros significados abrangem a utilização do termo ‘português’. Por exemplo, quando se referem os ‘mercadores portugueses’ nas costas do Sul da China, a expressão aplicava-se, com toda a certeza, a um grupo multinacional, que incluía alguns indivíduos nascidos em Portugal, mas muitos outros nascidos e criados na Ásia, originários de uniões mistas.

Macau, sob administração portuguesa, depressa se tornou uma cidade portuária extremamente movimentada e próspera, ligando Cantão (Guangzhou) com vários mercados do Mar do Sul da China e de outras paragens mais afastadas. Os produtos chineses, como a seda, a porcelana, o almíscar, o ruibarbo, o cobre, o *ginseng*, o chá, etc., transportados a bordo de navios portugueses, chegavam ao Japão, à Indochina, ao Sião, ao arquipélago da Indonésia e a outros destinos mais longínquos. Os portugueses não eram, obviamente, os únicos exportadores de mercadorias chinesas. Havia também embarcações chinesas que estabeleciam ligações regulares entre as províncias do Sul, e principalmente Fujian, e vários portos no Mar do Sul da China, onde existiam comunidades chinesas ultramarinas, como Patane, Brunei, Manila, Banten, etc. Os portugueses eram, de facto, os únicos europeus envolvidos no comércio com a China. Embora não por muito tempo, já que a notícia da fundação de Macau chegou rapidamente a Espanha, na altura uma das potências políticas e militares mais proeminentes da Europa.

Desde a expedição de Fernão de Magalhães, em 1519-1522, que os espanhóis tentavam, a partir dos

seus territórios na América, estabelecer uma base de operações nas Molucas ou no arquipélago de Luzon, de onde poderiam partir expedições mercantis para os ricos mercados da Ásia Oriental. Mas até essa altura tinham sido infrutíferos os seus esforços para encontrar uma rota de ida e volta que ligasse o Novo Mundo às Índias Orientais. Quando chegaram a Espanha notícias sobre o estabelecimento dos portugueses na costa chinesa, as autoridades espanholas imediatamente deram início a uma vasta operação de recolha de informações, coordenada pelo respectivo embaixador em Lisboa, que teve como resultado imediato a organização de uma nova expedição naval que em 1564 chegou às Filipinas. Enquanto as ilhas iam sendo, lenta mas firmemente, ocupadas por Miguel Lopez de Legazpi, o piloto Andrés de Urdañeta, acompanhado por um assistente português, descobriu finalmente a rota marítima de volta a Acapulco, abrindo assim caminho a uma presença sólida dos espanhóis em regiões ribeirinhas do Mar do Sul da China. Em 1571, os recém-chegados europeus estavam já estabelecidos em Manila, de onde estenderam as suas vistas para a China e para o Japão que, até então, do ponto de vista europeu, tinham sido uma área mercantil exclusiva dos portugueses.

Algumas alterações significativas tiveram então lugar no Mar do Sul da China. Por volta de 1575, os espanhóis tentavam já obter autorização dos chineses para estabelecerem uma base semelhante à que os portugueses detinham em Macau. De nada lhes valeu o esforço, pois essa autorização nunca chegou a ser-lhes concedida. Todavia, os espanhóis tinham um argumento muito forte, nomeadamente grandes quantidades de prata provenientes das minas americanas. Manila tornou-se numa movimentada cidade portuária, frequentada regularmente por juncos chineses oriundos do Fujian, por galeões espanhóis que estabeleciam a ligação anual com Acapulco, e por ocasionais navios macaenses. Embora os espanhóis tenham conseguido assegurar uma parte significativa das exportações da China, por meios indirectos, os portugueses mantiveram os seus privilégios mercantis em Macau e em Nagasáqui, onde se tinham estabelecido em 1571. O *grande navio de Amacau*, designação atribuída à grande nau portuguesa que anualmente viajava entre Goa e o sul do Japão, continuou a navegar no Mar do Sul da China, tal como vinha fazendo desde meados do século XVI, enriquecendo muitos capitães portugueses e sendo incomodado apenas por ocasionais

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH SEA CHINA I

furacões, tão característicos daquelas regiões asiáticas. Impõe-se, obviamente, uma referência aos resultados conseguidos por outras embarcações menores – chinesas, portuguesas, japonesas, siamesas – que continuavam a utilizar as mesmas rotas de navegação. Mas as vias marítimas que atravessavam o Mar do Sul da China, nesta conjuntura, pareciam ser bastante seguras para os portugueses, talvez devido à enorme capacidade de fogo dos seus navios.

O ano de 1581 é especialmente significativo para os interesses ibéricos na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático, e também noutras regiões, já que coincide com a data em que el-rei Filipe II de Espanha se tornou também soberano de Portugal, devido a uma trágica sucessão de eventos que deixou a Casa Real portuguesa sem herdeiro. De acordo com as ordens régias do monarca ibérico, os impérios ultramarinos português e espanhol deveriam seguir os seus caminhos de forma independente. Contudo, os interesses em jogo no Mar do Sul da China eram de tal forma vultuosos que os cidadãos, e muitas vezes também as autoridades, de Macau e de Manila, foram incapazes de se manterem afastados dos negócios alheios. As reiteradas

ordens em contrário, vindas da Coroa ibérica, são apenas o garante de que as viagens dos portugueses a Manila eram tão frequentes quanto o eram as expedições espanholas ao Japão e à costa da China. O que significa que o comércio com Manila deve ter aumentado significativamente durante o período da União Ibérica.

A unificação de Portugal com a Espanha, porém, viria a ter consequências terríveis para os portugueses, dado que os inimigos que Filipe II granjeara no Norte da Europa estavam prestes a empreender um poderoso ataque aos impérios ibéricos ultramarinos. Até então, os holandeses tinham tido acesso a mercadorias asiáticas

através de Portugal, mas agora que este país estava fora do seu alcance, decidiram ir directamente às fontes orientais. Assim, em 1596, fazendo uso dos conhecimentos reunidos por Jan Huygen van Linschoten durante o seu período de residência em Goa, uma frota holandesa sob o comando de Cornelis de Houtman navegou directamente para o arquipélago indonésio, exactamente onde a presença portuguesa era mais fraca. A expedição foi um sucesso, tendo provado, pelo menos, que o monopólio da rota do Cabo podia ser quebrado. Nos anos que se seguiram, numerosos navios holandeses rumaram ao Oriente, desafiando o monopólio ibérico de contactos com o Mar do Sul da China.

Os holandeses não demoraram muito a perceber, tal como os portugueses um século antes, que as rotas mercantis asiáticas dispunham de uma lógica muito própria. Se pretendiam comprar especiarias nas ilhas de Maluco, tinham de as trocar por têxteis indianos; se pretendiam adquirir sedas e porcelanas chinesas, estas tinham de ser intercambiadas por especiarias e madeiras perfumadas do Sudeste Asiático; se pretendiam prata japonesa, apenas a podiam conseguir em troca de sedas chinesas,

etc. O envolvimento com o mundo mercantil oriental tinha de ser global para ser duradouro e lucrativo e para isso os holandeses tinham de estabelecer feitorias por toda a Ásia marítima, tal como os portugueses haviam feito antes deles. E o Império do Meio, obviamente, era encarado como o mais importante parceiro no contexto do Mar do Sul da China. Assim, os holandeses desde cedo tentarão fixar-se na orla marítima chinesa.

A primeira visita dos holandeses às Filipinas aconteceu em 1600, quando uma frota sob o comando de Olivier van Noort atravessou o arquipélago e apareceu frente a Manila. A resposta de Espanha não



Jan Huygen van Linschoten.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

se fez esperar e os atacantes foram derrotados, tendo alguns prisioneiros holandeses sido enforcados. Não havia dúvida que, nas áreas controladas pelos espanhóis, os holandeses passariam a ser tratados como perigosos adversários. E nas áreas controladas pelos portugueses? No ano seguinte, uma frota sob o comando de Jacob van Neck ancorou em Macau, onde desembarcaram alguns homens, a maioria dos quais viria a ser morta pelos portugueses. Já se tinham verificado escaramuças luso-holandesas no arquipélago indonésio e os portugueses estavam bastante cientes de que os recém-chegados europeus estavam empenhados em assumir o controle de porções significativas do comércio asiático. Também sabiam que qualquer intervenção estrangeira em Macau, para além da sua própria, poria em risco as relações amigáveis que tinham conseguido estabelecer com os mandarins de Guangdong. Assim, não estavam preparados para admitir a presença de outros intermediários europeus nas transacções com os chineses, já que a situação equilibrada que existia então em Macau tinha sido deveras difícil de construir.

O episódio de Macau tem sido encarado como um ponto de viragem nas relações luso-holandesas na Ásia, pois, alegadamente, após o regresso de Van Neck à Europa, as expedições holandesas seguintes tornaram-se claramente hostis, não só para os espanhóis, mas também para os portugueses, dando início a uma série de ataques deliberados às posições e aos interesses ibéricos. Contudo, fontes contemporâneas comprovam não só que as hostilidades já tinham começado anteriormente, como também que os capitães das embarcações holandesas tinham ordens explícitas para contrariarem os interesses portugueses e espanhóis na Ásia por todos os meios que considerassem adequados, incluindo mesmo meios bélicos. A situação estava condenada a agravar-se em anos subsequentes, porque nem os holandeses desistiam das suas intenções de estabelecerem sólidas relações mercantis com as Índias Orientais, nem os portugueses, ou a Coroa ibérica, melhor dizendo, lhes queriam permitir o estabelecimento dessas relações.

Depois de 1602 e da fundação da Vereenigde Oostindische Compagnie, usualmente conhecida como VOC, as actividades holandesas na Ásia tornaram-se mais coerentes e mais organizadas, dependentes como estavam de uma direcção centralizada. Partiam anualmente frotas das Províncias Unidas para os mares asiáticos, transportando a bordo cada vez maiores

recursos materiais e humanos. A estratégia holandesa era simples e directa e não totalmente distinta da que os portugueses tinham adoptado um século antes:

- ocupar posições chave no arquipélago indonésio e em todos os locais possíveis do Mar do Sul da China;
- controlar uma percentagem substancial das transacções asiáticas em mercadorias de luxo; e
- criar oposição, de todas as formas possíveis, aos concorrentes europeus e asiáticos.

Assim, nas primeiras décadas do século XVII, mudanças importantes tiveram lugar nas regiões marítimas da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático.

Sendo os portugueses encarados como o alvo mais importante, os ataques às suas fortalezas e navios tornaram-se uma característica dominante do comportamento holandês. Em 1603, a *Santa Catarina*, uma embarcação portuguesa oriunda de Macau e carregada de valiosas mercadorias no valor de cerca de 30 toneladas de prata, foi capturada pelos holandeses perto de Patane; no ano seguinte, uma frota holandesa atreveu-se a bloquear a entrada marítima de Goa, enquanto várias outras embarcações portuguesas eram capturadas em locais tão distantes como Surate, Cochim e o mar de Java; e, em 1605, as fortalezas portuguesas de Amboíno e Tidore eram conquistadas. Se referirmos ainda que entre 1596 e 1605 cerca de uma centena de navios holandeses chegaram à Ásia, a magnitude da ameaça às posições ibéricas será por demais evidente.

Uma análise dos dados disponíveis sugere várias explicações para o sucesso da entrada dos holandeses nos circuitos comerciais asiáticos:

- Os holandeses tinham feito o seu “trabalho de casa”, reunindo todas as informações sobre a Ásia então disponíveis na Europa, nomeadamente aquelas que tinham sido recolhidas por Jan Huygen van Linschoten e por Cornelis de Houtman.
- Logo, dirigiram-se preferencialmente para o arquipélago indonésio, onde as especiarias e as drogas eram abundantes e onde, em simultâneo, a presença portuguesa era menos importante do que noutras regiões orientais.
- Outro factor adjuvante era o de as entidades políticas serem nessas regiões do Sudeste Asiático mais fragmentárias e menos poderosas.
- Rapidamente procuraram estabelecer alianças com governantes asiáticos que não viam os

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH SEA CHINA I

portugueses com bons olhos. E, ao contrário dos povos ibéricos, nunca misturavam negócios com religião, pelo que as suas atitudes perante os asiáticos nunca estiveram dependentes de estes últimos aceitarem ou não o cristianismo.

- O factor surpresa revestiu-se da máxima importância. Embora os portugueses tivessem recebido informações de que as potências do Europa setentrional iriam tentar infiltrar-se no monopólio da rota do Cabo, ninguém podia prever um ataque tão abrangente e tão rápido.
- Os holandeses possuíam navios bem construídos e bem armados, sendo eles próprios excelentes navegadores, bem como artilheiros exímios. Os únicos que se lhes equiparavam, em termos de guerra naval, seriam sem dúvida os próprios portugueses.
- Mas estes eram então aceites como parceiros habituais por todos os mares da Ásia, pelo que já quase não dispunham de artilharia pesada nas suas embarcações, transportando apenas armas mais leves.
- Entretanto, os seus métodos bélicos tinham-se asiatisado, pelo que estavam mais acostumados a combates corpo a corpo do que a duelos de artilharia. As suas embarcações, para além de estarem habitualmente sobrecarregadas com mercadorias, transportavam também mais passageiros pacíficos do que soldados armados.

Por todas estas razões, foram apanhados de surpresa nos primeiros confrontos com os holandeses.

Na realidade, os holandeses, apesar de estarem a ganhar firmes posições no Oriente, despoletaram uma reacção forte entre os portugueses, introduzindo toda uma nova panóplia de problemas comerciais, militares e navais, os quais estes teriam de resolver expeditamente, se quisessem continuar a manter uma presença e uma influência alargada na Ásia marítima. A Coroa ibérica despachou reiteradas ordens para Goa e para Manila, por vezes com o correspondente suporte humano e material, incentivando a reorganização das defesas do *Estado da Índia* e o despoletar de fortes medidas de contra-ataque. E, nos anos subsequentes, as fortalezas portuguesas foram reconstruídas e abastecidas de novas tropas, fundiram-se novos canhões, misturou-se pólvora de melhor qualidade, e construíram-se embarcações bélicas e de marinha mercante mais leves. Adoptaram-se também medidas de segurança nas rotas marítimas

e enviaram-se esforços para conquistar novas posições. Tentou-se estabelecer alianças com anteriores inimigos e enviaram-se frotas para prolongadas campanhas navais. E, por toda a Ásia marítima, os holandeses foram implacavelmente perseguidos e atacados.

Os holandeses tiveram particular sucesso no Sudeste Asiático continental e insular, onde estabeleceram as suas mais importantes bases (Jambi, Jacarta, Patane, Ayuthia, Amboíno, etc.), sempre em áreas onde podiam contactar embarcações orientais vindas do Celeste Império. Mas a mecânica das transacções do Mar do Sul da China, como já foi referido, forçou-os a procurar mais longe. E a China, obviamente, estava sempre em lugar de destaque no horizonte holandês. Ou seja, os holandeses tinham de se fixar na costa chinesa, tal como os portugueses haviam feito em Macau, ou algures onde a existência de comunidades chinesas ultramarinas disponibilizasse, em larga escala, bens chineses, como os espanhóis tinham feito em Manila:

- Os holandeses tentaram apoderar-se repetidas vezes de Manila, que atacaram ou bloquearam com regularidade, a partir de 1609, mas sempre com fracos resultados, pois os espanhóis conseguiam resistir em todas as frentes: a capital das Filipinas continuava inexpugnável e os galeões de Acapulco mantiveram-se sempre fora do alcance dos rivais holandeses. Estes não tinham outra alternativa senão atacar os impotentes barcos chineses que todos os anos vinham da província de Fujian demandar a capital filipina.
- Em seguida, os holandeses avançaram para Macau que, apesar da inexistência de uma defesa militar consistente, também conseguiu permanecer inviolável. Justa reputação ganhou o ataque holandês de 1622 à cidade portuária luso-chinesa, durante o qual uma poderosa expedição de oito embarcações e perto de 800 homens, sob o comando de Cornelius Reyersen, desembarcou em território macaense, no que seria, supostamente, uma ocupação militar rápida e fácil. Os portugueses ofereceram uma forte resistência, reunindo todos os seus recursos, e os invasores foram completamente derrotados, sofrendo pesadíssimas baixas. Uma vez mais, os holandeses encontraram uma alternativa na captura de navios chineses ou portugueses, em viagem de ida ou no regresso de Macau, e em bloqueios ocasionais deste porto.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



Anónimo português, Mapa das costas asiáticas da Insulíndia à Formosa, c. 1640. In *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH SEA CHINA I

Entretanto, desde 1609 que os holandeses tinham conseguido autorização para abrir uma feitoria no Japão. E, ao contrário do que tinham feito noutras regiões da Ásia, mantiveram uma atitude muito discreta, adoptando uma aproximação diplomática aos japoneses e nunca hostilizando os navios japoneses com que se cruzavam no Mar do Sul da China, com destino ao Sião, às Filipinas ou ao Tonquim. Talvez os seus relatórios de espionagem tivessem mencionado os problemas com que os portugueses se estavam a deparar em face das autoridades centrais nipónicas. Na verdade, os missionários católicos que chegaram ao Japão, vindos sobretudo de Macau, mas mais tarde também de Manila, começavam a tornar-se cada vez mais impopulares, dado que o governo japonês encarava a existência de uma grande comunidade cristã como o maior obstáculo no processo de unificação nacional que então estava em curso. Como resultado, em 1614 todo o proselitismo cristão foi proibido no Japão. E os mercadores portugueses de Macau, que transaccionavam em Nagasáqui, nunca conseguiram dissociar-se completamente dos missionários que tinham vindo a bordo das suas embarcações. Em breve, os portugueses tiveram de enfrentar sérias dificuldades, pelo que os holandeses procuraram tomar o seu lugar como intermediários no comércio entre a China e o Japão, pois não estavam interessados em actividades religiosas, mas alimentavam tão somente propósitos comerciais.

Sem um fornecimento permanente de sedas chinesas, qualquer feitoria estrangeira no Japão seria praticamente inútil. Assim, face à impossibilidade de ocupar quer Macau quer Manila, os holandeses optaram por se fixarem antes em Pescadores (Penghu) e depois na Formosa, ao largo da costa da China. Estas ilhas não tinham uma produção própria de seda, mas supunha-se que os juncos chineses oriundos do território imperial, com destino ao Japão ou às Filipinas, poderiam ser atraídos, pela força ou por outros meios, para uma colónia europeia perto dos seus portos de origem. A base holandesa foi estabelecida em Tayouan, uma península na costa oeste da Formosa, mas os negócios decorriam lentamente, excepto no que respeitava aos resultados de actividades corsárias, até que, em 1633, o famoso pirata Zheng Zhilong (Nicolas Iquan) começou a fornecer seda e outros bens chineses aos holandeses. Não obstante estas aberturas, a colónia holandesa na Formosa nunca se tornou uma cidade portuária internacional movimentada, capaz de rivalizar

com Macau ou com Manila, como se pretendia. Em vez disso, tornou-se numa colónia baseada na tributação das actividades agrícolas locais, que depressa viria a ser abandonada pelos holandeses (1662).

O curto período entre 1639 e 1641 seria decisivo para os portugueses, em Portugal e na Ásia, devido a uma série de mudanças e convulsões políticas simultâneas:

- Em 1639, no seguimento de uma série de ameaças do governo japonês, devido ao contínuo desrespeito pela proibição de enviar missionários para Nagasáqui, os portugueses foram totalmente banidos do Japão. Do ponto de vista do xogunato que detinha o poder militar supremo sobre a maior parte do Império do Sol Nascente, os cristãos punham em risco os esforços nipónicos em prol da unificação nacional. Para os mercadores de Macau, a expulsão do Japão significou o fim do seu mais antigo e mais lucrativo empreendimento.
- Em 1640, em Lisboa, D. João, duque de Bragança, organizou um golpe de estado e declarou unilateralmente a independência de Portugal em relação a Espanha. Para além de outras consequências mais extremas, isto significou também que as embarcações de Macau passaram a ter de se manter afastadas de Manila, ou seja, uma perspectiva nada animadora do ponto de vista mercantil.
- Em 1641, depois de anos de bloqueios e de ataques, os holandeses conquistaram finalmente a cidade portuguesa de Malaca, tão vital para as ligações entre o oceano Índico e o Mar do Sul da China. Uma vez mais, este facto apenas acarretava acrescidas dificuldades para Macau, porque as relações futuras com Goa e com o *Estado da Índia* saíam gravemente comprometidas.
- Por fim, mas não menos importante, ocorriam também mudanças importantíssimas no Império do Meio, onde a dinastia Ming estava prestes a ceder perante os avanços dos manchus, que conquistaram Pequim em 1644, dando assim início à dinastia Qing. Durante longas décadas, as províncias do Sul da China estariam em tumulto, com evidentes consequências negativas para Macau.

Todavia, não obstante todas estas dificuldades, os portugueses mantiveram-se firmes em Macau, talvez

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

adoptando o lema chinês que diz que “quando o vento sopra, o bambu verga-se”.

Apesar dos inúmeros sucessos no Mar do Sul da China, os holandeses, com todos os recursos navais e militares que eram capazes de reunir, nunca conseguiram expulsar os portugueses de Macau, nem os espanhóis de Manila. Para além disso, foram incapazes de estabelecer uma base permanente no continente chinês e só foram aceites como parceiros credíveis pelas autoridades chinesas décadas mais tarde. Os portugueses, não obstante todas as perdas sofridas noutras partes da Ásia, nomeadamente em Ceilão e na Índia, mantiveram firmemente a sua posição em Macau, sendo reconhecidos pelos chineses, durante longos anos, como o único interlocutor europeu. Obviamente, algum mérito deve ser atribuído à missão jesuíta de Pequim, aí estabelecida desde os inícios do século XVII, que muitas vezes actuou junto da corte imperial chinesa como defensora dos interesses de Macau. E também às autoridades de Manila, que frequentemente enviaram ajuda militar aos macaenses. A cidade portuária luso-chinesa, apesar da permanente ameaça holandesa, continuou a desempenhar um importante papel no Mar do Sul da China, graças ao seu fácil acesso aos mercados de Cantão e à diversificação das suas opções mercantis, que incluíam locais tão distantes quanto Tonquim, Sião, Java, Macaçar, Timor e as Filipinas.

Por outro lado, a Manila espanhola, aparentemente sem problemas significativos, conseguiu resistir à

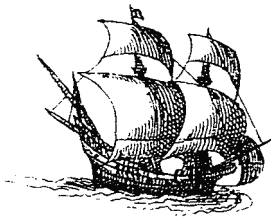
constante pressão holandesa, aumentando ao mesmo tempo o controlo sobre o vasto arquipélago das Filipinas. Entretanto, o galeão de Acapulco manteve-se completamente operacional, estabelecendo contactos regulares e lucrativos com o México. As ligações comerciais das Filipinas com a China nunca cessaram, graças à comunidade *sangley* de Manila, que continuou a transaccionar com a sua vasta frota de juncos, e também graças aos navios de Macau, sempre presentes durante o período da União Ibérica e mesmo depois da Restauração. As autoridades espanholas, para fazerem frente à ameaça holandesa no Mar do Sul da China, traçavam repetidamente ambiciosos planos, contemplando uma aliança militar entre Manila e o *Estado da Índia*. Mas esta nunca se veio a concretizar. Em primeiro lugar, porque as autoridades goesas estavam demasiado preocupadas com o que acontecia no oceano Índico, onde os Holandeses lentamente ganhavam o controle de portos e de áreas que anteriormente se encontravam sob hegemonia portuguesa. Em segundo lugar, porque o Senado de Macau, que, estando tão distante da Índia, tinha uma grande autonomia na administração territorial, nunca encontrou verdadeiras vantagens numa aliança mais próxima com Manila. O estreitamento de laços políticos com as Filipinas significaria uma perda relevante de autonomia dos cidadãos de Macau e também uma interferência tão previsível quão indesejável dos mercadores e dos missionários espanhóis nos assuntos da China. **RC**

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

- Blanco, Maria Manuela Sobral – *Os Holandeses e o Império Português do Oriente (1595-1641)*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1974 [dissertação de licenciatura não publicada].
- Boxer, Charles R. – *The Great Ship from Amacon. Annals of the Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.
- Boxer, Charles R. – *Fidalgos no Extremo Oriente*. Macau: Fundação Oriente / Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
- Lourido, Rui Manuel – *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau e Manila, das Origens a 1640*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995 [dissertação de mestrado não publicada].
- Masselman, George – *The Cradle of Colonialism*. New Haven / Londres: Yale University Press, 1963.
- Meilink-Roelofs, M. A. P. – *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Haia: Martinus Nijhoff, 1969.
- Ollé, Manel – *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*. Barcelona: Alcantilado, 2002.
- Pires, Benjamin Videira – *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*. Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987.
- Schurtz, William Lytle – *El galeón de Manila*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.
- Souza, George Bryan – *The Survival of Empire. Portuguese trade and society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Londres: Cambridge University Press, 1986.
- Subrahmanyam, Sanjay – *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700 - A Political and Economic History*. Londres / Nova Iorque: Longman, 1993.
- Valladares, Rafael – *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680)*. Lovaina: Leuven University Press, 2001.
- Van Veen, Ernst – *Decay or Defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies, 2000.

Os Jesuítas e a Chegada dos Protestantes ao Japão

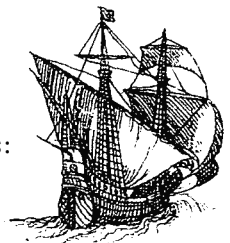
JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA*



Durante meio século, o Cristianismo apresentou-se uno aos olhos dos japoneses¹. Apesar das divergências indistigáveis, portugueses e espanhóis² pertenciam à mesma Igreja. Embora disputassem a hegemonia comercial e religiosa sobre o país do Sol Nascente, uns e outros procuravam criar condições para a propagação do Cristianismo no Império Nipónico³, pelo que eram encarados sob a mesma perspectiva pelas autoridades nipónicas. A partir de 1600, a situação alterou-se com a chegada dos primeiros protestantes ao arquipélago do Sol Nascente e a sua rápida associação à casa dos Tokugawa.

O FIM DO MONOPÓLIO CATÓLICO

O aparecimento do *Liefde*⁴ foi um acontecimento fortuito, que não constituiu uma ameaça imediata para o trato português no Mar da China. Nesta altura, o comércio português começava a ser prejudicado pelos ataques dos holandeses às suas linhas de navegação, mas a presença deste pequeno grupo de protestantes no Japão não marcou a abertura imediata do comércio dos japoneses com os “inimigos do Norte”. Com efeito, os produtos que vinham no navio não eram



particularmente interessantes:

“alguns panos de lam, escarlatas, raxas, espelhos, vidros, alambres, coraes e muitos brincos e louçainhas de Frandes de onde elles dizem que são”⁵. Mau grado a pujança da expansão holandesa e a determinação dos armadores ingleses, a sua capacidade de penetração em mercados asiáticos periféricos como o nipónico era ainda nula.

Ainda assim, a simples presença dos rivais em solo nipónico era preocupante, pelo que o capitão-mor da nau do trato estacionado em Nagasáqui logo tentou que os recém-chegados e os seus bens lhe fossem entregues, mas Tokugawa Ieyasu⁶ não foi sensível aos argumentos dos *nanbanjin* – aqueles *kômôjin*, “homens ruivos” eram demasiado interessantes. A este propósito, uma relação anónima, redigida por um português em 1615 dá-nos a seguinte descrição:

“Quando Horácio Nerete⁷, capitão-mor da nau do trato de Macau chegou a Japão no ano de 1600 e soube que estavam presos estes holandeses, procurou que el-rei de Japão [Tokugawa Ieyasu] lhe entregasse a nau, artilharia e gente, e sobre isto deu largas lembranças a um português morador em Nagasáqui, pessoa de crédito e autoridade que duas vezes foi em seu nome visitar a el rei, e tratar-lhe dos negócios da nau, e da liberdade dos padres da Companhia, que naquele tempo andavam cultivando os cristãos com devido resguardo pela perseguição que ficou do rei anterior chamado Quambaco [Toyotomi Hieyoshi]⁸, e dar-lhe os parabéns pela grande vitória que alcançava. Porém, tratando ele este negócio com um privado d’el-rei, respondeu que já el-rei tinha dado seguro aos

* Doutorado e Agregado em História; Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Especialista em História da Expansão Portuguesa, é autor de vasta bibliografia, tendo nomeadamente publicado trabalhos sobre a presença portuguesa na Ásia Oriental. É Coordenador do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa.

Ph.D. Aggregate Professor of History at the Faculty of Social Sciences in Lisbon's Universidade Nova. Specialist in the History of the Portuguese Expansion, author of many works on the Portuguese in East Asia. Coordinator of the Centre for Overseas History at Lisbon's Universidade Nova.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

holandeses e que era escusado falar nisso, e assim ficaram em Japão na forma que temos dito”⁹.

A 20 de Outubro de 1600, o visitador Alexandre Valignano manifestava a sua preocupação com a chegada desta nau e relacionava-a com o avanço geral de holandeses e ingleses no Oriente; referia ainda o perigo de os holandeses divulgarem o uso de artilharia entre os japoneses “e fação com ela grandes males”¹⁰. Na mesma altura, em Sekigahara, Tokugawa Ieyasu usava a artilharia confiscada aos holandeses¹¹.

Alguns autores, como William Corr, têm dúvidas quanto ao uso eventual das peças de artilharia na batalha¹². Não dispomos de meios que nos levem a secundar esta posição, mas parece-nos certo que a presença de canhões em Sekigahara tem uma carácter eminentemente simbólico e que estes não foram decisivos para a vitória final de Tokugawa Ieyasu. Este voltou a usar artilharia ocidental nos ataques a Osaka, em 1614 e 1615. No entanto, só em 1618, no auge da

concorrência comercial anglo-holandesa no Japão, os holandeses se dispuseram a ensinar o fabrico de peças de artilharia aos nipónicos, mas nos anos seguintes só fabricaram alguns morteiros¹³.

Apesar da ameaça que crescia a partir do Sueste Asiático, onde os neerlandeses criavam então as suas primeiras bases asiáticas, e onde podiam atacar facilmente a navegação portuguesa que ligava o Mar da China à Índia, o aparecimento do *Liefde* teve pouco eco na documentação jesuítica¹⁴.

Como referi atrás, os religiosos da Companhia de Jesus e os portugueses em geral tentaram neutralizar a influência dos recém-chegados junto do novo senhor do Japão, mas na sua correspondência com o exterior o assunto logo deixou de ser mencionado. O bispo D. Luís Cerqueira¹⁵ referiu-se-lhes numa carta de 22 de Outubro de 1600, e o visitador Alexandre Valignano numa redigida dois dias antes. O caso é ainda referido na carta anual da vice-província do Japão concluída a

Holandeses em Deshima (Nagasaki).



EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

25 de Outubro de 1600. Nesta carta os tripulantes são referidos como “ingleses” que afirmavam ser originários da Flandres e era realçado que traziam “muita e grossa artilharia e espingardaria”¹⁶. Nas missivas particulares enviadas nos anos seguintes não surgem novas referências e esse silêncio total relativo a Adams e seus companheiros é extensivo às cartas anuais seguintes, nomeadamente as de 21 de Fevereiro de 1601¹⁷, de 30 de Setembro de 1601¹⁸ e de 1 de Janeiro de 1603¹⁹.

Os laços estabelecidos entre Tokugawa Ieyasu e os sobreviventes do *Liefde*, especialmente com William Adams, o piloto inglês, foram muito mais duradouros do que se poderia prever no ocaso quinhentista, pois os holandeses tornar-se-iam nos únicos interlocutores do Japão enquanto este foi governado pelos xóguns de Edo. A obtenção desse monopólio seria o resultado, por um lado, da vitória militar holandesa sobre a concorrência europeia nos mares da Ásia Oriental²⁰ e, por outro, dum longo trabalho de sedução da casa xogunal; esta aproximação começou, todavia, não tanto pela promoção da imagem dos neerlandeses junto das autoridades nipónicas mas pelos ataques constantes aos Ibéricos. Numa altura em que o novo poder central nipónico via com algum receio a expansão do Cristianismo²¹, era precisamente um grupo de cristãos que o advertia para o perigo das movimentações dos missionários e dos mercadores que os apoiavam.

Estas manobras persistentes, aliadas ao aparecimento dos navios de comércio da VOC e da EIC, a partir da segunda década seiscentista, contribuíram decisivamente para que Tokugawa Ieyasu tomasse a decisão final contra a Cristandade.

TEMPOS DE INCERTEZA

Vinte e um homens escaparam do desastre do *Liefde*²², mas três morreram pouco depois; na carta anual de 1600 era referido que apenas quatro ou cinco se mantinham de pé. Os sobreviventes iniciaram, então, uma nova vida numa nova terra, pois quase todos ficariam aí até à sua morte. Não formavam um grupo unido e, mais tarde, Adams acusaria mesmo dois dos seus companheiros, Gisbert de Coning e Jan Abelszoon, de terem urdido uma traição para os entregar a todos aos portugueses²³. Independentemente da veracidade da acusação, que é de facto verosímil, este é um sinal claro da tensão que marcou sempre a relação entre os ibéricos e aqueles protestantes.

Os dois homens mais bem sucedidos foram William Adams e Jan Joosten van Lodensteyn; ambos tornaram-se *hatamoto*, samurais directamente dependentes do xógum, e ambos foram autorizados a enviar navios para o exterior com o selo vermelho; os dois tiveram oportunidades de regressar à Europa, mas preferiram permanecer no Japão que se tinha tornado na sua terra de adopção. Empenhados no comércio do Extremo Oriente, participaram nalgumas viagens, tendo van Lodensteyn encontrado a morte num naufrágio, em 1623²⁴.

A sobrevivência destes homens foi um rude golpe para os missionários que tudo fizeram para que fossem crucificados como ladrões²⁵; os Jesuítas tinham consciência dos novos problemas que resultavam da presença dos protestantes: estes podiam atrair os seus mercadores que já enxameavam pelos mares da Insulíndia e que começavam a afectar a ligação entre Macau e Goa; além disso, iriam denegrir a imagem do Catolicismo e dos ibéricos em geral.

Tal como referi anteriormente, temos poucas notícias sobre encontros entre os Jesuítas e os sobreviventes do *Liefde*; é certo que um padre da Companhia serviu-lhes de tradutor, em Bungo, onde chegou pouco depois do aparecimento do navio²⁶, e que Pedro Morejón, o reitor do Kinai, se encontrou com Adams em Osaka, no mês de Julho²⁷.

Embora William Adams fosse ganhando a confiança de Tokugawa Ieyasu e as suas afirmações fossem desgastando a imagem dos católicos, a ausência de mercadores holandeses ou ingleses impedia que a acção do antigo piloto fosse verdadeiramente eficaz, pois continuava a não haver alternativa aos comerciantes de Macau e de Manila. Ainda assim, o bispo D. Luís Cerqueira tentou pelo menos uma vez conseguir o afastamento daqueles homens incómodos, pois, em 1606, João Rodrigues Tçuzu, numa das suas visitas a Edo, encontrou-se com Adams e ofereceu-lhe, em nome do bispo, um salvo-conduto que garantia a si e aos seus companheiros a possibilidade de se embarcarem em Nagasáqui na nau do trato, e de deixarem o Japão em segurança²⁸.

AS FEITÓRIAS DE HIRADO

Apesar da sua gradual superioridade no mar, a VOC demorou alguns anos a fazer chegar os seus navios ao arquipélago nipónico. Em Fevereiro de 1608, numa

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

carta para Adams, Victor Sprinckel, feitor da VOC, em Patane, justificava o atraso pelo poderio que os portugueses ainda tinham nas águas extremo orientais²⁹. O primeiro navio destinado ao país do Sol Nascente, o *Middelburg*, deixara a Holanda em 1605, mas fora afundado na batalha de cabo Rachado, em Agosto de 1606³⁰. Depois, em 1607, perante a eminência dum acordo com a Espanha, saíram ordens de Amesterdão para que fossem alcançadas novas regiões antes daquele ser firmado³¹. Entre os navios que zarparam para o Oriente nesse ano, contavam-se o *Rode Leeuw met Pijlen* e o *Griffioen* que, a 4 de Maio de 1609, receberam ordens para avançar para o Mar da China e interceptarem a nau do trato ou estabelecerem contactos directos com os japoneses.

*Numa altura em que
o novo poder central nipónico
via com algum receio a expansão
do Cristianismo,
era precisamente um grupo
de cristãos que o advertia para
o perigo das movimentações
dos missionários e dos mercadores
que os apoiavam.*

Não tendo conseguido alcançar o navio de André Pessoa, “por ser o tempo escuro”³², os holandeses fundearam em Hirado, a 1 de Julho de 1609³³. Receberam de imediato a permissão do *bakufu* para se instalarem, fundaram uma feitoria, que ficou sob as ordens de Jacques Specx, e regressaram à Insulíndia, em Outubro.

A instalação dos neerlandeses em Hirado perturbou, naturalmente, os ibéricos em geral, pois era evidente que tanto o comércio de Macau e de Manila, como as missões, seriam afectadas. Na carta que escreveu ao rei, a 10 de Outubro de 1609, D. Luís Cerqueira mostrava uma visão lúcida da nova conjuntura, pois referia que “esta praga” chegara ao

Japão e que se permanecesse aí seria o fim do comércio luso-japonês e da cristandade³⁴. Como se sabe, o prelado, que definia pela primeira vez a situação como de “grande aflição”, acertou em cheio nas suas previsões.

Na mesma missiva, o bispo relatava que quando os holandeses fundearam em Hirado, logo os católicos iniciaram diligências junto de Ieyasu a fim de desacreditar os recém-chegados, dizendo que eram piratas e que queriam destruir o comércio de Nagasáqui. Cerqueira queixava-se que Ieyasu estava “mal informado” pelos sobreviventes do *Liefde*; referia ainda que as ofertas dadas pelos agentes da VOC consistiam em marfim roubado em Moçambique e o resto das peças roubadas em Singapura, aquando do apresamento duma nau que fazia a ligação entre Macau e a Índia. Cerqueira manifestava ainda a esperança de que os governantes se viessem a desiludir com os neerlandeses porque estes não podiam trazer ao Japão as mercadorias chinesas que lhe prometeram³⁵.

Parece-nos particularmente interessante este relato porque nos mostra como se acentuava a dinâmica de relacionamento iniciada em 1600: católicos e protestantes apostavam numa verdadeira contra-informação procurando denegrir a imagem dos inimigos por todos os meios.

Ao tomar conhecimento dos avanços dos holandeses, Filipe III pediu ao governador das Filipinas que organizasse uma esquadra que impedisse os inimigos de obterem sedas chinesas³⁶. Era evidente para todos que o sucesso dos protestantes passava pela obtenção daquele produto e o monarca sabia que, nesta ocasião, era Manila que tinha mais condições para reagir rapidamente.

Entretanto, no Japão, para lá das preocupações que se levantavam relativamente à sobrevivência do comércio e da missão, os Jesuítas terão receado, inicialmente, que os oficiais da VOC trouxessem consigo missionários protestantes. Numa carta de 15 de Março de 1610, Francisco Pasio afirmava:

“Aos holandeses concedeu o cubo [Ieyasu]³⁷ feitoria no porto de Firando e que viessem ao dito porto por eles prometerem que virão todos os anos e trarão muitas fazendas de sua terra, e tudo o que trás a nau dos portugueses e se eles continuarem com este comércio além do perigo que corre a nau dos portugueses arreceamos muito [que] semeiem em Japão heresia”³⁸.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Mapa do Japão, N. Metellus, 1596.

Nesta matéria, os religiosos da Companhia de Jesus não estavam ainda a par das práticas dos holandeses que, ao contrário dos mercadores portugueses e espanhóis, não estavam interessados em complicar os seus negócios por causa da evangelização.

O assunto voltava a ser referido na carta anual de 15 de Março de 1610; no entanto, o caso não era valorizado, limitando-se o autor a relatar que os navios batavos haviam estado três meses em Hirado, que os holandeses tinham visitado Ieyasu e recebido autorização para deixar ali os seus feitores³⁹.

Em 1610, a VOC não conseguiu enviar navios a Hirado, pois os que deviam ter feito a ligação estiveram envolvidos no ataque fracassado a Manila⁴⁰. Esta falha deixou os ibéricos esperançados e permitiu-lhes intensificar a sua campanha de desacreditação dos inimigos do Norte. No entanto, o incidente com André Pessoa fizera com que também não tivesse vindo nau

de Macau e os navios japoneses que tinham demandado Manila também demoraram a regressar.

Jacques Specx, o feitor holandês em Hirado, passava também por momentos de grande ansiedade e, em Novembro de 1610, dava conta de que os comerciantes de Nagasáqui começavam a acreditar que a ausência da nau do trato resultava dos holandeses serem piratas, o que, como é notado por William Corr, no que tocava ao Mar da China não estava sequer longe da verdade⁴¹. Specx embarcou num navio de selo vermelho e navegou até Patane e negociou aí vários tecidos, que trouxe para Hirado, onde reapareceu em Julho de 1611⁴².

Em 1611, porém, fundeou em Hirado um navio holandês, o *Braeck*, vindo de Patane; não trazia uma carga verdadeiramente interessante, mas permitiu à VOC ganhar tempo, sobretudo porque dispunha do apoio dum homem da confiança dos Tokugawa,

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

William Adams, que nessa altura já substituíra João Rodrigues Tçuzu, como conselheiro de Ieyasu para o comércio externo⁴³. Adams terá desempenhado um papel fundamental nestes momentos que foram decisivos para o futuro do comércio externo japonês e de todos os concorrentes europeus que procuravam dominar os circuitos mercantis extremo orientais.

No ano seguinte, a embaixada portuguesa que visitou a corte xogunal foi confrontada com uma situação inesperada, em Suruga:

“[O embaixador levava] por língua um japonês que consigo levava de Nagasáqui e que servia aos portugueses e castelhanos neste ofício havia muitos anos, não consentiu Conzuquedono que falasse ele, nem um frade de São Francisco que também levava consigo e era boa língua, e que mandara chamar ao piloto Guilherme e o fizera servir de intérprete e que ao mesmo Guilherme deixava encomendados alguns negócios e papéis para [que] lhes negociasse.”⁴⁴

Esta lenta sedimentação da presença holandesa no arquipélago era notada nesse mesmo ano, a 10 de Maio, pelo padre João Rodrigues Girão, numa das raras cartas privadas dos missionários da Companhia com referências aos neerlandeses:

“Os holandeses vão já fazendo assento em Japão, consentidos nele [pelo] Cubo e assim fazem em Hirado uma feitoria; e o ano passado vieram com uma naveta, mas com bem fraca ou nenhuma mercadoria e dizem que hão-de tornar este ano e continuar com Japão, de onde levam mantimentos de biscoito e carnes para os que estão em Sião, e também parece para os de Maluco.”⁴⁵

Os navios holandeses reapareceram, de facto, em 1612. A 15 de Novembro, o bispo D. Luís Cerqueira queixava-se que os batavos continuavam a lançar acusações variadas contra os *nanbanin*, nomeadamente de que não pregavam o verdadeiro Evangelho⁴⁶. Os problemas dos ibéricos avolumaram-se no ano seguinte. A 5 de Outubro, D. Luís Cerqueira notificava o monarca de que, nesse ano, não viera nau holandesa, mas que chegara um navio inglês, que “traz panos e outras cousas de sua terra” e especiarias, cujos mercadores pareciam estar a operar por conta própria e não em colaboração com os neerlandeses⁴⁷.

No entanto, as maiores preocupações do prelado continuavam a relacionar-se principalmente com as



Tokugawa Ieyasu.

questiúnculas com os frades de Manila. Numa missiva escrita a 6 de Outubro desse ano, dirigindo-se ao Geral da Companhia, em que lhe dava conta das novas perseguições que haviam eclodido em Edo, Cerqueira culpava apenas os Franciscanos pelo sucedido, ignorando que a crescente presença dos protestantes estava a abrir caminho para a prossecução de uma política mais intolerante relativamente ao Cristianismo por parte de Tokugawa Ieyasu⁴⁸.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Toyotomo Hieyoshi.

Os ingleses haviam começado por tentar alcançar o Japão pelo nordeste, procurando, assim, uma rota alternativa às que eram controladas pelos portugueses. Estimulados pelas informações que os Jesuítas punham a circular na Europa, logo em 1580 os dirigentes da Companhia da Moscóvia tinham despachado dois pequenos navios, de 40 e 20 toneladas, sob o comando de Arthur Pet e Charles Jackman, na expectativa de contornar a Ásia pelo norte⁴⁹. Depois, em 1602 e 1606

a Companhia da Moscóvia e a EIC organizaram em parceria duas expedições destinadas a tentar encontrar uma passagem para o Japão pelo noroeste. Foi depois de constatar a impossibilidade de o conseguirem por estas vias alternativas, que os ingleses decidiram chegar ao Japão pelas rotas do sul⁵⁰; no início do século XVII, esperavam que o arquipélago nipónico fosse um bom mercado para os seus tecidos de lã, pois a descrição de Linschoten descrevia-o como um país frio. Note-se, contudo, que a hipótese de encontrar uma rota setentrional não foi abandonada imediatamente, pois, uns anos mais tarde John Saris voltaria a propor a busca da passagem do noroeste, sugerindo que esta poderia ser procurada a partir da nova base estabelecida em Hirado⁵¹.

A sétima viagem organizada pela EIC, em 1611, foi a primeira a ter instruções para chegar às ilhas do Sol Nascente. No entanto, as informações recolhidas no Sião pelos feitores desta viagem levaram-nos a supor que o comércio do Japão era de pouca importância⁵². No mesmo ano, porém, saíu uma outra armada desta companhia, que levava ordens concretas para fundar uma feitoria no arquipélago nipónico, entre os seus objectivos secundários; constituída por três navios, zarpou a 18 de Abril de 1611, sob o comando de John Saris, que ia embarcado no *Clove*⁵³.

O *Clove* chegou ao Japão a 9 de Junho de 1613 e dois dias depois fundeou em Hirado. A 7 de Agosto, John Saris partiu para a corte xogunal na companhia de William Adams e a 8 de Setembro foi recebido em audiência por Tokugawa Ieyasu em Sunpu; quatro dias depois partiram para Edo, onde chegaram no dia 14, tendo sido recebidos por Tokugawa Hidetada logo no dia 17; a 8 de Outubro, os governantes conferiram privilégios à EIC e, a 6 de Novembro, Saris e Adams já estavam de novo em Hirado. Ieyasu sugerira que a feitoria inglesa fosse instalada em Uraga, mas os ingleses, à semelhança dos holandeses, preferiram Hirado. Saris entendeu que Bantém não seria o parceiro comercial ideal para o trato do Japão, pelo que decidiu que a feitoria iria operar com os mercados do Sião⁵⁴.

Os ingleses nunca conseguiram impor os seus interesses no Japão e a feitoria de Hirado só duraria 10 anos; no entanto, o seu aparecimento contribuiu, seguramente, para a decisão final do xogunato de romper com a Igreja e a cristandade, pois a sua atitude confirmou que os protestantes não tinham a mesma preocupação proselitista que os católicos. Os oficiais

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

da EIC tentaram ramificar os seus negócios no país, estabelecendo sub-feitorias em Tsushima, a fim de tentar penetrar no comércio nipo-coreano, no Kinai e em Edo⁵⁵, no que seguiram uma política diferente da dos portugueses e dos holandeses. Tokugawa Hidetada não a aprovaria, contudo, e, em 1616, obrigou-os a confinarem as suas actividades a Hirado.

RIVALIDADES EUROPEIAS
SOB O SOL NASCENTE

Como já referi, desde o aparecimento dos tripulantes do *Liefde* no Japão, católicos e protestantes promoveram sistemáticas campanhas recíprocas de difamação junto das autoridades nipónicas. Este relacionamento marcado pelo ódio ressalta claro numa carta escrita por William Adams, a 23 de Outubro de 1611, em que este, ao evocar a sua chegada ao Japão, referia-se aos portugueses, aos Jesuítas e aos próprios cristãos japoneses como seus “inimigos mortais”: “W’tin 2 or 3 daies after our arrivall there cam a Jesuit from a place called Langasack, w’ch place the carrack of Amakan yearly was wount to come, w’ch w’t other Japans that were Christians were our interpreters, w’ch was not to our good, our deadly ennemies being our truchmen”⁵⁶.

*Católicos e protestantes
apostavam numa verdadeira
contra-informação procurando
denegrir a imagem
dos inimigos por todos os meios.*

Nos primeiros tempos, Nagasáqui era um local hostil para os *kômôjin*, embora o acesso à cidade não lhes fosse interdito, devido à protecção que lhes era dispensada pelo *bakufu*. No final de 1613, Richard Cocks foi a Nagasáqui, juntamente com William Adams e Edmund Sayers para tentar comprar um junco; enquanto andavam pela cidade, os ingleses eram apupados pela população, que os chamava “luteranos” e “herejes”⁵⁷. Este episódio mostra-nos um outro aspecto desta rivalidade no Japão. Incapazes de

influenciar o poder político, os eclesiásticos não deixaram de virar a cristandade contra os inimigos; foi, seguramente, um esforço que não teve grandes resultados práticos, mas não deixa de ser emblemático da luta tremenda que os Europeus travavam na Ásia Oriental.

Na ocasião, Cocks e os seus companheiros não conseguiram encontrar um navio, o que é sintomático da má vontade com que foram recebidos na cidade então habitada quase só por cristãos fiéis à Igreja Católica. Ainda assim, conseguiram embarcar dois dos membros da feitoria, Tempest Peacock e Walter Carwarden, num junco de selo vermelho pertencente a um armador chinês; os dois mercadores partiram de Nagasáqui, a 18 de Março de 1614, com destino à Cochinchina, mas foram assassinados pela tripulação, pouco depois. Uma das versões correntes sobre o incidente defende que Peacock morreu, quando viajava num rio da Cochinchina, na companhia de mercadores holandeses, tendo sido vítima accidental duma retaliação dos nativos contra os neerlandeses⁵⁸; outra sustenta que Carwarden se embriagou e que ofendeu os japoneses⁵⁹. Note-se, porém, que estes sucessos não foram presenciados por companheiros das vítimas; os acontecimentos foram relatados inicialmente pelos próprios japoneses e nada nos garante que as explicações apresentadas correspondam à verdade dos factos ocorridos.

Estas mortes poderão ter sido apenas o resultado de um incidente banal ou da cobiça dos marinheiros japoneses, mas tendo em conta que a maioria deveriam ser cristãos e que estariam intimamente ligados aos portugueses de Macau e aos clérigos de Nagasáqui, parece-nos possível que os católicos europeus tenham estimulado, pelo menos, uma grande desconfiança relativamente aos passageiros ingleses, senão mesmo planeado a sua eliminação, que lhes era muito conveniente.

Como referi, o armador deste junco era um chinês, mas deve-se dizer que a comunidade chinesa de Nagasáqui era também na sua grande maioria cristã⁶⁰. Além disso, para lá das rivalidades entre europeus, a fixação da VOC e da EIC em Hirado reacendera uma outra disputa entre os dois portos nipónicos, o que também pode ajudar a explicar este incidente, pois os homens de negócios asiáticos instalados em Nagasáqui viam com inquietação o desenvolvimento do trato euro-nipónico num porto rival.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Nesta relação marcada pelo ódio recíproco, vemos ainda que os descontentes com as respectivas chefias tinham a oportunidade de abandonar o serviço e procurar apoio no lado inimigo. Logo à chegada do *Clove*, por exemplo, sete marinheiros desertaram e refugiaram-se em Nagasáqui, onde ficaram imunes à autoridade do comandante inglês⁶¹.

Pouco depois, vinha do centro do império a notícia fatal para a Igreja, que era recebida com grande alegria pelos protestantes, pois a 27 de Janeiro de 1614 o xogunato banuiu definitivamente o Cristianismo e deu ordem para que todos os clérigos cristãos abandonassem o país. A 17 de Fevereiro de 1614, Cocks, numa carta para Richard Wickham, que estava em Edo, dava conta dos rumores que corriam acerca do édito anti-cristão, que “era bom demais para ser verdade”⁶².

Nos anos que se seguiram, os protestantes prosseguiram a sua política de difamação e beneficiaram da tensão existente entre o *bakufu* e os mercadores ibéricos⁶³. Deve-se notar que esta política terá sido seguida noutras regiões asiáticas, pois, a 8 de Dezembro de 1617, o padre Pedro Marques acusava comerciantes britânicos e neerlandeses de alimentarem intrigas contra si junto do rei do Camboja⁶⁴.

Inglese e holandeses procuravam também obstruir a acção dos missionários clandestinos, nomeadamente tentando interceptá-los no mar. Embora nem sempre fossem bem sucedidos⁶⁵, um dos episódios mais dramáticos em todo este conflito decorreu entre 1620 e 1621, precisamente quando a tripulação do *Elisabeth* interceptou um junco tripulado por Japoneses que levava dois religiosos mendicantes para o Japão, o dominicano Luís Flores e o agostinho Pedro Zuñiga. Levados para Hirado, os dois frades foram apresentados às autoridades; inicialmente estiveram aprisionados na feitoria holandesa e depois foram enviados para Edo, até que foi dado por provado que eram clérigos e foram queimados vivos em Nagasáqui, no Grande Martírio de 1622⁶⁶.

É interessante notar que Hasegawa Gonroku, o *bugyô* de Nagasáqui, que conhecia pessoalmente Zuñiga, nunca o reconheceu, o que podia ter desacreditado os mercadores protestantes, que correriam sérios riscos se a sua acusação não fosse comprovada. Gonroku estava interessado na continuidade do comércio luso-nipónico e sentia que este era prejudicado pela concorrência instalada em Hirado, pelo que terá procurado desacreditar os

protestantes junto do *bakufu*. No entanto, tal como sucedera noutras ocasiões, o bloco ligado aos interesses ibéricos perdeu este conflito e viu enfraquecida a sua situação.

John Osterwick, a 25 de Novembro de 1621, como que suspirava de alívio, ao referir a sentença final: “Butt now, God be thanked, after a great trouble of night and dayes travell we gained our processe by provinge them fathers”⁶⁷. Pouco depois, Cocks afirmava que tanto eles como os oficiais da VOC esperavam agora ser bem recebidos na corte⁶⁸.

Embora reconhecessem o modo heróico como milhares de cristãos resistiam à perseguição, os protestantes não se preocupavam com o desaparecimento duma comunidade papista, que era semelhante, por exemplo, à que os ingleses combatiam duramente no seu país. Uma carta escrita por Richard Cocks, a 10 de Março de 1620, parece-nos exemplar desta perspectiva:

“And now for news in these partes, may it please yow to understand that this emperour is a great enemy to the name of a christian, especially japons, soe that all w’ch are found are putt to death. I saw 55 martered at Miaco at one tyme when I was there because they would not forsake their christian faith, & amongst them were littell chieldren of 5 or 6 yeares’ould burned in their mothers’ armes, criing out “Jesus receve their soules. [...] There is many more in prison in divars other places, as also heare, w’ch look howrly when they shall die, for very fewe turne pagons”⁶⁹.

O modo como Cocks rejubilava pelo facto do xógum odiar os cristãos constitui, sem dúvida, um excelente exemplo para a compreensão da atitude dos holandeses e ingleses no Japão. Além disso, este documento é particularmente importante por se tratar do relato de martírios, escrito por um protestante. Com efeito, o texto do feitor da EIC é assaz semelhante aos que eram escritos na mesma altura pelos missionários. Assim, esta carta confirma-nos as imagens dramáticas que eram transmitidas pela documentação de origem católica e mostra-nos claramente o modo determinado como a cristandade enfrentou inicialmente a perseguição. A heroicidade dos baptizados nipónicos, exaltada amíude pela documentação eclesiástica, parece assim bastante verosímil. Só mais tarde, quando os oficiais do *bakufu* começaram a exigir declarações

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



A cidade e o porto de Nagasáqui, c. 1650. Museu da Marinha, Lisboa. Extraída de *Cartografia do Encontro Ocidente-Oriente*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

individuais de Fé, é que os cristãos vacilaram a acabaram por ceder exteriormente, fenómeno que foi depois acelerado pela apostasia de Cristóvão Ferreira.

Como se percebe pela leitura dos seus textos, apesar da frieza da carta que acabámos de citar, a maior parte dos membros da VOC e da EIC que estiveram no Japão eram cristãos tão convictos quanto os mercadores de Macau ou os das Filipinas. No caso dos ingleses, sabemos que a oração em comum fazia parte dos seus preceitos formais diários, pelo menos quando estavam embarcados; além disso regiam-se oficialmente por normas de conduta rígidas, perfeitamente enquadradas na moral cristã. Por exemplo, estava estipulado que os tripulantes além de estarem proibidos de blasfemar, de fazer juras, de embebedarem-se e de roubarem, e de deverem ter um comportamento pacífico, deviam ainda participar em dois momentos de oração comunitária, de manhã e à noite⁷⁰. Em Londres, colocavam ao dispor das tripulações vários livros religiosos, nomeadamente relatos de mártires; temos ainda conhecimento que

entre os livros pessoais de Richard Cocks contava-se a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho⁷¹, o que significa que o chefe da feitoria teria, seguramente, alguns conhecimentos de Teologia.

No entanto, só a partir do final da segunda década seiscentista é que a EIC começou a preocupar-se com o envio de capelães que, inicialmente, tinham apenas por função acompanhar as tripulações dos navios e as guarnições das praças fortes. Com efeito, nesta altura, embora houvesse vozes discordantes tanto na Inglaterra como na Holanda, o Protestantismo nas Índias era quase inteiramente não proselitista⁷².

Mais tarde, em 1637, os holandeses voltaram a colaborar na repressão dos cristãos, antes de obterem o monopólio das relações euro-nipónicas. Com efeito, um navio holandês, o *De Ryp*, bombardeou os revoltosos de Shimabara, quando estes estavam já cercados no forte de Hara. Conforme é notado por Valdemar Coutinho, a intervenção da embarcação neerlandesa não foi significativa de um ponto de vista militar⁷³; teve, porém, uma importante dimensão

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

política, pois mostrou que os protestantes, além de não se interessarem pela evangelização do Japão e de não ocultarem os missionários clandestinos, estavam disponíveis para colaborar com o xogunato, mesmo para abafar uma revolta social que ganhara uma dimensão religiosa indiscutível.

Este episódio parece-nos emblemático de todo o processo que temos vindo a analisar: o sucesso holandês no país do Sol Nascente foi alicerçado na destruição da cristandade local ligada à Igreja Romana. Apesar da sua superioridade nos mares, os holandeses sentiram uma enorme dificuldade para superar os portugueses no trato nipónico, como é mostrado, por exemplo, por documentação da VOC dos anos 30 do século XVII⁷⁴.

*O modo como Cocks rejubilava
pelo facto do xógum odiar
os cristãos constitui,
sem dúvida, um excelente
exemplo para a compreensão
da atitude dos holandeses
e ingleses no Japão.*

Os protestantes tiveram, assim, um papel decisivo na rápida erradicação da Igreja do arquipélago nipónico. Apesar da reunificação política do império ter sido complementada pela adopção da noção do *shinkoku* (país dos deuses), em que a religião cristã não se encaixava, tanto Toyotomi Hideyoshi como os Tokugawa nunca quiseram prescindir do comércio com os Europeus. É muito provável que, mesmo sem o aparecimento dos *kômôjin*, o *bakufu* prosseguisse uma política marcadamente anti-cristã, mas dificilmente tomaria medidas tão repressivas como as que aplicou entre 1614 e 1639.

Note-se que Toyotomi Hideyoshi, embora tivesse expulsado os missionários, nunca procurou concretizar essa ordem, e que Tokugawa Ieyasu já se avistara com William Adams, quando se tornou no senhor absoluto do Império Nipónico; quer isto dizer que Ieyasu pôde estruturar a sua política interna na expectativa de que

os *kômôjin*, inimigos dos *nanbanjin* católicos, apareceriam e, apesar disso, só depois de ter instalados em Hirado dois grupos de “mercadores ruivos” é que desferiu o golpe final contra a cristandade. Foi preciso ainda mais um quarto de século para que o xogunato finalmente prescindisse da parceria comercial com os mercadores de Macau.

CONCLUSÃO

Parece-nos que Jerónimo Rodrigues, na carta que escreveu ao Geral da Companhia, a 18 de Março de 1614, definiu correctamente o peso dos protestantes nesta política: a expulsão dos clérigos era “matéria de estado” pelo ódio ao Cristianismo, pelo receio de futuras conquistas e pelas intrigas dos herejes⁷⁵.

Embora tenha tido uma história curta, antes de se remeter às catacumbas, a cristandade japonesa, além de ter experimentado as rivalidades corporativas entre as ordens religiosas duma mesma Igreja, conheceu a maior das contradições que marcava a vivência do Cristianismo na Europa Ocidental: a de ser uma religião cujos fiéis estavam divididos e profundamente marcados pelo ódio gerado pelas cisões recentes. A tragédia por que passava a religião cristã no Velho Continente repercutiu-se, sem dúvida, nas ilhas do Sol Nascente, no modo como os ruivos do Norte assistiram impávidos e colaboradores à chacina dos católicos; uma situação que, certamente, não teria um desfecho muito diferente se as posições duns e doutros fossem as inversas. **RC**

Nota do autor: Este artigo baseia-se em partes da minha dissertação de doutoramento, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1998, especialmente no capítulo 19. O texto integral queda inédito.



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

NOTAS

- 1 Sobre a história do Cristianismo no Japão existe uma bibliografia vasta e importante, de que destacamos as seguintes obras: C. R. Boxer, *The Christian century in Japan*, Manchester: Carcanet Press, 1993 (edição original, 1951); Léon Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon. 1547-1570*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993; George Elison, *Deus destroyed, the image of Christianity in Early Modern Japan*. Cambridge, Mass. / Londres: Harvard University Press, 1988 (original, 1973); Josef Franz Schütte S. J., *Valignano's mission principles for Japan*, 2 vols., St. Louis, 1980-1985; Neil Fujita, *Japan's encounter with Christianity. The Catholic mission in pre-modern Japan*, Nova Iorque: Paulist Press, 1991. Veja-se ainda o meu estudo *O Japão e o Cristianismo no Século XVI. Ensaios de História Luso-Nipónica*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- 2 Sobre a presença espanhola no arquipélago do Sol Nascente, vide Juan Gil, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- 3 Sobre a rivalidade luso-espanhola, vide o meu artigo "A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão", in *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)* (org. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos), Lisboa, 1994, pp. 477-524. Desenvolvi mais este tema na minha dissertação de doutoramento, citada acima, especialmente nos capítulos 5 e 15. Neste caso, o facto da Casa de Áustria dominar então todos os reinos ibéricos não provocou uma colaboração sistemática entre portugueses e espanhóis na Ásia Oriental. Com efeito, os dois impérios ultramarinos mantiveram-se separados um do outro e, por isso mesmo, perduraram as rivalidades tradicionais, acirradas, inclusive, pela dificuldade da maioria dos portugueses em aceitar a sujeição a um rei estrangeiro. Assim, as entradas dos frades de Manila no arquipélago nipónico geraram disputas sistemáticas que levaram muitas vezes os clérigos católicos a ignorar a ameaça que representavam os mercadores protestantes. Na documentação jesuítica é mais frequente os frades do *Patronato* Espanhol serem responsabilizados pelas perseguições anti-cristãs do que os agentes das companhias comerciais holandesa e inglesa.
- 4 Sobre a viagem do *Liefde* e restantes unidades da sua armada, vide William Corr, *Adams, the pilot. The life and times of Captain William Adams. 1564-1620*, Sandgate, 1995, pp. 23-37.
- 5 Carta-à-nua da vice-província do Japão de 25 de Outubro de 1600, BA, 49-IV-59, fl. 35.
- 6 Sobre Tokugawa Ieyasu, o fundador da dinastia xogunal de Edo, e as suas relações com os cristãos, vide Michael Cooper S. J., *Rodrigues, o intérprete. Um jesuíta no Japão e na China*, Lisboa: Quetzal, 1994 (original, 1974); A. L. Sadler, *The maker of modern Japan. The life of shogun Tokugawa Ieyasu*, Tóquio, 1992 (original, 1937); Conrad Totman, *Tokugawa Ieyasu: shogun*, Heian, 1983.
- 7 O capitão-mor da viagem era D. Paulo de Portugal, que permaneceu em Macau, delegando o comando da nau, na sua viagem ao Japão, em Horácio Nerete. Cf. C. R. Boxer, *The Great Ship from Amacon, Annals of Macao and the old Japan trade 1555-1640*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, p. 62.
- 8 Hideyoshi foi o guerreiro que concluiu a reunificação do Império Nipónico em 1590 e que, em 1587, emitiu o primeiro édito anti-cristão, à escala nacional. Para a sua biografia vide principalmente Mary Elisabeth Berry, *Hideyoshi*, Cambridge, Mass. / Londres: Harvard University Press, 1982.
- 9 "Informação sobre a entrada dos holandeses em Japão e sobre algumas cousas que depois sucederam, feita em Janeiro de 1615". Real Academia de la Historia (RAH), Madrid, *Cortes* 9/2666.
- 10 Cf. carta de Alexandre Valignano para o assistente de Portugal. Nagasáqui, 20 de Outubro de 1600. Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), *Jap-Sin*, 14 I, fl. 27.
- 11 Cf. Diogo do Couto, *Décadas da Ásia*, XII-v-2; C.R. Boxer, *Jan Compagnie in Japan. An essay on the cultural, artistic and scientific influence exercised by the Hollanders in Japan from the seventeenth to the nineteenth centuries*, Haia, 1950, p. 26.
- 12 Cf. William Corr, *Adams the pilot...*, p. 89.
- 13 Cf. C. R. Boxer, *Jan Compagnie in Japan* ..., pp. 27-28. A relação que citei atrás, existente na Real Academia de História em Madrid, refere que os holandeses começaram a instruir os nipónicos na arte de fundir artilharia em 1612. Anteriormente, os portugueses tinham fornecido alguns canhões a Otomo Yoshishige, sem que este tivesse retirado alguma vantagem do facto; depois, duas peças ligeiras foram extremamente importantes na vitória das forças de Satsuma e de Arima contra o exército de Ryūzōji Takanobu, quando este invadira a península de Shimabara, em 1584. Cf. o meu estudo "A introdução das armas de fogo no Japão à luz da História do Japão de Luís Fróis", in *O Japão e o Cristianismo no século XVI* (cit.), pp. 71-86.
- 14 Neste estudo, deixo de lado a reacção das ordens mendicantes e dos espanhóis, igualmente inimigos dos holandeses e dos ingleses, pois a sua presença no arquipélago trata-se de um fenómeno paralelo e concorrencial relativamente aos jesuítas do Padroado Português do Oriente. Embora católicos como os religiosos da Companhia, ao mesmo tempo que rivalizavam com os mercadores protestantes, os comerciantes e clérigos espanhóis tentavam simultaneamente ganhar áreas de influência própria, desligadas da autoridade do vice-rei da Índia ou do arcebispo de Goa. Além disso, os espanhóis tinham debilidades semelhantes às dos protestantes pois também eles tinham chegado havia pouco tempo e não tinham as bases sólidas do bloco lusitano.
- 15 Para o estudo deste prelado, além da minha dissertação citada atrás, é fundamental o estudo de Inácia Rumiko Kataoka, *A Vida e a Acção Pastoral de D. Luís Cerqueira S. J., Bispo do Japão (1598-1614)*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997.
- 16 Cf. Biblioteca da Ajuda (BA), 49-IV-59, fl. 35.
- 17 Cf. BA, 49-IV-59, fl. 53v-76.
- 18 Cf. BL, *Add.* 9859, fl. 149-191.
- 19 Cf. ARSI, *Jap-Sin*, 54, fl. 218-262; BA, 49-IV-59, fl. 76-112v.
- 20 Sobre a rivalidade luso-holandesa no Oriente, no início do século XVII, vide, por exemplo, Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700*, Londres / Nova Iorque: Longman, 1993, pp. 107-180; Derek Massarella, *A world elsewhere. Europe's encounter with Japan in the sixteenth and seventeenth centuries*, New Haven / Londres: Yale University Press, 1990, pp. 314-323; Jonathan I. Israel, *Dutch primacy in world trade, 1585-1740*, Oxford: Oxford University Press, 1989, pp. 38-196.
- 21 Sobre o peso político da cristandade nipónica no final do século XVI veja-se o meu estudo "Tokugawa Ieyasu and the Christian daimyo during the crisis of 1600", in *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, Lisboa, n.º 7, 2003, pp. 45-71.
- 22 Cf. William Corr, *Adams the pilot...*, p. 87.
- 23 *Ibidem*, p. 93.
- 24 *Ibidem*, pp. 97-98.
- 25 Cf. C. R. Boxer, *The Christian century in Japan...*, p. 285.
- 26 O primeiro jesuíta terá aparecido junto aos sobreviventes do *Liefde* dois ou três dias depois da sua chegada. Cf. carta de William Adams

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- para um amigo em Bantém. Hirado, 23 de Outubro de 1611. *The English Factory in Japan, 1613-1623*, ed. Anthony Farrington, Londres: British Library, 1991, I, p. 68.
- 27 Cf. Josef Franz Schütte S. J., “A visita do superior jesuítico de Osaka à casa de Will Adams (Osaka, Julho 160)”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, 1980, pp. 209-230.
- 28 Cf. Michael Cooper S. J., *Rodrigues, o intérprete...*, p. 211.
- 29 Cf. C. R. Boxer, *The Christian century in Japan...*, p. 288; William Corr, *Adams the pilot...*, p. 111.
- 30 Cf. William Corr, *Adams the pilot...*, p. 109. Sobre a evolução desta batalha naval vide Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. V, Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1994, pp. 29-40.
- 31 Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere...*, p. 83.
- 32 Segundo a *Informação* da Real Academia de História.
- 33 Cf. C. R. Boxer, *The Christian century in Japan...*, p. 289; William Corr, *Adams the pilot...*, p. 111.
- 34 Cf. RAH, *Cortes*, 9/2666, fl. 309.
- 35 Cf. RAH, *Cortes*, 9/2666, fl. 309v.
- 36 Cf. carta do rei para o governador das Filipinas. 19 de Dezembro de 1611. Arquivo General de Indias (AGI), *Filipinas*, 329, livro 2, fl. 140v-141.
- 37 Tokugawa Ieyasu, que assumiu este título em 1605, após abdicar do de xógum no seu herdeiro, Tokugawa Hidetada.
- 38 Carta de Francisco Pasio para o Padre Geral. BL, *Add.*, 9860, fl. 204.
- 39 Cf. ARSI, *Jap-Sin*, 56, fl. 165.
- 40 Cf. C. R. Boxer, *The Christian century in Japan...*, p. 289.
- 41 Cf. William Corr, *Adams the pilot...*, p. 112.
- 42 Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere...*, p. 86.
- 43 Cf. C. R. Boxer, *The Christian century in Japan...*, p. 290; William Corr, *Adams the pilot...*, p. 112.
- 44 *Informação*, RAH, *Cortes*, 9/2666.
- 45 ARSI, *Jap-Sin*, 15 I, fl. 144.
- 46 Cf. carta de D. Luís Cerqueira para o rei. Nagasáqui, 15 de Novembro de 1612. RAH, *Cortes*, 9/2666, fl. 174-175v.
- 47 Cf. RAH, *Cortes*, 9/2666, fl. 260.
- 48 Cf. ARSI, *Jap-Sin*, 21 II, fl. 295-296.
- 49 Esta expedição tinha por missão principal descobrir uma passagem para o Cataio. “Their instructions included advice by the cosmographer Dr. John Dee on how to behave themselves should they reach. Dee added that “[y]ou may also have opportunitie to saile over to Japan Island where you shall finde christian men, Jesuits of many countreys of christendome, and perhaps some englishmen, at whose handes, you may have great instruction and advise for your affaires in hand”. Derek Massarella, *A world elsewhere...*, p. 64.
- 50 *Ibidem*, p. 127.
- 51 *Ibidem*, p. 95.
- 52 *Ibidem*, p. 64.
- 53 *Ibidem*, pp. 70, 90-96.
- 54 *Ibidem*, pp. 106-124.
- 55 *Ibidem*, pp. 137-139. A loja de Tsushima foi encerrada rapidamente e a de Edo resultou numa decisão de Richard Cocks, pois John Saris determinara a sua abertura em Sunpu, junto à corte de Ieyasu.
- 56 *The English Factory in Japan...*, I, p. 68.
- 57 Cf. C. R. Boxer, *The Christian Century in Japan...*, p. 306.
- 58 Cf. *The English Factory in Japan...*, II, p. 566.
- 59 Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere...*, p. 156.
- 60 A documentação portuguesa demonstra claramente que a comunidade chinesa estante em Nagasáqui nos primeiros anos do século XVII estava identificada com o Cristianismo e mesmo com os interesses do eixo Macau-Nagasáqui. Sabemos, por exemplo, que nos primeiros anos da perseguição, alguma da comunicação entre Macau e os padres que permaneceram clandestinamente no Japão se fez por via de mercadores chineses. De tal forma a comunidade chinesa original estava ligada ao Cristianismo que só passada uma década da expulsão dos clérigos católicos é que foram edificados templos budistas na cidade.
- 61 Numa carta de Richard Cocks para os directores da Companhia, em Londres, escrita a 30 de Novembro de 1613, é referido que esses marinheiros “took sanctuary in the papist churches, and were secretly conveyed away for the Phillipines per the Jesuits”. *The English Factory in Japan...*, I, p. 99.
- 62 “Here is reports that all the papist jesuits friars and priests shall be banished out of Japan as well at Langasake as elsewhere, but I doubt the news is too good to be true”. *The English Factory in Japan...*, I, p. 134.
- 63 A título de exemplo, cite-se uma carta de Janeiro de 1617, em que Richard Cocks dava conta do embaraço em que se encontrara um mercador português, quando fora questionado pelo secretário do xógum sobre a possibilidade de religiosos japoneses pregarem a sua religião em Goa, ao que o dito comerciante tivera que reconhecer que isso seria proibido. Cf. *The English Factory in Japan...*, I, p. 563.
- 64 Cf. carta de Pedro Marques para o assistente de Portugal. ARSI, *Jap-Sin*, 35, fl. 241-241v. Sobre os choques entre portugueses e seus rivais protestantes na Indochina, encontramos informações interessantes em *Cartas Anuais do Colégio de Macau (1594-1637)* (ed. João Paulo Oliveira e Costa e Ana Fernandes Pinto): Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Macau, 1999.
- 65 Ao relatar a sua reentrada no Japão, o padre Gaspar de Castro relatava que viajara durante 26 dias escondido no porão e que o navio fora abordado por holandeses. Cf. carta para o assistente de Portugal. Arie, 30 de Setembro de 1621. ARSI, *Jap-Sin*, 34, fl. 192.
- 66 Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere...*, pp. 275, 290-296.
- 67 Carta de John Osterwick para Richard Fursland, em Batávia. Hirado, 25 de Novembro de 1621. *The English Factory in Japan...*, II, p. 864.
- 68 Carta de Richard Cocks para Richard Fursland, em Batávia. Hirado, 16 de Dezembro de 1621. *The English Factory in Japan...*, II, p. 868.
- 69 Carta de Richard Cocks para Sir Thomas Wilson, em Londres. Nagasáqui, 10 de Março de 1620. *The English Factory in Japan...*, I, p. 779.
- 70 Cf. Derek Massarella, *op. cit.*, p. 96. Veja-se que quando John Saris regressou a Inglaterra, em Setembro de 1614, foram descobertos na sua bagagem pessoal livros lascivos que ele obtivera no Japão, que lhe foram confiscados e queimados publicamente, em Janeiro de 1615. Cf. *Ibidem*, p. 126.
- 71 *Ibidem*, p. 96.
- 72 Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere...*, p. 334. A este propósito, Stephen Neill, referindo-se ao caso inglês, afirma: “In general the East India Company was hostile to missionary effort, not so much on principle, as because it had lived on the basis of non-interference with customs of the country, and feared that religious propaganda might provoke the resentment of the inhabitants and so prove harmful to the development of commerce”. Stephen Neil, *A history of Christian missions...*, p. 198.
- 73 Cf. Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1999, p. 55.
- 74 Cf. Natália Tojo, “The anxiety of the silent traders. Dutch perception of the Portuguese banishment from Japan”, in *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, Lisboa, vol. 1, 2000, pp. 111-128.
- 75 Cf. ARSI, *Jap-Sin*, 16 I, fl. 33v.



Merchants as Diplomats

Embassies as an Illustration of European-Asian Relations

JURRIEN VAN GOOR*



On their arrival in June 1596 before the city of Banten on Java, the commanders of the first Dutch fleet assumed new titles. The junior-merchants named themselves “Captain,” while their admiral, Cornelis de Houtman, adopted the title of “Captain-Major.”¹ This latter title in particular gives the impression that the motive for this change of nomenclature was to emulate the Portuguese, whose leaders used the title *capitão-mor*: after all, in preparing the expedition De Houtman had spent considerable time in Lisbon. Before the

Dutch ventured ashore, they held several talks with the city’s authorities, as well as with any Portuguese who happened to be in the area, all of whom visited them aboard. When De Houtman finally went ashore for a first visit to the city’s governor, he was accompanied by eight midshipmen who were dressed in satin and velvet with rapiers at their side, a parasol carrier, and a trumpeter who made himself heard regularly. Twelve boatswains completed the party. The aim of this retinue was undoubtedly to impress, for De Houtman’s mission was political as well as commercial. His goal was not merely to buy pepper, he also had to try to make a treaty in which Banten and the Dutch declared themselves allies. Even though the Dutch emphasized their intention to trade, their behaviour as well as their proposal of an alliance made it clear that they were no

* Lecturer at Utrecht University, Holland, and author of many works on the Dutch in Asia, especially the activities of the VOC.

Professor da Universidade de Utrecht (Holanda), é autor de extensa bibliografia sobre a presença holandesa na Ásia, nomeadamente sobre as actividades da VOC.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

mere merchants. Like a true veteran diplomat, the Dutch Captain-Major handed over his credentials, the patents of the States-General, and the letter in which Prince Maurits of Orange had awarded his commission.² Nor did the Bantenese authorities, judging from their behaviour, regard the Dutch solely as tradesmen. Shortly after De Houtman arrived, he and his party were asked to make their ships available for a military expedition against the sovereign of Palembang on Sumatra. This brief account of the first Dutch voyage to Southeast Asia shows that for both parties, the Bantenese and the Dutch, trade and politics were closely interlinked, and that a merchant could not hold his own without an awareness of local political relations. In most Indonesian harbour cities, the first official one would encounter was the *syahbandar* or harbourmaster. This title, derived from the Persian, again indicates the existence of a system of international relations in Southeast Asia.³

The Dutch visit to the Indonesian Archipelago draws attention to a subject that has hitherto been little studied: the diplomatic relations established between European and Asian rulers in the early modern era.⁴ The question arises as to whether the Dutch were assigned a position in this system of diplomatic relations within Asia, and, if so, exactly what was that place? Did it differ from the position held back home? Did the Dutch adapt to foreign customs when they interacted with different cultures, or was their behaviour a mixture of various traditions? It is even possible that both parties failed to understand each other. Taking into account that the basis for the present-day diplomatic system was formed in Europe in the sixteenth and seventeenth centuries, we will compare this early Western system with the system of diplomatic relations in Asia.⁵

Important factors in the early European system of diplomatic relations were the hierarchy of states, the mutual acknowledgement of sovereignty, the exchange of delegations, and a system of permanent embassies.⁶ Previously, diplomatic contacts had been temporary: embassies were sent out in order to settle disputes or attend festivities, and returned to their country of origin immediately afterwards. Permanent embassies, however, remained in the country where they had been accredited. To enable such permanent contact, diplomats and their staff were granted immunity. This system came about gradually. The European religious

wars in the sixteenth and early seventeenth centuries had brought an end to the unity and order of the Christian world. It was not until after the peace of Westphalia in 1648 that a new order emerged in which the various sovereign states occupied places of their own. The form of sovereignty that thus came into existence entailed the exchange of diplomatic delegations on a reciprocal basis. However, taking into account the substantial differences in force, power and size between the European states, reciprocity did not automatically lead to equality: these differences were expressed in a hierarchy that was strictly observed whenever rulers or ambassadors met, and disputes over superiority in rank could even lead to armed conflicts. There was, for instance, the incident of the traffic accident between the carriages bearing the ambassadors of France and Spain in Rome. The French diplomat regarded himself as a representative of “the most Christian ruler in the world,” whereas the Spaniard clearly represented himself as “the most Catholic regime that ever existed.” Each one utterly convinced of his own superiority, both refused to yield the right of way, with the result that they collided. The battle that followed led to many casualties, with deaths on both sides.

Despite such ceremonial inequalities, which resulted in continual squabbling over hard-won diplomatic positions, the European states laid the foundations for a system which, although initially confined to Western Europe, would eventually become universal. At first, foreign rulers were excluded: the Russians were considered too remote, and non-Christians were boycotted for religious reasons.⁷ An exception was made for exchanges with representatives of Muslim monarchs.⁸ The system of European states was not a closed system; every now and then newcomers were admitted into the ranks. On the whole, however, the participants in this system were limited to the courts of Christian denominations. The relationship with non-Christian peoples was not solely governed by factors of religion or distance. According to international law, which originated at the same time, a universal law applied to all peoples equally. One of the supporters of this view, which derived from theories of natural law, was the Dutch jurist Hugo de Groot (Hugo Grotius),⁹ whose ideas were in many ways a continuation of the efforts of those Spanish jurists who had occupied themselves with the law of conquest and colonisation after America had been discovered in the sixteenth

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

century.¹⁰ De Groot showed himself an outspoken supporter of the principle of equality, an important notion in the law of nature, according to which the laws that applied in Europe were valid the world over. Particularly on the subject of contracts and agreements, De Groot assumed that Asian, Dutch and other European sovereigns were all bound by the notion *pacta servanda sunt*. Although De Groot's ideas were introduced after the first Dutch expeditions had begun, they corresponded to the views of the first merchants who sailed to Asia.¹¹ *Bona fides* should form the foundation of all trade, although this was more a statement of principle than an account of universal practice. Even De Groot was forced to stretch his views to maintain Dutch claims, when he worked as a lawyer for the Dutch East India Company (VOC) and had to negotiate free passage into the Moluccas with the British.¹² This does not, however, alter the fact that the legal (sometimes legalistic) arguments inherent in the law of nature influenced the Dutch in their relations with Asians. At the same time, the first Dutch were very well aware of the major differences in hierarchy and status that existed between different peoples and countries. Moreover, the image they held of the Asian world was an ambivalent one, in which admiration was mixed with aversion to strange customs and practices.¹³

THE FIRST EXPEDITIONS TO ASIA AND AFRICA

On later Dutch expeditions, contacts with local authorities took place along the lines of De Houtman's first visit. For instance, when a delegation from Zeeland visited Banten in 1599, the Dutch source merely mentions casually that "they sailed ashore to speak to the king."¹⁴ The further course of events remains unknown. It is unlikely that they did actually visit the Sultan since he was only a minor at the time. The author of the report, however, was not in a very expansive mood. He finds worth mentioning the fact that two men, the captain and another crewmember, were stabbed to death by a Javanese, but, he demurs, "to describe more events would take too long."¹⁵ What strikes us about the first quotation is the matter-of-factness with which the visit to the Sultan is mentioned. Equally remarkable is the ease with which these merchants were apparently granted an audience at the royal court. Nor was the experience of Cornelis de

Houtman different during his second expedition to Asia. On the islands of the Comoros, he and his company received a grand welcome from the "king." Even more splendid was the reception that greeted him and his crewmembers in Aceh.¹⁶ After initial negotiations the Sultan received De Houtman with much ceremony and presented him with garments and a *keris*, while on subsequent visits to the royal court he was escorted to the palace with a parade of elephants. The Dutch were not the first Europeans to be granted such receptions, however, for many Portuguese embassies had preceded them.¹⁷ According to the *Hikajat Atjéh*, it was not only the Europeans who sent out envoys: neighbouring Malayan sovereigns did so as well.¹⁸

But despite the full honours with which the Sultan of Aceh had first welcomed De Houtman, in 1599 matters ended badly for him. A Portuguese envoy from Malacca successfully managed to set the king against the newcomers. Intoxicated by *Datura* seeds, which the Acehnese had mixed into their farewell dinner, the Dutch were easy victims and were taken prisoner. Cornelis de Houtman himself was killed. Could it be that he was not the capable courtier and negotiator that the Dutch sources portrayed? The instructions given to him by his principals speak of peaceful trade: De Houtman was to avoid any trickery or deceit on the part of the Spanish, Portuguese or locals, and was to treat the natives with respect. Even if he had to use force in order to persuade people to trade with him, he would have to pay them fairly and squarely and hand over part of the profit.¹⁹ He was not to cause inconvenience to anyone and was to avoid bloodshed at all cost. On both his first and second expeditions, it was De Houtman's task to obtain preferential terms in Asian towns of commerce by means of contracts. A further aim was to seek permission to build a lodge. Indeed, De Houtman managed to forge an agreement with the Sultan of Aceh in 1599, but it was the admiral's misfortune to place too much faith in these royal promises: "we believed we had made a deal with the king, as one would think when it is sealed under oath."²⁰ Despite his earlier experiences in Banten, De Houtman probably underestimated the rapid pace of the changes in political persuasion that could occur throughout the Malay world. Once again, he was no match for the Portuguese, who had had a whole century in which to explore the Malay world and had adapted to the

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

prevailing customs.²¹ Indirectly, De Houtman had fallen victim to the political changes prompted by his first appearance in Asia a few years earlier. To expel the Dutch, the Portuguese had sent a considerable fleet to the Sunda Straits. Although the ships arrived too late, they had left a deep impression on *os reis vezinhos*, the sovereigns around the Straits of Malacca. Several of them sent embassies to Malacca, and in 1599 the Sultan of Aceh offered the Portuguese the right to build a fort in his domain.²² All this must have taken place as De Houtman and his party were in the area. Dutch sources do mention that a Portuguese envoy from Malacca was in Aceh at the time. A few years later, when relations in Aceh had changed in favour of the Dutch, the Acehnese Sultan even sent an embassy to the Low Countries.²³ To send delegations on such remote missions was not unusual: as early as 1562 an Acehnese embassy had already visited Constantinople.²⁴

Judging by the instructions given to Dutch skippers, as well as by their behaviour, the envoys were not unprepared for the political risks involved in such distant expeditions. Once they had arrived on unknown coasts, they were very much on their guard. Often hostages were exchanged before the envoys set foot ashore.²⁵ This was part of an established custom that the Portuguese had already employed when they first visited Africa and Asia.²⁶

And yet the Dutch proved themselves considerably adept at dealing with foreign sovereigns. In this respect, Pieter van den Broecke, a merchant from the southern Netherlands (now Belgium) was a remarkable person, maintaining relations with native

rulers in West Africa, the Arabian Peninsula, India and the Indonesian Archipelago. Apparently these visits took place much to the satisfaction of all parties. In any case, the king of Loanga in West Africa urged Van den Broecke to visit him more often.²⁷ Everything seems to indicate that this Dutchman felt very much at ease in the African kingdoms, even though he sometimes witnessed less than pleasant events. Van den Broecke

describes in a very matter of fact fashion how the Africans had clubbed a Portuguese to death with elephant's teeth because he had fired shots at the Dutch, "thus showing that the natives were dedicated to our country."²⁸ There are many other such reports that give an idea of the rough character of these early expeditions. Raiding a Portuguese ship or stopping native vessels were events that deserved only a casual mention. Like many of his contemporaries, Van den Broecke had a keen eye for rituals and ceremonies. He was quick to address the men of the king of Loanga who came to meet him as noblemen. As De Houtman had done in Banten, Van den Broecke arranged for a small retinue, including a trumpeter, to escort him on his visit to Sana, in

what is now Yemen. There was a considerable stir when the trumpeter began to play the "Wilhelmus," the Dutch national anthem, from atop the city walls. At the urgent request of a Turk who had visited the Netherlands and knew that the "Wilhelmus" had been used as the Dutch battle cry in the war against Spain, Van den Broecke silenced him.²⁹ At Sana, the Dutch were welcomed in great style by the *Beglerbegi*, who had sent out 300 horsemen to meet him.³⁰ Willem de



Carolus de Houtman

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Milde, however, another Dutch envoy to Sana, had been far less successful. His stay there proved a catalogue of problems, most of his own creation, so that much of his time was wasted on political negotiations to put things right.

These are only a few examples of the skilfulness with which merchants from the Netherlands adapted to different countries and comported themselves as courtiers and diplomats in Africa and Asia. Nevertheless, from a formal point of view, the contradiction in the title of this paper — “merchants as diplomats” — remains. In general, merchants are not regarded as diplomats, nor do diplomats consider themselves merchants. In the opinion of many diplomats, trading was deemed taboo for quite a long time, especially during the seventeenth century. Diplomats were mostly noblemen who represented their king at a different court; being courtiers, they had rights and a code of conduct of their own. Merchants were also bound by rules and customs. Their duty to their master obliged them to take the utmost care of the ships and cargo in their charge, and to return with a profit—a distinctly worldly orientation abhorred by seventeenth century diplomats, for whom the reputation of their sovereign mattered far more than material lucre (even when this sometimes led to worldly profit being deliberately overlooked).³¹ Opposed to the diplomat, whose sole aim was to maintain his master’s honour, stood the compliant, flexible merchant, who was willing to adjust himself wherever profit was likely to be made, an image often portrayed in literature. In diplomatic practice, the ambassador held a position of his own, which was not to be confused with that of a merchant. He was the pre-eminent representative of the person of the sovereign, and thus could claim a comparable position in diplomatic relations.³² Envoys of a lower rank, usually acting as delegates for the government, never represented the king in person, although their function was acknowledged in international law. But this was not the case for so-called “agents,” who served as representatives in towns of commerce and assumed a much humbler position.

In the early seventeenth century, the ranks that a diplomat could hold had not yet been definitively established. Furthermore, the Dutch Republic had not as yet obtained clear sovereign status, a condition that only changed after the Peace of Munster in 1648, when all the European states acknowledged the sovereignty

of the Dutch Republic. Until then, the position of the Republic’s representatives in matters of diplomacy had been vague. Often, foreign noblemen looked with disdain upon Dutch diplomats who, in their eyes, were the mere descendents of merchants.

Merchants were not held in high regard at the royal courts in Asia either,³³ although they were regarded with a certain ambivalence. Many oriental sovereigns were themselves actively involved in their state’s trade. Furthermore, the riches and wares of prestige that the foreigners brought with them aroused their admiration as well as envy and suspicion. The Sultan of Patani could not have expressed this better: when presented with a giant stone cannonball by a Chinese merchant, which proved to be too large to

*De Groot showed himself
an outspoken supporter
of the principle of equality,
an important notion in the law
of nature, according to which
the laws that applied in Europe
were valid the world over.*

shoot from any cannon in his kingdom, he said: “There we have it, this Chinese Captain, who is but a mere merchant, presents us a cannonball. But we, the king of a country, don’t even possess a cannon to shoot it from. Thus we are put to shame in front of all foreign countries.”³⁴ This ambivalence towards strangers was felt particularly strongly throughout the Malay world. Many kings, each with limited power and economic resources, were engaged in a continual power struggle. They spared no means to stab each other in the back.³⁵ In such a climate, a king’s treasury and position could benefit from good relations with foreign tradesmen. So from the moment of their first arrival, European traders were used as pawns in local political games. As mentioned earlier, in 1596 De Houtman had serious trouble holding his own in the political minefields around the Straits of Malacca. As in Europe, it was exactly this state of affairs that made sovereigns want

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

to keep themselves informed of their neighbours' plans, or to settle disputes so they could regularly exchange messengers or envoys. Soon after De Houtman, Van Spilbergen and other Dutchmen arrived in Asia, and diplomatic relations grew quite busy between the Malayan rulers and the Portuguese. Apart from the three major powers—Portuguese Malacca, Johor and Aceh—there were various small kingdoms around the Straits of Malacca that switched political sides on a regular basis. The result was a shifting, unstable hierarchy, particularly opaque to newcomers.

As mentioned above, embassies and delegations were not a new thing in Asia. The requirements for ambassadors were not so very different from the European demands of that era. An insight into Iranian views on this matter is given in the book *The Ship of Sulaiman*, written by Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim, who was secretary of the delegation sent to King Narai of Siam (now Thailand) under Shah Sulaiman of Iran in 1685.³⁶ What makes the Iranian visit to Siam particularly interesting is that it coincided with the embassy sent by King Louis XIV of France. As a result of this coincidence, Muhammad Rabi was able to form an opinion of European customs in matters of diplomacy. Moreover, he talked with the head of the Dutch factory in Ayutthaya on several occasions.³⁷ According to Muhammad Rabi, a sovereign had to be well informed as to the quality of his servants, able to assess their administrative capacities, and confident that they would strike the right note at public appearances:

"The Sultan's ambassador must be a man of perfect intelligence, a clear-sighted councillor who knows his job thoroughly and has spent much time in the past acquiring experience... [who] is quick to appraise a new situation, is true to his word and has an honest reputation... Wise scholars and men of learning have pointed out that the ambassador is the king's own tongue. Whoever wishes to judge the intentions of a foreign king can read an ambassador as if he were the title page of the king's heart and tongue... Indeed, there is no other way to assess a distant ruler but through the discrimination and skill he has displayed in choosing his envoy. If the envoy is eloquent and succeeds in impressing his host with his praiseworthy behaviour, that is a sure sign that the king has ability in evaluating men's character... Every wise councillor declares that the ambassador must be brave, clever in his speech and generally forceful."³⁸

This phrasing is strongly reminiscent of the European notion that an ambassador represents the king's person. The European envoy had to adopt a worthy and modest pose, and at the same time he had to stand up for his master's honour, be loyal and honest towards his rulers, eloquent, amiable, courteous, altruistic and just towards his subordinates. He had to be generous in his behaviour. It was assumed that grandeur was based on moral superiority, not on fortune or descent.³⁹

Muhammad Rabi emphasises the representative side of an ambassador's duties rather than the task of gathering information, which in Europe was considered to be one of the main responsibilities of a diplomat.⁴⁰ Nevertheless the Iranian gives a detailed account of Siam. His emphasis on the representative side of the embassy probably derives from his perception of Iran's relation to Siam. Repeatedly he reveals his notion that Siamese were people of inferior rank and that Iran was a superior, more developed civilization.⁴¹ In his opinion, the embassy to Siam was a benevolent response to King Narai's mission to the Iranian court: "Shah Sulaiman saw fit to grace the Siamese king with the glimpse of his bounty and thereby raise that king above his peers."⁴² The formal reception occupies a major place in Muhammad Rabi's account, as it also did among the accounts of European diplomats of his time. When the French arrived and outshone all other embassies present in Siam at that moment, Rabi decided to discover why Christian diplomacy proved so effective. According to him, of all the "pagan" rulers, the Christians were especially dedicated to the planning of their embassies. Future diplomats were trained for their duties right from childhood, while great effort was put into the preparation of diplomatic missions. He also noted that an internal hierarchy among the members of an embassy had been established so as to avoid any problems of succession in the case of the death of the delegation's leader. This had happened to the Iranian mission and had given rise to great difficulty.⁴³

In both Asia and Europe, a distinction was made between ambassadors and other representatives of foreign powers. Everywhere, great diversity in the ranks was evident. The way in which the Siamese welcomed the Iranian and French ambassadors in 1685, as well as the location of this welcome, makes it crystal clear that they enjoyed a much higher status than the Dutch who represented the VOC *in situ*. The pomp and

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

circumstance on that occasion were considerably greater than when a Dutchman visited the court. The Company left it to the head of the factory in Ayutthaya to maintain relations. This was usually a senior merchant, who only dealt with political affairs when it became unavoidable. The long, relatively smooth relationship between Siam and the VOC came under pressure in the 1680s, with the arrival of the French embassy and the Siamese court's appointment of a Greek *phraklang*, or Minister of Foreign Relations.⁴⁴ When comparing the reception of the Dutch chief to that of the Iranian and French embassies, one notices differences as well as similarities. After the first grand entrance of an envoy into Siam, there were meetings with the prince that bore a more casual, *ad hoc* character. The manner in which Johannes Keyts, chief in Siam from 1685 until 1689, was received on several occasions by King Narai was very similar to certain audiences with the Persians. After being summoned to meet the sovereign, they were assigned to an open-air location in one of the inner courtyards of the palace. There they had to wait until the prince passed by. This "passing by" has to be taken literally, since for the prince the meetings with the Iranians and Dutch were only a brief intermezzo on his way out. Sometimes these meetings took place in one of the outer courtyards, itself a clear indication that these were not important encounters. After all, the closer to the centre of the palace, the higher the status of the visitor. In passing, the king, who was seated on top of an elephant, exchanged a few words with his visitors, who had to lie stretched out and face down, without being allowed to look at the king. These audiences, if one can rightly call them such, sometimes took place outside the palace altogether - for example, during an elephant hunt, on which occasion the king often handed out *kerisses* and garments.⁴⁵

The official entrance made by the Iranian and French ambassadors was of an entirely different order altogether. Here the reception of the Iranians bore much more resemblance to that of the French. Both embassies were welcomed with great pomp and ceremony and invited to stay in houses built especially for the occasion at the expenses of the Siamese sovereign. The envoys were picked up in ships and sedans ornately decorated with gold. According to Dutch onlookers, the French received by far the most honour: their house was "equipped in such a fashion that one would think it was the King of France himself

who had come to stay." The rest of the reception was in no way inferior: "an incredible contraption of 100 gilded tug vessels transported His Excellency and all his retinue from here into town. Once on land, His Excellency was put onto a gilded throne and the ordinary ambassador onto another beautiful chair. For the retinue a group of saddled horses stood ready. Thereafter the gifts were transported to the palace on a covered stretcher just in front of the embassy with king's guards marching on either side."⁴⁶ By comparison, the formal reception of the Iranians was simpler: together with their servants they rode to the court on beautifully adorned horses, while elephants decorated with vibrant colours were posted along the route. The doors of the palace stood wide open and the courts were filled with soldiers. There they also encountered the pavilion that King Narai had built especially to house the letter from Shah Sulaiman. The whole reception and its protocol evolved round these royal letters,⁴⁷ for in the eyes of the Siamese it was not the ambassador who represented the Iranian king but his letters—as the French were soon to discover. According to the French diplomat De La Loubère, the Siamese rulers regarded envoys as mere messengers whose task was to deliver the royal letters. In this view, anyone who carried such a letter was an ambassador, whether or not they were noblemen or courtiers of high rank. Both at the Iranian and French audience, King Narai refused to accept the letter directly from the ambassador. At this point, two conceptions of diplomacy collided: to both the French and the Iranians, the diplomat represented his ruler, whereas in the eyes of the Siamese it was the letter which served this purpose. The Iranian and French accounts of the reception of the royal letter paint virtually the same picture. In both cases the ambassadors initially wanted to hand the letter to the king themselves. The problem was, however, that the prince was seated so high up in his hall of audience that the ambassador would have needed a ladder to reach the king's level. Moreover, the French envoy found the requirement to kneel full length on the floor hard to accept. Because he was a representative of his king, this was an unacceptable request! In the end he was permitted to remain upright. A similar solution was found in the case of the Iranian envoys. They too were allowed to honour King Narai in the same fashion in which they would pay homage to their own ruler. In both cases, the letter was handed

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

to the king by way of a plate on the end of a stick, after which the king paid royal tribute to the documents.⁴⁸

From the accounts of the reception of the Iranian, French and the Dutch, one can easily deduce their hierarchy. The degree of honour accorded to the former two parties had never in all those years been offered to the Dutch. No houses were ever built especially for them, nor did they ever receive food at the court. In this respect, the Dutch position was rather like that of an agent in a European city: their diplomatic status was low, yet because of their constant presence, they were probably much better informed of what went on in the country in question.

So from the moment of their first arrival, European traders were used as pawns in local political games.

In contrast to seventeenth-century Europe, where delegations were increasingly being exchanged on a reciprocal basis, most embassies in Asia were unilateral. This makes the French-Siamese and Iranian-Siamese exchange of envoys exceptional. In neither case, however, did this lead to any practical agreements or contracts. Although religious matters and business affairs were discussed with both embassies, the ceremonial meaning of these visits was probably what mattered to King Narai, particularly inasmuch as they contributed to enhancing his status. Indeed, foreign merchants in Ayutthaya, Siam's capital, attributed the diplomatic exchange to Narai's wish to gain fame and make his name known throughout the world.⁴⁹ Contemporary Siamese chronicles, in which King Narai is said to have "enlightened far-off countries with his fame and virtues," also emphasize this.⁵⁰ This interpretation of the king's frequent diplomatic activities does not seem far-fetched. Embassies were important in determining one's status. Both in Europe and in Asia, sending out a delegation was considered proof of subordination.⁵¹ A striking example of this can be found in the Siamese relation to the Malay world. The latter's subordinate position was often expressed by sending the renowned *bunga emas dan perak*, the gold and silver flower, a species of miniature tree, as an

acknowledgement of submission. Around 1600, Siam laid claim to supreme rule over the Malayan kingdoms on the peninsula and in Sumatra.⁵² The Buddhist Siamese rulers went so far as to give themselves the title of "Sultan," to indicate that they considered themselves lords of ancient Malacca—even though the rulers of Malacca had later converted to Islam. In the Malay world, Malacca counted as the kingdom with the highest status. Before the Portuguese conquered Malacca, many Malayan kingdoms had adopted its laws, traditions and the way in which its royal court was organised. The Siamese rulers demanded to be honoured and paid tribute according to their power. Subordinate rulers were held hostage in Ayutthaya for long periods of time,⁵³ though, so it is hardly surprising that candidates for such embassies were not always easy to find, no matter how skilfully the chronicles of Patani concealed this unwillingness to go to Siam.⁵⁴ Local rulers of lower rank were not the only ones included in Siamese courtly circles; so were the Dutch and other Europeans who had established themselves in Ayutthaya. The head of the Dutch factory received the rank of *phrai*, or "man of the king." Formally, every *phrai* had a number of the king's subjects at his disposal, although it is not clear whether these subordinates were assigned to the Dutch chiefs in practice. Perhaps their function was primarily symbolic, intended to mark the Dutch chiefs' position. On the occasion of an audience or other formality at the royal court, the king would often hand out *kerises* or garments as a token of good will. Chiefs who had rendered the king an important service were sometimes even promoted to a higher rank.

This depiction of the hierarchy around Malacca and Siam does not cover the entire system in Southeast Asia. The rulers of Siam, for their part, were subordinates of the Chinese kingdom. Indeed, there were Siamese missions to Peking.⁵⁵

China, as of old, was not keen to receive strangers or grant entry to envoys of other rulers. The "Middle Realm" considered itself to be the centre of the world, beyond whose borders lived barbarians, people whose company one did better to avoid.⁵⁶ Strangers were only allowed in if this became inevitable. Depending on their power, outsiders could sometimes force their way into the country. The world could not be permanently

Facilities expressly built for the king's envoys, in Guy Tachard, *Voyage de Siam des pères jésuites envoyés par le roi aux Indes et à la Chine*, 1686.

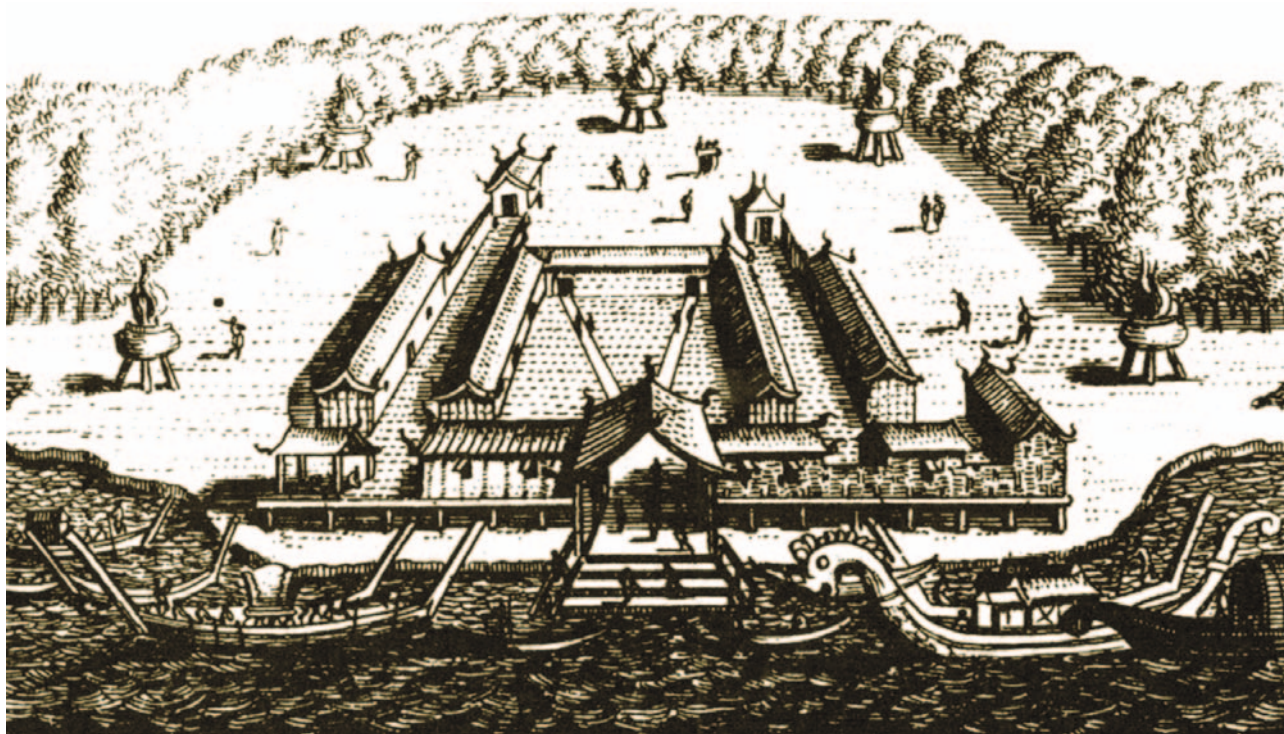
EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

excluded, either on land or at sea, so in the course of time a *modus vivendi* was established. The Chinese set up two departments in Peking, one to deal especially with the barbarians on the borders and another to manage their relations with those barbarians who came from overseas. The foreigners who were granted entry were considered envoys from the outer world who had come to pay tribute and respect to the emperor. In practice, these missions were used as an excuse to trade. The Chinese royal court allowed this, partly because the Chinese needed the goods and partly because it was simply not always possible to keep out all those strangers. Even when trade was their only purpose, these visits were always presented as embassies. As part of the ritual of reception, the barbarians were granted an audience in the imperial palace in Peking. They were given elaborate instructions beforehand on where and how to kneel. On these occasions, the emperor was seated at such a distance and height that the envoys could hardly distinguish him, so direct contact was out of the question. The reception had to be seen more as a confirmation of their mutual contact, after which the barbarians were treated to a bountiful banquet and were then expected to leave.⁵⁷

Much to their surprise, many Dutchmen who made embassies to China were sent home at the very moment they expected finally to get down to business.

Given that the Chinese considered these embassies as tributes to their emperor, it is understandable that these relations were unilateral in character. This lack of reciprocity constitutes the main difference with European diplomacy. It was not only Dutch but other Europeans too who were mistaken on this point; for instance, the English ambassadors to Peking in 1793 and 1816.⁵⁸

The mission of Pieter van Hoorn, an Amsterdam patrician, to China in the mid-seventeenth century is another example of misjudgement between people of different cultures. His embassy was well prepared: the Council of the Indies had consulted various archives on relations with China and had set out extensive instructions on its goals. Van Hoorn had carefully selected his retinue. One can safely say that both the envoy and his supervisors had done everything that was expected of a European embassy. However, the long and costly enterprise did not bring the desired results, for no direct contact with the emperor was ever established. As his visit drew to



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

an end, Van Hoorn received a letter on the part of the emperor informing the Dutch, very politely, that they were not welcome and that a visit once every eight years would suffice. Van Hoorn had achieved exactly the opposite of the VOC's intentions. The Dutch had initiated this expedition in order to gain access to the Chinese market and set up a factory. They had expected to pay visits on a regular basis.⁵⁹ But after the royal audience, the message sent by the Chinese court read, "Given that your country is very far off, and that very strong winds blow here that cause grave danger for your ships to come over, taking into account that it is extremely cold here, with hail and snow, it would grieve me deeply if your people came here. If you really wish them to visit, let them come once every eight years, and not more than a hundred men. Twenty of them can set up camp at the palace. There you can take your merchandise, without having to trade at sea off Canton. This I have decided for your own good, trusting that you will be pleased as well."⁶⁰ The Dutch could put that in their pipe and smoke it. Once every eight years the Dutch would be allowed to greet the Emperor, among the envoys of many other rulers, in the large square built for this purpose. In return, they were allowed to conduct a little trade. If ever a diplomatic meeting could demonstrate how strongly the Chinese and European views of embassies differed, this failure is it.

In other Asian countries, the offering of gifts also constituted a fixed part of embassies. Just as in China, the visit and gifts were seen as a form of tribute.⁶¹ The VOC put a lot of effort into collecting curiosities and prestigious objects that could serve as gifts for Asian rulers. Being a commercial organisation, the VOC kept a close eye on the expenses involved, and was keen to determine the exact value of gifts received in return. Whenever personnel of the VOC were given a special *keris*, carpet or jewels by a king, they were first appraised, after which the recipient was allowed to keep the gifts after paying for them. From the value of the gifts one can deduce a certain hierarchy: the more important the relation or more powerful the sovereign, the more valuable the gift the VOC offered.⁶² With subordinate kings or vassals, the value of reciprocal gifts was limited. The way in which the VOC leadership in Batavia dealt with these gifts shows that it considered this aspect of business a necessary evil, something that could not be avoided and had to be managed professionally. For their

Asian partners, things were much the same. The reception of the French envoys hints at the notion the Siamese held on this matter. When the French did everything possible to convince the Siamese courtiers of the high value of King Louis XIV's gift to King Narai, the Siamese called in the Dutch to appraise the gifts.⁶³ The kings of Kandy in Ceylon for their part examined the presents from the Dutch with a critical eye. Inferior gifts or worthless knickknacks could easily be taken as a sign that a ruler had diminished in the giver's estimation, or was deliberately being insulted. For example, when Thomas Raffles, the English governor of Java (1811-1816) received a letter of which one corner had been torn off, he was outraged. Not without reason, for the letter had been intended as a test.

Not every country was as closed as China. In India, where the Grand Moguls assumed their country to be the centre of the world, one could do business and strangers were not subjected to the humiliating rituals inflicted in China.⁶⁴ Although the Mogul's court was not inclined to enter into agreements with foreigners, privileges were frequently negotiated with representatives of Dutch and English trading companies. These were then granted unilaterally in royal *firmans*. During the first years of European presence, many Indian rulers sought to override the trading companies altogether and make direct contact with their rulers in Europe. Later on, the French and other Europeans were granted a place among the Mogul's vassals.⁶⁵ To be paid tribute was by no means the sole motive for letting these strangers in: there was the chance to charge European merchants for the right to trade in India as well. The gifts the Moguls received sometimes had a value of many hundreds of thousands of euros. For instance, the embassy of the Dutch ambassador Joan Josua Ketelaar to the Grand Mogul in 1711 through 1713, cost the VOC the equivalent of over 500,000 euros, half of which was spent on gifts to the king and his courtiers.⁶⁶ The expenses of this embassy were especially high because Shah Alam Bahadur Shah died shortly after the Dutch envoy had handed over their presents. To curry favour with his successor Jahandar Shah, Ketelaar had to present him with great gifts as well.

Rituals and forms of address played an important part in the reception of embassies. An example of how clearly they reflected political relations can be found in the connection between the VOC and the rulers of

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



"Vue de Siam", in Guy Tachard, *Voyage de Siam des pères jésuites envoyés par le roi aux Indes et à la Chine*, 1686.

Kandy in Ceylon and those of Mataram on Java. Until 1766, the Dutch governor of Colombo used to send an embassy to the ruler of Kandy each year. The Dutch envoys would ask permission to have cinnamon peeled in the king's domain and to transport elephants they had caught in the South to the harbour of Jaffna, crossing Kandian territory. The king regarded this visit as an expedition to pay tribute. The Dutch along the coast lived in his territory and thus were his subjects. After the Dutch had expelled the Portuguese from the island, the Company and the ruler of Kandy had agreed that the king would get the conquered territories in return for cinnamon to compensate for the Dutch war efforts. Because the VOC thought the payment insufficient, it kept the coastal areas in its possession. The Dutch did, however, acknowledge they were *stadholder* on behalf of the king of Kandy. It was not until after a war in 1766 that the Dutch acquired actual ownership over these coastal areas. When another embassy left for Kandy, the Dutch were told to ensure that their new relationship be expressed in their

reception at the royal court. On his part, the Kandian ruler did everything possible to maintain the old ritual whereby the Dutch paid tribute to him while lying stretched out on the ground. Whether or not the court was successful in imposing this condition varied according to the political and economic circumstances of the moment, but in the eyes of the Dutch, these unnecessary and time-consuming rituals ruined the atmosphere of many embassies. This is why, during the fourth Anglo-Dutch war in 1782, the Dutch envoys to Kandy were given instructions to stick to protocol and only comply with the old ritual after strong protest, "as an excellent sign of our friendship."⁶⁷ This beautiful phrase had to conceal the military weakness of the Company, for in India the English had defeated the Dutch time and time again. Nevertheless, the Kandy court did not accept English proposals that they form an alliance, but instead used the weakened Dutch position to reinstate the old ritual.⁶⁸ This illustrates a clash between two political powers, not between political cultures. For both parties, their honour was at

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

stake. The Dutch—who, according to the peace treaty, had gained equality with Kandy—had difficulty in resigning themselves to the king's demands because the ceremony would promptly nullify this equality. On his part, the king found the slur on his status hard to accept because it involved a territorial as well as material reverse. For both parties, it was impossible to detach the form of the ritual from the contents of their relationship.

Although Kandy succeeded in standing firm, the contact with the Dutch on Java had a different outcome. There the VOC evolved from the status of a vassal paying tribute to the rulers of Mataram in 1680 into the supreme ruler of this central Javanese kingdom in 1740. This power shift was the result of wars of succession that had repeatedly afflicted the ruling dynasty. In order to keep their throne, several rulers had sought assistance from Batavia. Once the king came to power, he handed over income and lands in exchange for Dutch assistance. The Company also accepted payment in the form of monopolies on certain products.⁶⁹ In this way the VOC gradually loosened itself from its subordinate position and became an equal ruler that eventually, in 1748, “inherited” the whole kingdom from Mataram.⁷⁰ This new relationship also manifested itself in ceremonies and forms of address. The rulers of Mataram used to address the governor-general in their letters as “Grandfather”: the greatest honour they could bestow. Initially the Company's visits to the court had been formal embassies to pay tribute.⁷¹ Later on, as Dutch power grew, the Dutch Resident in Mataram became a kind of ambassador whose task, among others, was to collect information on relations at the royal court.⁷² Other Indonesian vassals used similar terms based on family relations. Allies, for instance, addressed each other as “friend” to express their equality.⁷³

A COMPARISON BETWEEN EUROPEAN AND ASIAN DIPLOMACY

As can be gathered from the foregoing review of Dutch-Asian relations in early modern times, European and Asian diplomacy were in many ways similar, but had their individual characteristics as well. From this, one can conclude, firstly, that several systems of international relations existed beside one another in maritime Asia, the area in which the VOC

traded. The word “system” suggests a certain rigidity, but here it is used to indicate the exchange of envoys between states.

Secondly, certain states only admitted foreign representatives on a limited scale, embedded within a context of strict rules. They hardly ever sent envoys abroad themselves; some never sent any at all. Striking examples of such isolationism were China and Japan. The latter decided in 1641 to refuse entry to all foreigners, with the exception of the Chinese and Dutch, who were allowed to trade on two man-made islands off the coast of Nagasaki. The Tokugawa rulers had closed off Japan after a long period of internal wars in which the Portuguese and their Catholic converts had played a part. The Dutch were expected to undertake embassies to Edo (now Tokyo) on a regular basis. A thorough investigation took place if anyone who was neither Chinese nor Dutch got stranded on Japanese shores or otherwise tried to get into the country.⁷⁴ China regulated the admission of foreigners through a system of tribute. Two harbours were allocated for conducting enough trade to meet their need for certain commodities: one for Chinese skippers and a second, Canton, for other nationalities, where merchants were only allowed to stay during the commercial season. Occasionally China would send out envoys, but only as messengers, bearers of an imperial edict. These were mostly men of low rank who had little liberty to negotiate. In 1679, the Qing dynasty sent a few messengers, accompanied by a hundred soldiers, to Batavia, to ask for the assistance of Dutch ships.⁷⁵ There the Dutch government received the Chinese with “an extraordinary mixture of Dutch, southeast Asian, and Chinese pomp and ceremony, drawing heavily on the ceremonies the Dutch had evolved in their relations with Southeast Asian princes.”⁷⁶ Just before the imperial letter was to be handed over, a minor argument arose between the Governor-General Van Goens and the Chinese delegation leader, because the Dutchman kept his hat on instead of accepting the letter bareheaded. Van Goens reacted by saying that the Chinese found themselves in a foreign country and had to be content with the honour that was granted to other Asian rulers as well. Van Goens was apparently not aware that, in the eyes of the Chinese, he was a vassal who had to pay tribute and bow to the imperial letter.⁷⁷ His remarks clearly indicate that the Dutch in Batavia regarded themselves as sovereigns.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

In the Chinese-Dutch relationship, reciprocity was pretty much absent. Nor did the Grand Moguls consider sending envoys to Batavia or Europe. The Chinese empire and India were seen as introverted realms that only received envoys and never sent any. Iran thought along much the same lines, but on a few occasions it did send envoys to Europe to look for support against the Ottoman Empire⁷⁸ and, as we saw earlier, to Siam. Judging by his remarks, their envoy clearly considered the latter inferior to Iran.

China, Iran and India were powerful empires that had relatively little to fear from their neighbours. For many kingdoms in Southeast Asia that were involved in never-ending power struggles, things were different: they needed diplomacy. The same Sultan of Aceh who

had imprisoned and killed De Houtman later sent envoys to the Dutch Republic, after the Dutch-Acehnese relationship had taken a new turn. One of these envoys died in Zeeland and is buried in *Middelbourgh*. Another, much more famous, example is the exchange of French and Siamese envoys around 1680, although this led to no real cooperation between the two countries. Ultimately, the exchange of envoys between Asian and European courts remained an exception; a state of affairs that did not change until the nineteenth century.

In general, the same can be said for the relations within Asia itself. In most Asian countries where the VOC had factories, it was the Dutch “chief,” usually a director, governor or commander, who maintained

Amboino Island, 17th century.



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

local relations. Embassies in which the Dutch leader assumed the role of ambassador were undertaken only in exceptional cases. High costs kept these visits to a minimum. Asian rulers preferred to maintain contacts with men of their own social station in Europe, but representatives of European trade companies only rarely answered their calls. Sir Thomas Roe's embassy to the Grand Mogul in 1615 counts as an exception.⁷⁹ This meant that almost all everyday contact was conducted by merchants, people who in Europe would be referred to as "agents." Some of them showed true diplomatic talent in dealing with their Asian counterparts and were able to conduct themselves as courtiers. But great and costly embassies led by important VOC servants—which the Europeans considered to be the real delegations—were, in the eyes of Asian rulers, tribute missions. Thus embassies were undertaken on a limited scale; only in Ceylon did the VOC send envoys to Kandy on an annual basis. With everyday business taken care of, the Europeans had no need for permanent embassies. The French attempt to establish one in Siam failed miserably: the envoy ran off with his tail between his legs.⁸⁰ Van Hoorn also left China in a hurry once he realised there was nothing to be gained there.⁸¹

In China and Japan, the strict policy towards foreigners prevented permanent embassies from being established, while in other parts of Asia it was more a question of the tribute system standing in the way of a permanent presence. On the one hand, sending an envoy was a sign that the envoy was of lower rank; while on the other hand, a visit to foreign courts was not without risk: sometimes envoys were taken hostage by their hosts.⁸² In addition, the constant struggles for

position in the hierarchy prevented an exchange based on equality: during the sixteenth and seventeenth centuries, several kingdoms gained power and did everything possible to enhance their status.⁸³ In Europe, the inequality between kingdoms was overcome by a generally accepted order of rank in which every nation was assigned its place and acknowledged the sovereignty of others. After 1648, the Westphalian system offered the possibility of permanent diplomatic relations, and rules were formulated that applied to all envoys and guaranteed their safety.⁸⁴

As long as the contacts between Europe and Asia were restricted mainly to trade, the European nations were able to manage with the use of agents and incidental embassies. But once the VOC gained territorial and political power, it conducted itself as an Asian power, as can be seen in Ceylon and in the Indonesian Archipelago. The Asians and Europeans were well matched when it came to maintaining their own standing. Both parties knew all too well that status not only reflected existing power, but could also be used to gain or increase it. **RC**



NOTES

- 1 Commelin 1646: 37.
- 2 Commelin 1646: 40-42; Foreest & de Booy 1980: Vol. I, 15-27.
- 3 Purbatjaraka 1962: 1-9.
- 4 Blussé 1999: 8.
- 5 Resink 1968: 107-149, 189-267.
- 6 Alexandrowicz 1967: 15.
- 7 Anderson 1998: 67, 58, 228-231, 255, 256.
- 8 Heringa 1961: 423, 424.
- 9 Roelofsen 1983: 3-21.
- 10 Pidal 1958: 9-49; Böhm 1936: 174-183.
- 11 Kern & Terpstra 1955: 23, 57.
- 12 Holk & Roelofsen 1983: 14.
- 13 Boogaart 2000.
- 14 Unger 1948: 15.

- 15 Unger 1948: 17.
- 16 Unger 1948: 45, 47-5-, 69-111.
- 17 Iskandar 1959: 58, 136.
- 18 Iskandar 1959 mentions a marriage between a princess from Perak and an Acehnese prince (pp. 54, 55).
- 19 Unger 1948: 30, 31.
- 20 Unger 1948: 73.
- 21 Pinto 1997: 135-147.
- 22 Pinto 1997: 144.
- 23 Cf. Lombard 1967: 122-125.
- 24 Lombard 1967: 117, 118.
- 25 Lombard 1967: 32, 47; also Spilbergen 1997: 23, 24; Commelin 1646: 41.
- 26 Subrahmanyam 1977: 36-49.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- 27 Ratelband 1950: 29, 30, 31, 44.
- 28 Ratelband 1950: 29.
- 29 Ratelband 1950: 95.
- 30 Also Brouwer 1980: nr. 9,10, 713-742, 715.
- 31 Anderson 1998: 64-67; see also Mattingly 1962: 211.
- 32 Heringa 1961: 22.
- 33 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 109; Unger 1948: 72.
- 34 Teeuw & Wyatt 1970: 76, 152.
- 35 Pinto 1997: 144 - 147.
- 36 The text can be found in Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972:107-109.
- 37 The Hague, National Archives, VOC 1438, 652-653; Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 167-169.
- 38 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 107, 108.
- 39 Heringa 1961: 31-57; Mattingly 1962: 211-223.
- 40 Anderson 1993: 52.
- 41 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 69, 80, 109, 121.
- 42 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972:19, 20.
- 43 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 48, 58, 108, 109.
- 44 Goor 1991: 445-469.
- 45 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 65, 66, 74; Goor 2000: 55, 56.
- 46 NA., VOC 1415 916-918, 925, 928.
- 47 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 60-65; La Loubère 1693: 108.
- 48 Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 64, 65.
- 49 NA, VOC 1415 895, 896 and 914, 915; Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim 1972: 81.
- 50 Coedès 1914: 25.
- 51 Heringa 1961: 20.
- 52 Kemp, 1969: 34, 35.
- 53 Teeuw 1970: 155-157.
- 54 Teeuw 1970: 165-168.
- 55 Wills 1984: 15, 17, 23, 40.
- 56 Wills 1984: 5-25; Blussé 1989: 11-23.
- 57 Wills 1984: 1-5.
- 58 The embassy of 1793 was under Lord Macartney; in 1816 Lord Amherst was ambassador. Both Englishmen were regarded as tribute-bearers. The requests Lord Macartney made on behalf of George III, who in the eyes of the Chinese was a vassal, were denied. Lord Amherst was even denied an audience, because he refused to comply with the rules of the royal court. Cf. Woodcock 1969: 59.
- 59 For an analysis of this embassy, see Wills 1984: 38-82 and 145-170; for an account of the voyage to the royal court, see Nieuhof 1987.
- 60 Quoted from Nieuhof 1987: 28.
- 61 Nieuhof 1987: 51; Wills 1984: 30.
- 62 See Goor 1994: 131-135.
- 63 NA, VOC 1415 fol. 916, 917.
- 64 Alexandrowicz 1967: 17.
- 65 Alexandrowicz 1967: 31-38, 90-95.
- 66 Vogel 1937: 357-393.
- 67 L.J. Wagenaar 1996: 441-467.
- 68 Goor 1986: 37-53, 42.
- 69 Nagtegaal 1986: 66-73.
- 70 Graaf 1949: 264.
- 71 Cf. Graaf 1956 and Goens 1995.
- 72 Ricklefs 1974: 367.
- 73 E.g. VOC 3558, fol. 351-382; letters from Asian rulers to Batavia, received in 1780.
- 74 Cf. the reception of Carolus van der Haeghe in Japan, in Parmentier 1994: 52-57; 132-151.
- 75 Such requests were a regular occurrence; see for instance Aceh and Banten, at the beginning of the seventeenth century.
- 76 Wills 1974: 180.
- 77 Wills 1974: 181.
- 78 Meilink-Roelofs 1974: 5, 6.
- 79 Alexandrowicz 1967: 191-199.
- 80 NA, VOC 1440, fol. 2497, 2499.
- 81 Nieuhof 1987: 28.
- 82 For example, see Teeuw 1970: 78-81, 91-95, 154-157, 165-168.
- 83 Tarling 1992: 428-436.
- 84 Consider, for example, the behaviour of the rulers of Kandy and that of other European diplomats who all placed considerations of status before territorial profit.

BIBLIOGRAPHY

- Alexandrowicz, C. H. 1967. *An Introduction to the Law of Nations in the East Indies (16th, 17th and 18th Centuries)*. Oxford: Clarendon Press.
- Anderson, M. S. 1998. *The Origins of the Modern European State System, 1494-1618*. London and New York: Longman.
- Anderson, Matthew. 1993. *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*. London and New York: Longman.
- Blussé, Leonard. 1989. *Tribuut aan China. Vier eeuwen Nederlands-Chinese betrekkingen*. Amsterdam: O. Cramwinckel.
- Blussé, Leonard. 1999. *Tussen Geveinsde Vrunden en Verklaarde Vijanden*. Amsterdam: Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen
- Böhm, A.H. 1936. *Het recht van kolonisatie. Francisco de Vitoria's lessen over het recht van Koloniseeren in verband met de Spaansche kolonisatie, het optreden der Pausen en het internationale recht*. Utrecht: A. Oosthoek
- Boogaart, Ernst van den. 2000. *Het verheven en verdorven Azië: Woord en beeld in het Itinerario en de Icones van Jan Huygen van Linschoten*. Amsterdam: Het Spinhuis; Leiden: KITLV Uitgeverij.
- Brouwer, C. G. 1980. "Willem de Milde, Kani Shalabi en Fadli Basha of: Een dienaar van de VOC op audiëntie bij de beglerbegi van Jemen, 1622-1624." *De Gids* vol. 143.
- Coedès, George. 1914. "Une recension Palie des Annales d'Ayuthya." *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient* XIV (3): 1-31.
- Commelin, Isaac, ed. 1646. "De eerste schipvaerdt der Hollandsche Natie naer Oost-Indien." In *Begin ende Voortganch van de Vereenigde Nederlantsche Geoctroyeerde Oost-Indische Compagnie*. Amsterdam: Gedrukt in den jaere.
- Dauids, C.A., W. Fritschy, and L.A. van der Valk, eds. 1996. *Kapitaal, ondernemerschap en beleid. Studies over economie*

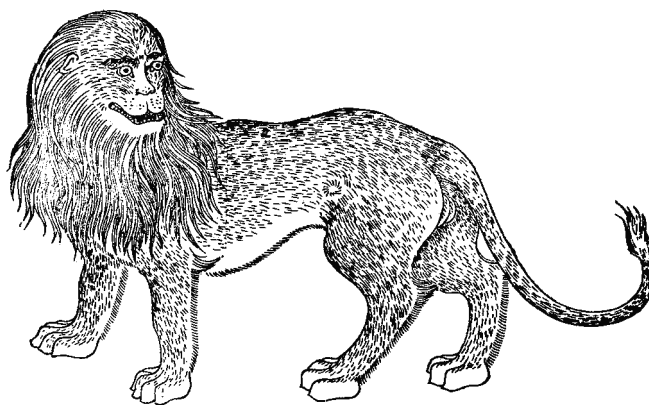
ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

- en politiek in Nederland, Europa en Azië van 1500 tot heden. Amsterdam: NEHA.
- Foreest, H. A. van, and A. de Booy, eds. 1980. *De Vieder Schipvaart der Nederlanders naar Oost-Indië onder Jacob Wilkens en Jacob van Neck, 1599-1604*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff
- Goens, Rijklof van. 1995. *Javaanse Reyse: De Bezoeken van een VOC-gezant aan het hof van Mataram 1648-1654*. Amsterdam: Terra Incognita.
- Goor, J. van. 1986. "Vertraagd machtsverval: de Verenigde Oostindische Compagnie in de Indonesische Archipel." In J. Aalbers and A.P. van Goudoever, eds. *Machtsverval in de internationale context*. Groningen: Wolters-Noordhoff/Forsten
- . 1986. *Trading Companies in Asia, 1600-1830*. Utrecht: HES Uitgevers.
- . 1991. "Merchant in Royal Service: Constant Phaulkon as Phraklang in Ayuthaya, 1683-1688." In Roderich Ptak and Dietmar Rothermund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*. Stuttgart: Steiner Verlag.
- . *De Nederlandse koloniën. Geschiedenis van de Nederlandse expansie 1600-1975*. 's-Gravenhage: SDU Uitgeverij Koninginnegracht.
- Graaf, H. J. ed. 1956. *De Vijf Gezantschapsreizen van Rijklof van Goens naar het hof van Mataram 1648-1654*. 's-Gravenhagen, Martinus Nijhoff.
- . 1949. *Geschiedenis van Indonesië*. 's-Gravenhage: W. van Hoeve.
- Heringa, Jan. 1961. *De eer en hoogheid van de Staat: Over de plaats der Verenigde Nederlanden in het diplomatieke leven van de zeventiende eeuw*. Groningen: J. B. Wolters.
- Holk, L. E. van, and C.G. Roelofsen, eds. 1983. *Grotius Reader: A Reader for Students of International Law and Legal History*. The Hague: T.M.C. Asser Instituut.
- Iskandar, Teuku. 1958. *De Hikajat Atjéh*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- Kemp, Jeremy. 1969. *Aspects of Siamese Kingship in the Seventeenth Century*. Bangkok: Social Science Review, Social Science Association Press of Thailand.
- Kern, Hendrik, and H. Terpstra, eds. 1955. *Itinerario. Voyage ofte schipvaart van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*. 2nd ed, Part I. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- La Loubère, Simon de. 1693. *A New Historical Relation of the Kingdom of Siam. By Monsieur de La Loubère, Envoy Extraordinary from the French King to the King of Siam*. London: T. Horne.
- Lombard, Denys. 1967. *Le sultanat d'Atjeh au temps d'Iskandar Muda 1607-1636*. Paris: École Française d'Extrême-Orient.
- Mattingly, Garret. 1962. *Renaissance Diplomacy*. London: J. Cape.
- Meilink-Roelofs, M.A.P. 1974. "The earliest relations between Persia and the Netherlands." *Persica* 6: 1-50.
- Muhammad Rabi Ibn Muhammad Ibrahim. 1972. *The Ship of Sulaiman*. Tr. J. O'Kane. London: Routledge & K. Paul.
- Nagtegaal, L.W. 1986. "The Dutch East India Company and the Relations between Kartasura and the Javanese Northcoast, c. 1680 – c. 1740." In J. van Goor, ed. *Trading Companies in Asia, 1600-1830*. Utrecht: HES Uitgevers.
- Nieuhof, Johannes. 1987. *Nieuhofs beelden van een Chinareis, 1655-1657*. L. Blussé and R. Falkenburg, eds. Middelburg: Stichting VOC publicaties.
- Parmentier, J., ed. 1994. *De avonturen van een VOC-soldaat : het dagboek van Carolus Van der Haeghe 1699-1705*. Zutphen: Walburg Pers.
- Pidal, Ramón Menéndez. 1958. *El P. Las Casas y Vitoria: con otros temas de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Pinto, Paulo Jorge de Sousa. 1997. *Portugueses e Malaio: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achim 1575-1619*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Ptak, Roderich, and Dietmar Rothermund, eds. 1991. *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*. Stuttgart: Steiner Verlag.
- Purbatjaraka, Purnadi. 1962. "Shabandars in the Archipelago." *Journal of South East Asian History* 3: 1-9.
- Ratelband, K., ed. 1950. *Reizen naar West-Afrika van Pieter van den Broecke 1605-1614*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- Resink, G. J. 1968. *Indonesia's History Between the Myths. Essays in Legal History and Historical Theory*. The Hague: W. van Hoeve.
- Ricklefs, M. C. 1974. *Jogjakarta under Sultan Mangkubumi 1749-1792: A History of the division of Java*. London & New York: Oxford University Press.
- Roelofsen, C. G. 1983. "Grotius and International Law: An Introduction to Some Themes in the Field of Grotian Studies." In L.E. van Holk and Roelofsen, eds. *Grotius Reader: A Reader for Students of International Law and Legal History*, 3-21. The Hague: T. M. C. Asser Instituut.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1997. *The career and legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Spilbergen, Joris van. 1997. *Journal of Joris van Spilbergen, the first Dutch Envoy to Ceylon*. Tr. K. D. Paranavitana. Dehiwela: n. p.
- Tarling, Nicholas, ed. 1992. *The Cambridge History of Southeast Asia, Volume I: From Early Times to c.1800*. Cambridge, UK & New York: Cambridge University Press.
- Teeuw, A. and D. K. Wyatt. 1970. *Hikayat Patani: The Story of Patani*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Unger, Willem Sybrand, ed. 1948. *De Oudste Reizen van de Zeeuwen naar Oost-Indië 1598-1604*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- Vogel, J. Ph., ed. 1937. *Journal van J.J. Keetelaar's Hofreis naar den Groot Mogol te Lahore 1711-1713*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- Wagenaar, L. J. 1996. "Knielen of buigen? De Gezantschappen van de Compagnie naar Kandy na het vredesverdrag van 1766." In C.A. Davids, W. Fritschy, L.A. van der Valk, eds. *Kapitaal, ondernemerschap en beleid. Studies over economie en politiek in Nederland, Europa en Azië van 1500 tot heden*. Amsterdam: NEHA.
- Wills, John E., Jr. 1974. *Pepper, Guns and Parleys The Dutch East India Company and China 1662-1681*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- . 1984. *Embassies and Illusions. Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hsi, 1666-1687*. Cambridge, MA: Council on East Asian Studies, Harvard University.
- Woodcock, George. 1969. *The British in the Far East*. London: Weidenfeld & Nicolson.

Compromissos e Subserviência

Relações de Macau com a China (Segunda Metade do Século XVII)

ANABELA NUNES MONTEIRO*



Xilogravura do leão
oferecido a Kangxi, incluída
no panfleto de Luís Buglio,
Shizi Shuo.

A presença portuguesa nos mares do Sul da China e no Sudeste Asiático insere-se em três grandes áreas de actuação: a primeira, como cidade administrada por portugueses em território chinês e, como tal, profundamente influenciada pelos acontecimentos político-económicos mais determinantes que foram acontecendo naquele país. Segundo, como cidade comercial inserida no contexto mercantil do Sudeste Asiático representando o papel de intermediária entre o Império do Meio e os países circundantes, assumindo algumas das rotas pré-existentes entre as diversas regiões dessa área do globo e estabelecendo contactos com povos de diversas culturas. Por último, como estabelecimento português, constituído na sua maioria por “soldados da fortuna”, o mais longínquo da terra-mãe, localizado numa zona de fronteira onde dificilmente o controlo da Coroa portuguesa, através do seu vice-reinado de Goa, se poderia fazer sentir.

* Professora do Ensino Secundário em Coimbra, é Mestre em 'Estudos Portugueses' pela Universidade de Macau. Autora de diversos trabalhos de investigação histórica, prepara actualmente uma dissertação de doutoramento sobre a presença portuguesa no Mar do Sul da China no século XVII.

Secondary school teacher in Coimbra. MA in Portuguese Studies from the University of Macao. Author of various historical research studies, currently writing her Ph.D on the Portuguese in the South China Sea in the 17th century.

Assim, desde o seu início, a comunidade lusa ali estabelecida procurou gerir os seus interesses imediatos de acordo com as variáveis que constantemente se cruzavam à sua frente. Numa fase inicial, o interesse do estabelecimento era o comércio, que se revelou de grande importância económica dentro do contexto do império marítimo português. O mesmo destacava-se não apenas para os mercadores lusos, principais agentes humanos no terreno que, de certa forma, lutavam pela sobrevivência ou pelo desejo de enriquecer, mas igualmente como praça estratégica para a nação portuguesa no Extremo Oriente.

Se num primeiro período do estabelecimento a época foi de prosperidade acompanhada de um crescente enraizamento das instituições portuguesas no Sudeste Asiático, sensivelmente a partir da década de trinta do século XVII a situação passou a ser alvo de constantes reordenamentos e redefinições de estratégias por parte dos poderes locais e centrais. Deixou de ser possível contar com Macau como centro nevralgico do comércio da seda – prata com o Japão, pelos constantes entraves erguidos pelo daimios japoneses, saturados da entrada constante de missionários europeus que, ao pregarem a nova religião, entravam em choque com a organização e cultura nipónicas. Tal veio a concretizar-se em 1640 com a expulsão definitiva

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

da gente lusa do país. Um ano depois, os holandeses conseguiram levar a cabo, em Malaca, o que tinham falhado em 1622 em Macau: a sua conquista. Sedeados nessa cidade, que funcionava como uma placa giratória entre a Índia e golfo de Bengala e o Sudeste Asiático, adquiriram um porto estratégico para o comércio das especiarias, pondo em risco a continuação portuguesa naquelas latitudes.

Paralelamente a esses acontecimentos, outros iam tendo lugar dentro da própria China que estendiam as suas repercussões sobre a cidade lusa. Entre 1628 e 1647, dois bandos de rebeldes, liderados por Chang Xianzhong e Li Zicheng, puseram parte do país em tumulto e insegurança. Para agravar a situação, os tártaros manchus faziam constantes investidas para dentro da Grande Muralha¹. Já em 1635, o líder dos manchus, Abahai, descendente de uma família que desde cedo lutou contra os Ming, autoproclamou-se imperador. Em 1640, as suas forças atacaram Jinshu, ao Norte da China, e os Ming não foram capazes de deter o ímpeto atacante. Três anos depois da conquista da referida cidade Abahai morreu, deixando o seu filho herdeiro, Fulin, de menoridade. Um dos regentes, face à ainda poderosa força Ming e aos tumultos existentes no país, entrou em contacto com um dos referidos rebeldes. Li Zicheng entrou em Pequim em 1644 provocando o suicídio do último imperador Ming².

Um dos grandes defensores da dinastia reinante era o general Wu Sangui³ que, em situação de desespero⁴, pediu auxílio aos manchus para combater o invasor que tinha posto em risco a dinastia reinante. Estes responderam ao apelo, entrando na capital em 6 de Junho de 1644, provocando a fuga ou afastamento de Li Zicheng, que acabou por morrer no ano seguinte às mãos dos camponeses da província de Hubei, quando fazia uma investida para arranjar mantimentos⁵.

Ainda em Outubro de 1644, quando os manchus responderam à solicitação de Pequim, a corte Qing mudou-se para a capital e tomou as rédeas do poder, tendo Fulin assumido, de facto, o difícil papel de primeiro imperador da nova dinastia, adoptando o nome de Shunzhi.

Embora parte do território chinês, incluindo Pequim, estivesse já controlada pelos tártaros, a zona do Sul ainda continha muitas regiões leais à dinastia deposta. Esta, para responder à invasão Qing, deu o título de imperador ao príncipe Fu na cidade de Nanquim, que era uma região de apoio nacionalista

incondicional. Outro grupo leal à dinastia Ming proclamou imperador na cidade de Fuzhou outro nobre, o príncipe Tang, parente do primeiro⁶.

Para além destes dois, apareceu em Cantão um terceiro candidato, o irmão do imperador de Fuzhou. No entanto, a sua governação foi a mais efémera, porque durou apenas 40 dias⁷. O quarto elemento que surgiu em cena como candidato ao trono Ming foi o príncipe Gui, chamado Zhu Youlang, mas conhecido por Yongli⁸. Com residência em Guangdong a partir de 1646, conseguiu apoderar-se de sete províncias.

Ao crescente aproximar do conflito, a elite residente em Macau foi respondendo por acções directas no sentido de evitar confrontos com o poder mandarínico estabelecido. Interessava não perder o direito ao estabelecimento, direito reconhecido implicitamente pelo poder local chinês, e continuar a desempenhar o papel de intermediário comercial entre a província de Guangdong e o Sudeste Asiático. Assim, numa manobra político-militar⁹, enviou soldados e canhões em 1621 e 1646. Dois anos depois do último apoio português, elementos da família de Yongli converteram-se ao Cristianismo reforçando a convicção portuguesa que valia a pena cooperar na resolução do conflito interno da China¹⁰. O facto prendia-se ao desejo jesuíta da conversão da China, na esteira do trabalho realizado por Matteo Ricci. Os missionários dessa ordem ocupavam já lugares de destaque na corte imperial devido aos seus conhecimentos de Matemática e Astronomia, muito pretendidos pela elite letrada.

E a atitude teve resultados teóricos para a comunidade mercantil de Macau, pois, em Junho de 1647, o vice-rei de Guangdong, Tong Yangjia, não por agradecimento mas por conveniência, pediu ao novo imperador que abrisse Cantão ao comércio com os portugueses de forma a aumentar as receitas militares. A ideia e o pedido vinham no seguimento das dificuldades financeiras com que a província se debatia, pois era preferível a abertura do comércio a sobrecarregá-la com impostos adicionais¹¹. Estes grupos de apoio à dinastia Ming primavam pela falta de entendimento político entre si, dando origem ao aparecimento e desaparecimento de “imperadores”, provocando uma total desestabilização nesta zona da China¹².

Em relação a Macau, a situação agravou-se definitivamente em 1650 quando Cantão foi tomada pelos exércitos tártaros, após um cerco que durou nove

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

meses e no qual pereceram cerca de 100 000 pessoas¹³. Macau, que apoiara militarmente as forças Ming, escapou de qualquer acção vingativa dos novos senhores da China. As explicações para este facto são insuficientes: localidade demasiado pequena e insignificante para ser alvo de preocupações e de atenção dos novos mandarins chineses ou o prestígio dos padres jesuítas na corte imperial que veio em socorro da cidade portuguesa, ou, ainda, o desejo chinês da abertura ao comércio estrangeiro, através de Cantão¹⁴?

Apesar da comunidade lusa aparentemente poder estar descansada, cerca de 10 anos depois a situação voltou a estar crítica para a continuação do estabelecimento com o aparecimento de um apoiante da dinastia Ming, Zheng Chenggong, que, pela sua força e intervenção na história da época e pelas consequências para Macau, se destacou dos outros. O seu objectivo ou o da sua família não era o trono imperial, mas apenas o apoio a um dos “imperadores” Ming do Sul. O homem ficou conhecido por Coxinga¹⁵, sendo filho de Zheng Zhilong, um chinês que viveu em Macau, e de uma japonesa da família Tagawa. O pai era dono de uma taberna na praça portuguesa, tendo-se convertido ao Cristianismo com o nome de Gaspar Nicolau¹⁶. Com o decorrer do tempo revelou-se um sério apoiante do príncipe Tang, desencadeando actos de pirataria contra as forças Qing¹⁷. Todo o seu poder e zona de acção foram no mar, até à sua captura e ida para Pequim, onde acabou por ser executado.

Coxinga tornou-se um aliado de peso para Tang e em especial para a dinastia deposta. O príncipe tratou-o como seu familiar, homenageando-o com vários títulos. Quando a ameaça Qing se tornou mais forte, o pirata atacou Amoy e Quemoy¹⁸, subtraindo estas duas importantes zonas comerciais, principalmente a primeira, à influência tártara. Nessa fase dos acontecimentos, o pirata-herói declarou o seu apoio ao príncipe Gui. Em 1655, conseguia dominar um autêntico exército naval com um efectivo entre os 100 000 a 170 000 homens¹⁹, constituindo uma ameaça muito séria para a estabilidade da zona e, principalmente, para a continuação da ainda frágil e jovem dinastia Qing.

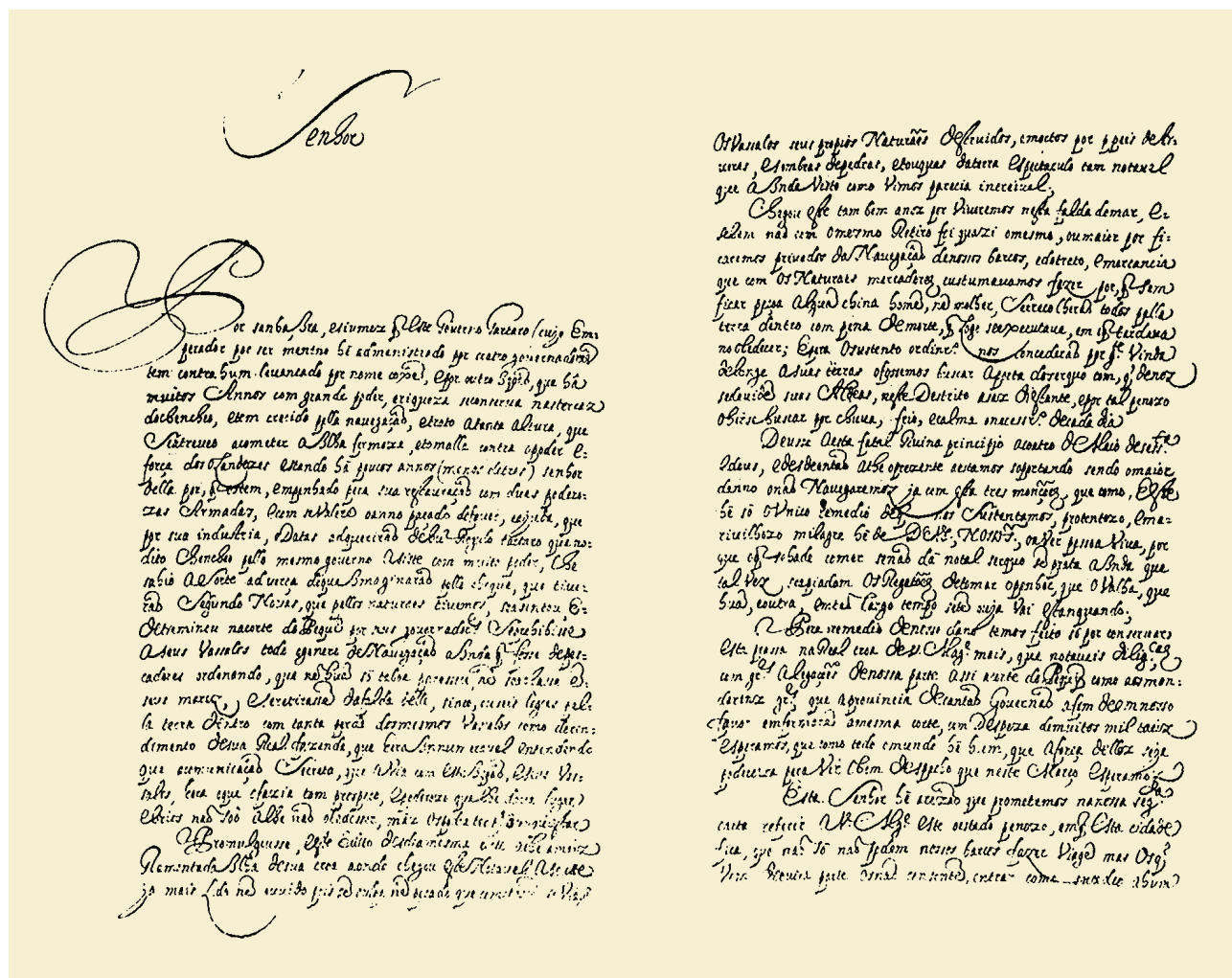
Coxinga socorria-se do comércio com o estrangeiro, recrutando novos elementos nas zonas costeiras. A sua actividade nas zonas litorais devia-se à

necessidade de sustentar a sua armada e providenciar receitas através do comércio. A sua primeira grande derrota deu-se quando atacou Nanquim, contra a opinião dos seus conselheiros, com cerca de 1000 navios e 50 000 homens²⁰. Neste falhanço bélico perdeu aproximadamente 500 navios. A partir daí, necessitando de um local para apoio e aquartelamento conjugou esforços contra a ilha Formosa, que se encontrava debaixo da tutela dos holandeses. Em 1661, desencadeou um ataque contra esse reduto europeu, derrotando o governante Frederick Coyett²¹.

Face ao incrível poder militar do pirata, o imperador²² foi responder, não pela força das armas, mas pela astúcia. Como o grande suporte financeiro desse partidário Ming era o comércio, resolveu aceitar a sugestão de Huang Wu²³ em fazer recuar em cinco províncias do Sul da China – Shandong, Jiangxi, Zhejiang, Fujian e Guangdong – todas as cidades e vilas da zona costeira, numa distância de quatro léguas²⁴.

A ordem não só afectou as populações marítimas destas províncias como também trouxe um enorme prejuízo financeiro às autoridades chinesas em geral e ao próprio imperador em particular. As perdas, segundo Lach²⁵, ascenderam a cerca de quatro milhões de ouro por ano. A proibição de navegação e do comércio em Macau contribuiu também para a diminuição acentuada dos réditos imperiais, em virtude da falta de cobrança das taxas aplicadas aos navios e às suas cargas. Este assunto preocupou o governador Wang Lairen e o vice-rei Zhou Yude, de Guangdong, que, numa época posterior, enviaram um memorial ao imperador pedindo a reabertura do comércio, única fonte de rendimento dos “bárbaros do sul”²⁶. Wang Lairen fundamentava a sua opinião dizendo que se as pessoas que tinham sido atingidas pelo decreto continuassem sem ocupações, rapidamente a inactividade poderia originar o banditismo²⁷, enquanto, por outro lado, já não havia pirataria que justificasse a continuação da aplicação do decreto imperial. Esta noção da importância do comércio no delta do rio da Pérola esteve sempre presente entre as autoridades chinesas, pois já em 1613 o censor Guo Shangbin, num memorial, tinha referido a importância do comércio de Macau²⁸, voltando a afirmá-la em Junho de 1647²⁹. Os lucros auferidos serviam para vários fins como a administração da zona e o reforço das actividades militares³⁰.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



Carta do Leal Senado para o rei de Portugal de 17 de Dezembro de 1664.

O decreto chegou a Macau, proibindo toda e qualquer actividade mercantil nesta zona, assim como a exigência de recuo da cidade. Com esta ordem, a cidade deixaria de existir e de se justificar a presença portuguesa no Sul da China. Um grave problema surgiu então para os comerciantes portugueses e cidadãos em geral. Como sobreviver, se a principal e única fonte de rendimentos era o negócio, agora bastante pobre em comparação com aquele que se realizara décadas antes? Várias hipóteses foram alvitadas:

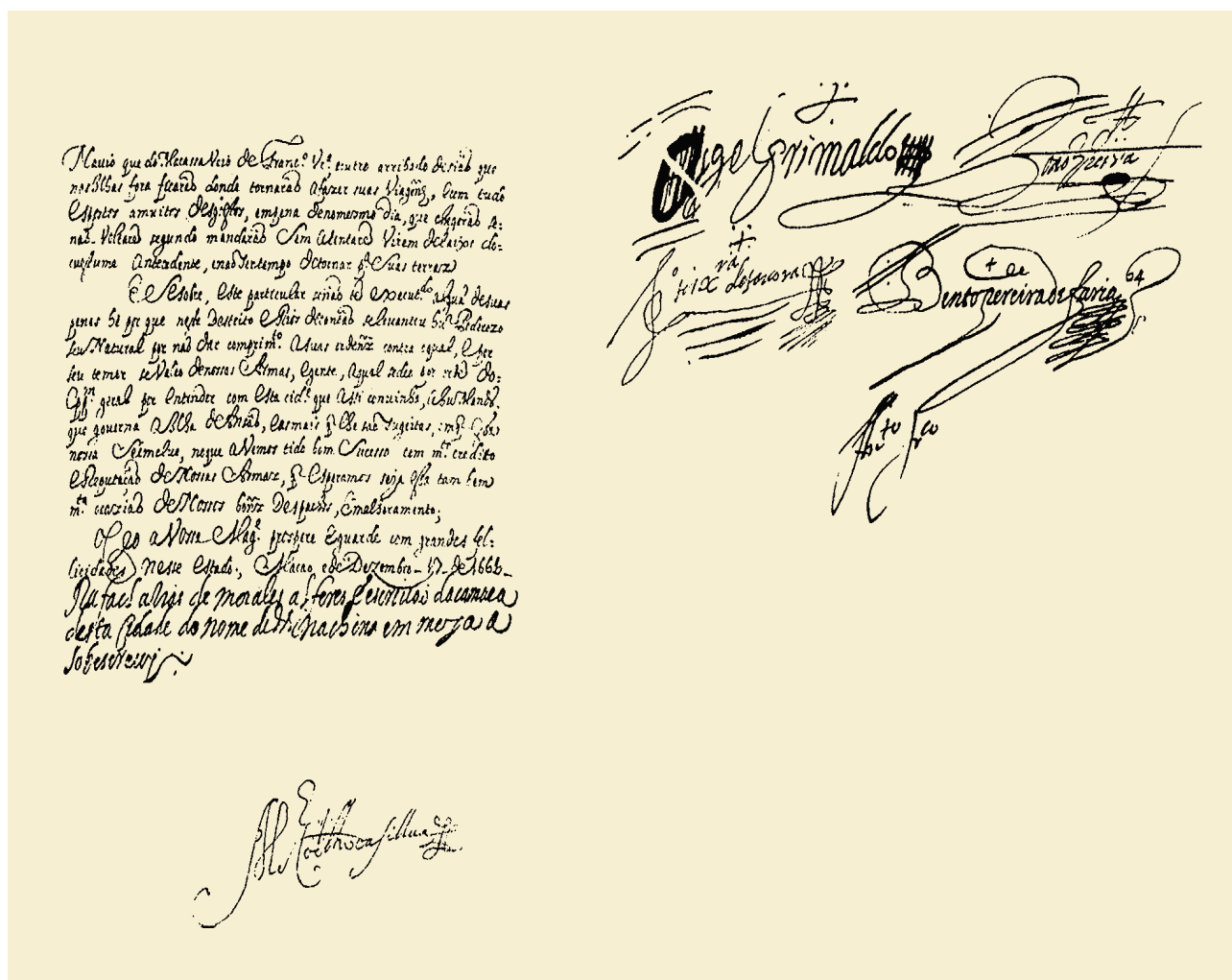
Primeiro, abandonar a terra e partir para outro porto da Ásia, onde seriam bem recebidos. No entanto, a proposta acarretava o abandono de uma localidade já considerada cristã e, como tal, a forte possibilidade de perda da evangelização já existente.

Segundo, cumprir o decreto do imperador e deslocarem-se para o interior da China. A esta hipótese opunha-se a forma de subsistir dos portugueses: o comércio. Longe do mar, tal revelava-se impossível.

Terceiro, não abandonar Macau e não cumprir a ordem imperial, ainda que isso acarretasse a oposição chinesa, traduzida pela agressão.

A primeira e segunda hipótese levavam a outro problema: a presença dos holandeses na zona. Ávidos de apanhar o comércio português, protestantes de religião e, por conseguinte, não estando obrigados a evangelizar populações pagãs, teriam sérias hipóteses de serem bem aceites nos mercados chineses, principalmente de Cantão. Se isso viesse a acontecer,

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



provavelmente seriam os substitutos dos portugueses nos mercados asiáticos³¹.

Foi a terceira opção que tomou a elite macaense, recusando-se a abandonar a zona. Entre a data do decreto e 1680 a situação manteve-se à custa do pagamento de subornos, o retirar dos navios portugueses do porto da cidade para as ilhas junto de Macau, desde que estivessem ancorados a uma distância de sete léguas³² e a tentativa de uma embaixada e de uma missão diplomática a Pequim. As duas foram realizadas para sensibilizarem o jovem imperador para as consequências drásticas da aplicação da ordem.

Os poucos navios que conseguiam “furar” o cerco imposto por Cantão traziam mercadorias para as ilhas

vizinhas da cidade, que discretamente eram depois levadas para Macau em barcas chinesas. As embarcações que atracavam directamente no porto da cidade tinham a concordância dos mandarins, havendo épocas em que, de facto, nenhum barco entrou ou saiu da cidade. Por ordem dos dignitários de Cantão, as Portas do Cerco foram inúmeras vezes encerradas, só abrindo à custa de saguates ou por vontade das autoridades chinesas. A situação de cerco asfixiava a cidade, dando origem a um clima de desespero, pois era através das referidas Portas que entravam os mantimentos necessários para a sua sobrevivência no dia a dia. Fome, mendicidade e prostituição instalaram-se, agravadas pelas constantes extorsões feitas, de forma fraudulenta, pelo vice-rei de Cantão em nome de Pequim.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Mas quem era essa elite que tão diligentemente se empenhava na continuação de Macau? Falar desta elite é falar de homens, alguns reinóis e a maioria mestiços, estes últimos provavelmente sem grande sentido da localização geográfica de Portugal ou até de hábitos e costumes lusos, cujos nomes constam das actas de reuniões de homens-bons do Leal Senado, organismo oficial que governava a cidade, estabelecendo relações de convívio tácitas com os mandarins chineses. Os citados definiam regras de organização e convivência dentro da cidade, estabelecendo contacto com os países vizinhos e defendendo os baluartes da missão cristã nas terras do Extremo Oriente. Assim estabeleceram entre si uma norma de conduta singular. Enquanto que, muitas vezes, se digladiavam mutuamente, por causa de interesses particulares que queriam salvar para si e para os seus, face a um inimigo ou perigo comum, a comunidade reagia como um todo. As tentativas de resgate, quando um dos seus membros era preso ou era vítima de chantagem por parte dos mandarins, recebiam sempre uma resposta pronta da comunidade. A consciência que o próprio grupo social constituía a sua única defesa em terras tão distantes era algo perfeitamente compreendido e aceite.

Não existem muitos documentos que nos possibilitem adquirir uma visão fiel, ou até aproximada, de como seriam as vivências sociais do quotidiano, no emaranhado complexo das relações humanas. Do pouco que ficou escrito e que subsiste resta a possibilidade de construir um quadro com a imagem histórica possível, nos seus múltiplos aspectos. Os testemunhos, significativos na primeira metade do século, escasseiam nos primeiros 20 anos da segunda metade. No entanto, são em número razoável nos anos seguintes, escritos pela edilidade ou pelos missionários, fornecendo uma visão limitativa, muitas vezes tendenciosa, mas suficientemente clara para justificar uma abordagem.

O Leal Senado, entre 1648 e 1664, escreveu por diversas vezes para Goa pedindo ajuda e descrevendo o estado de desespero em que a cidade se encontrava³³. Existe uma carta datada de 17 de Dezembro de 1664, que é um pedido específico de socorro, pois a cidade estava a ser desmantelada pelos tártaros e os seus moradores retirados para o interior da China³⁴. A missiva refere concretamente que o socorro de “cabedais para sustento”, trazido por Simão

Gomes da Silva, não era passível de pagamento, porque não existia nada com que se pudesse pagar. Nessa mesma data, dois anos após a aplicação do decreto imperial, em desespero de causa decidiu o Leal Senado enviar uma petição ao vice-rei da Índia³⁵, levada a Goa pelo padre André Gomes³⁶, na qualidade de procurador de Macau³⁷. Nesta missiva, falavam da importância da praça para Portugal, das diversas proibições impostas à cidade pelos tártaros e como se sentiam enganados por estes, pedindo uma embaixada de desagravo ao imperador da China. O vice-rei da Índia, conde de S. Vicente, João Nunes da Cunha, apoiou a ideia levado pela situação em que Macau se encontrava. Mas apenas quatro anos depois a incumbência foi atribuída a Manuel de Saldanha³⁸.

Um bom exemplo da exploração mandarínica sobre Macau foi o evento descrito pelo padre Luís da Gama³⁹. Em Novembro de 1665 os mandarins de Cantão deslocaram-se à cidade para propor um negócio no sentido da cidade pagar cerca de 150 000 taéis para obter a liberdade de navegação e comércio. Entre propostas e contrapropostas, a edilidade aceitou em adiantar 30 000 para pagamento de subornos a vários mandarins de Cantão e Pequim. Não conseguindo essa verba em virtude de ser alta de mais para uma localidade sem dinheiro, enviaram cerca de 12 000 a 15 000 taéis em mercadorias. Como de vezes anteriores, as promessas ficaram por cumprir e na vez seguinte que as referidas autoridades apareceram pela cidade, em Março de 1666, foi para exigirem o afastamento dos navios da elite macaense. Estes foram levados para a enseada de *André Feio*⁴⁰ e aí ficaram.

Entre Março e Novembro a pressão foi terrível para a comunidade de Macau. As tentativas de extorsão não paravam, acompanhadas de boatos da vinda de soldados chineses para atacarem a cidade e destruírem os navios. Por decisão dos homens-bons da cidade reunidos em sessão alargada foram queimados os navios pelos próprios elementos da comunidade. A acção foi realizada na noite de 14 para 15 de Novembro, para pouco tempo depois receberem uma mensagem da parte do vice-rei de Cantão onde dizia que não tinha dado ordens para tal acontecer. A cidade estava sem meios de subsistência e praticamente isolada de socorro, estando a sua comunidade, que se considerava portuguesa, entregue a si própria.

O tipo de relações que a elite de Macau conseguiu estabelecer com as autoridades chinesas dependia do

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Anónimo, Planta de Macau. In Atlas - Miscelânea de Manuel Godinho de Erédia, c. 1615-1622. Reproduzida de A. Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

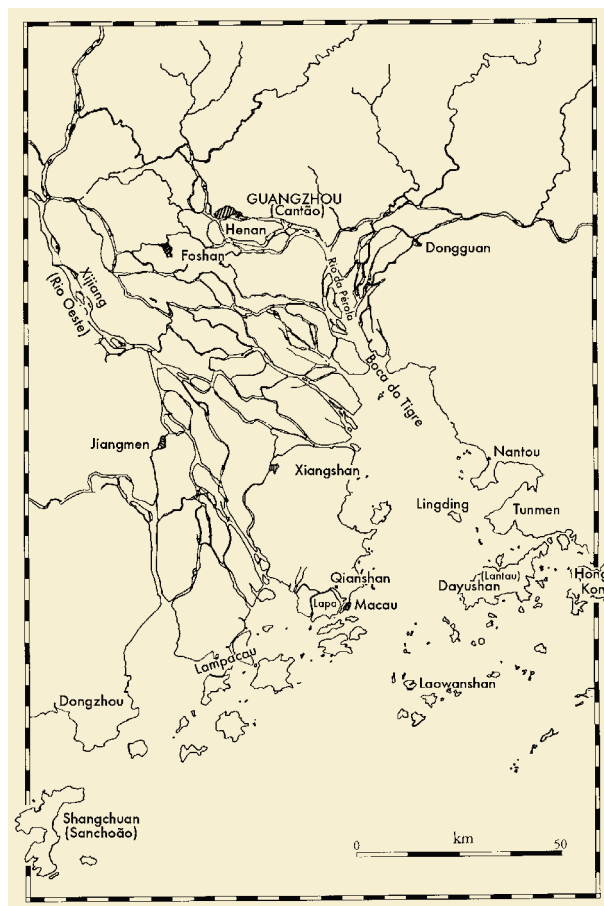
ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

grau de informação de que os portugueses dispunham da cultura de um povo tão diferente, como também das relações de cordialidade/subserviência que conseguiam constituir. Devido à complexidade da situação, a comunidade lusa socorria-se de intérpretes e apoio de comerciantes chineses a residir na cidade e fora dela, bem como do precioso auxílio dos padres jesuítas na corte de Pequim, para além da, obviamente, entrega de pagamentos aos mandarins da Casa Branca ou ao vice-rei de Cantão.

Com muita frequência as actas do Senado, que chegaram até aos nossos dias, identificam os mercadores portugueses como fazendo parte do pessoal do Senado, o que é compreensível, dado o afastamento de Goa e a necessidade de se organizarem para garantirem um sistema que lhes possibilitasse a sua sobrevivência. O facto de habitarem uma zona de fronteira e da própria comunidade ser constituída na sua maioria por aventureiros com dificuldades em aceitar regras de carácter jurídico e social deu grande força à Igreja e aos missionários que eram vistos como elementos da ordem e boa convivência sempre que necessário.

Quando a embaixada de Saldanha partiu para Cantão com a incumbência de conseguir a reabertura do comércio e da navegação, a situação em Pequim encontrava-se em processo de mudança. Em 1669, Coxinga foi expulso de Amoy e Quemoy e acabou por se retirar da Formosa. Segundo a perspectiva chinesa, a pirataria organizada nos mares do Sul da China tinha diminuído significativamente, assim como já não era desejável para as autoridades de Guangdong a imposição de deslocar as pessoas para o interior. Quando o imperador recebeu essas informações, mandou um comissário a esta província do Sul para investigar a situação, com poderes para autorizar os desalojados a regressar às suas terras de origem.

A citada deslocação diplomática caracterizou-se por reveses constantes. As autoridades mandarínicas suspeitaram que a mesma tinha sido organizada em Macau e que, por isso, constituía uma fraude destinada a proteger os interesses da elite, sem qualquer tipo de importância para a corte imperial chinesa. Assim, obrigaram os seus membros a permanecerem cerca de dois anos em Cantão, até receberem indicações de seguirem para Pequim. A almejada autorização teve lugar devido às influências



Região de Cantão. Adaptado de Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*.

exercidas na capital pelos missionários jesuítas residentes na corte. No entanto, não logrou alcançar qualquer feito diplomático que revertisse a favor da comunidade localizada a sul, pois os jesuítas não concordaram que o memorial relativo à situação caótica da cidade fosse entregue ao imperador. Como a embaixada tinha entrado na qualidade de tributária, seria muito estranho a entrega de uma queixa, seguida de um pedido que dizia respeito a uma comunidade de estrangeiros residente em Macau.

Entre os membros do séquito diplomático encontrava-se Bento Pereira de Faria, secretário da embaixada, como observador da comunidade mercantil de Macau. Ele foi, sem dúvida, o principal obreiro da tentativa de entrega de um relatório onde, de forma retrospectiva, era exposta a situação de Macau, mostrando-se a sua gravidade para os seus habitantes, que viviam exclusivamente do comércio: com os mares fechados à navegação e principalmente ao comércio, a

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

cidade estava condenada a morrer e desaparecer. Na óptica dos defensores deste ponto de vista, a embaixada tinha sido enviada exclusivamente para este fim e não entregar o memorial implicava a viagem ter sido feita em vão, para além de Macau ter assumido compromissos financeiros inoportunos; assim, tudo continuaria na mesma, ou seja, com o caminho aberto para o desaparecimento da presença portuguesa naquelas remotas partes.

A esta perspectiva opunham-se, determinantemente, os jesuítas da corte. Diziam estes que a embaixada tinha entrado em Pequim com um propósito diplomático e que seria contraproducente estar a demonstrar que outros motivos, bem mais materiais, eram o seu verdadeiro objectivo. A posição dos missionários foi prontamente apoiada por Manuel de Saldanha, homem que não pertencia a Macau e muito menos à elite de mercadores que circulava pelo Sudeste Asiático. A sua atitude, contrária aos interesses da elite mercantil da cidade, pautou-se pela recusa em satisfazer os desejos desta.

Para além do invocado, os missionários reforçavam a não entrega do já citado memorial pelo ao facto deste conter feitos de guerra, mostrando serem os portugueses bons militares. A informação poderia ser contraproducente dado que os holandeses quando pretenderam duas feitorias⁴¹, uma em Nanquim e outra em Fujian, obtiveram autorização, com a condição de apoiar militarmente as forças Qing a expulsar os partidários da deposta dinastia Ming das ilhas da província do Fujian (entre 1662 e 1668⁴²). Os holandeses, comandados pelo almirante Bathasar Bort, desejosos de cair nas boas graças do mandarinato, resolveram demonstrar todo o seu nível bélico e, apesar de terem perdido três naus, conseguiram expulsar os referidos opositores. Contudo, a sua atitude militar ergueu suspeitas entre os tártaros que os avaliaram como gente perigosa para o império chinês. Foram expulsos e as suas feitorias recusadas. Segundo a missão jesuíta, o exemplo era por demais significativo para ser subestimado. A embaixada corria um sério risco de lhe acontecer o mesmo se as autoridades chinesas se sentissem ludibriadas.

Segundo documentação coeva os jesuítas tinham a informação segura de que o mar não seria aberto até toda a ameaça representada pela família de Coxinga estar definitivamente ultrapassada. A notícia tinha sido dada por Ge Lao, mandarim de primeiro grau e

conselheiro supremo do imperador⁴³, grande amigo dos citados missionários em Pequim. Luís da Gama⁴⁴, Manuel dos Reis⁴⁵ e Gabriel de Magalhães pronunciaram-se também contra a entrega do memorial deixando bem claro, junto do embaixador, que outro grande perigo era a potencial perseguição dos jesuítas, na corte e fora dela, pondo em causa todo o trabalho realizado durante décadas. Com efeito, foram os padres residentes na corte que, em Pequim, convenceram as autoridades a aceitar a legitimidade da embaixada portuguesa.

De acordo com o Pe. Francisco Pimentel, capelão da embaixada e uma das melhores fontes da mesma, Bento Pereira de Faria não se lembrava de como os padres da Companhia de Jesus tinham conseguido, em 1666, evitar que a cidade fosse removida para Cantão, depois de ter sido intimada por duas vezes nesse sentido. Como atrás ficou dito, a intimação tinha chegado em 1662 e, em consequência, as autoridades portuguesas tentaram por todos os meios ao seu alcance evitar o cumprimento da chapa sínica. A informação dada por Pimentel suscita dúvidas sobre o que teria pesado em favor dos portugueses: se o prestígio dos jesuítas junto do imperador em Pequim ou se os enormes saguates que Macau estava constantemente a pagar às autoridades provinciais de Cantão para permitir a continuação da cidade, de forma mais ou menos camuflada.

*A elite residente em Macau
foi respondendo por acções
directas no sentido de evitar
confrontos com o poder
mandarínico estabelecido.*

No conflito com Bento Pereira de Faria salientam-se dois pontos de vista diferentes: por um lado, temos a defesa de um propósito diplomático, o qual, acreditavam os jesuítas, traria benesses a Portugal e a Macau, salvaguardando também os seus próprios interesses religiosos. Por outro, temos a defesa de um propósito comercial e de sobrevivência de uma cidade mercantil sem grandes hipóteses de futuro, no qual se

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

empenhavam activamente os que ali viviam e ali tinham criado raízes familiares e sentimentais.

A questão que se punha em 1670, quando se encontravam em Pequim, era a melhor forma de agir para os interesses de Macau e sobre isto os elementos da embaixada não chegavam a um acordo, agudizando de forma irreversível os desentendimentos que já existiam desde a estada em Cantão. A situação veio a estalar publicamente em Macau, depois do regresso do séquito diplomático.

Mas quem era Bento Pereira de Faria que até 1678 esteve sob as luzes da ribalta em Macau e que protagonizou um dos maiores conflitos entre a cidade e o poderosa Companhia de Jesus? Provavelmente nasceu na zona de Guimarães⁴⁶, na primeira metade do século XVII, sendo filho de Jerónima Pereira de Faria e António Lobo Paiva⁴⁷, da família dos Pereira de Faria dessa cidade nortenha. Com efeito, existia um ramo genealógico desses nobres no Norte do país, mais concretamente naquela cidade. Contudo, por falta de documentação, não é possível estabelecer com rigor a sua origem geográfica e social, restando apenas a possibilidade de tentar ligar fios que possam conduzir a uma pista pertinente.

Faria aparece referenciado pela primeira vez na história de Macau, como vereador do Leal Senado, numa carta datada de 17 de Dezembro de 1664⁴⁸, mostrando estar empenhado na luta pela sobrevivência da cidade. Entre 1665 e 1671 as fontes documentais daquela instituição apresentam um hiato quanto aos acontecimentos em Macau, circunstância que pode justificar a não existência de documentos assinados por Bento de Faria. O homem pertencia à elite macaense, pois para desempenhar o cargo de oficial, vereador, juiz ou outro no Leal Senado era necessário ter mais de vinte e cinco anos, não ser criminoso, não ser filho ilegítimo, terem os seus pais ou avós servido a autarquia e, por último, ser pessoa de qualidade para o cargo⁴⁹.

A reaparição fez-se em 1668, como elemento influente da Câmara, na embaixada de Saldanha. É possível que entre as duas datas tenha sido um dos juízes ordinários da cidade, eleitos localmente com o objectivo de julgarem casos de crimes menores⁵⁰. No evento acima referido, Bento Pereira de Faria participou na qualidade de secretário de Saldanha e como homem de confiança do Senado para vigiar a defesa dos interesses da comunidade macaense durante essa missão diplomática,

mostrando assim que a edilidade mantinha uma certa reserva sobre as orientações emanadas de Goa.

A carta de posse do cargo foi escrita em 2 de Outubro de 1667, assinada por Saldanha, destacando-se o seguinte:

Primeiro, Bento Pereira de Faria era fidalgo da Casa Real. Segundo, os direitos do cargo de secretário não aparecem especificados. Terceiro, a expressão “ser o único sujeito desta cidade” significa que Faria era um dos moradores de Macau.

Analisando as diversas cartas que passaram pelas suas mãos, descobre-se que, essencialmente, era um administrativo, ideia corroborada, por um lado, pela documentação escrita pelo Pe. Pimentel que quando teve lugar o desejo de entrega do memorial, Bento Pereira de Faria teria respondido “... que seria bom Theologo na companhia, mas papelista cá fora ninguém o via melhor q elle, q sabia muito bem onde punha os pes, e q de tudo daria conta a seu tempo”⁵¹. Por outro lado, quando em 1678 se realiza a missão diplomática a Pequim, o seu nome não consta da lista dos moradores da cidade que contribuíram com donativos para a sua realização. A circunstância leva, de facto, a crer que não seria comerciante, mas alguém ligado à edilidade sem grande poder económico, que um acaso fortuito do destino fez saltar para a ribalta em defesa da comunidade lusa de Macau.

As cartas assinadas pelo embaixador e escritas pelo seu secretário, durante toda a estada em Macau e Cantão formam hoje um conjunto de 58⁵². Neste número estão apenas contabilizadas as missivas escritas por Faria na sua qualidade de secretário, pois as cartas de natureza pessoal, como para os padres Manuel dos Reis e Luís da Gama, parecem ter sido redigidas pelo punho do próprio embaixador. As mesmas dão informações muito interessantes sobre a situação económica da cidade, mas igualmente sobre o tipo de relações estabelecidas entre os elementos da comunidade. Embora o objectivo de redefinir novas estratégias para fazer face às situações emergentes fosse comum, a forma de as executar já não tinha o consenso geral. Nesse campo, os agentes humanos já eram permeáveis aos interesses de cada grupo social, criando desentendimentos e conflitos no tecido urbano.

O antagonismo, latente desde Cantão, teve consequências em Macau após a chegada da embaixada. Ali, apoiado pela edilidade e pelo capitão-geral, faria

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Mapa da província de Guangdong. Martini Martini, *Novus Atlas Sinensis*, 1655.

circular um “Libello” contra a actuação dos jesuítas durante o processo da embaixada. A este protesto os jesuítas responderam com uma “Réplica”⁵³ de 86 páginas, onde denunciavam Faria como mentiroso e oportunista, propondo a sua excomunhão. A polémica teve o seu epílogo com a retratação de Faria em carta dirigida ao padre superior da Companhia de Jesus com data de Dezembro de 1680⁵⁴.

Em meados de 1671, em pleno conflito, partiu para Goa a fim de entregar ao vice-rei a carta imperial e os presentes oferecidos ao monarca português por Kangxi. Numa missiva⁵⁵ de 27 de Abril de 1672, passada pelo vice-rei Luís de Mendonça Furtado de Albuquerque, Bento Pereira de Faria, Jerónimo de Abreu Lima e Pero

Rodrigues foram nomeados para fazerem parte de uma junta que fiscalizava e dispunha das viagens para Timor, Manila e outros lugares visitados pelos comerciantes de Macau. A atitude demonstrava confiança naquelas três pessoas, especialmente no vereador que, apesar de estar em conflito com o poder religioso, não tinha perdido a influência política. Nessa missiva o vice-rei dizia ainda que os enviados lhe tinham solicitado um leão para ser oferecido ao imperador chinês através de uma nova embaixada. A escolha insólita deveu-se a informações passadas pelos jesuítas quando o séquito de Saldanha se encontrava em Pequim, cimentadas pelo espírito observador de Faria. O imperador tinha apetência pelo invulgar, sendo um homem de espírito aberto a novos

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

conhecimentos. Tal facto foi muito bem aproveitado pela elite de Macau.

O novo projecto nasceu em Macau, foi levado a cabo pela sua elite, embora o monarca português posteriormente dele tivesse tido conhecimento. Antes de mais, pretendia-se a entrega do célebre memorial que já tanto tinha dado que fazer e falar. O conteúdo do mesmo tinha sido reforçado dizendo respeito a quatro grandes pedidos, sendo o primeiro relativo à abertura do comércio para "... que esses moradores podessem mandar os seus navios as terras onde donde nascerão e têm parentes a buscar alguns meios e remedios para se sustentar, hindo e vindo livremente sem pagar as mediçoens, nem outra imposição alguma..."⁵⁶

Segundo este documento, os portugueses queriam, para além da liberdade de comércio, a isenção de impostos sobre os navios. Outro aspecto solicitado era a concessão de privilégios a uma terra onde estava enterrado o embaixador Manuel de Saldanha, que tinha sido nomeado mandarim pelo imperador⁵⁷. Igualmente solicitavam a liberdade para os moradores irem a Pequim sempre que julgassem necessário, independentemente de Cantão, assim como ir a esta última cidade negociar, visto ser este o único meio de subsistência de Macau.

O animal seria o agrado que lisonjearia o imperador de forma a repensar na abertura do comércio, que já estava a ser solicitada pelas autoridades mandarínicas do Sul⁵⁸.

Entre a embaixada de Saldanha e a missão diplomática de Faria, a sobrevivência da cidade continuou periclitante, agravada pela "Rebelião dos Três Feudatários" que perturbou todo o Sul da China. Uma carta bastante elucidativa dessa situação foi escrita pela edilidade para o príncipe D. Pedro, na qual se refere que o recém-nomeado capitão-geral, António Barbosa Lobo, não deveria ser pago através de percentagem obtida pelo comércio dos navios. A cidade encontrava-se num estado miserável e consideravam ser impossível a efectivação desse pagamento. Segundo os mesmos, estavam muito endividados com a realização da embaixada de Saldanha e precisavam urgentemente de ajuda, pois, com a ameaça feita pelos holandeses, Portugal corria o risco de perder Macau.

As viagens faziam-se com muita dificuldade e a sua rentabilidade era fraca. No entanto, houve sempre

a tentativa de recuperar esse comércio, anteriormente tão rico. Os melhores exemplos foram as tentativas do Japão em 1685⁵⁹ e quando, em 1689⁶⁰, tentaram o reatamento com a Cochinchina através do navio *Santo António* de João Garcia de Luares. Este tinha sido lucrativo, mas encontrava-se suspenso havia muitos anos.

A missão diplomática de Faria não teve percalços em território chinês, tendo o presente sido amplamente apreciado e divulgado na corte chinesa. Mais uma vez, os missionários em Pequim esforçaram-se para colaborar na pretensão da comunidade de Macau. O jesuíta Luís Buglio publicou um panfleto dando a conhecer as propriedades medicinais dos diversos órgãos do animal, salientando o valor do mesmo⁶¹. A *Explicação sobre Leões*⁶², escrita em Agosto de 1678, apoiava-se em escritos de autores europeus de ciências naturais. Com efeito, o presente, nunca dantes visto, teve grande apreço na grande cidade chinesa, causando impacto na documentação histórica, na literatura e poesia chinesas, com o aparecimento de poemas escritos por Wang Hongxu, Li Chengzhong e Mao Qiling⁶³. Fontes chinesas, citadas por Wills⁶⁴, referem que o leão foi alvo de um funeral especial, sem que partes do seu corpo tivessem sido aproveitadas para os fins atrás citados. O leão morreu em Pequim e o imperador mandou-o enterrar, sem querer verificar a autenticidade das afirmações do missionário⁶⁵.

Após o regresso e lida a carta imperial em sessão da Câmara, o desânimo foi grande quando verificaram que na missiva não havia referências à suspensão da proibição. Mas, em inícios de 1679, o jesuíta Ferdinand Verbiest mandou a notícia da reabertura do comércio com a China. A comunidade macaense suspirou de alívio, mas a chapa imperial só chegou a Cantão em Outubro de 1680. De Goa também chegou a ordem do vice-rei para serem novamente realizadas as viagens para Timor e Manila, que tinham sido suspensas, dado o número de navios perdidos. Destas viagens, o vice-rei autorizava que fossem retirados até 17% da carga dos navios para bem da comunidade e da cidade.

Perante as tentativas, espontâneas ou planificadas, da comunidade mercantil de Macau para reordenar a sua situação, muito comprometida pelos acontecimentos históricos que iam tendo lugar dentro da China, o vice-reinado de Goa não só evidenciava grande distanciamento sobre os problemas da

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

comunidade lusa em Macau, motivado pelo afastamento geográfico que dificultava a comunicação célere entre as duas localidades, como também mostrava falta compreensão sobre a real dimensão da situação e a forma de actuação dos membros da elite macaense. Para Goa, a comunidade em geral e a vereação em particular demonstravam muita subserviência em relação ao mandarinato. As tomadas de força, por vezes aconselhadas, mostravam o quanto distante se encontravam da cultura e poder militar sínico.

Assim, na embaixada de Saldanha, Goa não financiou a expedição, enviou como embaixador um homem que fora condenado ao degredo, por incompetência ou simplesmente infortúnio da vida e só respondeu ao apelo para a sua realização anos depois. A atitude era perfeitamente demonstrativa da falta de cordialidade e coordenação entre o poder central e o poder local, representado pela edilidade⁶⁶. Contudo, a falta de entendimento também pode ser explicada pela autonomia governativa de que Macau gozava na prática, cimentada por uma existência de muitos anos, nas mãos de um grupo lutador e ambicioso, maioritariamente mestiço, que se assumia como português, assim como pelo progressivo decréscimo da importância económica da cidade depois de 1640. Pouco rentável, esta comunidade do Extremo Oriente tornava-se objecto de uma quase indiferença para a Coroa. Se desaparecesse pouco iria importar, já que se estava a revelar impossível a sua recuperação em termos económicos.

O próprio Saldanha, por outro lado, viu na embaixada uma oportunidade para se reabilitar perante a Coroa. De degredado a embaixador o salto era significativo e esta era uma oportunidade única para recuperar prestígio junto das entidades portuguesas e do próprio rei. Ao longo dos dois anos e meio, o homem expressou-se e actuou sempre como um enviado de Portugal, sem demonstrar grande interesse pelo principal propósito do evento diplomático, o qual, a certa altura, parece ficar diluído nos acontecimentos. O que interessava era ir até Pequim, representar o rei português, D. Afonso VI, e granjear uma boa imagem para Portugal e também para si mesmo. Este ponto de vista, defendido por Saldanha e, de certa forma, caminhando ao encontro do desejado pelos jesuítas, entrava em choque com os interesses da elite macaense. Esta lutava pela sua sobrevivência, que era a

sobrevivência da própria cidade, e para tal não se pouparam a esforços nem a despesas, num empenho que ocupa toda a segunda metade do século XVII, como se pode comprovar pela documentação existente do Leal Senado.

Dentro do séquito diplomático, enquanto o embaixador, o padre Francisco Pimentel e possivelmente André Coelho Vieira⁶⁷ seguiram uma determinada opção nos acontecimentos que se sucediam, Bento Pereira de Faria, como homem de Macau, preocupado com o futuro e representando os interesses de um vasto grupo social na conservação e continuação da cidade, não conseguiu aceitar desde Cantão o comportamento nem a atitude política do embaixador, com ele se incompatibilizando. Com efeito, o comportamento de Saldanha não só ignoraria o principal objectivo da embaixada e, por consequência, os interesses da cidade como iria dar uma excelente imagem de Portugal, quando a Coroa estava pouco interessada nas dificuldades dos seus súbditos destas terras tão longínquas, sempre que não se tratava de pedir benesses de natureza material.

O papel mais difícil da contenda interna desta embaixada coube aos jesuítas, por três grandes motivos:

Primeiro, eram conhecedores da situação de Macau, assunto delicado e polémico junto dos chineses, os quais toleravam a presença dos portugueses nesta zona do Império devido ao negócio que aqui se fazia e que redundava em benefícios para a China, mas não os aceitavam em virtude de serem estrangeiros com uma cultura diferente e logo, imprevisíveis. A presença portuguesa era encarada mais como um mal necessário que tinha de ser objecto de controlo e alvo de atenção constante. Desde o início do estabelecimento nunca tinha sido pacífica a autorização para essa presença entre o mandarinato. Enquanto que para uns, tal era desejável por causa do lucro que as províncias de Guangdong e Guangxi auferiam, outros, mais preocupados com a ordem tradicional e segurança, chamavam a atenção para o aumento de banditismo que se vinha a verificar junto do estabelecimento português, praticado pelos próprios chineses, nomeadamente, rapto de pessoas para serem vendidos aos portugueses e contrabando generalizado⁶⁸. E, ainda, na primeira metade do século, Macau tinha auxiliado com armas, canhões e soldados a dinastia Ming a combater a dinastia agora reinante.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Segundo, a Companhia de Jesus tinha lutado arduamente para conseguir entrar na China e particularmente para se instalar, onde gozavam da confiança do imperador. Defender ostensivamente Macau poderia levar à perda de todo o trabalho realizado com grande esforço num império de convicções tão antigas como fortes.

Terceiro, conheciam bem os acontecimentos passados com os holandeses, os quais, por falta de frontalidade em abordar o objectivo pretendido, o comércio, acabaram por ser expulsos da China.

*Entre a embaixada
de Saldanha e a missão
diplomática de Faria,
a sobrevivência da cidade
continuou periclitante,
agravada pela
“Rebelião dos Três Feudatários”
que perturbou
todo o Sul da China.*

Os jesuítas, em consequência de tudo isto, tinham de adoptar uma posição muito cautelosa, para não porem em causa o estatuto já alcançado e também para evitarem prejudicar a comunidade macaense.

Aparentemente o que esteve presente, entre os membros da embaixada de Manuel Saldanha, foi um conflito simultaneamente económico e diplomático, aspectos que se confundiram no início de todo o processo. No entanto, face aos acontecimentos ocorridos em Cantão e até, de certa forma, em Macau antes da partida, as duas análises foram gradualmente divergindo. Os propósitos iniciais foram ultrapassados através das concessões feitas pelos portugueses de forma a adaptarem-se às novas situações. E quando os quiseram repor já era tarde demais, pois corria-se o risco de perder tudo com graves consequências para Macau.

A embaixada representou condignamente Portugal no aspecto diplomático, servindo para

estabelecer relações ao mais alto nível, possibilitando que Macau fosse referido junto do imperador e tornando viável uma maior penetração do cristianismo na China.

Mas no que toca aos verdadeiros objectivos para a qual foi solicitada a sua constituição, traduziu-se num verdadeiro fracasso. A cidade de Macau continuou com as Portas do Cerco encerradas e com a população sujeita à miséria e a autorização para a reabertura do comércio marítimo, principal actividade da comunidade, continuou a não existir. A situação foi substancialmente agravada pela dívida contraída junto do rei do Sião, dívida que se iria arrastar ao longo de muitos anos e que apenas viria a ser saldada com muito esforço e sacrifício da parte dos habitantes da cidade, sem qualquer ajuda ou intervenção das autoridades portuguesas, quer de Goa, quer de Portugal. Em jogo estiveram diferentes interesses defendidos pelos grupos envolvidos, que protegiam os seus objectivos segundo as suas conveniências. Toda a situação foi, de facto, muito difícil e daí o seu resultado.

Os poucos testemunhos sobre a missão diplomática de 1678 levaram a uma série de especulações por parte dos historiadores sobre aspectos de natureza legal: foi ou não legítima? D. Pedro teria tido conhecimento prévio da realização da mesma? A carta real portuguesa foi redigida em Lisboa, em Goa ou em Macau? Todas estas dúvidas têm pertinência. Com efeito, existe uma carta do vice-rei da Índia dirigida ao príncipe D. Pedro com informações sobre a pretensão da comunidade macaense de realizar uma nova embaixada. No entanto, na documentação existente nos Arquivos em Lisboa não se encontram referências a este acto diplomático. Na obra *Ásia Sínica e Japónica* existe a transcrição da carta que o príncipe regente escreveu, em nome do seu irmão, D. Afonso, para o imperador da China, datada de 7 de Março de 1674.

A carta suscita dúvidas quanto à autenticidade⁶⁹. Parece legítimo concluir que o rei português (no presente caso, o príncipe regente) teve conhecimento da pretensão dos moradores de Macau, pois o vice-rei da Índia escreveu para a edilidade em 4 de Maio de 1679, dizendo, explicitamente, que tinha conhecimento da carta escrita em Macau para o imperador em nome do monarca português⁷⁰. No entanto, torna-se estranho que a documentação da embaixada de Bento Pereira de Faria seja tão reduzida.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

A referida missão ficou bastante aquém das despesas efectuadas com a embaixada de Saldanha. A população foi convidada pelo Leal Senado a colaborar com donativos e, para além dos empréstimos, a edilidade tomou a quantia de 698 pardaus e 58 avos do rendimento da nau do Sião e que se destinavam ao pagamento da dívida contraída junto daquele reino. Conseguiram juntar 4089,95 pardaus, mas aparentemente apenas alguns elementos receberam parte do empréstimo efectuado⁷¹. Segundo um documento do Leal Senado, apenas foram devolvidos a estes moradores 532 040 taéis, o equivalente aproximado a 689 pardaus⁷². A solicitação e o amplo apoio ao projecto mostram a importância do mesmo para a comunidade macaense.

A última referência a Bento Pereira de Faria é numa carta datada de 30 de Abril de 1685, resposta enviada pelo vice-rei de Goa a uma outra do vereador do ano anterior. O documento, que se encontra em muito mau estado, faz referência a queixas que parecem ter sido formuladas na carta de Faria e, caso interessante, nega a autorização que Faria teria solicitado para ir viver para S. Tomé de Meliapor,

justificando ser um homem importante para Macau, não só pelo seu desempenho na missão diplomática de 1680 como também na época a que se reporta a carta. É possível que tenha morrido, pois das numerosas actas de reuniões do Leal Senado, reuniões alargadas aos homens-bons da comunidade, onde constam os nomes dos participantes e membros activos desta comunidade, não figura o dele, aparecendo, no entanto, alguns dos moradores contemporâneos de Faria.

Bento Pereira de Faria conseguiu ser um dos “embaixadores” com maior credibilidade junto do imperador chinês, simplesmente por causa de um leão. O animal não só exerceu grande fascínio em Pequim, como continua até hoje a exercer o mesmo poder de sedução em Macau, através da dança do leão destinada a dar sorte aos empreendimentos que se pretendem realizar. As relações entre o leão de Faria e a dança atrás referida perdem-se no tempo, subsistindo, contudo, o factor sorte nas duas: enquanto que o leão de Faria alimentou a crença na sorte da reabertura do comércio, a dança do leão traz a crença da sorte no futuro para tudo aquilo que é empreendido. **RC**

NOTAS

- 1 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 19.
- 2 Chongzhen foi o último imperador directo da dinastia Ming, tendo subido ao trono em 1627. C. R. Boxer, *A Cidade de Macau e a Queda da Dinastia Ming (1644-1652)*, p. 8.
- 3 Este general, partidário da dinastia Ming, vai reconhecer como legítimo, o novo imperador Qing. Conquistou muitas províncias para a nova força reinante, chegando até à fronteira da Birmânia. Fez a sua residência na província de Yunnan, onde reinou como vice-rei semi-independente até 1674. Nessa data revoltou-se contra os tártaros (Revolta dos Três Feudatários), vindo a morrer em 1678. In C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, p. 8.
- 4 Li tinha capturado o pai do general, a fim de exigir a sua rendição. In Donald Lach & Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe - A Century of Advance*, vol. III, p. 1665.
- 5 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 25.
- 6 Ambos terminaram derrotados pelos exércitos Qing.
- 7 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 27.
- 8 C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, pp. 3 e *passim*.
- 9 Beatriz Basto Silva, *Cronologia da História de Macau, Séculos XVI-XVII*, pp. 87 e 127.
- 10 Em 1652, o jesuíta polaco Michael Boym chegou a Veneza com um apelo desta imperatriz Ming para a luta contra os manchus. Em escritos seus, Boym assume a ideia que Yongli era imperador da China e perpetuaria a descendência Ming. In Donald Lach & Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe...*, p. 1664.
- 11 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, p. 106.
- 12 Estes acontecimentos foram descritos de forma fascinante nas cartas anuais jesuítas de 1673 e 1674. Cf. BA, Coleção *Jesuítas na Ásia*, cota 49-V-16.
- 13 C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, p. 21.
- 14 C. R. Boxer, *A Cidade de Macau...*, p. 5.
- 15 Corruptela de Guo Xingye (Senhor de Nome da Família Imperial), nome pelo qual era conhecido Zheng Chenggong. In Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China...*, p. 27.
- 16 Fei Cheng Kang, *Macao 400 Years*, Xangai, The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, p. 49.
- 17 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 27.
- 18 Lo-Shu-Fu, “The two Portuguese embassies to China during the K’ang-Hsi period”, *T’oung-Pao*, Série II, n.º 43, 1955, p. 86. Situam-se na província de Fujian, em frente à ilha Formosa.
- 19 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 27.
- 20 Sanjay Subrahmanyam, *Império Asiático Português, 1500-1700, Uma História Política e Económica*, p. 294.
- 21 Immanuel Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 28.
- 22 Na realidade, os quatro governantes que dirigiam a China, visto o imperador Kangxi ser de menoridade.
- 23 General que tinha desertado das forças de Coxinga para se tornar leal ao imperador Qing. In C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, p. 45.
- 24 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinário del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, p. 12.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

- 25 Donald Lach e Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe*, p. 1698.
- 26 Fok Kai Cheong, *Estudos Sobre a Instalação...*, p. 108.
- 27 Esta referência tinha a sua razão de ser, porque os portugueses foram os primeiros navegadores a contactar com a China e a impressão causada junto da comunidade chinesa foi péssima, pois ficou registada uma imagem grotesca de gente com hábitos canibalescos e pouco ordeira, que raptava mulheres e crianças, não respeitando as leis chinesas. As piores críticas vieram dos censores, pessoas relacionadas com assuntos da corte e distantes dos problemas locais. O memorial de Pang Shangpeng de 1564 foi o primeiro documento a abordar a presença de estrangeiros em Macau. In Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 64.
O rapto de mulheres e crianças tinha sido proibido pelo vice-rei por decreto de 1595, mas a prática tinha-se mantido em épocas posteriores. In Geoffrey C. Gunn, *Macau 1575-1999, An Economic and Political History*, Nagasáqui, Univ. de Nagasáqui, 1995, p. 44.
- 28 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 67.
- 29 Memorial já atrás referido.
- 30 Coxinga morreu subitamente a 23 de Junho de 1662, sendo herdeiro do seu movimento rebelde o filho Zheng Ching. Contudo, o espírito de revolta tinha mudado e existiam focos de conflito entre os membros do movimento dissidente. In Arthur W. Hummel, *Eminent Chinese of the Ch'ing Period*, vol. I, p. 111.
Só em 1683, quando as forças Qing conquistam a Formosa, é que o imperador Kangxi se tornou senhor absoluto da China.
- 31 O ataque massivo dos holandeses ao império colonial português foi motivado pela união das coroas portuguesa e espanhola na figura de Filipe II de Espanha, sendo interessante verificar que esta luta entre os países ibéricos e a Holanda se estendeu à escala mundial, dado que Portugal detinha colónias, feitorias e zonas de comércio em quatro continentes. Boxer, na sua obra *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, identifica este conflito como tendo sido uma I Guerra Mundial, p. 115.
- 32 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, ed. de C. R. Boxer, vol. II, p. 67.
- 33 Com a perda do comércio com o Japão em 1640 e a tomada de Malaca pelos holandeses, a cidade enfrentou uma nova situação económica e social que se agravou em 1662 com o decreto imperial.
- 34 AHM (Arquivo Histórico de Macau), Mic. C0627, doc. 11 (o documento original no HAG). Bento Pereira de Faria foi um dos vereadores que assinou esta missiva.
- 35 AHM, Mic. C0627, doc. 12 (o documento encontra-se no HAG).
- 36 Este padre substituiu com o título de vice-provincial o Pe. Pero Jusarte em 27 de Agosto de 1667, em virtude deste se encontrar ausente na Europa. A substituição foi determinada pelo Pe. Luís da Gama. Em 1683 André Gomes tornou a ser nomeado para o mesmo cargo, mas já tinha falecido.
- 37 Macau custeou esta viagem, chegando a ter que fretar uma caravela tanto para a ida para Goa, como para a vinda para Macau, já na companhia de Manuel de Saldanha. As listas detalhadas das despesas efectuadas com estas viagens, bem como com as despesas do embaixador e da embaixada encontram-se na obra do Pe. Pimentel. Os documentos encontram-se na BA, Colecção Jesuítas na Ásia, códice 49-IV-62.
- 38 Manuowu (Má-Nou-Mât, em cantonense, in Tcheong-U-Lâm & Ian-Kuon-Iâm, *Ou-Mun Kei-Leok*, Lisboa, Quinzena de Macau, 1979, p. 158.
- 39 Luís Gama, "Ressureição Histórica", *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Série I - Vol. I-II, pp. 31-41; 113-119; 181-188; 305-310; 693-702; 747-763, pp. 33 e *passim*.
- 40 Marques Pereira, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Série I - Vol. I-II, p. 40, diz que não conseguiu localizar esta enseada.
- 41 BA, Colecção Jesuítas na Ásia, "Replica Jesuíta", fl. 427, faz referência a 3 feitorias situadas em Cantão, Chíncheo e Nanquim.
- 42 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, p. 38, nota de C. R. Boxer.
- 43 *Ibidem*, p. 37, nota de C. R. Boxer.
- 44 Visitador das Províncias do Japão e da China da Companhia de Jesus.
- 45 Procurador da Província do Japão da Companhia de Jesus.
- 46 BA (Biblioteca da Ajuda, Lisboa), Colecção Jesuítas na Ásia, Mic. cód. 49-V-16, *Réplica Jesuíta*, fl. 430.
- 47 Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. V, 1989, p. 150-153. Não existe referência sobre a descendência do casal, mas no entanto o apelido é o mesmo e curiosamente o filho de Bento Pereira de Faria tinha o nome de Jerónimo.
- 48 AHM, Mic. C0628, cx. n.º 1, doc. n.º 70 (o documento original encontra-se no AHU).
- 49 AHM, Mic. 015, doc. de 28 de Outubro de 1699. Apesar do referido dizer respeito ao final do século é bem provável que tenha sido norma geral no tempo de Bento Pereira de Faria, isto é, segunda metade do século XVII.
- 50 Esta informação é sugerida pela redacção do texto da *Réplica Jesuíta*, fl. 427v.
- 51 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*..., p. 29.
- 52 HAG, *Embaixada à China*, Vol. 1210, Fls. 1-51.
- 53 Anabela Nunes Monteiro, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria, 2.ª metade do século XVII*, tese de Mestrado, texto policopiado, Universidade de Macau, 1998. Documentação reproduzida parcialmente no Apêndice Documental.
- 54 AHM, Mic. C0589 (o documento original está no AHNM). Aparece referenciado apenas o mês e o ano.
- 55 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 115.
- 56 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*..., p. 86.
- 57 Costume entre os chineses, que consistia em conceder privilégios a terras onde estivessem mandarins enterrados.
- 58 Donald Lach & Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe*..., p. 1698.
- 59 Monteiro, Anabela Nunes, "A luta pela sobrevivência de Macau", *Revista Encontros*, n.º 5, Lisboa, pp. 41-50.
- 60 AHM, Mic. 0015, LR 307, doc. de 19 de Fevereiro de 1689 e doc. de 5 de Novembro de 1689.
- 61 Lo-Shu Fu, "The two Portuguese embassies"..., p. 89. AHM, Mic. C0589 (o documento original está no AHNM).
- 62 *Shizi shuo*.
- 63 John Wills, *Embassies and illusions*, Appendix C, pp. 243 e *passim*.
- 64 *Ibidem*, pp. 137 e *passim*.
- 65 *Ibidem*, p. 130.
- 66 Saliente-se o teor da carta escrita de Goa para o capitão-geral de Macau, datada de 9/5/1680. HAG, *Livros das Cartas e Ordens*, (Secretaria-Geral), vol. I (1609-1706), cód. 779, fl. 62.
- 67 A atitude deste homem nunca foi muito clara, durante esta embaixada e até em épocas posteriores.
- 68 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a instalação...*, pp. 19 e *passim*.
- 69 Frei José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*..., p. 83, dá esta carta como autêntica.
- 70 HAG, *Livro das Cartas e Ordens* (Secretaria-Geral), vol. I (1609-1706), cód. 779, fl. 37.
- 71 A devolução, na maior parte dos casos parcial, do empréstimo prolongou-se até Dezembro de 1689.
- 72 Consoante tabela de equivalência da moeda portuguesa. In George Bryan de Souza, *A Sobrevivência do Império*..., p. 319.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

Biblioteca da Ajuda (BA):

* Coleção *Jesuitas na Ásia*, cota 49-V-16.

Arquivo Histórico de Macau (AHM):

* Mic. C0628, cx. n.º 1.

* Mic. 014.

* Mic. 014, LR 307.

* Mic. 015.

* Mic. 015, LR 307.

* Mic. C0568, doc. n.º 1 (o documento original encontra-se no Historical Archives of Goa, AHG)

* Mic. C0568, doc. n.º 2 (o documento original encontra-se no AHG).

* Mic. C0589 (o documento original está no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, AHNM).

* Mic. C0628, cx. n.º 1, doc. n.º 70 (o documento original encontra-se no AHU).

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Arquivos de Macau, *Boletim do Arquivo Histórico de Macau*, Tomo II. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, Julho/Dezembro, 1983, p. 60.

Gama, Luís, "Ressurreição Histórica", *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Série I, Vol. I-II. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau, 1995, pp. 31-41; 113-119; 181-188; 305-310; 693-702; 747-763

Maria, José de Jesus, *Ásia Sínica e Japónica*, ed. de C. R. Boxer, vol. II. Macau: Instituto Cultural de Macau / Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988.

Pimentel, Francisco, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, ed. de C. R. Boxer e J. M. Braga. Macau: Imprensa Nacional, 1942.

FONTES SECUNDÁRIAS

Alves, Jorge Manuel dos Santos, "Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (sécs. XVI-XVIII)", in António Vasconcelos Saldanha e Jorge Manuel Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês, Séculos XVI-XIX*. Macau: Livros do Oriente, 1996, pp. 179 a 218.

_____, *Um Porto entre Dois Impérios*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999.

Boxer, C. R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____, *A Cidade de Macau e a Queda da Dinastia Ming (1644-1652)*. Macau: Tipografia do Orfanato, 1938.

_____, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. 'S-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1967.

_____, *Macau na Época da Restauração*, vol. II. Lisboa: Fundação Oriente, 1993.

Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. V, ed. de Carvalhos de Basto. Braga, 1989, pp. 150-153.

Fok Kai Cheong, *Estudos Sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, Lisboa: Gradiva, 1996.

Gunn, Geoffrey C., *Encountering Macau*, Boulder, Westview Press: 1996.

Hummel, Arthur W., *Eminent Chinese of the Ch'ing Period*, Taipé: SMC Publishing INC, 1991.

Hsu, Immanuel C. Y., *The Rise of Modern China*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1995.

Lach, Donald F. & Van Kley, Edwin J., *Asia in the Making of Europe. A Century of Advance*, vol. III, 4 t., Chicago: University of Chicago Press, 1993.

Lima, Durval Rui Pires de, *Embaixada de Manoel de Saldanha ao Imperador K'ang-hi em 1667-70*. Lisboa: Tipografia & Papalaria Carmona, 1930.

Ljungstedt, Anders, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton, Hong-Kong*. Hong Kong: Viking Publications, 1992.

Lo-Shu Fu, "The two Portuguese embassies to China during the K'ang-Hsi period", *T'oung-Pao*, Série II, n.º 43, 1955, pp. 75 a 95.

Loureiro, Rui Manuel, *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.

Macau entre Duas Crises (1640-1688), Lisboa, Academia Portuguesa de História, separata dos Anais, IIª Série, Vol. 24, Tomo II, 1977.

Monteiro, Anabela Nunes, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria. Século XVII*, dissertação de Mestrado, texto policopiado. Macau: Universidade de Macau, 1998.

_____, "A luta pela sobrevivência de Macau", *Revista Encontros*, n.º 5, 1.º Semestre de 2000, Lisboa, pp. 41-50.

Paiva, Teresa Rebelo, "Um Leão em Pequim: Oferta Real Portuguesa", *Macau* (Macau), IIª Série, n.º 68, Dezembro, 1997, pp. 42-52.

Petech, Luciano, "Some remarks on the Portuguese embassies to China in the K'ang-Hsi period", *T'oung Pao*, Série II, n.º 44, Kraus Reprint, 1956, pp. 227 a 236.

Rêgo, António da Silva, *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.

Santos, Isaú, "A embaixada de Manuel de Saldanha à China em 1667-1670", in Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe F. R. Thomaz, *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Sudeste Asiático*, Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Macau: s. e., 1993, pp. 405 a 436.

Serrão, Joel, *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

Silva, Beatriz Basto, *Cronologia da História de Macau, Séculos XVI-XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1992.

Souza, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991.

Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700, Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, 1995.

Teixeira, Manuel, *Macau Através dos Séculos*. Macau: Imprensa Nacional, 1977.

_____, *Macau no Século XVII*, Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

Thomaz, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

Wills, John E., *Embassies and Illusions*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.

Winius, Georges, "Portugal's shadow empire in the Bay of Bengal" in *Revista de Cultura* (Macau), n.º 13-14, II Série, Janeiro/Junho, 1991.

Chineses, Holandeses e Castelhanos em Taiwan (1624-1684)

MANEL OLLÉ I RODRÍGUEZ*

* Natural de Barcelona, 1962. Realizou os seus estudos na Universidade de Barcelona, na Universidade Pompeu Fabra e na Universidade de Nanquim. Doutorado em História, professor de História da Ásia Oriental na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), especializou-se em estudos sobre as relações da colónia espanhola das Filipinas com a China e Macau assim como sobre as percepções espanholas da China durante os séculos XVI e XVII. Publicou o livro *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China en el siglo XVI*.

*Born in Barcelona, 1962. Ollé studied at the University of Barcelona, at Pompeu Fabra University (Barcelona) and at Nanjing University. A specialist in relations between the Spanish colony of the Philippines and China and Macao, as well as in 16th and 17th century Spanish perceptions of China, he holds a doctorate in History and lectures in East Asian History at Pompeu Fabra University. Author of *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China en el siglo XVI*.*



Durante o segundo quartel do século XVII Taiwan deixou de ser uma ilha formosa e irrelevante para os seus vizinhos, tendo-se transformado num local estratégico de primeira ordem no comércio internacional. Transformou-se também num cenário de disputas e rivalidades entre chineses, holandeses e ibéricos. Os holandeses estabeleceram-se na costa sudoeste de Taiwan entre 1624 e 1662. Os castelhanos fixaram as suas fortificações no norte de Taiwan entre 1626 e 1642. As comunidades mercantis chinesas já há décadas que frequentavam e estabeleciam bases operacionais mais ou menos estáveis nas costas ocidentais de Taiwan e, após a incursão manchua, transformaram Taiwan na base da resistência da deposta dinastia Ming.

Dois processos históricos do contexto europeu marcaram esta dinâmica asiática: por um lado, a união dinástica entre Castela e Portugal, a partir de 1580, sob a coroa do rei Filipe II de Castela (I de Portugal), por outro lado, a rebelião da Flandres contra a implantação do Santo Ofício, impulsionada pelo rei castelhano e a posterior internacionalização do conflito entre espanhóis e holandeses, que teve no Leste ibérico um cenário proeminente.

Dois factos asiáticos marcaram também de forma decisiva o curso da História de Taiwan: por um lado, a subida ao poder, no Japão, de Tokugawa Ieyasu que fundou o xogunato Tokugawa em 1603, deixando para trás a política expansionista de Hideyoshi, causou um aumento no fluxo da prata japonesa na Ásia Oriental, acabou com o monopólio português de intermediação no comércio sino-japonês e, finalmente, conduziu a uma política de retirada e de ruptura com os Europeus; e, por outro lado, a mudança dinástica que ocorreu com a invasão manchua da China, em 1644, transformou Taiwan num reduto resistente dos Ming e deu um protagonismo histórico às comunidades mercantis ilegais chinesas que viajavam pelos mares do Sul da China, consideradas até então como frotas piratas. Taiwan acabou por se integrar completamente no espaço do império chinês.

TAIWAN AO TEMPO DA CHEGADA DOS EUROPEUS

As percepções europeias dos povoadores nativos de Taiwan que encontramos no século XVII distinguem dois tipos de nativos: um grupo



Anónimo português, Ilha Formosa. In *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*.

sedentário nas planícies da costa ocidental da ilha que incluía a agricultura nas suas formas de sustento (designado pelos chineses como *shufan*) e um grupo semi-nómada radicado nas zonas montanhosas, dedicado à caça, à pesca e à recollecção (*shengfan* para os chineses).¹

Na altura da sua chegada a Taiwan, os holandeses calculavam que os nativos sedentarizados das planícies da ilha atingiam os 50 000 e habitavam mais de cem povoações. O ponto de referência era evidentemente a zona do sudoeste de Taiwan. De acordo com fontes holandesas, este grupo sedentarizado de nativos designava a ilha de Pakan. Estes nativos foram gradualmente expulsos das planícies, num processo secular, pelos povoadores chineses que, desde o século XVII, começaram a ocupar de forma demograficamente relevante a costa ocidental de Taiwan: alguns foram assimilados, outros fugiram para as montanhas ou foram suprimidos. Apesar da protecção que receberam do império Qing, as suas terras foram sendo

reduzidas pouco a pouco, até praticamente desaparecerem das planícies, no fim do século XVIII.² Pertenciam principalmente aos grupos étnicos Ami, Kuvalan e Puyuma. A maioria dos antropólogos liga os grupos indígenas de Taiwan com as culturas austronésias (malaio-polinésias) do Sudeste Asiático insular. Apresentam relevantes similitudes culturais, físicas, organizativas e materiais. Pelo menos dois terços das línguas faladas pelos nativos taiwaneses estão muito perto das dos povos insulares malaio. Outros antropólogos apontam para alguma proximidade entre alguns grupos indígenas de Taiwan e o grupo étnico dos Miao, localizado no actual Sul da China continental.³

As fontes holandesas registam que o número de chineses nas costas de Taiwan, no momento da sua chegada (1623-1624), oscilava entre os 1000 e os 1500. Embora Taiwan contasse já com a presença estável desta relativamente pequena comunidade de colonos chineses, residentes sazonais, pescadores,

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

piratas e comerciantes estabelecidos na costa sudoeste da ilha, não tinha todavia entrado na órbita do domínio efectivo do império chinês, nem constituía um centro atractivo ou necessário no intercâmbio comercial dos mares do Sul, apesar de se encontrar apenas a 160 quilómetros da costa continental chinesa, no seu ponto mais próximo. Entre os diversos factores que explicariam o isolamento secular de Taiwan, há que considerar as dificuldades da perigosa navegação nos estreitos de Taiwan – especialmente no período dos tufões que ocorrem entre Junho e Novembro – e a falta de portos e ancoradouros favoráveis nas suas costas.⁴ Apesar da ebulição mercantil da navegação e da diáspora das províncias chinesas litorais do Sul, especialmente Fujian, há séculos circulando em torno dos mares do Sul e do Sudeste Asiático, não havia incentivos comerciais, produtos nativos, empresas a ocultar, comunidades mercantis para intercâmbio, etc. que justificassem um desembarque estável na ilha. No plano político e oficial é necessário considerar também que o império chinês se caracterizava por viver de costas voltadas para o mar, sendo uma civilização agrária e estruturada em torno das bacias fluviais, com o seu centro de gravidade no Norte das terras amarelas de *loess* e também por rejeitar o comércio e a interacção exterior à margem do sistema tributário e por carecer de uma compulsão expansionista. A China imperial não manifestava o seu sinocentrismo em termos de ofensiva ou de assimilação, mas em termos defensivos e de separação em relação aos bárbaros das periferias não civilizadas. Isto explicaria que, apesar da proximidade de Taiwan em relação à costa continental chinesa e embora as autoridades imperiais tivessem um secular conhecimento geográfico da ilha, não se empreendessem iniciativas oficiais de dominação efectiva da ilha e, quando isso se fez, na segunda metade do século XVII, foi num contexto de confrontação dinástica entre os Qing e os Ming, mais do que da vontade expansionista e de controle eficaz do território e da sua população.

Taiwan passou a ser um centro atractivo para a migração chinesa com a sua transformação em porto de passagem para as rotas mercantis regionais (o circuito holandês entre Batávia-Taiwan-Hirado, o circuito dos comerciantes chineses ilegais entre Fujian-Taiwan-Manila, o circuito português de intermediação no comércio sino-japonês...) que a presença europeia

internacionalizava e inundava de prata. Foi também em função de uma prévia estrutura mercantil ter tornado possível a manutenção e o crescimento das explorações agrícolas.

O momento do início do processo migratório chinês para a ilha de Taiwan é incerto. A China imperial praticamente não deixou registos históricos referentes à emigração, porque esta era considerada ilegal e os que emigravam eram impedidos de regressar ao continente. Supõe-se que poderiam existir alguns estabelecimentos de pescadores e de camponeses chineses nas ilhas de Penghu (Pescadores) desde o século VII. E na ilha de Taiwan desde o século XII. Não se sabe se os emigrantes japoneses também já se tinham estabelecido na ilha, como defendem alguns estudos japoneses.

Durante a dinastia mongol dos Yuan (1263-1368) houve tentativas fracassadas de expansão chinesa para o Japão e aumentou o interesse pelas áreas do Leste e do Sudeste Asiático. Os Yuan incorporaram na sua jurisdição o arquipélago de Penghu, mas não se interessaram pela ilha de Taiwan. Durante esta dinastia começou, em alguns pontos muito concretos da costa de Taiwan, o processo de estabelecimento de piratas e de pescadores chineses e japoneses, que começaram a usar a ilha como porto de passagem, de estabelecimento provisório e, em alguns casos, de estabelecimento definitivo.

Durante os séculos XV e XVI aumentou, nas costas chinesas, o flagelo da pirataria dos designados, em fontes chinesas, por *wokou* (*wako*), que encontravam nas costas da ilha de Taiwan uma escala, um refúgio provisório e, às vezes, um estabelecimento estável. Os grupos de *wokou* incluíam também piratas chineses e coreanos. Entre as frotas piratas que encontraram um refúgio provisório nas costas de Taiwan estava a frota de Lin Feng, conhecido em fontes espanholas como Limahon. Fugindo dos navios da guarda costeira chinesa, a sua frota infiltrou-se em Taiwan em 1574 e, mais tarde, dirigiu-se para as Filipinas, onde foi cercada pelos espanhóis que tentaram com a sua captura obter favores das autoridades provinciais de Fujian: concessão de um enclave no litoral de Fujian, semelhante ao Macau português. A fuga de Lin Feng e dos seus seguidores deixou em suspenso as aspirações espanholas.⁵

Os japoneses designavam Taiwan por Takasago. Em fontes chinesas do século XVI, Taiwan aparece por

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

vezes referida como Dongfan (literalmente “bárbaros do leste”) ou como Yizhou (“continente dos bárbaros”)⁶ e, ainda, como Da Liuqiu (“Grande Liuqiu”), fazendo assim parte do arquipélago de Liuqiu (em japonês, Ryukyu) que abrange a constelação das ilhas que traçam um arco entre Taiwan e o Japão, incluindo a actual ilha japonesa de Okinawa. Encontramos um testemunho desta identificação de Taiwan com o arquipélago de Liuqiu no mapa da China elaborado pelo jesuíta Matteo Ricci, a partir de mapas chineses, onde Taiwan aparece como Da Liuqiu.⁷

Finalmente o uso do nome de Taiwan estender-se-ia à própria China, paralelamente ao uso europeu do nome português de ilha Formosa. A popularização na Europa deste topónimo veio da mão do navegador e geógrafo holandês J. H. van Linschoten, que o divulgou no livro que publicou, em 1591, com informações sobre a expansão asiática portuguesa, as rotas e os mapas que tinha compilado durante as suas navegações pela Ásia e na sua estada em Goa.⁸ A partir do século XVI, Taiwan tornou-se uma escala habitual dos barcos dos pescadores e dos juncos chineses procedentes de Fujian que comerciavam e emigravam ilegalmente para o sul, seguindo uma rota que começava na zona da baía de Amoy (Xiamen, Quanzhou, Zhuangzhou), continuava por Luzón (Filipinas) e Bornéu, até chegar a Java e aos estreitos de Sumatra.⁹

Em meados do século XVII, quando os holandeses tinham já o efectivo controle sobre uma boa parte das planícies litorais do sudoeste da ilha calcula-se que o número de chineses, procedentes na sua maioria de Fujian ou das comunidades de Hakkas (*kejia*) de Guangdong e de Fujian, instalados em Taiwan não ultrapassaria os 25 000. De acordo com os censos holandeses, os indígenas excediam os 100 000. O rápido crescimento da diáspora dos chineses da zona litoral do Sul de Fujian, tanto em Taiwan como nas Filipinas e na Indonésia, foi favorecido pela simbiose colonial entre os centros mercantis dos Europeus na Ásia Oriental e as comunidades mercantis ilegais chinesas, assim como dos emigrantes e dos colonos chineses que se dedicavam à pesca, agricultura e actividades artesanais. Outros factores que favoreceram a aceleração, durante a segunda metade do século XVII, do processo migratório fuquinense para Taiwan e outros enclaves do Sudeste Asiático (Manila, Batávia, etc.) foram, por

um lado, a conjuntura que se seguiu à queda da dinastia Ming e à entronização da dinastia Qing e, por outro, a forte pressão demográfica existente em Fujian desde o início do século XVI. Esta província costeira viu a sua população crescer em grande número, mas era basicamente produtora de chá e, consequentemente, incapaz de produzir arroz suficiente para a abastecer na sua totalidade: só havia saída para o comércio (ilegal, na maior parte, devido às restrições impostas pelo sistema imperial) e para a emigração (também ilegal, de acordo com os códigos chineses). Comércio ilegal, emigração, pirataria e resistência ao novo regime manchu entrecruzaram-se neste processo.

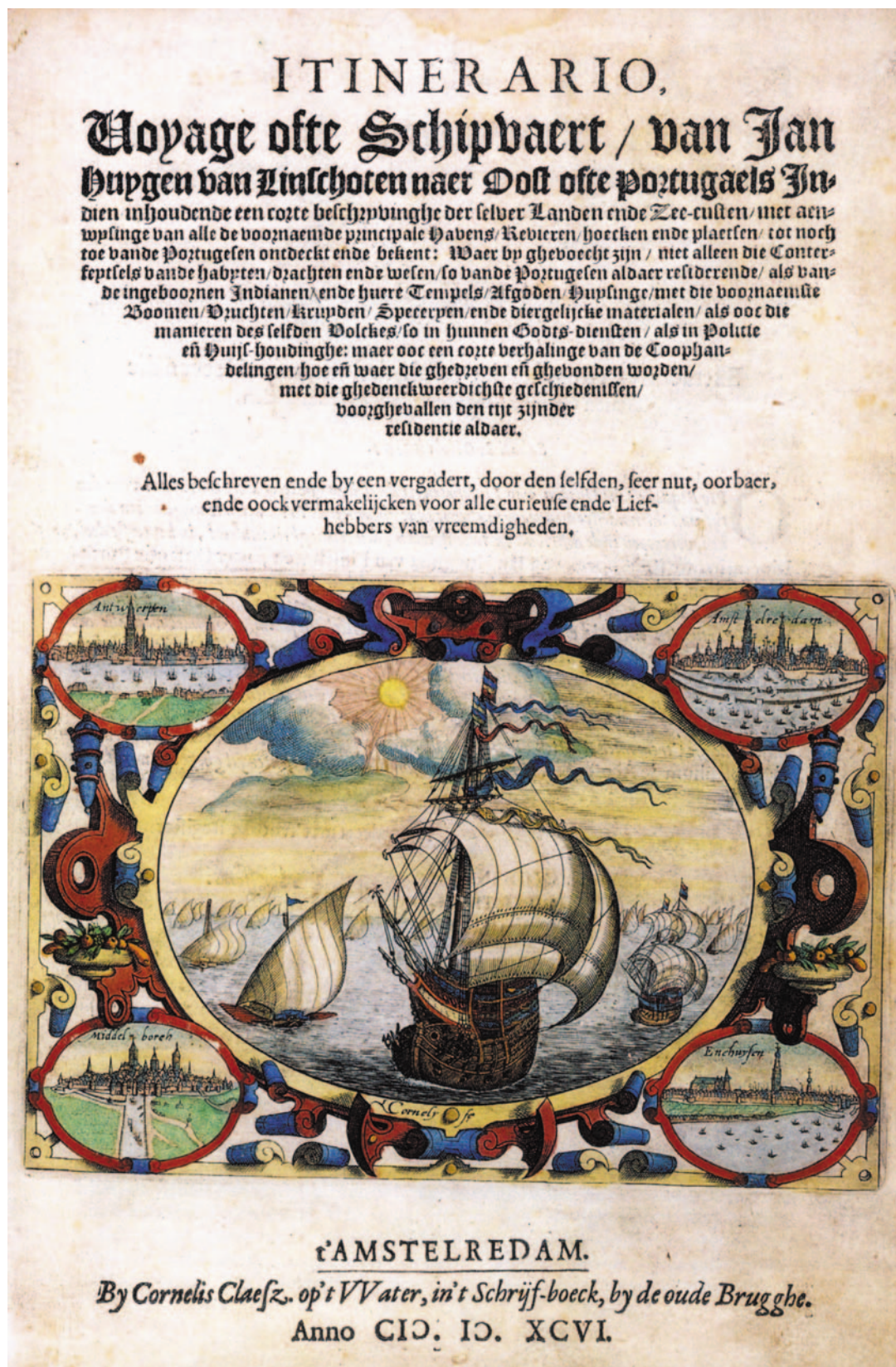
PRIMEIROS CONTACTOS EUROPEUS COM TAIWAN

Em meados do século XVI os navios portugueses que faziam a “carreira da Índia”, unindo Goa, Malaca e Macau com a ilha de Kyushu, no sul do Japão, encontraram casualmente a ilha de Taiwan, sem nela chegarem a entrar. Foram os portugueses que lhe deram o nome de ilha Formosa em atenção à beleza e à exuberância da sua paisagem. Na forma castelhana este

Forte holandês em Batávia, século XVII.



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



Frontispício de Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais, de Jan Huygen van Linschoten.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

topónimo aparece, nas fontes do século XVI e XVII, como “isla Hermosa”. Os portugueses estabeleceram-se em Macau em 1557 e não tinham motivação, nem comercial nem de navegação, para penetrar em Taiwan. O seu projecto colonial era eminentemente mercantil e, no trajeto da navegação entre Macau e o Sul do Japão, não precisavam de escalas. Taiwan não apresentava, nesse momento, nenhum aliciente à exploração ou conquista.

O primeiro testemunho europeu sobre Taiwan encontra-se nos escritos de três tripulantes de um navio português carregado de seda chinesa que naufragou na ilha. Entre 6 e 10 de Julho de 1582, zarpou de Macau em direcção ao Japão um grande junco fretado pelo comerciante Bartolomeu Vaz Landeiro, que tinha como capitão André Feyo¹⁰ e no qual viajavam, entre outros, os jesuítas da missão do Japão Pedro Gómez, Álvaro Dias, Cristóvão Moreira e Francisco Pires, bem como o jesuíta espanhol, radicado em Manila, Alonso Sanchez. Após dez dias de navegação, um forte temporal causou o naufrágio do navio que encalhou num banco de areia muito perto da costa do Sudeste de Taiwan, no dia 17 ou 21 de Julho de 1582. Embora, num primeiro momento, não tivesse sofrido grandes danos, um temporal posterior destruiu-o, ao projectá-lo de encontro às rochas da costa escarpada da ilha.¹¹

Um dos jesuítas portugueses, Francisco Pires, escreveu uma detalhada descrição das circunstâncias deste naufrágio numa memórias sobre a sua actividade missionária na Ásia Oriental e que têm por título *Memoriae historicae* e por subtítulo *Pontos do que me alembra*.¹² Também na *Relación breve de la jornada que el P. Alonso Sánchez dela Compañía de Jesús hizo por horden y parecer del Sr. D. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, governador de Philipinas, y del Sr. obispo y oficiales de S. M. desde la Isla de Luzón y ciudad de Manila a los Reynos de la China* (1583), de Alonso Sanchez,¹³ encontramos um outro relato deste naufrágio,¹⁴ o mesmo fazendo Pedro Gómez. Estes três testemunhos constituem a documentação ocidental mais antiga com uma percepção directa da ilha de Taiwan. Com estas palavras, Alonso Sanchez traçava uma descrição sintética da ilha:

“A meio do caminho ou viagem deste golfo há uma ilha a que chamam Formosa pela bonita aparência que tem desta parte de montanhas elevadas e verdes, por entre a qual costa e a costa chinesa há já quarenta

anos mais ou menos que os portugueses passam a caminho do Japão, sem a terem reconhecido nem terem chegado a ela.”

Os naufragos construíram um improvisado acampamento na praia e permaneceram em Taiwan perto de três meses até conseguirem armar um navio pequeno feito dos restos do junco que naufragara e com o qual conseguiram regressar. No dia 4 de Outubro de 1582 estavam já de regresso a Macau.¹⁵

É especialmente interessante contrastar os testemunhos sobre os nativos de Taiwan oferecidos por Alonso Sanchez com o de Francisco Pires. Aparecem retratados pelo jesuíta castelhano como muito mais violentos e perigosos do que aparecem na Relação do português. Nesta passagem sintetiza-se a visão de Alonso Sanchez, que alude mesmo a um suspeito canibalismo desses povos:

*A China imperial não
manifestava o seu sinocentrismo
em termos de ofensiva
ou de assimilação, mas em
termos defensivos e de separação
em relação aos bárbaros
das periferias não civilizadas.*

“Acudiram imediatamente os nativos nus com os seus arcos e aljavas¹⁶ e com grande ânimo e determinação. Sem dar satisfação nem ferir ninguém vieram ao nosso encontro e despojaram-nos de tudo o que tínhamos conseguido salvar e, enquanto não nos secamos e apetrecharmos para nos defendermos, todos os dias e todas as noites nos visitavam e com as suas setas matavam alguns e feriam muitos. E assim passámos mais de três meses com algum arroz que se conseguiu secar, até terminarmos um pequeno navio que fizemos dos pedaços do grande [...] depois de terminado o navio gastámos mais de um mês¹⁷ a conjecturar e a procurar formas de sair sem o transformar em pedaços e ficarmos irremediavelmente para manjar daquele povo bárbaro, de quem suspeitamos que comiam carne humana.”¹⁸

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Francisco Pires nunca se refere a canibalismo. Numa nota à margem do manuscrito da sua Relação faz uma referência explícita ao seu regime alimentar a partir do testemunho oferecido por um jovem natural de Luzón que viajava com Alonso Sanchez e que travou amizade e pernoitou com os nativos. Francisco Pires escreve:

“Aqui nos visitaram os bárbaros e nos mataram dois homens gentios e feriram outros. Também matámos um ou dois dos deles, pelo que nos deixaram viver mais sossegados. [...] As pessoas da terra, que moravam no mato, imediatamente acorreram à praia para se apoderarem das roupas que se tinham estragado; homens e mulheres traziam arcos e flechas. Um moço, da casta Loção, que o P. Alonso trouxe de Manila, entendeu-se com um desses bárbaros e foi com eles à sua aldeia [...]. Estes bárbaros, aos quais chamaram Cateos (porque usavam muito esta palavra), disse o moço que lá foi, que comeu arroz que lhe deram e carne de veado crua e salgada”¹⁹.

A PRESENÇA HOLANDESA EM TAIWAN

Após a queda da cidade flamenga de Antuérpia nas mãos das tropas espanholas, em 1585, os holandeses expandiram o cenário do conflito flamengo ao conjunto do sistema colonial ibérico: iniciaram uma guerra global contra os interesses coloniais ibéricos na costa leste africana, nas Caraíbas, na América e na Ásia Oriental. Os barcos portugueses, que negociavam com a pimenta, deixaram de se aproximar do porto de Amesterdão e reorientaram o seu negócio para os comerciantes germânicos da liga hanseática. Por outro lado, os ingleses tinham-se lançado no caminho das especiarias com o envio de Lancaster a Sumatra para comprar pimenta. A decisão holandesa de empreender uma rota directa de acesso aos produtos mais preciosos das Índias Orientais não se fez esperar.²⁰ Em 1595 apareceu, na zona de Java, uma frota composta de três navios liderada por Cornelis de Houtman. Após meses de viagens pela zona regressou à Holanda, em 1597, com uma valiosa quantidade de especiarias, o que deu origem à aventura asiática holandesa. Entre 1597 e 1602, 65 barcos holandeses navegaram por águas asiáticas, numa média de 13 por ano. As diferentes companhias holandesas orientadas para o comércio na Ásia Oriental, que surgiram naqueles anos, fundiram-se

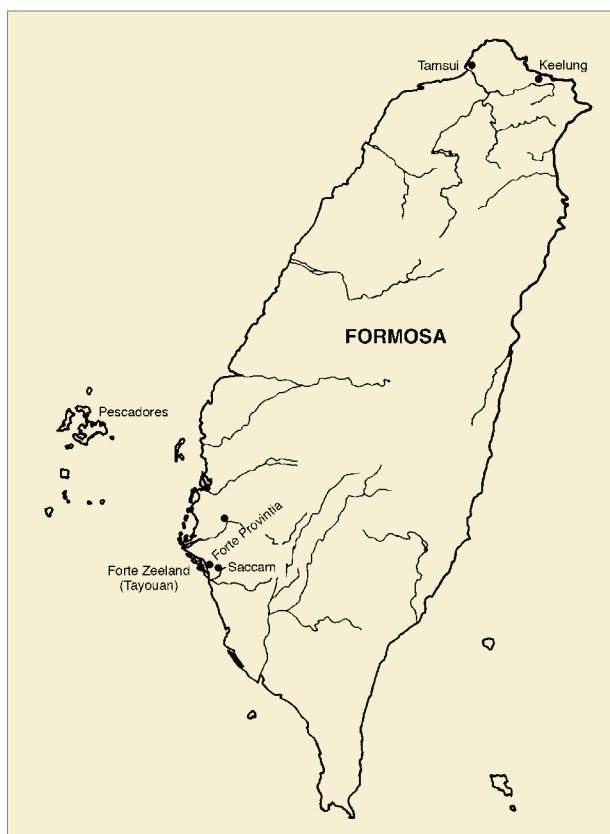
criando a VOC, (Verenigde Oostindische Compagnie), Companhia Unida das Índias Orientais, conhecida habitualmente como Companhia Holandesa das Índias Orientais, que obteve o monopólio do comércio com o Oriente sob a tutela e subvenção do orçamento federal das Províncias Unidas.²¹

A VOC transformou-se na companhia mundial mais importante no comércio e na navegação, até 1800. Tinha uma finalidade comercial mas tinha, evidentemente, uma dimensão militar. Representava um rival temível para espanhóis e portugueses na Ásia Oriental. Nem mesmo a “Trégua dos Doze Anos” (1609-1621) estabelecida entre espanhóis e holandeses teve repercussão eficaz na Ásia Oriental, onde a beligerância nunca diminuiu.

Entre 1597 e 1609, os holandeses capturaram cerca de 30 barcos ibéricos, 2 ou 3 por ano. Durante os primeiros anos da sua presença na Ásia, as acções de pirataria exercidas contra os navios ibéricos e dos chineses que se dirigiam a Manila foram uma das principais fontes de lucro para a VOC. No campo do comércio das especiarias, a crise dos preços e a competição portuguesa tornavam economicamente insustentável, para a VOC, uma estratégia limitada à simples compra das especiarias em Achém, o eterno rival dos portugueses nos estreitos de Malaca, para as vender, depois, na Europa. A estratégia da VOC reorientou-se, então, para a conquista militar das praças produtoras nas ilhas Molucas. O objectivo final era conseguir o monopólio das especiarias. Em 1601, o aparecimento da frota de Jacob Van Neck em águas asiáticas confirmava a violenta rivalidade ibérico-holandesa. Os holandeses atacaram Manila, mas foram destroçados pelos espanhóis e, em seguida, bloquearam o porto de Macau. Reiteraram, em 1603 e 1607, os ataques a Macau e, em 1609, a Manila.²²

No que respeita às especiarias das ilhas Molucas, em 1605 os holandeses, com a colaboração dos habitantes islamizados de Ternate, arrebataram aos portugueses a fortificação de Amboíno. Em agradecimento, o sultão de Ternate concedeu-lhes o monopólio na compra do cravo. Não obstante, os produtores continuaram a vender aos comerciantes de Macaçar, que pagavam preços mais elevados. Indo a Macaçar, os portugueses mantiveram a sua quota no tráfego das especiarias. Por outro lado, no ano seguinte à investida holandesa nas ilhas Molucas, em 1606, os

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Formosa e ilhas dos Pescadores.

espanhóis superiorizaram-se aos portugueses no controle das antigas praças portuguesas de especiarias de Ternate e de Tidore, ocupadas e defendidas até essa altura de forma precária a partir da longínqua capital do *Estado da Índia*, em Goa. Em 1613, os holandeses atacaram, sem sucesso, Tidore. No ano seguinte, tentaram um novo ataque, desta vez dirigido directamente contra Manila, que também não teve sucesso.

A partir de 1619, o objectivo imediato de obtenção de lucros com a tomada de navios rivais esteve na base de uma série de frequentes bloqueios anuais do porto de Manila, coincidindo com a chegada do Galeão de Manila carregado de prata mexicana (que nunca chegou a ser capturado pelos holandeses) ou das três ou quatro dúzias de navios chineses de entre 25 e 350 toneladas que, segundo se pensa, chegavam anualmente a Manila, procedentes de Fujian, na estação favorável para a navegação, entre Março e Junho.²³

Os holandeses falharam na sua tentativa de obter uma posição de superioridade absoluta nas especiarias

e optaram por intervir no tráfego sino-espanhol da seda. O negócio holandês das especiarias só começou a ser rentável com a ocorrência de alguns naufrágios na década de 1620 e com o declínio português da década seguinte.

Também se verificaram incursões holandesas nas costas chinesas, em 1604 e em 1607. Em 1604, houve uma primeira tentativa, falhada, de se apoderarem das ilhas Penghu. As crónicas oficiais da dinastia Ming registam alguns destes episódios conflituosos. Até esse momento, os holandeses tinham dirigido os seus esforços para o controle das especiarias mas, depois de terem tomado conhecimento da importância e da riqueza do comércio de Manila e de Macau com a China, reorientaram a sua estratégia para o controle do mercado da seda e do estabelecimento de mecanismos de interacção comercial directa com a China. Tentaram, por diversas vezes, estabelecer relações comerciais directas com o império chinês. Em 1604 enviaram uma fracassada embaixada a Pequim, ao mesmo tempo que o almirante Van Warwick voltava a atacar Macau. O estabelecimento, em 1609, de uma delegação estável da VOC no porto de Hirado reforçou esta nova estratégia na Ásia Oriental. Não se tratava, apenas, de afastar os espanhóis do comércio da seda e de outros produtos chineses. O objectivo era também pôr termo ao domínio que os portugueses continuavam a manter como intermediários no comércio entre a China e o Japão. Os portugueses tinham usufruído do monopólio do tráfego comercial sino-japonês até 1600, mas progressivamente alguns barcos chineses e muitos barcos japoneses começaram a nele tomar parte.

Em 1619, os holandeses consolidaram a sua posição geral na Ásia Oriental com a tomada de Batávia (a actual Jacarta) na ilha de Java. Nesse momento, a VOC contava, na zona da Ásia Oriental, com dois milhares de homens, umas 30 fortalezas e uma centena de barcos, uma terça parte dos quais se dedicava exclusivamente a acções de pirataria contra navios ibéricos ou chineses. A partir de Batávia, no dia 10 de Abril de 1622, o mandatário principal da VOC, Jan Pieterz Coen, decidiu implementar o estabelecimento de comunidades chinesas nas suas diversas colónias asiáticas através da captura de barcos chineses e da transferência pela força dos seus tripulantes para Batávia, Amboíno ou Banda.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Em 1621, os holandeses interceptaram correspondência dos espanhóis de Manila em que se considerava a necessidade de conquistar Taiwan e o perigo de um estabelecimento holandês na zona.²⁴ Jan Pieterszoon Coen decidiu empreender uma operação em grande escala para tomar o controle de Macau. Em Junho de 1622 chegava ao porto de Macau uma esquadra holandesa com 800 homens dirigida pelo comandante Cornelius Reijersen. Macau tinha apenas 150 homens preparados para a sua defesa, aos quais se juntaram também os padres jesuítas do Colégio de S. Paulo e os escravos da cidade. Os holandeses desembarcaram depois de terem bombardeado Macau a partir dos seus navios. Apesar da desigualdade numérica, os portugueses conseguiram repelir a agressão e afundar um dos navios atacantes, registando os atacantes mais de uma centena de mortos e mais de uma centena de feridos e algumas dezenas de prisioneiros.²⁵

Os holandeses afastaram-se para norte e, no mesmo ano de 1622, apoderaram-se das ilhas Penghu, situadas no estreito de Taiwan, apenas a 40 quilómetros da costa continental chinesa, e de onde poderiam controlar o estreito, interceptando a passagem dos juncos de Zhejiang e de Fujian que todos os anos se dirigiam a Manila, Sião e Japão. Graças à mobilização forçada dos habitantes construíram rapidamente um fortim de defesa na maior das ilhas do arquipélago. Pouco depois, o império dos Ming tentou expulsá-los do arquipélago sobre o qual tinha soberania. As autoridades chinesas organizaram uma esquadra com 150 juncos de guerra e 4000 homens e cercaram as posições holandesas. Após oito meses de hostilidades, em 1624, chegou-se a um acordo segundo o qual a China aceitava o estabelecimento dos holandeses em Taiwan e a abertura de um canal de comércio entre estes e o continente chinês, a troco da sua retirada das ilhas Penghu.

Neste acordo foi decisiva a intermediação dos comerciantes ilegais chineses – conduzidos por Li Dan – que operavam na zona a partir de bases em Hirado e que agiram como porta-voz das autoridades Ming junto dos estrangeiros. O conhecimento anterior entre Li Dan e os holandeses de Hirado abriu as portas ao diálogo. Os holandeses obtinham, assim, em Taiwan, uma posição estratégica e central nas rotas marítimas da Ásia Oriental, mas, ao mesmo tempo, ficavam nas mãos das companhias “piratas” chinesas de Li Dan, que, a partir do continente, lhes forneciam a seda e os abastecimentos necessários.²⁶

Os holandeses estabeleceram-se, assim, em 1624, na parte sul da costa ocidental de Taiwan, na baía da actual cidade de Tainan, numa zona anteriormente habitada por indígenas e emigrantes e piratas chineses. Ali erigiram duas fortificações, ambas construídas com tijolos de argila de Java: a primeira em Anping, na actual península – então ilha de Tayouan –, inicialmente chamada de Oranje e mais tarde de Zeeland; a segunda, com o nome de Provintia, mais pequena, foi erigida mais tarde, em 1650, não longe da primeira, na antiga cidade nativa de Saccam (em chinês Chikan), no outro lado da baía que tradicionalmente servia de refúgio aos navegadores.

Os holandeses procuraram substituir as redes comerciais chinesas tentando, inutilmente, dissuadi-los de continuarem com o comércio entre Taiwan e o Japão. Não obstante, conseguiram interlocutores comerciais chineses em Amoy. Em 1625, Zheng Zhilong (conhecido nas fontes ocidentais como Nicolas Iquam) sucedeu a Li Dan na direcção da principal frota de mercadores ilegais chineses que operavam no estreito e reagrupou as diferentes facções em torno do enclave que tinha estabelecido em Zhule, actual cidade de Jia Yi, no sul de Taiwan.²⁷

Zheng Zhilong continuou com a política de entendimento com os holandeses, com os quais colaborava pessoalmente desde 1623, como intérprete junto dos portugueses. Li Dan tinha-lhe confiado este posto em função dos conhecimentos de português que tinha adquirido durante a sua infância em Macau.²⁸ Através desta sua colaboração com os holandeses, Zheng Zhilong adquiriu conhecimentos das suas técnicas de navegação, das suas estratégias comerciais, etc. Em 1627, ocorreu uma grave carestia na província de Fujian. Zheng Zhilong fretou os seus navios para transferir importantes contingentes da população de Fujian para o seu quartel-general em Zhule, onde lhes forneceu terras e meios de subsistência. A ele se atribui o definitivo impulso para o grande crescimento que se dá, a partir de então, no processo de emigração de chineses de Fujian para Taiwan. A maioria desta emigração vinha da zona de Amoy, no estuário do rio Jiulong, onde se situavam as cidades de Quanzhou e de Zhangzhou, na zona que rodeia a cidade actual de Xiamen. O incentivo deste fluxo migratório aumentou a produtividade agrícola, o prestígio e a influência na costa de Fujian, a dinâmica comercial e o potencial

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

bélico das frotas de Zheng Zhilong. Em 1628, Zheng Zhilong obteve o reconhecimento das autoridades chinesas, em troca da pacificação do estreito, controlando as diferentes facções piratas e mantendo a separação dos holandeses.²⁹

A penetração dos holandeses em Taiwan inseria-os num meio de convivência competitiva de diferentes comunidades mercantis. Preexistiam, em Taiwan, grupos mercantis chineses e, em menor escala, japoneses, com os quais poderiam estabelecer relações de competição, mas também de complementaridade. A contribuição holandesa com novos produtos, a ligação da ilha com as novas solicitações, novos destinos e mercados, a estabilização e a centralização da zona traziam algumas vantagens aos comerciantes chineses e japoneses. Mas a habitual prática holandesa era o

uso da força militar para conquistar o monopólio e a exclusão dos concorrentes. E a sua estratégia de sobrevivência e de enfraquecimento do inimigo era a interceptação dos navios das comunidades mercantis rivais. A repetição dos ataques aos navios chineses e as acções de bloqueio ou ataque a praças litorais chinesas dificultaram o entendimento e a colaboração. De facto, o estereótipo da pirataria era usado por ambas as partes: os holandeses falavam de piratas quando se referiam às frotas de Li Dan e aos seus sucessores Zheng Zhilong e Zheng Chenggong (Coxinga); por outro lado, as fontes chinesas descrevem também os holandeses como piratas.³⁰ Embora estes tivessem fortificações e potencial bélico, o poder nos estreitos estava nas mãos das frotas de Zheng Zhilong. Tinha superioridade numérica e tinha também, através de laços familiares,

Cidade e forte de Zeeland na península de Tayouan. Em segundo plano, Taiwan. In Olfert Dapper, *Nauwkeurige beschryving des Keiserryks van Taïsing of Sina* (Amsterdam, 1670).



ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

económicos e políticos, a cumplicidade das autoridades regionais e mesmo um domínio directo de parte das costas do Sul de Fujian.

Surgiram também tensões com os japoneses. Logo após se terem fixado em Taiwan, os holandeses negaram o seu anúncio inicial de não interferir no comércio, ao aplicarem taxas ao comércio de açúcar e de arroz, medidas que enfureceram os japoneses. A tensão subiu quando os holandeses interceptaram, nas vizinhanças das ilhas Penghu, um navio japonês que se dirigia a Fujian para comerciar. Em 1628, apareceu em Zeeland uma frota japonesa com 500 homens, chefiada pelo comerciante pirata de Nagasáqui, Yamada Yahei, que chegou a sequestrar o governador para forçar as negociações.³¹

Em 1628, os holandeses forçaram também, através do sequestro de um dos líderes da coligação mercantil de Zheng Zhilong, a assinatura de um pacto comercial mais vantajoso. O governador holandês de Taiwan, Hans Putnams, tentou acabar com a estagnação e a dependência que representava um fracasso em termos de lucros comerciais. Empreendeu, em 1633, uma acção de bloqueio junto das costas de Fujian. No entanto, a frota de Zheng Zhilong atacou e venceu os navios da VOC na baía de Liaole, em frente da ilha de Jinmen (Quemoy), vitória esta que consolidou a sua posição na zona. Esta supremacia foi reconhecida pelas autoridades Ming que o nomearam vice-comandante militar de Fujian (*fu zongbing*), conscientes de que a única forma de ter algum controle sobre as águas do estreito era através de alianças com as frotas piratas de Zheng Zhilong.³²

Após a confrontação bélica de 1633 entre navios holandeses e piratas chineses liderados por Zheng Zhilong, entrou-se num período de calma tensa, marcada por uma agravada rivalidade comercial. Zheng Zhilong baseava a sua estratégia comercial na cumplicidade e colaboração tanto dos seus partidários e seguidores na costa chinesa quanto das comunidades chinesas dispersas pelo Sudeste Asiático. Fontes diversas atribuem ao impulso directo de Zheng Zhilong a revolta dos chineses do *Parián* de Manila de 1639, brutalmente reprimida pelas autoridades espanholas, como tinha acontecido em ocasiões anteriores.

Os chineses de Fujian acorriam a Taiwan incorporando-se na rota comercial que ligava Batávia e Taiwan com a costa continental chinesa e a ilha

japonesa de Kyushu. A população chinesa da colónia holandesa em Taiwan era de características similares à da Batávia holandesa e dos *sangleys* (nome pelo qual eram conhecidos os chineses das Filipinas) do *Parián* de Manila. Chegava através de uma dinâmica de emigração moldada num amplo processo de diáspora mercantil – ilegal, do ponto de vista do império chinês – favorecida pelos poderes coloniais europeus, que encontravam nesta diáspora mercantil a melhor forma de superar as limitações e os impedimentos ao acesso directo ao comércio com a China e o Japão. O colapso dos Ming em 1644 originou uma onda migratória chinesa para Taiwan ainda mais importante.

No campo do comércio das especiarias, a crise dos preços e a competição portuguesa tornavam economicamente insustentável, para a VOC, uma estratégia limitada à simples compra das especiarias em Achém, o eterno rival dos portugueses nos estreitos de Malaca, para as vender, depois, na Europa.

Depois da derrota infligida pela frota de Zheng Zhilong nas costas de Fujian em 1633, aumentou a dependência holandesa das provisões de seda e outras mercadorias chinesas sobre as quais Zheng Zhilong tinha o exclusivo. Os holandeses não começaram a ver números positivos no saldo da sua acção colonial em Taiwan antes do início da década de 1640 e os lucros chegaram, não do comércio, mas das taxas impostas às comunidades chinesas e indígenas. Para rentabilizarem fiscalmente a sua acção colonial, os holandeses estabeleceram tributos nas povoações nativas e sobre a actividade agrícola (principalmente arroz e cana-de-açúcar), caça e pesca das comunidades chinesas próximas de Zeeland e Provintia.³³

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Os holandeses chegaram a Taiwan com a intenção de estabelecer um entreposto mercantil estratégico, um porto de intercâmbio e um enclave comercial fortificado que pusesse termo à primazia dos ibéricos e lhes permitisse aceder ao circuito comercial da seda chinesa, mas acabaram por gerar uma extensa colónia de base agrária. Para o seu objectivo inicial, as ilhas Penghu teriam sido, certamente, mais vantajosas.

Em 1641, conseguiram arrebatar aos portugueses a estratégica praça de Malaca, fortalecendo o seu domínio nas redes comerciais da zona. Um ano mais tarde, em 1642, expulsaram os espanhóis do norte de Taiwan, obtendo o acesso à zona norte e uma substancial ampliação da sua base territorial na ilha. Em 1644 detinham o controle de 44 povoações indígenas, número que subiu para 315, em 1650. Regulamentaram os chefes de povoação, estabeleceram conselhos de povos indígenas para os ter sob controle, estabeleceram medidas tendentes a evitar os conflitos entre os indígenas e o ataque aos enclaves chineses cada vez mais importantes.³⁴

A presença holandesa mais estável e visível no interior de Taiwan era a dos missionários, que erigiam escolas e agiam com funções quase governamentais. As fontes holandesas referem entre 6000 e 6500 convertidos ao cristianismo, fruto em grande medida da escolarização missionária protestante e dos casamentos dos holandeses com jovens nativas.

Estima-se que, em poucas décadas, até 1660, mais de 50 000 chineses de Fujian tenham emigrado para os arredores das fortificações holandesas, em Taiwan. Calcula-se que, então, a zona vizinha do forte de Zeeland tinha aproximadamente 100 000 habitantes, entre chineses e indígenas. Os holandeses usaram os nativos e os emigrantes chineses como mão-de-obra nas plantações do arroz e da cana-de-açúcar, tendo introduzido novas culturas nesses anos, como manga, couve, tomate, etc.³⁵

Houve várias revoltas dos nativos contra o poder colonial holandês: em 1629, foram os nativos de Madou e as hostilidades estenderam-se até 1635. No ano seguinte repetiram-se os conflitos, em Xiaolong. Ambas as revoltas foram reprimidas pelos holandeses, que aumentaram, assim, o seu controle territorial sobre a ilha.³⁶ Reuniram os representantes de mais de trinta povoações indígenas submetendo-os ao seu controle. Em 1640 houve uma primeira revolta chinesa e, em

1652, Huo Huaiyi, um subordinado de Zheng Zhilong, liderou uma revolta de mais de 4000 camponeses chineses das plantações de cana da zona de Saccam, perto do forte de Provintia, mas foram derrotados pelo poder colonial, que usou contingentes de indígenas numa sangrenta repressão que custou a vida a centenas de revoltosos. Em Taiwan, os holandeses nunca passaram de um milhar e basearam a sua força no uso de grupos rivais nos casos de revoltas dos nativos e no uso de nativos taiwaneses em geral, nos casos de repressão das rebeliões dos camponeses chineses.³⁷

Em 1652, as autoridades holandesas de Batávia decretaram o monopólio do comércio, proibindo a actividade mercantil à comunidade chinesa. Não obstante, em 1654 e 1655 apareceram em Batávia cerca de dez frotas de Zheng Chenggong, descendente de Zheng Zhilong. Finalmente, em 1662, as tropas de Zheng Chenggong cercaram Zeeland e acabaram com o domínio holandês na zona.

FORTIFICAÇÕES ESPANHOLAS NO NORTE DE TAIWAN

Os espanhóis apareceram na Ásia Oriental, com a conquista das Filipinas, em 1565, algumas décadas mais tarde que os portugueses. A união dinástica das coroas portuguesa e castelhana, em 1580, fez aumentar o desejo expansionista castelhano na zona, dirigido para o continente chinês, que rapidamente foi desencorajado pela corte espanhola. O primeiro plano espanhol da conquista de Taiwan aparece, exactamente, no quadro dos memoriais das Juntas Gerais das Filipinas de 1586, apresentados à Corte de Filipe II, pelo jesuíta Alonso Sanchez.³⁸ Dez anos mais tarde, em 1596, o governador das Filipinas, Luís Perez Dasmariñas, retoma esta empresa como acção preventiva contra a política expansionista do Japão e como ponto estratégico junto da costa de Fujian e porto intermediário na navegação para o Japão.³⁹ No ano seguinte, em 1597, a elite dirigente da colónia filipina assumia como seu o projecto de Luís Perez Dasmariñas, que recebeu o apoio e o incentivo do então recém-nomeado governador Francisco Tello e foi debatido em Junta de Guerra em Manila. Entre as diversas cartas e memoriais enviadas à Corte destaca-se a carta do cosmógrafo Hernando de los Rios Coronel com planos da ilha e argumentos para a sua conquista. As autoridades de Manila solicitaram com

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

insistência a chegada de efectivos e ajuda, a partir do México, para levar a cabo tal empresa. O conjunto de petições e enaltecidas justificações à Corte não teve, todavia, resposta positiva. A nova proposta espanhola de conquista de Taiwan surge, em 1619, pela mão de Bartolomeu Martinez, um frade dominicano que, no decurso de uma acidentada viagem a Macau, foi parar a Taiwan.⁴⁰

A iniciativa espanhola de conquista de Taiwan, de 1626, impulsionada pelo governador Fernando de Silva, ocorreu num contexto de duríssima competição colonial com as frotas holandesas que, desde a sua chegada, não tinham cessado de hostilizar e atacar os navios espanhóis e de bloquear anualmente o porto de Manila aquando da chegada do comércio sazonal dos mercadores chineses, que navegavam ao ritmo das monções. Desde que, em 1624, os holandeses se estabeleceram no Sudeste da ilha de Taiwan, recrudesciu a acção de bloqueio à chegada de barcos chineses a Manila. Para os espanhóis de Manila, a conquista de um enclave estável e estratégico em Taiwan transformara-se numa necessidade de sobrevivência mercantil. Foi fretada uma esquadra com dois galeões (três, segundo algumas fontes holandesas contemporâneas) e 12 “sampanas” chinesas. Saíram de Manila com ordens secretas que os próprios soldados ignoravam. Depois de participarem em acções de pacificação de rebeldes nativos filipinos, empreenderam a navegação até Taiwan, rodeando a costa leste para evitar o encontro com os navios holandeses.⁴¹

A 12 de Maio de 1626, dois anos depois após holandeses, os espanhóis atracaram na costa nordeste da ilha, num lugar a que chamaram Santiago (Santijiao).⁴² Mais tarde estabeleceram, na pequena ilha de Heping (Hoping), na baía de Jilong (Keelung), na ponta nordeste da ilha, uma fortificação com o nome de S. Salvador com a ideia de, a partir dali, empreenderem acções para expulsarem os holandeses. Foram construídas seis pequenas fortificações na base da ilha e em terra firme para controlar a passagem dos barcos e para manter sob vigilância o *Parián*, o bairro dos chineses, concebido à imagem e semelhança do de Manila. Ao porto desta baía chamaram Santíssima Trindade.⁴³ Inicialmente não encontraram resistência por parte nativos (que fugiram num primeiro momento) nem do grupo reduzido de comerciantes e pescadores chineses e japoneses aí estabelecidos. Nos

primeiros tempos tiveram dificuldades de sobrevivência dada a falta de um contacto afável com os nativos, a escassez do comércio marítimo e a demora na chegada das provisões. Ao longo dos 16 anos de presença espanhola na ilha foi constante a sua dependência dos navios de “socorro” enviados a partir de Manila. Um contingente de 200 espanhóis, com pouco mais do que uma dúzia de peças de artilharia, tinha a cargo a defesa da praça. Lá estavam também cinco missionários dominicanos dirigidos por Bartolomeu Martinez. Fontes espanholas missionárias referem – com muito optimismo – terem sido 5000 os convertidos durante as cerca de duas décadas da presença espanhola em Taiwan.

O enclave de Jilong oferecia um porto seguro, mas estava cercado por terras montanhosas. Os Espanhóis conseguiram estabelecer uma base a partir da qual conseguiram ser aceites por alguns nativos vizinhos bem como o aumento da presença de comerciantes chineses e japoneses na fortificação de Jilong.

A 17 de Agosto de 1627, ano seguinte à chegada espanhola a Jilong, o novo governador e comandante geral das Filipinas, Juan Niño de Tabora, zarpu do porto filipino de Cavite ao comando de uma frota de oito barcos, entre os quais três galeões e duas galeras, 136 canhões e 2000 homens com abastecimentos para seis meses. O seu objectivo era consolidar a conquista do norte de Taiwan e fazer alianças com os mercadores marítimos chineses. Os infortúnios habituais da navegação na zona arruinaram esta iniciativa.

Em 1628, os espanhóis de Taiwan descobriram o porto de Danshui (Tamsui) – perto da actual capital, Taipei –, não muito distante do enclave de Jilong, mas mais perto do continente chinês bem como da rota para o Japão e frequentado por alguns comerciantes. Nesse mesmo ano assumiram o seu controle e erigiram a fortificação de Santo Domingo, em terra e estacas. À sua volta havia férteis planícies de arroz. As iniciativas missionárias na zona e as tentativas dos soldados do destacamento de cobrança de impostos aos indígenas, sob a forma de galinhas e arroz, geraram tensões e confrontações com os nativos vizinhos do enclave. Apesar da pouca hostilidade inicial por parte destes, nos dois primeiros anos os espanhóis registaram 30 baixas. Durante os 16 anos da presença hispânica em Taiwan registaram-se diversos episódios violentos, que se saldaram em algumas dúzias de mortos. De acordo

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

com testemunhos da época, Tamsui não passava de “um subúrbio de nativos com três ou quatro tugúrios provisórios dos comerciantes chineses que traziam o arroz e algumas coisas mais para os espanhóis. E telas e bijutarias que trocavam com os indígenas por enxofre, madeiras preciosas...”⁴⁴ As minas de enxofre, necessário para o fabrico da pólvora, eram um dos recursos principais do comércio da zona.

Em 1630, organizou-se em Taiwan uma embaixada junto do governador de Fujian (Ocheo, ou Ucheo nas fontes espanholas da época) conduzida pelo general Juan de Alcaraz com o fim de estabelecer laços comerciais estáveis. No entanto, em pleno alto mar, os chineses que acompanhavam os espanhóis amotinaram-se. Somente o dominicano Angel Cocci desembarcou com vida em Fujian, sem conseguir alcançar o objectivo da embaixada.⁴⁵

Os espanhóis de Taiwan conseguiram repelir a primeira agressão naval holandesa, organizada por Pieter Nuyts em 1630. Em Abril desse mesmo ano pensou-se, em Madrid, na conveniência de o governador das Filipinas coordenar as suas forças com os portugueses, de Goa e de Macau, para expulsarem os holandeses de Batávia e de Taiwan. Para enfrentar o desafio que estes representavam reiteraram-se, naqueles anos, as propostas de uma “união de armas” entre portugueses e castelhanos no Oriente Ibérico. O conde-duque de Olivares encontra-se entre os maiores defensores desta estratégia, que obteve apoios espanhóis em Taiwan e em Manila, mas que foi rejeitada pelo *Estado da Índia*. O projecto da união de armas no Oriente terminou sem qualquer resultado.⁴⁶

A presença espanhola no norte de Taiwan não passou de precária e estratégica e durou menos de duas décadas. Diferentemente do estabelecimento holandês no Sul da ilha, que não parou de crescer e atrair o comércio e os imigrantes do continente, graças, em boa parte, à interacção complexa e não isenta de conflitos com as comunidades mercantis chinesas e japonesas já existentes na zona, os enclaves espanhóis não conseguiram polarizar uma actividade mercantil relevante nem rentabilizar a sua presença através do domínio efectivo da população nativa. Não foram capazes de se abastecer nem de gerar qualquer benefício. A política japonesa de isolamento radical (*sakoku*) respeitante à pregação cristã e ao comércio com os Europeus, estabelecida por Tokugawa Ieyasu em diferentes decretos, entre 1633 e 1639, contribuiu para

desvalorizar parte do interesse mercantil e missionário que os estabelecimentos estratégicos do norte de Taiwan tinham para os espanhóis das Filipinas. Por outro lado, as doenças que afectaram uma parte significativa dos soldados das duas fortificações não deixaram de ter influência na estagnação espanhola e no posterior abandono das possessões da ilha.

O extravio de alguns dos barcos de socorro, anualmente enviados de Manila, deu origem a expedições espanholas pelo interior do território em busca de alimento, através de compra ou pilhagem, e a um aumento da pressão sobre a população indígena, forçada a contribuir para a sobrevivência das guarnições espanholas com a entrega de certas quantidades de arroz e de galinhas. Como resposta, verificou-se em 1636 uma revolta dos indígenas vizinhos de Danshui (Tamsui) que atacaram e pegaram fogo à fortificação espanhola, defendida por 60 homens, 30 dos quais morreram.⁴⁷

Em 22 de Janeiro de 1637, o governador e comandante-geral das Filipinas, Sebastián Hurtado de Corcuera convocou uma Junta e Conselho de Guerra para planear a retirada de Taiwan por ser muito dispendiosa para Manila a sua manutenção, por haver poucas pessoas para a defender, para a povoar ou para converter ao cristianismo, pelo pouco volume de comércio que gerava, dada a pouca afluência de navios chineses e a ausência dos contactos com o Japão. O parecer geral da Junta foi no sentido da retirada.⁴⁸ Os problemas que Manila tinha com os nativos de Joló (no mar de Sulu), na zona central e sul das Filipinas, conduziram, no ano de 1639, à retirada parcial das forças com o abandono da fortificação de Santo Domingo, em Danshui (Tamsui), que na realidade tinha sido destruída na revolta nativa, em 1636, e parcialmente reconstruída pelo seu governador, Francisco Hernandez.⁴⁹ O triunfo, em Lisboa, dos Bragança e a Restauração da Independência de Portugal, em Dezembro de 1640, acabou com a aliança dinástica dos ibéricos na Ásia e debilitou ainda mais a sua posição perante os holandeses. Em 1640, a guarnição de Jilong contava apenas com 64 soldados e artilheiros espanhóis, 118 filipinos de Panpanga e de Cagayan, três marinheiros, um médico, um capelão e seis escravos.⁵⁰

Dez anos mais tarde, em 1650, verificou-se uma segunda tentativa holandesa para expulsar os espanhóis da ilha, que falhou. Em 1641, o importante enclave

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

estratégico português de Malaca caía nas mãos dos holandeses. No ano seguinte, um ataque de navios holandeses com 500 homens conquistava, sem grande esforço, as fortificações espanholas do norte de Taiwan.⁵¹

TAIWAN NO IMPÉRIO CHINÊS

Num contexto de crise interna, uma invasão manchu a partir do Nordeste da China conduziu ao desaparecimento da dinastia Ming e ao estabelecimento da nova dinastia manchu dos Qing (1644-1911). No processo de resistência dos Ming à nova dinastia invasora, focalizada nas províncias costeiras do sul, Zheng Zhilong (Nicolas Iquam) foi nomeado comandante da força naval dos Ming.

A presença espanhola no norte de Taiwan não passou de precária e estratégica e durou menos de duas décadas.

Uma vez derrotado o poder central dos Ming, o filho de Zheng Zhilong, Zheng Chenggong, nascido em 1624, no Japão, de mãe japonesa, estabeleceu as suas bases na zona de onde a família de Zheng era originária, na baía fuquinense de Amoy, bem como na ilha de Taiwan, com um contingente de dezenas de milhar de pessoas e mais de 3000 navios, com que hostilizou, durante toda uma década, as novas autoridades manchus, quase conquistando a cidade de Nanquim, em 1659.

No ano de 1660, os manchus erigiram no litoral numerosos postos defensivos e ordenaram aos habitantes das numerosas pequenas ilhas e das zonas litorais de Zhejiang, Jiangsu, Fujian e Guangdong, que se transferissem para o interior do território, proibindo a residência num perímetro inferior a cerca de vinte quilómetros da costa. Esta medida, que tentava evitar a cumplicidade da população costeira com os resistentes da marinha Ming chefiados por Zheng Chenggong, funcionou como incentivo para a emigração, para Taiwan, de uma população desprovida dos seus meios de subsistência na pesca, comércio

marítimo e agricultura. Forçou também Zheng Chenggong a uma política de retirada, que passava pela saída para Taiwan.

Após repetidas tentativas fracassos de derrotar as autoridades imperiais chinesas e após a derrota de Nanquim, em 1659, Zheng Chenggong decidiu instalar o seu quartel-general na ilha de Taiwan. Em 1661 desencadeou uma ofensiva à fortificação holandesa de Zeeland com centenas de navios e um contingente entre 25 000 e 30 000 homens. Em Fevereiro de 1662, após nove meses de luta e bloqueio, o governador holandês de Taiwan, Frederik Coyett, aceitou evacuar a ilha, deixando a Zheng Chenggong bens e dinheiro equivalentes a um milhão de onças de prata. Acabavam assim 38 anos de presença holandesa no Sudoeste da ilha.

Após o período holandês, estabeleceu-se em Taiwan um regime à imagem e semelhança do dos Ming. Taiwan transformou-se, assim, numa prefeitura da chamada dinastia dos Ming do Sul (*Ming nan dai*), que contava também com alguns focos de resistência na costa de Fujian, especialmente no feudo da família de Zheng, na zona de Amoy. A zona da antiga fortificação de Zeeland recebeu a denominação de Dongdu, isto é, a capital do Leste. Estabeleceram-se distritos administrativos. Pôs-se em vigor, pela primeira vez na ilha, o sistema legal e burocrático característico do império chinês, embora, na prática, o regime se sustentasse mais na cumplicidade com as famílias poderosas locais de origem chinesa que na rede burocrática ordinária.

Nos primeiros tempos deste regime legitimista dos Ming do Sul, estabelecido por Zheng Chenggong houve problemas de abastecimento por causa do aumento repentino da sua população. Aos cerca de 100 000 povoadores chineses, que em poucas décadas, durante o período holandês, se tinham reunido em torno das fortificações holandesas, acresceram os milhares de membros da frota de Zheng Chenggong para além da grande vaga de imigrantes provocada pela proibição, pela corte manchu, em 1660, de residir perto da costa de Fujian. Apesar disso, não se deve esquecer que, tanto os estabelecimentos dos holandeses como os dos legitimistas Ming do Sul, se circunscreviam às planícies costeiras do Sul da ilha: a maioria do território e da população da ilha continuava a ser indígena. Também não se deve esquecer que, apesar de derrotados, os holandeses continuavam a frequentar a

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

ilha para negociar, sendo-lhes permitida a sua presença nas antigas fortificações espanholas do Norte da ilha, em Jilong (Keelung) e em Danshui (Tamsui).

Como resposta à pressão demográfica, aumentaram as terras de cultivo à custa dos territórios dos indígenas, confiscaram-se as plantações da VOC e, por outro lado, aumentou o comércio com o Japão, Filipinas e Indonésia. O novo regime dos Ming intensificou a pressão fiscal sobre a população e Zheng Chenggong chegou a planear a expansão do império marítimo dos Ming do Sul para as Filipinas. Em 24 de Abril de 1662 partia de Taiwan, na qualidade de embaixador dos Ming do Sul, o dominicano Vittorio Ricci, com uma carta em que Zheng Chenggong intimava os dirigentes de Manila a pagar tributo e reconhecer a sua supremacia, sob pena de a ilha de Luzón ser invadida e Manila destruída. A chegada destas ameaças e o seu conhecimento por parte da comunidade chinesa do *Parián* de Manila inflamou a endémica chama da tensão sino-espanhola em Manila. Ocorreu uma nova revolta dos *sangleys*, que foi reprimida com a mesma contundência com que o tinham sido as anteriores, frequentes desde a primeira revolta de 1603. O resultado foi a morte de 10 000 *sangleys*. Ao chegar a Taiwan a notícia desta matança, Zheng Chenggong decidiu aproveitar a conjuntura para atacar as Filipinas. Todavia, a sua morte repentina, a 23 de Junho de 1662, poucos meses após a retirada holandesa de Zeeland, deixou os seus planos sem solução.⁵² Zheng Chenggong transformou-se num mito deificado, venerado em Taiwan e em outros espaços sinizados ou com minorias chinesas da Ásia Marítima.⁵³

Após a sua morte, destacou-se o seu filho Zheng Ching (conhecido nas fontes ocidentais por Sya) que, embora estabelecido na baía continental de Amoy,

disputou a sucessão a seu tio, irrompendo na ilha com uma frota de aproximadamente 7000 membros, os último efectivos dos rebeldes da família Zheng (ou dos Ming do Sul) que ainda se encontravam na povoação natal do continente. A partir de então Taiwan entrou numa dinâmica de disputas palacianas, que desgastaram o poder da família Zheng.

Em 1681, começaram os ataques directos a Taiwan, pelas forças navais da dinastia Qing lideradas por Shilang, um antigo almirante das tropas de Zheng Chenggong. Em 1683, chefiou uma expedição de 300 navios e aproximadamente 20 000 membros que ocupou as ilhas Penghu após derrotar as forças navais da família Zheng. Pouco depois, os navios da dinastia Qing entravam em Taiwan e iniciava-se, assim, em 1684, o período mais longo e contínuo de soberania chinesa sobre a ilha.

No decurso da ofensiva contra os legitimistas Ming da família Zheng, em Taiwan, as autoridades Qing debateram a conveniência de ocupar efectivamente Taiwan. De um lado estavam os que acreditavam que a ilha não era mais do que um refúgio para piratas, pescadores, desertores, rebeldes e criminosos, não valendo a pena desenvolver quaisquer esforços pela sua ocupação e controle. Do outro lado, praticamente só, estava Shilang, o antigo almirante de Zheng Chenggong, que salientava os recursos naturais da ilha e alertava para o perigo de deixar a ilha aberta à ocupação pelos holandeses, espanhóis ou por qualquer outro forasteiro, antes de o império chinês poder reagir. O seu ponto de vista acabou por prevalecer e a ilha transformou-se numa prefeitura da província de Fujian. **RC**

Tradução de Aldino Dias

NOTAS

- 1 Campbell, 1992, pp. 9-25
- 2 Shepherd, 1999, pp. 108-115
- 3 Staiton, 1999, pp. 27-44
- 4 Thompson, 1968, pp. 170-194
- 5 Goodrich & Fang, 1976, I, pp. 917-919
- 6 Foccardi, 1986, p. 14
- 7 Giles, 1919, p. 19
- 8 Wu Zhiliang, 1999, p. 8
- 9 Purcell, 1951, p. 24
- 10 Segundo Francisco Pires o seu nome era André Feio (Schutte, 1975, I, p. 388).

- 11 Boxer, 1963, p. 44.
- 12 Schutte, 1975, I, pp. 387-393.
- 13 Archivo General de Indias (AGI) Filipinas 79, 2, 15.
- 14 Borao, 2001, I, pp. 2-9.
- 15 Boxer, 1963, p. 44.
- 16 Aljava: recipiente para as flechas que se transportava ao ombro.
- 17 Boxer, 1963, p. 44.
- 18 AGI Filipinas 79, 2, 15.
- 19 Schutte, 1975, I, p. 388.
- 20 Emmer, 2003, pp. 1-3.
- 21 Van Veen, 2001, pp. 85-88.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

- 22 Emmer, 2003, pp. 6-7.
- 23 Van Veen, 2001, pp. 90-96.
- 24 Borao, 2001, I, pp. 48-51.
- 25 Wu Zhiliang, 1999, pp. 88-92.
- 26 Carioti, 1995, pp. 51-55.
- 27 Carioti, 1995, p. 56.
- 28 Blusse, 1990, p. 253.
- 29 Carioti, 1995, pp. 59-60.
- 30 Blusse, 1990, pp. 249-250.
- 31 Long, 1991, p. 10.
- 32 Blusse, 1990, pp. 262-165.
- 33 Huber, 1990, pp. 274-279.
- 34 Carioti, 1995, pp. 51-55.
- 35 Wills, 1990, pp. 88-95.
- 36 Wills, 1990, pp. 90-91.
- 37 Huber, 1990, pp. 270-273.
- 38 Olle, 2000, pp. 60-130.
- 39 De acordo com as fontes espanholas, os japoneses planearam, em diferentes momentos, estabelecer-se em Taiwan. As tentativas mais articuladas teriam ocorrido em 1615 e, especialmente, em 1620-1621 (Dehergne, 1941, p. 272).
- 40 Borao, 2001, I, pp. 18-47.
- 41 Alvarez, 1930, II, pp. 37-39.
- 42 Em japonês: *sanshiokaku*. Foi neste porto que as tropas japonesas desembarcaram em 1895, após a cessão obtida no tratado de Shimonoseki. (Alvarez, 1930, II, p. 89).
- 43 Delgado & Delgado, 1992, pp. 55-72.
- 44 Alvarez, 1930, II, pp. 43-44.
- 45 Aduarte, 1964, pp. 357-366.
- 46 Valladares, 2001, pp. 37-64.
- 47 Borao, 2001, I, p. 249.
- 48 Borao, 2001, I, pp. 262-269.
- 49 Alvarez, 1930, II, p. 50.
- 50 Borao, 2001, I, p. 324.
- 51 Campbell, 1992, pp. 495-498.
- 52 Carioti, 1995, pp. 154-157.
- 53 Croizier, 1977.

BIBLIOGRAFIA

- Aduarte, D. (1964). *Historia de la provincia del Santo Rosario de Filipinas, Japón y China*. Edição de Manuel Ferrero. Madrid: CSIC.
- Alvarez, J. M. (1930). *Formosa geográfica e historicamente considerada*. 2 vols. Barcelona: Luís Gili.
- Blussé, L. (1990). "Minnan-jen or Cosmopolitan? The rise of Cheng Chih-lung alias Nicolas Iquan", in E. B. Vermeer, *Development and Decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries*, pp. 245-264. Leiden: E. J. Brill.
- Borao, J. E. (2001). *Spaniards in Taiwan*. 2 vols. Taipé: SMC Publishing Inc.
- Boxer, C. R. (1963). *The Great Ship from Amacan. Annals of Macao and old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Campbell, W. M. (1992). *Formosa under the Dutch*. Taipé: SMC Publishing Inc.
- Carioti, Patrizia (1995). *Zheng Chenggong*. Napoli: Istituto Universitario Orientale.
- Chang T.-S. (1988). *Mingji dongnan zhongguo de haishang huodong*. Taipé: Silidong Daxue.
- Croizier, R. C. (1977). *Koxinga and Chinese Nationalism*. Cambridge: Harvard University Press.
- Dehergne, J. (1941). "L'île Formose au XVII^e siècle: Essais éphémères d'expansion Européenne", *Monumenta Nipponica*, 4, pp. 270-277.
- Delgado, L.; Delgado, D. (1992). "La presencia española en Formosa", *Revista de Historia Naval*, 37, pp. 55-72.
- Emmer, P. C. (2003). "The First Global War: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609", *E-Journal of Portuguese History*, 1, p. 1.
- Foccardi, G. (1986). *The Last Warrior. The life of Cheng Ch'eng-kung, the Lord of the 'Terrace Bay'*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz Verlag.
- Giles, L. (1919). "Translations from the Chinese World Map of Father Ricci", *Geographical Journal*, 53, 1, pp. 19-30.
- Goodrich, L. C.; Fang, C., eds. (1976). *Dictionary of Ming Biography*. 2 vols. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Huber, J. (1990). "Chinese settlers against the Dutch East India Company: the rebellion led by Kuo Huai-I on Taiwan in 1652", in E. B. Vermeer, *Development and Decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries*, pp. 265-298. Leiden: E. J. Brill.
- Long, S. (1991). *Taiwan: China's Last Frontier*. Londres: Macmillan.
- Ollé, M. (2001). *La Invención de China. Percepciones y estrategias Filipinas respecto a China en el siglo XVI*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz Verlag.
- Purcell, V. (1951). *The Chinese in Southeast Asia*. London: Oxford University Press.
- Schutte, J. F. (1975). *Monumenta Historica Japoniae*, vol. I. Roma: MHSI.
- Shepherd, J. R. (1999). "The island frontier of the Ch'ing, 1684-1780", in M. A. Rubinstein (ed.), *Taiwan a New History*, pp. 107-132. Nova Iorque: M. E. Sharpe.
- Stainton, M. (1999). "The politics of Taiwan aboriginal origins", in M. A. Rubinstein (ed.), *Taiwan a New History*, pp. 27-44. Nova Iorque: M. E. Sharpe.
- Thompson, L.G. (1968). "The junk passage across the Taiwan Strait: Two Early Chinese Accounts", *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 28, pp.170-194.
- Valladares, R. (2001). *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680)*. Lovaina: Leuven University Press.
- Van Veen, E. (2001). "VOC Strategies in the Far East (1605-1640)", *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, December 2001, vol. 3, pp. 85-105.
- Wills J. E. (1999). "The seventeenth-century transformation. Taiwan under the Dutch and the Cheng regime", in M. A. Rubinstein (ed.), *Taiwan a New History*, pp. 84-106. Nova Iorque: M. E. Sharpe.
- Wu Zhiliang (1999). *Segredos da Sobrevivência. História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos.

Pêro Vaz de Siqueira, Mercador e Armador nos Mares do Sul da China

LEONOR DIAZ DE SEABRA*

INTRODUÇÃO

A importância de Macau como centro de um império marítimo português que se prolongava desde a África, o litoral do oceano Índico, as ilhas das especiarias, e a costa da China até ao Japão, assim como a vitalidade das actividades comerciais e, em alguns casos, missionárias, dos portugueses em locais como o Camboja, Patane, Sião, Sunda, Bornéu, Timor, Tidore e Solor, e as fortalezas e entrepostos, de Goa e Malaca, como também o esplendor inicial da cidade de Macau, são uma constante até ao século XVII¹.

Durante as últimas décadas do século XVI, Macau, juntamente com Malaca, surgia como o destino mais importante e entreposto comercial de produtos exóticos e tropicais, tais como, pimenta, cravo-da-índia, noz-moscada, incenso, sedas, prata, etc.. As viagens iam de Bengala, Martaban, Tenasserim, ao Camboja, Sunda, Bornéu, Solor e Timor, etc., e todas rendiam anualmente à Coroa portuguesa, em Macau, milhares de cruzados. Há a acrescentar, ainda, a viagem complementar do Sião ordenada por Portugal, nomeadamente nos anos 80 de 1500, que encaminhava as mercadorias oriundas do Sião, de Ayuthia até ao Japão, via Malaca.

George Bryan Souza refere que o comércio português, no Japão, a partir de meados do século XVI coincidiu com a descoberta de grandes jazidas de prata, cobre e ouro nesse país. No final do século XVI, o fornecimento de seda crua e ouro em troca de prata



* Assistente do Departamento de Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau. Licenciada em História e Mestre em "Estudos Luso-Asiáticos" (variante História).

Lecturer in the Portuguese Department, Social and Human Sciences Faculty of the University of Macao. History graduate, with a Masters degree in "Portuguese-Asian Studies" (History).



EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

dominava o comércio. Na década de 30 de Seiscentos, as exportações de ouro eram menos significativas do que as de seda.

Os mercadores portugueses começaram a fornecer os produtos da China ao Japão nos anos 40 do século XVI. Na década seguinte, Portugal surge como o intermediário-chave no comércio entre a China e o Japão (e o Sião-Japão), especialmente a partir da altura em que a China proibiu o contacto directo com os mercadores japoneses, na sequência da actividade dos *wako* (piratas japoneses) na costa de Fujian. Até 1639 – quando o *bakufu* (“governo cortina” ou ditadura militar estabelecida por Tokugawa Ieyasu, em 1603) promulgou a “lei da expulsão”, que assinalaria o fim do comércio português no Japão – a população de Macau, bem como a Coroa, prosperou muito com este comércio.

Nos inícios do século XVII, a posição privilegiada dos portugueses no comércio do Japão, começou a ser ameaçada pela chegada dos ingleses e holandeses e, em menor escala, dos espanhóis. Com início em 1599, isto é, cerca de 45 anos depois do estabelecimento de Macau, navios holandeses começaram a aparecer ao largo da costa. Os holandeses ao quererem capturar Macau, Malaca e Nagasáqui desejavam interceptar o altamente rentável comércio da prata².

Durante todo o período do comércio Macau-Japão (1546-1639), o total das exportações de prata do Japão para Cantão cifrava-se nuns impressionantes 12 525 quilos por ano³.

É de notar, contudo, que nem todas as viagens eram comercialmente bem sucedidas, pois algumas eram vítimas de tempestades, bem como da hostilidade e perseguições das autoridades japonesas.

Comunidade mercantil desde o início, Macau tornou-se um entreposto de comércio internacional (com a China, Japão e Sudeste Asiático), assim como nacional, pois as duas potências coloniais ibéricas – Espanha e Portugal – estavam unidas na pessoa do mesmo rei – União Ibérica⁴. Além disso, Macau era a “porta de entrada” dos missionários na China, Japão, Sudeste Asiático, etc., base da expansão do Padroado Português do Oriente, por sua vez, rival do Padroado da Coroa espanhola. Esta rivalidade estendia-se às ordens religiosas, estando os Jesuítas firmemente instalados em Macau e no Japão, resistindo à penetração dos restantes (Franciscanos, Dominicanos e Agostinhos), sediados nas Filipinas⁵.

Surgida a Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris, iria a mesma interferir nas zonas em que o direito de Padroado Português se fazia sentir, contestando esse direito de Padroado sobre o Tonquim, o Sião, a China, a Cochinchina, etc. O diferendo tornou-se particularmente violento quando surgiu a ideia de a Santa Sé nomear vigários apostólicos dependentes apenas do Papa e não de qualquer padroeiro⁶.

Portugal protestou, mas dada a situação de inferioridade em que se encontrava – a Santa Sé não lhe reconhecera a independência em 1640 e só o faria em 1668 – a sua voz não foi ouvida e, em 1658, foram nomeados os primeiros vigários apostólicos para superintenderem nas missões de Tonquim e da Cochinchina, assim como dos países vizinhos⁷.

Com o final do comércio do Japão, em 1639, e a ascensão do poder comercial e naval dos holandeses nos mares orientais, os comerciantes portugueses tiveram de fazer alguns ajustamentos nas suas rotas comerciais. Na década de 1630, em especial, o comércio de Macau floresceu, principalmente, em três zonas: Macaçar, Manila e Vietname (Tonquim e Cochinchina)⁸.

Com o encerramento do comércio entre Portugal e o Japão, o comércio com os portos do Sul assumiu, portanto, uma nova importância. A rota Macaçar-Flores-Solor-Timor, embora sob pressão intensa dos holandeses, tornou-se objecto de um comércio lucrativo em produtos como o sândalo e as especiarias⁹.

Em 1641 deu-se a queda de Malaca, passando, definitivamente, a hegemonia comercial dos portugueses para os holandeses que, em 1660, expulsaram os portugueses de Macaçar. Em consequência, nos princípios de 1661, mais de 200 portugueses tinham partido não só para Macau e Timor, como para o Sião, nos navios de Francisco Vieira, mercador rico que negociava nessa região. Em Junho do mesmo ano, mais 110 portugueses embarcaram, numa nau holandesa, para o Sião e outras localidades¹⁰.

Como se vê, durante todo o século XVII surgiram vários atritos a turvar o ambiente local. Não só os de ordem religiosa, como também o interesse de outros povos europeus por esta região, tais como os holandeses, depois os ingleses e, mais tarde, os franceses.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Por outro lado, a situação de Macau agravava-se com a ordem dada, pelas autoridades chinesas (da dinastia Qing), para que as populações costeiras se retirassem para o interior, devido aos ataques de Coxinga, lealista e partidário dos Ming¹¹. Como consequência, em 1664, o capitão-geral de Macau, Manuel Coelho da Silva, pediu ao rei de Portugal, D. Afonso VI, o envio de uma embaixada à corte de Pequim¹². E, em 1667, foi enviado o embaixador Manuel de Saldanha, com uma comitiva, a Pequim, onde chegou em 1670, mas não teve qualquer resultado prático, o mesmo tendo acontecido, em 1678, com a missão diplomática de Bento Pereira de Faria, enviada pelo Senado de Macau, que levou um presente exótico ao imperador, um leão, e que foi muito apreciado por aquele¹³.

Refira-se que os portugueses, em Macau, dispunham de um razoável grau de autonomia em relação a Goa, no que respeita à diplomacia com a China, assim como com o Camboja, Vietname e Sião.

Durante os anos de 1660 até à década de 1680, Macau continuou a comerciar com o Sião e com os barcos da coroa siamesa, que faziam escala em Macau, algumas vezes, onde adquiriam provisões, carregamentos e contratavam marinheiros. Em 1669, o Senado de Macau pediu um empréstimo ao rei Phra Narai (do Sião) para custear as despesas da embaixada de Manuel de Saldanha ao imperador da China (em 1670), por se encontrar “esgotado de recursos”. O reembolso deste empréstimo foi feito no decurso do comércio directo de Macau para Ayuthia, a partir da década de 1690, através do pagamento dos direitos alfandegários dos barcos da Coroa siamesa, em Cantão, e despachando a bordo dos mesmos barcos pagamentos em espécie, nomeadamente em seda, ao regressarem à rota Cantão-Macau-Ayuthia¹⁴.

E, finalmente, em 1685, o imperador Kangxi publicou um decreto imperial que determinava a abertura do porto de Cantão ao comércio estrangeiro, pelo menos uma vez por ano, durante a feira anual¹⁵.

Macau perdeu, assim, o papel de entreposto comercial exclusivo e os portugueses deixaram de ser os únicos intermediários no comércio da China.

PÊRO VAZ DE SIQUEIRA

Pêro Vaz de Siqueira era natural de Macau, fidalgo-cavaleiro e filho de Gonçalo de Siqueira de

Sousa, capitão-de-mar-e-guerra. Gonçalo de Siqueira de Sousa era de origem reinol e participou, em 1614, numa armada, para transporte de tropas espanholas de Cadiz para Manila, sob o comando de seu pai, Rui Gonçalves de Sequeira (que fora capitão das Molucas de 1598 a 1603)¹⁶. Isto explica-se pelo facto de, nesta época, Portugal se achar debaixo do domínio filipino.

Após o falecimento de seu pai, em 1619, regressou a Portugal, e, como recompensa dos seus serviços, foi nomeado capitão do galeão *Misericórdia*, partindo, em 1621, de Lisboa para Goa, onde não chegou devido a uma tempestade. A partir daqui, realizou várias viagens, sempre com o posto de capitão, o que lhe permitiu um profundo conhecimento dos mares, não só ocidentais como orientais¹⁷.

Em 1644, Gonçalo de Siqueira de Sousa foi nomeado embaixador ao Japão, embaixada esta que fora sugerida dois anos antes pelo Pe. António Cardim, Procurador-Geral da Província jesuíta do Japão, com o objectivo de tentar reabrir o comércio japonês, que acabara em 1639 com a expulsão dos portugueses¹⁸.

Foi esta a primeira embaixada enviada a esse país por um país europeu, mas o xógum Tokugawa Iemitsu continuou a recusar a abertura do comércio aos portugueses.

Pêro Vaz de Siqueira acompanhou seu pai nessa missão ao Japão (1644-47), tendo regressado com ele a Goa, em 1648. Após a morte de Gonçalo de Sousa, em 1649, terá regressado ao reino. De 1657 a 1669 serviu na armada do Estado da Índia, tendo tomado parte na reconquista de Coulão e na defesa de Cochim (em 1657 e 1663).

A sua carreira na Índia terminou quando desempenhava, em Muscate, as funções de capitão da frota da Coroa. Chegou a Macau no princípio da década de 1670, onde se fixou e casou com Ana Maria de Noronha, pertencente a uma família proeminente da sociedade local e de comerciantes ricos¹⁹. Esta seria irmã de D. Catarina de Noronha, que, por sua vez, era filha de D. António Manuel de Noronha, governador de Macau entre 1630 e 1636, e casara com um rico mercador, Francisco Vieira de Figueiredo, grande proprietário de navios²⁰.

Francisco Vieira exercia funções de capitão-geral dos mares do Sul, com poderes judiciais e administrativos sobre todas as comunidades portuguesas existentes a Oriente de Malaca, com

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



China, Jan Jansson, 1639.

excepção de Macau. Após a conquista de Malaca pelos holandeses, em 1641, transportou a comunidade portuguesa nos seus navios para Macaçar, que se transformou num importante entreposto comercial e económico. Vieira negociava não só com Macau, Camboja e o Sião, mas também com Timor, Solor e até com Manila²¹.

Mas, em 1660, os portugueses foram expulsos de Macaçar pelos holandeses e, mais uma vez, os navios de Francisco Figueiredo transportaram os portugueses não só para Macau e Timor, como para o Sião e outras localidades. Porém, 10 ou 12 dos mais ricos, incluindo Francisco Vieira de Figueiredo, ainda ficaram em Macaçar, com a protecção do rei, o sultão Hassan Udin²².

Em 1661, Figueiredo partiu para Goa e, no regresso a Timor, fez escala em Macau, onde então casou com D. Maria Catarina de Noronha, que acompanhou o marido até Macaçar. Em Fevereiro de 1665, Figueiredo partiu definitivamente, com sua mulher, Catarina de Noronha, para Larantuka, na ilha das Flores, perto das ilhas de Solor e Timor. Aí faleceu em 1667, ficando a sua viúva ainda em Larantuka, para finalizar os negócios de seu marido.

D. Catarina regressou a Macau em 1670, no seu navio *Nossa Senhora de Rozario e Almas do Purgatorio*, mantendo-se em actividade nos negócios por vários anos. Veio a falecer em Macau, em 1701, como o comprova a carta do Padre Miguel do Amaral, S. J., Procurador-Geral da Província do Japão, que

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

certifica ter recebido do seu testamenteiro, Pêro Vaz de Siqueira, o que a dita senhora deixara à Igreja, por sua morte²³.

Era aquela “senhora de grandes cabedais” como se depreende da correspondência trocada entre o embaixador à China, Manuel de Saldanha, em Cantão, e o Leal Senado, assim como com o capitão-geral de Macau, D. Álvaro da Silva. Inclusivamente, aquele embaixador chega a ordenar ao Senado que mande um navio buscar D. Catarina “que é grande bem para esta cidade a qual pode ajudar muito e o serviço de El-Rey com seu cabedal ...”²⁴.

Bryan de Souza diz que a sua “participação directa e o papel activo que desempenhou como armadora foram únicos para uma mulher em Macau”²⁵.

Também Pêro Vaz de Siqueira continuou a fazer comércio com os seus navios para Banjarmassim, Timor, Batávia e Sião, nos fins da década de 1670 e por toda a década de 1680.

Em 1683, a Coroa e o Senado de Macau escolheram alguns “casados” para dirigirem embaixadas a alguns países da Ásia do Sueste, com objectivos comerciais. Como consequência, em 1684, Pêro Vaz de Siqueira foi enviado, de Macau ao Sião, pelo vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, 1.º conde de Alvor. Esta missão tinha objectivos comerciais, os quais não obtiveram o apoio do rei siamês, Phra Narai, pois as pretensões dos “moradores” de Macau – que pretendiam participar no comércio marítimo com o Japão através da Coroa siamesa – poderiam pôr em risco o próprio comércio siamês com o Japão. Para além disso, a recomendação de tentar convencer o rei siamês Phra Narai a expulsar os Franceses do Sião não teve qualquer efeito prático, pois era cada vez maior a influência dos franceses no Oriente, através das *Missões Estrangeiras* de Paris, que tinham o apoio da *Propaganda Fide*, nomeadamente no Sião, onde o ministro do rei Phra Narai, Constantino Falcão, por eles tinha especial simpatia,

pelo que a intromissão do Vigário Apostólico do Sião, Monsenhor Louis Laneau, das Missões Estrangeiras de Paris, ajudado pela conivência de alguns portugueses radicados no Sião, fizeram fracassar os esforços de Pêro Vaz de Siqueira, que regressou a Macau sem obter qualquer resultado positivo com a sua missão diplomática²⁶.

Mas Pêro Vaz de Siqueira continuou a servir a cidade, como se pode ver pelo que aconteceu em 1685, quando os moradores de Macau recolheram uns Japoneses que tinham naufragado e aproveitam este facto para tentarem enviar ao Japão um barco, com os naufragos, tentando reatar o comércio com aquele país. Como não houvesse mais nenhum navio no porto de Macau, a não ser o barco *S. Paulo*, de Pero

Vaz de Siqueira – apenas regressado da sua missão diplomática ao Sião e que se estava a preparar para partir para Manila –, aquele ofereceu imediatamente esse seu navio, dispondo-se a pagar parte das despesas resultantes dessa viagem (3/4), e o restante seria suportado pelo Padre Procurador da Província do Japão. Mas os portugueses

nunca foram autorizados a desembarcar em Nagasáqui, tendo sido mandados regressar a Macau, com o aviso de que não voltassem a tentar regressar ao Japão, tendo-lhes sido poupadas as suas vidas somente por terem levado de regresso os 12 japoneses²⁷.

Pêro Vaz de Siqueira continuou a desenvolver os seus negócios com o navio *Rosário*, de que era proprietário, para além do *S. Paulo*, fazendo viagens para Manila, Sião, etc.

Em 1687 há uma carta do vice-rei, D. Rodrigo da Costa para Pêro Vaz de Siqueira, dizendo:

“Em hua das ditas cartas se justifica VM sobre as viagens da sua fragata p^a Manila e da nao de sua cunhada p^a Timor e por o Sr conde do Alvor ter entendido que a protejam...”²⁸.



Ayuthia, numa representação francesa da segunda metade do século XVII.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Este documento comprova que, nos finais do século XVII, Pêro Vaz de Siqueira e sua cunhada, D. Catarina de Noronha, estavam entre os proprietários de navios (poucos, somente 5) existentes em Macau²⁹.

Pela década de 1690 e princípios de 1700, Vaz de Siqueira era o maior armador individual da cidade, fazendo viagens para Goa e outros portos indianos, Achém, Banjarmassin, Timor e Manila.

Em 1702, como a situação de Timor era muito precária e era de lá que vinha o sândalo, cujo comércio era essencial à sobrevivência de Macau, foi contratado, para socorrer aquele território, o barco *Boas Novas* e, para o acompanhar, Pêro Vaz de Siqueira mandou ainda o seu barco *S. Paulo*³⁰.

Para além das suas actividades comerciais, Pêro Vaz de Siqueira aparece ainda como membro do Senado da Câmara, de 1689 a 1698, e, em 1693-94, pertence também à Mesa da Santa Casa da Misericórdia. De 1698 a 1700 foi nomeado capitão-geral de Macau, pelo vice-rei da Índia, e, uma segunda vez, de 1702 a 1703. Veio a falecer, em Macau no último ano do seu governo (1703)³¹.

Um filho seu, António Siqueira de Noronha, foi também capitão-geral de Macau, de 1711 a 1714. Mas o seu governo caracterizou-se por confrontos constantes com o Senado, mesmo posteriormente, conforme se pode verificar pelo “Livro de Actas das Sessões do Leal Senado (1712-1721)”³².

Por exemplo, em 1710 figura como senhorio do barco *S. Paulo*, que era de Pêro Vaz de Siqueira, sua esposa, Dona Maria de Noronha, com quem o Senado contraíra dívidas. Mas, em 1712, o barco já era de António Siqueira de Noronha, então capitão-geral de Macau³³.

Depois, em 1714, encontra-se “em leilão para venda”, assim como há vários pedidos de Siqueira de Noronha ao Senado para que lhe pague os ordenados

“que este Senado está a dever a seu defunto Pai Pêro Vaz de Siqueira”. Finalmente, a 22 de Agosto de 1714 há uma petição de António de Siqueira de Noronha ao Senado da Câmara “p^a se passar com a sua família para a Corte de Goa...”, sendo-lhe concedida a referida licença. Parece, pois, ter perdido todos os bens herdados, visto haver informações de residir em Goa, em 1719, mas “em precárias condições”³⁴.

No entanto, seu pai, Pêro Vaz de Siqueira, foi uma figura relevante na sociedade macaense, não só no aspecto económico, como político.

Nestes tempos, os comerciantes independentes portugueses (os “casados”, a Igreja e os administradores da coroa) estavam envolvidos no comércio marítimo inter-asiático no oceano Índico e nos mares do Sul da China. Tanto os administradores da Coroa (que não tinham o apoio do Tesouro da Coroa, neste tipo de comércio), como os Jesuítas, podiam possuir os seus próprios navios ou agir como investidores nos barcos dos “casados” e comerciantes independentes. Embora os outros também pudessem participar (administradores da Igreja e da Coroa), como vimos, eram os “casados” que faziam o maior investimento no comércio marítimo inter-regional asiático e, em Macau, todos se dedicavam, directa ou indirectamente, a estas actividades bastante lucrativas³⁵.

Quando o capitão-geral era nomeado entre os “casados” de Macau, que já tinham possuído cargos da Coroa, um administrador da Coroa podia, então, ser o maior armador de Macau, como foi o caso de Pêro Vaz de Siqueira, em finais do século XVII. **RC**

Nota do autor: Este artigo baseia-se no meu trabalho *A Embaixada ao Sião de Pêro Vaz de Siqueira (1684-1686)*. Macau: Universidade de Macau, 2003.

NOTAS

- 1 Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pêro Vaz de Siqueira (1684-1686)*, p. 24.
- 2 Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião...*, p. 24.
- 3 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente (1580-1770)*: Macau, Fundação Oriente / Centro de Estudos Marítimos, 1990, pp. 26-29 e 43-44.
- 4 Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião...*, p. 25.
- 5 Charles R. Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*: Lisboa, Edições 70, 1990, pp. 98-99.

- 6 António da Silva Rego, *Lições de Missionologia*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961, pp. 174-175.
- 7 *Ibidem*, p. 175.
- 8 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau...*, p. 13.
- 9 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau...*, pp. 14-29.
- 10 Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração (1640-1668)*, p. 16. E, ainda, cerca de 530 portugueses partiram para Macau e mais 120 para Timor.

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

- 11 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, pp. 132-136.
- 12 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, p. 106.
- 13 Charles R. Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*, pp. 30-46.
- 14 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, pp. 62-63. É de consultar, também, o artigo de Jean Aubin, "Les Persans au Siam sous le Règne de Narai (1656-1688)" in *Mare Luso-Indicum*, IV. Paris: Société d'Histoire de L'Orient, 1980.
- 15 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, p. 140.
- 16 Manuel Teixeira, *Marinheiros Ilustres Relacionados com Macau*, pp. 46-47.
- 17 Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, pp. 65-66.
- 18 *Embaixada de Portugal ao Japão em 1647: Relação Inédita Anotada por C. R. Boxer*, pp. 5-15.
- 19 George Bryan Souza, *A sobrevivência do Império...*, p. 62.
- 20 Charles R. Boxer, *Estudos para a História de Macau (Séculos XVI-XVIII)*, vol. I. Lisboa: Fundação Oriente, 1991, pp. 222-223.
- 21 Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant Adventurer in South East Asia (1624-1667)*, pp. 48-49.
- 22 Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor...*, pp. 1-8.
- 23 *Jesuitas na Ásia*, Códice 49-V-24, de 23 de Junho de 1701, fl. 9.
- 24 AHG, Arch. Vol. 1210 - *Embaixada à China*, 1669, fls. 44-50. V. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião...*
- 25 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 52.
- 26 AHG, Arch. Vol. 58 - *Monções do Reino*, vol. n.º 51A. V. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião...*
- 27 Ana Maria Leitão, "Os Portugueses e o termo das Relações Comerciais com o Japão: Tentativas de Reaproximação e Substituição", in *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, dir. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, 1994, p. 228.
- 28 AHG, Arch. Vol. 1265 - *Correspondência de Macau*, Livro 2 (1682-1687).
- 29 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau...*, pp. 11-14.
- 30 *Arquivos de Macau*, 3.ª Série, Vol. I, n.º 1, Fevereiro de 1964, pp. 19-20.
- 31 *Arquivos de Macau*, 3.ª Série, Vol. I, n.º 3, Abril de 1964, pp. 201-215.
- 32 AH/LS/333 - *Livro de Actas das Sessões do Leal Senado (1712-1721)*, fls. 56-60.
- 33 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau...*, p. 25.
- 34 AH/LS/333 - *Livro de Actas das Sessões do Leal Senado (1712-1721)*, fls. 48-49.
- 35 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império...*, pp. 62-54.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE MACAU

- * AH/ LS/333 - *Livro de Actas das Sessões do Leal Senado (1712-1721)*.

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOA

- * Arch. Vol. 1265 - *Correspondência de Macau (1682-1689)*, Livro 2.
- * Arch. Vol. 1210 - *Embaixada à China*, 1669.
- * Arch. Vol. 58 - *Monções do Reino*, vol. n.º 51 A.

BIBLIOTECA DA AJUDA

- * *Jesuitas na Ásia*, Códice 49-V-24.

FONTES IMPRESSAS

- Arquivos de Macau*, 3.ª Série, Vol. I, n.º 1, Fevereiro de 1964, pp. 19-20.
- Arquivos de Macau*, 3.ª Série, Vol. I, n.º 3, Abril de 1964, pp. 201- 215.
- Boxer, Charles R., *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*. London: Variorum Reprints, 1988.
- _____, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração*. Macau: Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940.
- _____, *Francisco Vieira de Figueiredo: a Portuguese merchant-adventurer in South East Asia (1662-1667)*. Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1967.
- Embaixada de Portugal ao Japão em 1647: Relação Inédita Anotada por C. R. Boxer*. Lisboa: Imprensa Limitada, 1928.
- Gunn, Geoffrey, *Ao Encontro de Macau: Uma Cidade-Estado na Periferia da China (1557-1999)*. Macau: Comissão Territorial

de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Macau, 1998.

- Leitão, Ana Maria, "Os Portugueses e o termo das relações comerciais com o Japão: tentativas de reaproximação e substituição", in *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, dir. de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos. Lisboa, 1994.
- Lobato, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulândia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999.
- Oliveira, Fernando Correia de, *500 anos de Contactos Luso-Chineses*. Lisboa: Público/Fundação Oriente, 1998.
- Pires, Benjamim Videira, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*. Macau: ICM/Museu Marítimo, 1993.
- Seabra, Leonor Diaz de, *A Embaixada ao Sião de Pêro Vaz de Siqueira (1684-1686)*. Macau: Universidade de Macau, 2003.
- _____, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*. Macau: Universidade de Macau, 1999.
- Silva, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1992.
- Souza, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991.
- Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: DIFEL, 1995.
- Teixeira, Manuel, *Marinheiros Ilustres Relacionados com Macau*. Macau: Centro de Estudos Marítimos, 1988.
- _____, *Vultos Marcantes em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

ANEXOS

COPEA DA INSTRUÇÃO QUE O CONDE V[ICE] REY
E CAPITÃO GERAL DA INDIA DEU AO EMBAIXADOR PERO VAS
DE SIQUEIRA

Françisco (*sic*) de Tavora Conde de Alvor do Conselho de Estado de S[ua] A[lteza] V[ice] Rey e Capitão Geral / da India etc. Faço saber a vós P[edr]o Vas de Siqueira fidalgo da Caza do dito S[e]n[h]or e Cavaleiro / professo da ordem de Christo, que pellas boas imformações que me derão de vossa pessoa, e do zello / com q[ue] sempre vos empregastes no serviço de S[ua] A[lteza] sem reparardes no dispêndio de vossa / fazenda, e pellas notícias (*sic*) que tendes acquerido (*sic*)¹ dos estillos das Cortes dos Reinos de Sião, Co/chinchina, e Camboja por assistirdes de morada de alguns annos a esta parte na Cidade do nome / de Deus de Maccao da China donde ordinariamente vão todos os annos muitos barcos / a contratar nos portos dos ditos Reinos, e pellas mais partes de prudência (*sic*) talento, e boa dis/pozição que concorrem em vossa pessoa para todos os negócios (*sic*) de mayor importancia (*sic*) me / pareço (*sic*) nomear-vos por Embaix[ad]or deste Estado da India para hirdes a tratar com os ditos / Reis os negócios (*sic*) de que vos encarrego por esta Instrução esperando do vosso zello acti/vidade, e bom modo os concluireis de maneira q[ue] se consiga o serviço de Deos, e de / S[ua] A[lteza], e vos desempenheis da elleição que fiz de vossa pessoa para que tenha muito q[ue] / vos agradeçer (*sic*).

A comissão da vossa embaixada hé para os Reis de Sião, Cochinchina, e Camboja para / os quais vos remeto cartas com seus saguates, e tãobem para o Príncipe (*sic*) herdeiro de / Cochinchina, e Barcalão de Sião, e antes de fazerdes a vossa viagem conferireis a for/ma della com o Capitão geral Belchior de Amaral de M[enes]es, e com os officiaes da Camera, / chamando para isso os Pillotos, e pessoas mais práticas para q[ue] com a sua informa/ção e experiencia (*sic*) se rezolva, a qual dos ditos Reinos hireis primeiro conforme as mon/ções, e distâncias (*sic*) que ficão de huns a outros, para que com aprovação de todos se dirija / a viagem com todo o acerto (*sic*) de maneira que em hum anno se for possível vades aos ditos / três Reinos, e quando haja nisso grande dificuldade por falta das monções, e de não serdes / diffirido com brevidade, vos recolhereis a Maccao de qualquer dos ditos Reinos, com / as re[s]postas que vos derem, e tornareis a voltar no anno seguinte a continuar com a vos/sa Embaixada no Reino, ou Reinos q[ue] vos faltarem até dardes fim aos negócios (*sic*) / a que vos mando; e de tudo o que obrardes me dareis conta pellas vias q[ue] se vos offe/reçerem (*sic*).

O Negocio (*sic*) principal (*sic*) a que vos mando hé que façaes entender aos ditos Reis q[ue] o Príncipe (*sic*) // de Portugal Dom Pedro nosso S[enh]or hé hum Monarca muito grande da Europa que / domina muitos Reinos, e estados em todas as quatro partes do Mundo: Europa, Affrica, / Azia, e América, e que dezeja ser Irmão em armas com os ditos Reis, e me ordenou quan/do vim para este Governo procurasse m[ui]to a conservassão de sua amizade tendo com elles toda / a boa correspondência (*sic*), e que em cumprimento desta ordem vos mando por Embaix[ad]or para / lhes fazerdes presente a vontade de S[ua] A[lteza], e particularmente rendereis as graças a El / Rey de Sião pello amor que mostra à Nasção (*sic*) Portuguesa, e favores tão geraes q[ue] delle / recebem (*sic*) todos os Vassallos do Príncipe (*sic*) nosso S[e]n[h]or.

Depois de introduzirdes esta prática entre todos os Reis tratareis de lhes pe/dir com todo o empenho lançem (*sic*) fora de seus Reinos aos Bispos, e Missionários / francezes (*sic*) que perturbão e inquietão aos nossos Portuguezes, aos quaes devem conservar (*sic*) / porq[ue] sempre forão fieis Amigos como a experiencia (*sic*) tem mostrado por discursso (*sic*) de / tantos annos fazendo-lhes entender que El Rey de França tem sulicitado (*sic*) que a Com/gregação da Propaganda mande de Roma estes Missionários da Sua Nasção (*sic*) a q[ue] / elle assiste com os gastos para com este pretexto tomar notícias dos ditos Reinos, e / dos portos delles trato das gentes, e das drogas e mercadorias q[ue] nelles há como trazem por / Instrução os ditos Bispos, e Missionários francezes (*sic*) para com estas notícias (*sic*) vir com suas / Armadas a despojá-los de seus Reinos com que não vêm a ser os ditos Missionários mais / que huns exploradores e vigias delles em cuja consideração devião entrar os ditos Reis, / para não admitirem os ditos Missionários francezes (*sic*), antes lançá-los logo fora de suas / terras, mas esta diligência (*sic*) fareis com todo o segredo e cautella.

Quando totalmente não possaes vencer (*sic*) com os ditos Reis, ou com alguns delles que lance (*sic*) / fora de seus Reinos aos ditos Bispos, e Missionários francezes (*sic*), ao menos lhes pe/direis que os não ajudem, nem favoreção contra os Missionários Portuguezes, nem lhes / diffirão aos requerimentos que fizerem contra elles sobre as matérias da Religião, nem / consintão (*sic*) que os ditos Missionários Portuguezes sejam molestados nem aveixados pellos / ditos Bispos, e Missionários Francezes (*sic*), e espero de vosso juízo, e prudência (*sic*) vos hajais com / tanto acordo em todas as matérias que fiquem muy aventejados as da nossa Nasção (*sic*) / com toda a reputação, e nas cartas que escrevo aos

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

ditos Reis lhes insinuo que vos mando / por Embaixador, e que dêem inteira fee (*sic*), e crédito a tudo o que lhes propuzerdes de mi/nha parte, e que havere por bom, firme, e valiozo tudo o q[ue] assentardes com elles.

Pedireis tãobem aos ditos Reis que dêem premissão (*sic*) geral para q[ue] os Portuguezes, possão // hir com seus barcos carregados de mercadorias contratar nos seus portos, e q[ue] nelles se / lhes faça toda a boa passagem sem lhes levarem mais direitos dos despachos daquelles / que se costumão levar, e que se lhes não fação forças nem violências (*sic*) algumas antes sejam / tratados como amigos, e vassallos do Príncipe (*sic*) de Portugal seu Irmão em armas, e se / El Rey de Sião vos pedir faculdade para mandar todos os annos seus barcos a Mac/cao lhe concedereis (*sic*) somente hum barco em cada anno com advertência (*sic*) q[ue] a mayor parte / da carga seja de arros q[ue] sempre tem boa venda na dita Cidade, e posto que ao Reino / de Cochinchina vão ordinariamente alguns barcos delle comtudo sou informado q[ue] se lhes / dilatão as licenças para voltarem com que perdem a monção, o[u] arriscão a viagem, e com esta / notícia (*sic*) pedireis ao Rey do dito Reino q[ue] ordene se lhes não retardem as ditas licenças (*sic*) nem / fação sem rezões nos despachos dos ditos barcos.

Tanto que chegardes ao Reino de Sião vos informareis do Capitão Mor Fran[cis]co Bar/reto de Pina do estado das couzas do dito Reino, e lhe dareis notícia das cartas e saguates / que levae para El Rey, e Barcalao (*sic*) de Sião e vos ajudareis de sua intelligência (*sic*) e présti/mo, e eu lhe ordeno vos assista em tudo o q[ue] lhe ordenardes do serviço de S [ua] A[lteza] tocante / a vossa embaixada, e conferireis com elle as matérias q[ue] vos parecerem (*sic*) porq[ue] como há / tantos annos assiste no dito Reino saberá dar rezão do que lhe perguntardes, tãobem / tomareis as informações necessárias do P[adr]e Manoel Soares Superior dos Religiozos da / Companhia de Jesus a quem escrevo, convireis sobre os particulares dos Bispos e Missio/nários françezes (*sic*), atendendo a tudo o que vos apontar em ordem a se conseguir o intento / da embaixada, e tereis toda a boa correspondência (*sic*) com o L[icencia]do Nicolao da Motta Gov[ernad]or / do Bispado de Malaca tomando delle tãobem algumas notícias (*sic*), e agradecendo-lhe (*sic*) da / minha parte o bom modo com q[ue] se tem havido na deffenção da jurisdição do Padroado / Real, advirtindo-lhe que continue em conservar o derecho do dito Padroado, e da ju/risdição ordinária q[ue] está a seu cargo pello lugar que ocupa.

Porquanto sou informado que o Barcalao (*sic*) de Sião hé a p[es]s[o]a mais prin/cipal delle, por cuja via se derigem todos os neg[ó]cios tocantes ao Governo do dito Reino so/licitareis (*sic*) a sua amizade por meyo da Capitão Mor Fran[cis]co Barreto de Pina, e do P[adr]e Su/perior Manoel Soares tendo com elle toda a boa correspondência (*sic*) para vos

facelitar (*sic*) / a entrada com El Rey, a quem tendo alcançado audiência (*sic*) entregareis pessoalmente / a minha carta, e apresentareis o saguate que levae advirtindo que quando fordes / falar-lhe seja com toda authoridade, e compostura q[ue] convem ao lugar de embaix[ad]or // procurando q[ue] se vos faça differente tratamento do que se custuma fazer a outras / pessoas por graves q[ue] sejam, quando vão à prezença del Rey, e q[ue] se não pratiquem com/vosco os estillos que com ellas se uzão, em entrar no palácio (*sic*) sem espada, e descalço, pros/trado por terra o q[ue] não consstentireis (*sic*) de nenhuma maneira escuzando-vos com q[ue] entre / os Reis da Europa não há taes estillos, e os embaix[ad]ores entrão no palácio (*sic*) na mesma / forma com q[ue] andão por fora nas prassas, nem a generozidade dos Portuguezes premi/te outra couza.

Se vos intetiverem com pretextos de que El Rey vos não pode fallar, e q[ue] entre/gueis a carta, e saguate ao Barcalao (*sic*), ou a algum outro Ministro o não fareis, antes / instareis em q[ue] quereis falar a El Rey fazendo sobre isso todas as diligências (*sic*) possíveis / até virdes se o podeis conseguir dando a entender ao dito Barcalao (*sic*), e mais Ministros / q[ue] vos não haveis de recolher sem dardes a El Rey a vossa embaixada, esperando de / sua grandeza vos admita, e ouça, e quando depois de excogitados todos os meynos possí/veis, se vos negue totalmente a entrada, e audiência (*sic*) voltareis sem dardes a dita em/baixada, porque menos inconveniente será não consseguirdes (*sic*) o negocio (*sic*) a que hides, / do que consseguilo (*sic*) com desprezo, e authoridade do lugar do embaixador, e pouco crédito da nasção (*sic*) Portuguesa.

Admitindo El Rey de Sião a vossa Embaixada, e dando-vos audiência (*sic*) / vos haveis nesta função, e nas mais que se offereçerem (*sic*) com tal esplendor, pru/dência (*sic*), e bom modo em vissas acções que conçilieis (*sic*) os animos de todos de maneira que / sejaes recebido (*sic*) com grande agrado e geral aplauzo, e tendo concluido o negocio (*sic*) a que / hides se el Rey ordenar ao Barcalao (*sic*) ou a outro qualquer Ministro que respon/da à minha carta, em seu nome advirtireis que levae ordem por não asseytardes re[s]/posta alguma mais que del Rey em carta serrada (*sic*), e as[s]inada por elle de seu sinal / com chapa real, porq[ue] os V[ice] Reis da India representam a pessoa real de seus Prin/çepes (*sic*) que lhes concedem (*sic*) todos seus poderes, e que os mais Reis da Ázia lhe escrevem / e respondem às suas cartas, e que quando vim Governar estes Estados me escreverão / muitos dos ditos Reis dando-me os parabens da minha vinda, e de proximo me escre/veo El Rey Gram Mogor pedindo-me ajuda e favor p[o]r mar, e terra para conquistar / as terras que lhe tem usurpado hum seu Vassallo, e se vos quizerem persuadir q[ue] / El Rey não cusutma responder às cartas q[ue] lhe escrevem, se não nesta forma

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

por via / do Barcalao (*sic*), ou de seus Ministros lhe direis que não haveis de trazer semelhante // re[s]posta se não firmada por El Rey; e se vo la não quizerem dar não asseitareis ou/tra, e vos vireis sem ella, mostrando descontentamento de se faltar com a urbanid[ad]e / e cortezia devida aos V[ice] Reis da India.

Antonio da fonçeca (*sic*) morador em Sião Proc[urad]or dos auzentes me escreveo várias / cartas sobre os particulares dos Bispos, e Missionários françezes (*sic*), mostrando-se / muito zeloso do serviço de Sua Alteza, e vos ajudareis do seu préstimo naquillo que / se offereçer (*sic*) entre o mais que me escreveo foi que falecendo (*sic*) hum Diogo da Motta / deixara declarado em seu testamento que devia à Cidade de Maccao quinhentos / ticaes q[ue] mandava se lhe pagassem advirtindo-me q[ue] mandasse p[as]sar provisão para / se entregar este dinheiro aos feitores do dito Rey por conta do que lhe estava deven/do a dita Cidade, e nesta conformidade, mandey passar a dita provisão que lhe remeteo / e tereis cuidado de aplicar a execução della; para q[ue] com effeito se entregue o dito d[inhei]ro / aos feitores d'el Rey a quem fareis prez[en]te esta diligência (*sic*) que mandey fazer, e as re/comendaçoens que tenho por repetidas vezes à Camera de Maccao para se desempenhar desta / dívida sem faltar de minha parte em procurar suas coveniências (*sic*).

Dezejo muito tirar de Sião a Amador Coelho que esqueçido (*sic*) do sangue q[ue] tem Por/tuguez se tem feito françez (*sic*), servindo de notário dos Bispos françezes (*sic*), fazendo de / sua parte todas as dilig[enci]as e notificações que se offereçem (*sic*) contra os nossos Missionários em / prejuizo da regalia, e padroado Real de S[ua] A[lteza], e por ser naturalmente inquieto, e re / voltozo tem dado grandes moléstias ao Capitão Mor, e aos nossos Missionários, e como hé / tão prejudicial (*sic*) já o Gov[ernad]or meu antecessor (*sic*) tinha ordenado q[ue] se acazo se embarque (*sic*) para / Maccao donde hé natural se lançe (*sic*) mão delle, e fosse remetido prezo a esta Cidade, e assy[m] / vos emcomendo que façaes toda a diligencia possivel por verdes se o podeis tirar de / Sião, e levá-lo em vossa companhia para Maccao, com algum pretexto fazendo-vos / desentendido de seus proçedimentos (*sic*), e depois que estiver em Maccao executará o Ca/pitão Geral a ordem q[ue] lhe tenho dado sobre este particular remetendo prezo a esta Cid[ad]e, / com o que terão os nossos Missionários este inimigo menos no dito Reino.

Quando estiverdes em Sião tomareis notícia (*sic*) do estado em q[ue] se acha o Reino de Cam/boja que me dizem está dividido entre dous Reis hum q[ue] assiste na praya do mar, e outro / nos matos fazendo guerra entre sy sobre a sucessão (*sic*) do dito Reino, e que hum delles hé / favorecido del Rey de Sião que lhe mandou seus socorros, e estando

ainda o dito Reino // dividido e em guerra vos não arriscareis em hirdes a elle, porém se estiver suçegado (*sic*), e bem / recebido (*sic*) de todos o Rey que o Governar hireis ao dito Reino, e entregareis a El Rey / a carta e saguate que vay para elle, tomando por medianeiro a El Rey de Sião a q[ue]m / pedireis a carta de recomendação para o de Camboja, e tanto q[ue] chegardes ao dito Reino acha/reis nelle ao Capitão Mor dos Portuguezes Fran[cis]co Rangel das Neves a quem escrevo q[ue] / vos assista em tudo o que lhe ordenardes do serviço de S[ua] A[lteza] tocante a vossa embai/xada, e vos ajudareis de sua intelligência (*sic*), e préstimo tomando delle todas as notícias (*sic*), e / informações que vos forem necessarias (*sic*).

Passando ao Reino de Cochinchina entregareis a El Rey, e ao Príncipe (*sic*) herd[ei]ro / seu filho as cartas e saguates que vão para elles, tomando primeiro notícia (*sic*) das couzas / do dito Reino de João da Cruz natural da Cidade de Maccao, e de seu filho Clemente / da Cruz que são Mandarins de El Rey, e tãobem vos informareis do Padre M[anu]el / Ferreira da Companhia de Jesus que se deixou ficar no dito Reino quando veyo o P[adr]e / Joseph Candone seu companheiro, e conforme a carta que me escreveo o dito João da Cruz / tenho entendido seu bom ânimo Portuguez, e o zello que tem do serviço de S[ua] A[lteza] dan/do-me particulares notícias de tudo o que tem havido entre os Bispos e Missionários / françezes (*sic*), e os nossos Religiozos, e me tem significado o dito P[adr]e Joseph Candone o gran/de préstimo que tem o dito João da Cruz, e a entrada que elle, e seu filho tem com El Rey, / e o Príncipe (*sic*) herdeiro que lhe conçederão (*sic*) licença (*sic*) para fundar huma Igreja na sua Corte / onde se çelebrão (*sic*) os offiços (*sic*) Divinos com toda a solemnidade, e que muitas vezes vão / à dita Igreja o Príncipe (*sic*), e as Príncezas (*sic*), e as suas Damas, mostrando grande inclinação / à nasção (*sic*) Portuguesa, e tendo eu Consideração aos mereçim[en]tos e serviços do dito João da / Cruz, lhe mando nesta ocasião patente de Capitão Mor dos Portuguezes que forem / aos portos do dito Reino.

De todos os ajustamentos que fizerdes com os ditos Reis podereis firmar todos os papeis ne/çessarios (*sic*) porque para isso vos dou meu poder e comissão e de todas as partes onde vos / achardes me dareis conta pellas vias q[ue] se vos offereçerem (*sic*) de tudo o q[ue] tiverdes obrado, e / fordes obrando, e sucedendo o que Deos não permita que faleças na viagem, ou em / algum dos ditos Reinos entregareis todos os papeis da vossa embaixada ao Secretário / della, e em falta delle a qualquer dos ditos Capitães Mores, para que tenham cuidado de // moa remeter serrados (*sic*) e mutrados (*sic*) por vias deixando ficar sempre huma copea em seu / poder, para eu ter inteira notícia (*sic*) do estado dos ditos negócios (*sic*), e do que nelles se tenha obra/do para conforme

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

a isso dispor o que for mais conveniente. Goa 12 de Mayo de 1683. / O Conde de Alvor.

a.) Luís G[onça]l[ve]z Cotta

No sobrescrito:

Copea da Instruccão (*sic*) q[ue] o Conde V[ice] Rey deo / ao Embaix[ad]or P[edr]o Vas de Siq[uei]ra.

Acusada pella carta N.º 4.º

[AHU, Índia, caixa 58, doc. n.º 98]

CARTA QUE PERO VAZ DE SIQUEIRA ESCREVEU
A ACOMPANHAR A *RELAÇÃO* DA EMBAIXADA, ENVIADA
AO VICE-REI DA ÍNDIA, NO SEU REGRESSO A MACAU

[Fl. 227]²

Senhor,

Bem molestado dos avisos que o mar traz consigo, cheguey a esta Cidade de / volta do Reyno de Sião, e logo cobreí grandes alentos com a[s] carta[s] de Vossa Excellência pois nellas me / dá a conhecer o quanto estima os vassallos do Príncipe Nosso Senhor que com boa vontade asseitão / as occaziões de seu Real serviço. O que sentirey com muito excesso não serão os acertos de meu obrar / iguais à vontade de Vossa Excellência, pois vay encaminhada ao mayor crédito do dito Senhor, mas quando haja / esta falta sirvão-me as diversas occaziões do tempo de desculpa, porque estas sempre desfazem / com suas variedades desuadir de bons intentos, e quando ainda assim seja tido por ruim, Senhor, / fique Vossa Excellência entendendo que o que mal obrei não foi por falta de dezejo de acertar, senão do / discurso reger mal as disposições.

Depois de ter no Reyno de Sião acabado todos negocios da Embaixada, tratey logo por / via de Tanassarim³ remeter a Vossa Excellência por mayor o processo della, e das honras, que el Rey me fez, / e o não fiz por miudo por serem as vias incertas, e mais inseguras, que talvez poderião chegar / a mãos que se occasionasse alguma ruina aos vassallos de Sua Alteza que assistem no dito Reyno. E porque / nesta não posso estender-me muito no que tenho que dar conta a Vossa Excellência, ordenei ao Secretário da Embaixada que me desse bem e fielmente huma Rellação do princípio até o fim do procedimento da dita / Embaixada, a qual envio a Vossa Excellência para que miudamente lhe seja presente o que nesta função / obrey, e as controversias que se me oppozerão para não satizfazer realmente a tudo o que por Vossa Excellência / me foi ordenado; e quando a

dita Rellação pareça muito dilatada, sirva de desculpa o dizer-me Vossa Excellência / o anno passado em sua carta, que fosse miudo em lhe dar conta de todos os sucessos.

Miudamente vay na Rellação explicada a tenção, e disposição del Rey de Sião em / mandar seus Embaixadores remetidos a Vossa Excellência para os enviar a Portugal, e considerando eu / que se acharia Vossa Excellência com os ditos Embaixadores antes de Janeiro, pella pressa com que se fica/rão aparelhando, tempo em que era impossível chegarem barcos desta Cidade a essa Corte em que / fosse Vossa Excellência sabedor de tudo o que passou no Reyno de Sião, e assim como delle cheguei a esta / Cidade, mandei logo aparelhar a custa de minha fazenda a fragata Nossa Senhora da Conceição / que no Sião comprei a este fim (além de outros que vão apontados na dita Rellação) para que / antes que Vossa Excellência se resolvesse a mandar perante Sua Alteza os ditos Embaixadores, se achasse / com a miúda conta de minha Embaixada, que se não a mandei por terra, foi pella rezão / já apontada, e juntamente porque o privado Constantino Falcão induzio a seu Rey, que / mandasse por guia dos ditos Embaixadores a Frei Estevão de Souza e a Frei Pedro Mar/tyr bem nomeados na Rellação, e como estes dous Religiosos estão muito interessados com o di/to privado, hé certo que hão de fallar nas couzas da Embaixada muito desviados da verdade para / que Vossa Excellência agradecido ao dito Constantino Falcão, escreva delle grandes couzas ao Princi/pe Nosso Senhor, e pella grande diligencia que tive no apresto da minha dita fragata, nos fins de / Outubro estava já para partir para essa Corte com tudo o que agora remeto, socedeo chegar o bar/co de Manilla a esta Cidade neste mesmo tempo, em que veyo Antonio Botto Bar[r]etto que / eu deixey no Sião por suas conveniencias, o qual me deo por novas, que depois de minha par/tida do Reyno de Sião, entrarão nelle nove fragatas Inglezas, e que huma dellas espalhou / miudamente os sucessos das guerras do Sevagy, e o estado em que essa Corte por esta occasião se a/chava, o que sabendo el Rey de Sião mandou disistir do aparelho de huma fragata sua, que com grande / pressa se estava apercebendo para levar os seus Embaixadores perante Vossa Excellência, dando por rezão / que lhe não convinha mandar seus Embaixadores até não (*sic*) estar certo que as couzas dessa Corte esta/vão muito sossegadas, e ouvindo eu esta segunda determinação do dito Rey, desisti de mandar / a dita fragata, pois não hia mais que ao intento que declaro a Vossa Excellência.

Fico muito certo que el Rey de Sião não há-de deixar o intento de mandar seus Embaixadores, que quando não seja este anno, será para o seguinte, e por esta rezão me ocorre por / obrigação, com o devido respeito, advirtir a Vossa Excellência que será muito prejudicial hirem os ditos

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

dous / Religiozos com os Embaixadores del Rey de Sião perante Sua Alteza quando (...) os que //4

[Fl. 227v.]⁵

mandar; porquanto são homens mui vários e aloucados, e para os negócios terem melhores a (...) / e os Embaixadores serem tratados com estimação, muito melhor será irem acompanhados [de] / dous Religiosos da Companhia de Jesus, que como os taes sempre são mais zelozos no s[erviço] / de Sua Alteza, emteressados no sossego e quietação das missões de todo este Sul, hão-de tra[ba]lhar muito por acertar, e fazendo boa companhia aos Embaixadores, daquelle Rey pode[rão] / os taes Padres vir alcançar delle tudo o que quizerem em seu Reyno, porque estima muito as [hon]ras, e favores que se fazem aos vassallos que representão seu segundo lugar, e de (...) / que hé o dito Rey merecedor de todo excesso de estimação, porquanto faz muito da am[iza] / de que tem com a Coroa de Portugal, além dos grandes favores e honras que faz [aos] / Portuguezes, e em quanto estive em seu Reyno sempre andou cuidadoso o como m[elhor] / agradar, e não me acho com huma mínima queixa de seu agazalhado, só receby as m(...) / de seu privado, como largamente vay declarado na Rellação.

Considerando eu que Constantino Falcão governa absolutamente todo o R[eyno] / de Sião, me não dei manifestamente por queixoso do que nelle experimentei, por [que] / minha queixa poderia fazer grande dano à Christandade que assiste naquelle Rey[no] / e porque esta Cidade necessita muito daquele porto, e deve muita obrigação àquelle [Rey] / e pera que o dito privado esteja sempre propício para favorecer a Nação Portugu[eza] / lhe disse sempre (e o publiquei no Reino de Sião) que elle fora a principal ca[usa] / do grande expediente que el Rey fez à Embaixada de Sua Alteza, e na despedida (...) / fiquei tãobem por obra, o que repetia por palavra, mostrando-me muito aprimorado p[ello] / dito. E neste sentido fui de parecer, que as cartas que Vossa Excellência lhe mandou na p[re]zente monção se lhe enviassem para que com mais vontade favoreça aos Portuguez[es a] / thê que Vossa Excellência ordene o que for servido.

O Capitão mor que foi do Bandel, Francisco Barretto de Pinna, o tr[oux]e / em minha companhia porque, por nenhum modo convinha ficar no Reyno de Sião [por] / que além de que o Rey delle não quer que ocupe o posto que de presente tinha, hé certo q[ue] / havia de succeder grandíssimas afrontas. Eu não o obrigo que vá perante Vossa Excellência e (...) / elle o faça hé eleição de sua vontade, porquanto me move muito a piedade a grande n(...) / ce com que se acha acompanhada de pobreza, com huma família muito grande, e (...) / de a sustentar no estado em que se acha, entendo

que não hé pequeno castigo p[ara] / suas culpas, só remeto a Vossa Excellência hum auto sumário com o mais anexo a elle, e [na] / Rellação vão miudamente os sucessos, que se numerão por sua cauza, para que Vossa [Excellência] / ordene o que for servido. A administração da justiça civil fica em poder dos do[us] / Padres, que administão os sacramentos à Christandade, como são o Padre Frey [Manoel] / Soares superior da Residencia de Sião, e o Padre Frey Domingos de Santa An[na] / de Nossa Senhora do Rozario, os quaes sujeitos aceitarão este trabalho porque [não] / era acerto o não ficar aquella Christandade sem ministro vassallo de Sua Alteza (...) / o Padre Manoel Soares bem quiz livrar-se desta pensão por não tocar a seu estad[o, mas] / como teve por notícia que el Rey se satisfazia, e queria que os Padres ficassem ne[sta] / falta suprimindo, pello grande conceito que tem del Rey, tomou o dito Padre a po[sse] / por não desgostar a el Rey, nem faltar ao serviço de seu Príncipe e Senhor, [pois] / verdadeiramente não tem o Reyno de Sião portuguez nenhum sufficiente para [go] / vernar o Bandel, e necessita muito de hum homem desinteressado, e com grande pro[cedi] / mento, e que lhe não falte juizo para se saber haver com o privado del Rey, que tud[o quer] / governar. E na falta de governo em que fica o secular, se acha tãobem o ecc[lesi] / ástico, porquanto hé já morto o Governador do Bispado, e o Vigário da Vara que deixou em [seu] / lugar, hé hum clérigo muito acanhado, e de nenhuma sufficiencia, e que não [sa] / be governar aquella Christandade no espiritual, se não for pessoa muito ins[truída] / de letras não pode deixar de haver confusão, e desordem pella muita [liberdade] / em que todos vivem, e pella vizinhança que tem dos Bispos e Missionários [fran] / cezes.

Quando Vossa Excellência seja servido mandar Capitão mor para o Bandel, ad[vir] / to que o maior erro que o tal pode conseguir no Reyno de Sião, será aceitando [car] / go, ou título da Casa Real, porque as taes dignidades não servem mais que de vitup[ério] / para a vassallos de Sua Alteza porquanto todos os titulares del Rey de Sião, se cha[mão] / seus negros, e quando por algum caso os castiga o faz como a cativos, e por esta [razão] // os Olandezes

[Fl. 228]⁶

os Olandezes não querem consentir que os servidores da Companhia aceitem honr[a] / nenhuma do dito Rey, no tocante a receber algum título, e se este não logra[sse] Francisco / Barretto de Pinna, não chegaria a se lhe dar por prizaõ hum estrado (...) estan/do eu de presente no dito Reyno, que por este vitupério esteve em pontos de se não con[seguir] a Embaixada, como claramente se especifica na Rellação. Juntamente / deve o Capitão mor que for provido trabalhar logo em chegando punir muito pella ju[risdicção]

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

de seu officio, porque esta está muito prevertida, porquanto Francisco Barretto / de Pinna a deixou passar toda aos ministros del Rey, sendo a vontade delle / que os Portuguezes em seu Reyno se lhe administre justiça por seu próprio ministro sem intervenção de algum seu, mas como o Capitão mor passado nun/ca tratou mais, que de seus interesses, veyo a dar tudo em pura desordem, e tanto as/sim, que querendo el Rey de Sião o anno passado aprestar huma armada, ordenou / o seu privado ao dito Capitão mor que lhe desse huma lista de toda a Christandade, a qual / lhe deo e consentio que o dito privado entrasse no Bandel a obrigar por força a que / fossem servir os apontados na dita lista, na armada del Rey, que não consente / que os Portugueses, e os mais Christãos o sirvão contra sua vontade, e desta força / se executar hé só o culpado o dito Capitão mor, porque além de não fazer sua / obrigação, em certo modo foi tãoobem agressor da tal desordem; e se el Rey de Sião / permittio algumas vezes que seus ministros conhecessem de algumas cauzas dos Por/tuguezes, foi por estar inteirado do ruim ministro com que se achavão; não du/vido que o dito Francisco Barretto de Pinna apresenta a Vossa Excellência abonações por sua / parte em contrário do que escrevo delle a Vossa Excellência, porque hé costume de alguns moradores / desta Cidade contra a verdade favorecerem a parte a que estão affeiçãoados, e porem objec/ções a todo o auto de virtude que vêm em seus desaffeiçãoados, porém digo a Vossa Excellência / que nos particulares do dito Francisco Barretto de Pinna, não entro com desaffeição / alguma, porque hé sugueto com quem nunca tive trato, nem communiquei, senão depois / de chegar ao Reyno de Sião.

Na fragata São Pedro de Alcantara em poder do Capitão della Manoel / Rodriguez da Fonseca envio a Vossa Excellência a re[s]posta del / Rey de Sião, e junto com ella a / do Barcalão, e a correspondencia dos sagoates⁷, se reservou para levarem os seus Em/baixadores, invectiva de Constantino Falcão, por donde pode Vossa Excellência conhecer / os espíritos baixos que morão neste sogeito, sem embargo de ter muito juizo. E para / que a dita re[s]posta se não encontrasse às ordens de Vossa Excellência, fiz as diligências que na / Rellação vão miudamente declaradas; no tocante a dar comprimento ao que Vossa Excellência / me ordena sobre Amador Coelho, não foi possível obrar nada, porquanto o dito / não apareceu em quanto estive no Reyno de Sião, e entendo que sua auzencia foi occa/zionada pella facilidade que Francisco Barretto de Pinna teve de mostrar a carta / de Vossa Excellência a muitas pessoas, como se aponta na Rellação. E nella mesm[a] se faz / menção de huma Naõ grande del Rey, a qual não chegou a esta Cidade, que por / partir tarde se diz arribar a Cauchinchina (*sic*)⁸.

Na Rellação, que envio a Vossa Excellência se rellata o termo que teve comigo / a nobre Cidade quando me quiz ir

embarcar para o Sião, bem sey que não hão-de / deixar de tratar a Vossa Excellência nesta minha queixa, desculpando-se com dizer que / estão prestes para me acompanhar se eu fosse de minha caza a buscá-llos ao / Tribunal da Câmara (como eles me escreveram) o que a mim me não convinha / por ser em menoscabo do serviço de Sua Alteza, porquanto as nações destas partes / quando virem sair hum Embaixador do Tribunal da Cidade para ir conseguir / sua Embaixada, têm para sy que hé hum enviado mandado pello mesmo Tribunal de que não fazem tanta estimação, e demais, que quando este povo se / empenhou com despesas a sua custa por que Manoel de Saldanha⁹ fosse [por] Em/baixador ao Império da China, quando quiz partir forão a su[a casa os] / Ministros do Senado (que então governavão) com todo o Povo e levarao (...) / ridade a embarcar o dito Manoel de Saldanha, para que vissem os estrangeiros //

[Fl. 228v.]¹⁰

Quanto cazo se fazia dos Embaixadores do Principe Nosso Senhor, porque aq[uele] / posto não era mais levantado do que o de que Vossa Excellência me fez mercê, senti (...) / a differença da estimação, e quando digão os ditos Ministros que a mim [me] / faltão os poderes, que Manoel de Saldanha trouxe do Senhor Conde de [São Vi]/cente, não hé [r]ezão de aceitar, porque meu Pay, quando desta Cidad[e] / partio para o Jappão por Embaixador, faltando-lhe os taes poderes f[oi] ao / Tribunal da Casa da Camara incorporado com toda a nobreza, para [se] / embarcar com toda a honra, o certo hé que quizerão os ditos Ministros satis[fa]/zer (contra o que entendião) a vontade do procurador Jozeph Vieira da Silva [que] / foi o que neste negocio debateu fortemente, estimulado de seu mao ânimo, q[ue]/rendo mais satisfazê-lo, que seguir o acerto no serviço de Sua Alteza. E quando (...) / guir do Sião, a visita e recebimento que me fizerão, foi mandarem dous gu[ardas] / antes de minha pessoa sair do navio, para vigiarem que se não desviasse [aos] / direitos nenhuma couza de fazenda, indo eu gastar toda a que levei no sirv[iço] / de Sua Alteza; e athé o Feytor desta Cidade não deixou de me dar em que mere(...) / no pagamento da gente do presidio, que me acompanhou. E como Vossa Excellência m[e] / não concedeu nenhum poder para neste tocante poder obrar nada, não me f[al]/taram moléstias no apercebimento de minha viagem.

Com grande vontade intentei conseguir esta presente monç[ão] / a segunda Embaixada ao Reyno de Cauchinchina (*sic*)¹¹ (como Vossa Excellência me t[inha] / ordenado) mas não me foi possível o pudê-lo fazer, porque além de m[e] / achar muito falto de saúde, hé maior a falta de cabedal, porque a [via]/gem do Sião me custou passante de doze mil pacatas, e como estas são h[oje] / tão difficultozas de ajuntar, pellos

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

ruins sucessos da mercancia, não [me] / acho com posses bastantes para os gastos segundos, se seguirem logo aos pr [imeiros] / e mais havendo de ser muito mayores, pois aquella nação hé muito inte[re]s/seira, e entre elles se não colhe bom fruto dos negócios, quando não [le]/vão por guia o muito dar. E como aquelle Rey hé muito soberbo, e altivo s[em]/pre me hé necessário levar a mesma pompa que levei para o Sião, para q[ue] / me não faltem com o respeito e estimação, e os que me acompanharão (...) / muito desgostos, pois o Senado da Câmara lhe[s] tirou direitos de tudo que (...) / reparti por todos, pois não tiverão outro proveito para sustento de su[as] / cazas, porque ainda que nelles more muito zelo de servirem a Sua Alte[za] / mayor¹² / minha companhia gente luzida, e aprimorada, não me faltarão em (...) / cobrando bastantes enfados, que a mayor admiração que ficou no Reyno [de] / Sião, foi o não escandalizar a minha gente pessoa alguma, nem dar nota (...) / de seu estilo. No Reyno de Sião fui sabedor em como o Rey de Thum[quim] / dera por re[s]posta às cartas de Sua Santidade, e às del Rey de França (...) / que elle no seu Reyno não consentia, que [h] ouvesse Christandade, e a mesma [ra]/zão dará o Rey de Cauchinchina (*sic*)¹³. Vossa Excellência seja servido ordenar nesta m[atéria] / o que se há-de obrar.

No que Vossa Excellência me diz no tocante ao negócio do Jappão se affeiturar (*sic*)¹⁴ p[or] / via do Feitão que governa a província de Cantão, communiquei com o seu priva[do] / e agente de sua fazenda, por nome João Cortez, esta matéria, o qu[al] / me disse que era impossível executar o pensamento sem ser com benep[lácito] / do Emperador da China, o qual não havia querer consentir que seus (...) / fallassem o nome dos Portuguezes no Jappão, pello risco que nisto há, (...) / com hum meyo mais fácil ainda que perlongado (*sic*)¹⁵, e vem a ser, que há lar[gos] / annos que o Emperador da China tem impedido que os Embaixadores de Ja[ppão] / venhão a seu Reyno, como antigamente sempre costumavão cada trez an[nos] / por huns desarranjos que sucederão, e agora de prezente manda o dito Emperador / que continuem os Jappões com suas Embaixadas, os quais chegando a Corte de Pi[kim] //

[Fl. 229]¹⁶

e vendo o muito cazo que o Emperador da China faz (...) / e que está muito s[a]tisfeito da fidelidade da Nação Portugueza (...) / Jappões noticia disto ao seu Emperador, e os Padres tirão (...) / os Jappões que continuarem a Corte de Pikim, e p[o]derão (...) / (...) em suas terras. Isto hé o que se me offerece (...) sobre / e nas matérias que se ellas estimassem em despeza (...) [faz]enda, a / dera por bem gastada por se restaurar hum tão grande (...) se tem per[dido].

A eleição de Secretário da Embaixada quiz Vossa Excellência fazer-me mercê / que fosse minha, e como obra própria me não falta o exemplo de fallar em / seu abono, mas cuido que não será acerto, que por huma leve desconfiança dei/xe no esquecimento o ber (...), e assim faço prezente a Vossa Excellência em como o Sec[retário] / da Embaixada Francisco Fragoso hé merecedor de toda a honra, que Vossa Excellência [seja] / servido fazer-lhe porque se [h]ouve sempre com muito cuidado e desvelo, assistindo (...) / com grande zelo, que este esperei sempre delle, pois nunca lhe faltou [no] / discurso de muitos annos que sirvo a Sua Alteza, e como por ruim sorte sua / não [h]ouve nunca occasião de colher o fruto de seus merecimentos que prestou a / esta terra por ver se melhorava de fortuna, e a que alcançou, (...) hé huma / g[r]a[n]de família com muito pouco para a poder sustentar, mas muito rico se (...) de / ânimo para tudo o que Vossa Excellência lhe ordenar do serviço do Príncipe Nosso Senhor. Nã[o] / se offerece outra couza. Guarde Deos a pessoa de Vossa Excellência por dilatados annos, etc. / Macao, 18 de Novembro de 1684 annos.

Criado de Vossa Excellência

a.) Pero Vaz de Siqueira

[Arquivo Histórico de Goa (Panjin-Índia), Arch. Vol. 58 - *Monções do Reino*, vol. n.º 51A]

NOTAS

- 1 Por "adquirido".
- 2 Apresenta um rasgão no canto inferior direito.
- 3 Tenasserim – porto do reino do Pegú (Birmânia).
- 4 Está rasgado.
- 5 Falta o final de todas as linhas.
- 6 Apresenta-se rasgado nos cantos superior e inferior direitos.
- 7 Saguete – presente, dádiva; o que se dá em ocasiões festivas ou em sinal de homenagem.
- 8 Por "Cochinchina".
- 9 Embaixada de Manuel de Saldanha à China (1667-1670), pedida pelo Senado da Câmara ao vice-rei da Índia, João Nunes da Cunha –

- em nome do rei de Portugal – para apresentar ao Imperador "o miserável estado desta cidade".
- 10 Falta o final de todas as linhas.
- 11 Por "Cochinchina".
- 12 O resto da linha está ilegível devido a um vinco.
- 13 Por "Cochinchina".
- 14 Por "efectuar".
- 15 Por "prolongado".
- 16 Apresenta-se rasgado no canto superior direito.



DE VLOODT

TINCORA

Dutch Trade and Navigation in the South China Sea during the 17th Century

ERNST VAN VEEN*



Jan Pieterszoon Coen.

Around 1600, when the first Dutch explorers arrived in the South China Sea, Chinese and Japanese vessels had already been plying its waters for more than three hundred years. Everywhere along its coasts, at Taiwan, the Philippines and the Malay peninsula, in Thailand, Cambodia, Vietnam, the Indonesian archipelago, and even far beyond on the island of Kyushu one would find small settlements with Chinese originating from the southeastern coastal provinces of Fujian and Guangdong.¹ Some fifty years earlier, imperial prohibitions had stopped all Chinese overseas trade and had led to a Portuguese monopoly on direct navigation between Macao and Japan,² but after twenty years the ban on the southern trades had been lifted again. Chinese junks were now carrying silk,

porcelain, ironware, gold, copper, pepper, Moluccan spices and rice between the markets of the South China Sea, and Japanese merchants, provided with vermillion passes to show that they had special permission from the shogun, would meet them there to barter their silver.³ At about the same time, the arrival of the Spaniards in the Philippines with their silver from Mexico had given an additional boost to the eastern branch of the trading network. Departing from the Bay of Amoy (Xiamen) in 1597, almost one hundred and twenty junks left China. Half of them had a license for the Philippines, Borneo and the Moluccas; the rest had Cochin China (the southern region of Vietnam), Champa (the central coastal region of Vietnam), Cambodia, South Sumatra and West Java as their destinations.⁴

At the time that the Dutch arrived, the Portuguese were already close to losing their monopoly on the direct China-Japan trade. In 1580 the traffic from Japan had begun to intensify, and in 1591 the first Japanese ship was registered in Manila, but in around 1600 the Chinese ships also began to reappear

VOC attack along Java's coast, in the late 17th century.

* Economist, with Ph.D. in History from Leiden University, Holland, where he currently works. Author of extensive work on European expansion in Asia, particularly the recent published study *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*.

Economista de formação, é doutorado em História pela Universidade de Leiden, Holanda, à qual está actualmente ligado. Autor de numerosos trabalhos sobre a expansão europeia na Ásia, nomeadamente do recente estudo Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

in the Japanese ports. In the early part of the seventeenth century more than thirty, and up to sixty Chinese ships visited Japan annually, and from 1604 until its “closure” in 1635, more than 350 Japanese ships left for South East Asia,⁵ of which eighty-seven went to Cochin China, fifty-four to Manila, fifty-five to Siam, forty-four to Cambodia, six to Champa and thirty-seven to other parts of Vietnam.⁶

The timing of these voyages was largely dictated by the monsoons: northeast from about October until April, southwest from May until September. Delays in ship departures could have disastrous effects. Other uncertainties were the volume and pricing of the goods available at the points of destination and the sudden changes in governmental trade policies in the form of prohibitions or increased tolls and excise. Furthermore, trade and piracy were never far apart. Omnipresent pirates posed a constant threat to property, merchandise and life, and even combined Chinese-Japanese raids on the China coast were not unusual.

This article tells the story of the Dutch intrusion into the South China Sea, how and why they tried to acquire access to the existing trading networks, why and where they failed, and where and when they were successful.

THE DUTCH PRELUDES

When the first Dutch arrived in Banten (northwest Java) in 1596, they found a thriving international market with large numbers of Chinese, Indian and Portuguese merchants living in communities outside the city walls, the Chinese community being the largest. Pepper, nutmeg, elephant tusks and sandalwood were the main products that were carried to China, and in return the Fujianese from the Changzhou area would bring iron ware, medicines, porcelain, gold thread, silk, piece goods and, probably as ballast, lead coins, the *picis*, as the Javanese called them.⁷

Java had no coinage of its own, and the Chinese lead coins, with a square hole in the middle so that they could be put on a string, were not only of great use in the Banten area, but also penetrated into the coastal areas of Sumatra, Borneo and Celebes. As the sole suppliers of these coins, the Chinese in Banten had a dominant position in the financial transactions

in that area. They acted as middlemen between the pepper producers in the hills around Banten and the market, and it was only their money that gave direct access to the trade in Banten. The Europeans, in order to buy pepper, first had to exchange their silver reals for *picis*. The rate of exchange they could obtain was largely dependent on the supply of reals, which after the exchange were exported to China, whereas the price of the pepper was dictated by the supply and demand position of both the pepper and the *picis*.

For the Europeans this situation would remain a source of frustration until they found alternative sources of supply. The early Dutch voyages to Asia that took place before the Dutch Indies Company (VOC) was founded were intended to make short term profits, and the investors were therefore very alert to the information coming back from the East on how to get access to the places where the spices were grown. In 1599 the first four Dutch ships visited the Moluccas and made use of the animosity between the rulers of Tidore and Ternate to buy cloves and nutmeg. In the same year, a fleet of the Zealand Company arrived in Aceh to purchase pepper, but they were unlucky as, at that point in time, the relationship between the Portuguese from Malacca and the ruler of Aceh happened to be excellent. The Dutch were attacked, many members of the crew including the admiral were killed, and one of the captains and a few members of his crew were held as prisoners. They were liberated in 1601, when four vessels of their own company arrived, bringing a letter from the Prince of Orange, requesting their release and offering cooperation in “their common war” against the Portuguese. The King of Aceh responded positively and put an embassy on board to visit the Netherlands and find out what the red-haired Dutch really stood for, but he sold only a small portion of his pepper for a very high price. Two of the vessels continued their voyage to Siam, and the other two ended up in Patani.⁸

After pepper and Moluccan spices, Chinese silk was the next most desirable commodity for the European market. The decision to send a fleet to the East to get acquainted with the Chinese silk market was therefore easily taken. After Jacob van Neck had returned from a very profitable voyage to Banten, he left Amsterdam again in June 1600 and arrived almost a year later at Ternate, from where he continued his voyage to Patani. Due to bad weather he lost his way

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Insulae Moluccae. Petrus Plancius, 1592.

and ended up in Macao. The Portuguese merchant community did not take kindly to this unexpected visit and immediately imprisoned the Dutch who had come ashore. Most of them were killed, three of them were taken to Goa and several years later one of them succeeded in getting back to the Netherlands where he could tell his story. In order to justify their action, the Portuguese explained to the Chinese governor that the Dutch were nothing but ordinary pirates.⁹

After this bad reception, Van Neck sailed southwards to Patani, where after long haggling about the price and quality of the pepper that came from Jambi (Sumatra), he concluded a contract with the queen, who was a vassal of the King of Siam, “to be allowed to build a house” to trade.¹⁰ The two ships that had come from Aceh found him there after he had spent seven months, finishing his business and waiting for the favourable monsoon. They were not only able to help him with their ample supply of

biscuits, but could also load full cargoes of pepper for half the price they had paid in Aceh.

Van Neck and the two ships of the Zeeland Company were still in Patani when Admiral Jacob van Heemskerck, the commander of the first VOC fleet, arrived there to buy pepper. On the way there he had captured a Portuguese vessel carrying a letter with the news of the killing of the Dutch in Macao. The VOC, founded in 1602, had wider objectives than the first individual Dutch voyages: not only trade, but also the establishment of a military and maritime presence in the East, to harm the Spanish and Portuguese wherever they could, and still make a profit. The Board of Directors in Amsterdam, or the *Heeren XVII* (Gentlemen Seventeen) as they were called, had instructed Van Heemskerck to retaliate against the Iberians whenever necessary and accordingly, in February 1603, with the assistance of the Johoreans, who were anti-Malacca at this point in time, he

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

captured the famous Portuguese carrack *Santa Catarina* near the mouth of the Johor river. The cargo included 1200 bales of raw Chinese silk and Van Heemskerck sent the ship to his homeport. The ambassador of the ruler of Johor with his officials and servants joined and travelled on the admiral's vessel.¹¹ At auction the cargo yielded approximately 3.5 million guilders, of which the silk alone fetched more than two million guilders. No doubt this sum of money inspired the imagination of many entrepreneurs in the United Provinces over the profits that could be made from the trade with China, and the following year two further attempts were made to approach the authorities there, but both failed. In the eyes of the Chinese authorities, Van Heemskerck had confirmed that the Portuguese opinion about the Dutch was one hundred percent correct.¹²

The early Dutch voyages to Asia that took place before the Dutch Indies Company (VOC) was founded were intended to make short term profits, and the investors were therefore very alert to the information coming back from the East on how to get access to the places where the spices were grown.

After their ships had returned to the Netherlands in 1603, the representatives of the Zealand Company, which now had become part of the VOC, reported back to the States-General on their experiences in Aceh and Patani. They specifically supported further contact with the latter place: "The position of this country is very favourable for the East Indies trade, not only that the pepper is cheap, but the Chinese there are big traders of all kinds of merchandise, with big ships of at least a thousand tons, so that one can obtain all sorts of goods from China, which they will bring there,

provided they will yield a reasonable profit, because the Chinese will not allow any foreign nation in their country." On the other hand they stressed the competition from Arab, English and even French traders in Aceh and the fact that the factors who had stayed behind there were complaining about the low quantities of pepper that were available and the high prices.¹³

PATANI

In the early plans of the VOC, Patani and Banten were to become the two main bases for the Asian trade, whereas Patani was seen as a good starting point for the direct trade with China.¹⁴

However, setting up an entrepôt, where the flows of money and merchandise would more or less fit together in terms of quantity, demand, value and time, was not an easy affair. The Chinese junks, coming in with the northeast monsoon from February till May, were bringing raw silk and silk products, porcelain, sugar, ginger, rhubarb root (used as laxative), aloë wood, alum, arak, camphor, paper, mercury, and vermilion. In turn, the Chinese merchants living in Patani were trading with Pahang, Johor, Siam, Cambodia, Sukadana (Borneo), Banjarmasin, Banten and Grisse (north Java). So, if there was a lack of rice on Java, it could be purchased in Patani, to where it was brought from Siam or Cambodia. At the time that the Dutch arrived, the Japanese were sailing to Patani to buy raw silk and the Dutch were keen to take that business over. Demand for porcelain was also high in Holland, in the beginning in particular for the coarse big saucers, but, after 1617, due to a refinement of taste, the Dutch preference went to finer porcelain, which had to be pre-ordered.

The pepper harvests around Patani took place twice a year, but the quantities brought in from Jambi, Pahang, Kedah and Johor were larger and were sold for a higher price. The Dutch and Chinese were trying to stay ahead of each other and lay hand on the indigenous product, but the Dutch did not always have the money available. Admiral Matelief was the first to notice this problem and to recommend attracting the Chinese to Jacatra (the original name for what is now Jakarta) as a new centre of the Company's trade and to give up Patani. But the head merchant of Patani lodged his protest directly at the door of the Directors in

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Amsterdam and Matelief was overruled by his superiors.

The relatively small volume of the Dutch Patani trade was improved somewhat by the opening of the trade with Japan. Gradually more ships went that way with silk, textiles and pepper in exchange for Japanese silver that could replace the silver coming from Banten. Japanese silver had a problem however: its impurity. Although it had already been refined in Japan, with a loss of 13 percent, in Patani it still caused a loss of 6 to 7 percent. In the opinion of the head merchant the trade with Japanese silver was a great swindle. Even after it had been melted to improve the purity 3 to 3½ percent above that of the reals of eight, the Malays and Chinese still refused to accept it because they preferred the reals of eight from Banten or the gold from Patani.¹⁵ Later on, due to the good services of the director of the VOC factory in Ayutthaya (Thailand), which had been opened in 1608, contracts could be concluded with the local rulers of Ligor, Songkhla and Phattalung, which specified freedom from tolls and customs for the Dutch, exclusion of other western nations, better treatment of the Chinese merchants, and no extra charges on the tolls and customs they had to pay. Payments could be made in gold or silver, and the Japanese silver could be changed at the mint in Ligor against local currency, which was of equally bad quality, but was accepted. However, this improvement was not enough to give the Dutch a handle on the Queen of Patani. In order to have sufficient money available for their purchases, they had to borrow money from her against steep interest rates.¹⁶

Realizing that the Chinese did not like to make long voyages with their best cargoes, from 1617 the Dutch tried to establish relations with places and countries situated nearer to China, such as Quinam in Cochinchina and Champa, but they were not very welcome there, and in Quinam they found again the Japanese working in the same market. Also, other competitors were coming in from the West. In 1616 the King of Siam had made a treaty with the Portuguese, and Patani soon followed this gesture. From then on the Dutch had to suffer the sight of many small Portuguese vessels sailing along the coast, which they could not touch, because they were under protection of the Queen of Patani.



Market at Batavia, 17th century.

In 1614, the Gentlemen XVII had already begun to express their concern about the many offices that were being opened up, which brought more risk and higher costs and led to the dispersion of capital over too many places and to ambitious merchants buying more and more products, without knowing whether there would be a market for them. It took the Governor-General and Council of the VOC a few years to make up their mind. The fact that in 1617 the pepper trade in Batten had become a monopoly of the indigenous authorities worked in favour of Patina. However, the year thereafter the Patina pepper cultures suffered from inundations, heavy gales prevented the arrival of the Chinese junks, and if one arrived, the Dutch were short of reals. At the same time the Patina authorities became unfriendly toward Chinese imports. Because of the danger of the English competition, the Patani operation was continued, but as part of the Banten silver now went to Jambi to cover the shortage of pepper, the head merchant again had to borrow money from the Queen.

In 1620 the Patani office made an attempt to open an office in Cambodia, but Governor-General Jan Pieterszoon Coen expressed his preference for Batavia as the VOC trading centre, so although VOC

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

ships still continued to come and buy pepper, in 1621 the Patani office was officially closed.

BATAVIA

Jan Pieterszoon Coen is the famous and infamous name closely connected to the foundation of Batavia (present-day Jakarta) and the great leap forward of the VOC into the Asian trade. In 1613 he became director of the VOC lodge in Banten, and by using one of the Chinese as the preferred supplier of pepper and the preferred buyer of cloth and sandalwood, he was able to undermine the common front of the Chinese merchant community.¹⁷ However, the Dutch were not the sole importers of cloth, and if the shipments from Malacca were large, textile prices tended to fall. In his letters to the *Heeren XVII*, Coen also continued to express his dissatisfaction with the low exchange rate of *picis* for silver reals and with the fact that the Chinese manipulated the pepper market, buying up everything that was available and offering it above the price previously agreed. At the same time the local ruler continued to increase his import and export duties. In response, thereby damaging the English at the same time, the Dutch attacked and further depressed the already amply supplied textile situation by dumping large stocks of cloths on the market, selling them at half the normal price. The first batches were eagerly picked up by the Chinese, but the continuing stream of cloths made prices fall still further so that the Chinese could no longer afford to buy up enough pepper, and consequently the pepper prices also came down.

In order to get away from the Chinese dominance and the local ruler who insisted that all pepper should be sold through his hands, in 1618 the Dutch moved their entire Banten office to their lodge in Jacatra. After hefty skirmishes with the English and Bantanese and the total destruction of the town, a new settlement was established with the name Batavia. Here, copper and silver coins became the only officially recognized denominations for the purchase of pepper, and until the end of the 1630s, the VOC itself would manufacture lead coins for the Chinese to use in their trade on Java and to attract Indonesian shipping to Batavia.

Batavia would become the centre of the VOC operations in Asia. Its location was chosen not only because it was close to the Malacca and Sunday Straits,

the two passages to and from the West, but also because it was accessible to Chinese junks. The instruction of the *Heeren XVII* to Jan Pieterszoon Coen, when he was appointed Governor-General, was very particular on this point: "so that it may be easy for the Chinese to get there with a monsoon, safely and without risk." Coen himself was also well aware that an active Chinese community in Batavia would be highly desirable if not indispensable, and he used various devious ways to get the Chinese to live in Batavia, in his own words, "either voluntarily or by force." With a lengthy blockade of Banten (until 1659!), the Dutch succeeded in destroying its trade, and as a result many of the Chinese middlemen moved to Batavia. In addition, in 1619 Coen ordered Chinese crews to be removed from their vessels to populate the establishment.

*Realizing that the Chinese
did not like to make long
voyages with their best cargoes,
from 1617 the Dutch tried
to establish relations
with places and countries
situated nearer to China*

Besides his interest in Chinese as potential colonists, Coen was also a great defender of the independent trading rights of the free burghers, the servants who had left the Company and were staying behind in Asia. He was even prepared to allow them to make use of Company ships, provided they paid their freight and tolls. Most probably, in developing these ideas he had Manila in mind, where a small number of Spaniards and a Spanish government profited from the trade, agriculture and other economic activities of more than 20,000 native, Chinese and Japanese families.¹⁸ By 1641 the issue of how to provide a living for the free burghers, or one step further, how to establish a Dutch colony in Batavia that would find an existence outside the institution of the VOC, had faded away. The Chinese however, were not only welcome as merchants but also as artisans, carpenters,

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

ships' crews, fishermen or agricultural labour. Thus, Batavia was to become not only the hub of the Dutch trade in Asia but also one of the bigger Chinese settlements. As tax paying citizens, the Chinese would become the largest group living in and directly outside Batavia and the main pillar of its economy. But in the early 1620s there was still a long road to follow.

JOHOR

Notwithstanding the first bad experiences, the Dutch maintained a commercial interest in Aceh. Along the west coast of Sumatra, Aceh had acquired large areas of pepper cultivated land, including a part of the Minangkabau hinterland, which was also rich in gold. However, the Aceh trade was mainly directed toward the West, and it was of limited importance for the trade in the South China Sea. On the other hand, Johor had a wide network of king-vassal relationships in the south of the Malay peninsula, the eastern part of Sumatra, and the many, many islands in between.

The Dutch interest in Johor was created initially by the fact that it offered the possibility of an attack on Malacca from the landward side, which could be combined with a maritime blockade. Secondly, they saw it as a possible centre of their Asian business.¹⁹ Thirdly, if they would be allowed to build a fort in Johor, it would enable them to control the Portuguese traffic between the Malacca Strait and the East. However, the degree to which the Dutch could demonstrate their friendship for the Johoreans was limited by their relations with Patani and Aceh, which were both arch enemies of Johor, and of course by the Portuguese, who resisted the Dutch presence around Malacca by all possible means. Any temporary disturbance of the equilibrium in the political triangle Malacca-Aceh-Johor would cause some reaction and friction amongst them, and for many years, intentionally or unintentionally, the Dutch were doing just that, almost always to the detriment of Johor. As a result, during the whole period of Luso-Dutch confrontations in Asia, both the Dutch and the sultans of Johor demonstrated themselves to be the most unpredictable allies. After the relocation of the Banten office to Batavia, the Dutch lost a great part of their interest until in 1637 they prepared for a new siege of Malacca.²⁰

JAMBI

Jambi, the pepper collecting and shipment area on the east coast of Sumatra, was far more important for the trade of the South China Sea than Aceh. The Chinese, Malays, Makassarese and Javanese had already been familiar with the area for a long time, and from the 1580s the Portuguese had been using this port, located about sixty miles inland, as a supply point for pepper. Unlike Banten, where the Chinese were getting their pepper by going uphill to the producers, in Jambi the growers themselves used to come downstream and sell their produce. From old times, they were dependent on the *raja* for anything they wanted to export or for anything from "far away."

It took the English and Dutch until 1615 to discover the loading port of Jambi. In order to get the quantities they wanted at the right time, they sent their own agents, mainly Chinese, uphill to barter the cloths given to them on credit by the VOC. The producers in turn would receive credit for the crop of the next season, with obvious consequences when the next season gave a low yield or when production exceeded demand. The only defence they had was to expand their cultivation areas, which finally reached into the Minangkabau region, with different rulers and the possibility to use different outlets for their pepper, such as Aceh.

The one who benefited the most from the increased trade, in the form of customs duties, gifts and port dues, was the ruler of Jambi, who together with his family took part in the pepper trade. According to VOC sources, he would have made a profit of 30 to 35 percent on his sales. The influx of money created a demand for European-style jewellery and rare and expensive cloth, especially amongst the ladies of the Jambi court, and their lifestyle came into sharp contrast with the relative poverty of the producers upstream. Another change was the introduction of the *picis*, which originally had been brought in by the Chinese, but were soon manufactured in Jambi itself, to the advantage of the local ruler. From the 1650s silver coins were preferred because they could also be used as jewellery.

By the 1640s the general overproduction of pepper in Asia caused low prices in Jambi. Obviously, the Company had started the system of giving credit, and in 1644 the VOC signed a treaty stipulating that anyone owing money to the Company should be

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

compelled, in the name of the king, to pay. As a result, the ruler not only became a collector of tolls and customs and a mediator in disputes, but also a highly unpopular collector of debts. The deterioration of the pepper market in Jambi expressed itself not only in low prices, but also in its deteriorating quality, the pepper being mixed with all kinds of rubbish. Additionally, the producers were finding alternative ports on the east and west coast of Sumatra, where Malays, Javanese and Chinese offered higher prices than could be obtained in Jambi. In the last quarter of the century, conflicts with Johor and Palembang caused pepper sales to be transferred to the latter town, where the VOC also had an office, and in 1697 the Dutch Jambi lodge was closed, only to be re-opened again in 1706 with a far greater Dutch involvement in local politics.²¹

THE JAPAN TRADE

The Dutch were very quick in collecting information about the most important Chinese trading settlements around the South China Sea and their potential for buying pepper and silk for the European market. However, it took them quite some time to realize that far away Japan, due to its silver production, was a major key to the trade with the rest of Asia, including China, and that vice-versa, Chinese silk would open the door to the trade with Japan. There is a great divide among experts over the precise volume of silver that was exported from Japan, but it is a safe bet that until the export was prohibited in 1668, it dwarfed the European and South American imports into Asia.²²

The Dutch received their first trading license in Japan in 1609, rather more by coincidence than by careful planning. By adroit maneuvering against the Portuguese Jesuits, who until 1614 acted as the middlemen for the Portuguese traders from Macao, the Dutch succeeded in creating a positive image of themselves in the shogun's mind. The exchange of diplomatic letters between the Dutch Prince of Orange and the Shogun Ieyasu further paved the way to mutual recognition and the issue of passes for Dutch shipping and trade. However, for the time being, the direct trade between Japan and China remained almost completely in the hands of the Portuguese and Chinese,²³ and the Chinese and Japanese merchants continued to exchange their wares in their meeting places around the South China Sea.

The directors in Amsterdam and the governor-general complained frequently about the poor performance of Hirado, and the Dutch trade from Patani was rather insignificant. The Japanese market for spices was very limited, and European goods, deer hides and ray skins from Siam and Cambodia were the main products the Dutch had to offer. The factory was mainly used for the dispatch of goods captured from Portuguese and Chinese vessels, and Dutch exports from Japan consisted largely of rice, wheat, beans, flour, copper, iron and timber. Furthermore, it served as a refreshment and outfitting station for the fleets that were roaming the China Seas in search of carracks and junks and as an office for the recruitment of Japanese auxiliary soldiers.

From 1621 the Dutch managed to import some silk into Japan, in 1622 in exchange for silver,²⁴ and in 1623 Specx and his successor Camps as VOC representative in Hirado were able to convince both Coen and the *Heeren XVII* of the enormous potential of the trade with Japan if the VOC could gain access to the Chinese silk trade.²⁵ It is understandable that the *Heeren XVII* felt their hands itching when they received Coen's letter of 20 June 1623 with a note that Lenart Camps had calculated, "an amount of 1,008,000 reals of eight spent on Chinese merchandise could be sold in Japan, every year, for 1,862,375 reals of eight, yielding a profit of 854,375," assuring them there was "no doubt that every year so much and even more could be made with Chinese goods in Japan and another 100,000 reals of eight by changing gold against silver." As will be shown hereafter, the profits promised by Camps completely changed the lukewarm attitude of Batavia and the *Heeren XVII* toward the Japan trade.

AYUTTHAYA

The relationship of the VOC with Siam was a very special one and lasted for more than one hundred and fifty years. The first contact took place in 1604 after a Siamese ambassador, coming back from Borneo, passed through Patani and suggested that the Dutch should join the next Siamese embassy to China to lay the foundation for a VOC-China trading relationship. Two Dutchmen were sent to the Siamese capital, Ayutthaya, to make the necessary arrangements, but the enterprise had to be postponed because Siam was at war with Burma and because the king died. In the

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



The court of the Sultan of Aceh. From W. S. Unger, *De Oudste Reizen van de Zeeuwen naar Oost-Indië* (Linschoten-Vereening, The Hague, 1948).

end Van Warwijck thought the costs were running too high and recalled his representatives.²⁶

King Naresuan had spent fifteen years at war with Burma, Cambodia and the northern Lao kingdoms, leaving the treasury empty, and therefore he and his successors eagerly sought contacts with the Portuguese in Goa and the Spanish in Manila and at the same time welcomed the Dutch and English as new sources of revenue. In 1607 the king expressed the wish to send a diplomatic mission to the Netherlands. At first the Dutch representatives in Ayutthaya objected because of the high costs involved, but they had to give way when they were asked why such unimportant rulers like those of Aceh and Johore had been allowed to send embassies. The size of the embassy was reduced to five men before Matelief took them on board his return fleet, but they were well received in the Netherlands and finally returned in 1610 with the fleet of Pieter Both, the first Governor-General of the VOC in the Indies. Besides the necessary presents, they brought a letter from Maurits, the Prince of Orange, and from that moment

the kings of Siam apparently felt they had found a counterpart of their own stature with whom they should maintain a regular correspondence. To their displeasure, the Dutch did not always respond and when the royal letters were left unanswered, the Company would often get into difficulties.

In the meantime, in 1608 the King of Siam had given the Dutch permission to open a factory in Ayutthaya. The first barter was of European cloth, gold yarn, tinsel, paper, glassware and sandalwood against Chinese raw silk, silk goods and porcelain. The Patani office was not enthusiastic because the influx of traders from India and Japan into Ayutthaya made the Chinese goods more expensive than in Patani. But by the mid-1610s, after the Dutch office in Japan was opened, the factory in Ayutthaya became the prime source of deer hides, sapan wood and ray skins for Japan, with the Portuguese as strong competitors. In addition, it exported lead, camphor, radix china, cardamom and vermillion, and after the Banten office was moved, Ayutthaya also became a supplier of rice

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

and coconut to Batavia. In turn it imported silver, iron, copper, munitions and luxury items for the king.²⁷

Whereas the VOC interest in Ayutthaya was only commercial, the king's interests were also of a political nature. In 1620 he sent a letter to Batavia, asking for maritime assistance, and Coen answered with a friendly letter but took no further action. In 1621 Cambodia renounced its status as vassal, and the King of Siam, sending forces by land and by sea, asked again for help from Batavia. This put the Company in a difficult position because they had just opened an office in Cambodia and was already planning to close all offices in 1622, including Ayutthaya. Sending an expensive gift in return, Coen excused himself, writing that he did not have the ships available. The Governor-General and his Council in Batavia had already concluded that the profits of the Ayutthaya office did not cover the costs. The king was astonished to hear that the Dutch intended to leave, and on his request one man was left behind.²⁸

PIRACY AS A COMPANY BUSINESS

Pieter Both, the first Governor-General of the Indies, had received the instruction from the VOC Directors that "the trade of China of the fine white silk and all kinds of rarities... should be promoted in all manners and as far as possible, either by trading directly in China, or otherwise; yes, in any case, one should endeavour that the Chinese bring all kinds of Chinese products to you," to which they added that the best silk cloth could be obtained not in Macao or Canton (Guangzhou), but in the province of Nanjing.²⁹

His successor, Jan Pieterszoon Coen, would give his own interpretation to these words. To begin with, in 1616 he had started seizing the junks coming from Banten, Jambi or Patani and heading for China, confiscating the pepper they had on board and reimbursing them against the purchase price and the costs of shipment, and in 1622 the Dutch destroyed eighty Chinese junks on the coast of China. One year later he made a plea to capture all the Chinese he could lay hands on and to send them to Batavia, the Moluccas, Amboina or Banda, a migration policy that was indeed converted into a hard and gruesome reality.³⁰ The *Heeren XVII* were strongly opposed to his actions, which according to them "were very harsh and beyond all the limits of justice," and they insisted that in future Coen would have to "make do with decent, legal means which

were not subject to scandal," but Coen was not impressed and continued to confirm the reputation of the Dutch with acts of piracy against the Chinese junks and their crews.

However, very soon these acts of piracy would be legalized as "privateering"³¹ and become a regular part of company business. Contrary to what is generally postulated, during the first twenty-five years of its existence, the VOC was not a great commercial success. In fact, the shareholders complained vociferously because the dividends they received were mainly in the form of surplus spices, which the Company was unable to sell profitably elsewhere. In view of the competition between the Dutch, the English and the Portuguese on the European markets, this was not surprising, but in contrast with the EIC (East India Company), the Dutch were at the same time investing heavily in their forts, garrisons and maritime power in Asia "to take the offensive, in whatever manner, against the Spaniards, Portuguese and their allies. This in order to protect our people, the inhabitants of the islands and our other friends, also to the advantage and security of the East India trade."³² In 1614 the States-General of the United Provinces confirmed their full support for this approach, and from 1616 the Dutch engaged in annual blockades of the Philippines. Manila was dependent on food imports from the mainland, but it was also the place where the Chinese exchanged their silk for American silver, and the objective the Dutch had in mind was to damage the trade and, thereby, the treasury of Manila. Of the ten junks captured in 1617, seven were fruit junks and three were loaded with silk. Yet, the total value of the cargoes amounted to more than 750,000 guilders. Because of the bad experiences in the years thereafter, Jan Pieterszoon Coen became very much opposed to sending four to five of his best ships to Manila every year "only to catch a bird in the air,"³³ but in 1620 he received the news that the VOC and EIC had decided to cooperate in their war against the Iberians and in the spice trade. Very quickly a combined expedition to the Philippines was undertaken to privateer against Spanish ships and to prevent the Chinese from trading in Manila. In the meantime, the Directors in Amsterdam had also become convinced that an annual blockade of Manila, in particular directed against Chinese ships, would be very useful to "spoil the Chinese trade with the enemy and to attract this to some of our locations, so that we

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

will be able to make it a stable business.” As an afterthought, six months later they advised Batavia to go with two ships to Changzhou to pre-warn the Chinese of the Dutch blockade awaiting them before Manila, and to offer to buy their silk directly on the spot.³⁴ The issue must have been uppermost in their minds, because half a year later they repeated this advice, suggesting *Ilha Formosa* “or other nearby easily accessible places, to have a good trade with the Chinese, ensuring for them security and the least risk.”³⁵

As far as the Philippines were concerned, the blockades only led to a discontented mood in Manila because of the rise in food prices, whereas the imports of Spanish silver continued to rise.³⁶ Nor did they bring any military or strategic gains: the VOC would have had an opportunity to set foot on land by taking sides in an internal conflict, but never tried.³⁷ Also with respect to the objective to move the Chinese trade to Batavia, the blockades of Manila were unsuccessful, and in around 1625 the enthusiasm for the blockades of Manila began to diminish. In the first place, because after the “massacre” or “resurrection” of Amboina in February 1623 the bottom had fallen out of the Anglo-Dutch cooperation, and in the second place, because in the meantime Coen had developed a new plan: the conquest of Portuguese Macao.

FORMOSA

In his letter of 21 January 1622 to the *Heeren XVII* Coen had already explained how “those from Macao, being nothing but a small, little town” made large profits from their trade with Japan, Manila and Malacca, and that the town could easily be taken with 1,000 or 1,500 heads, and two months later he dispatched his plan of attack.³⁸ If that would fail, the Dutch would settle at the Pescadores or, as a last option, following the proposal of the *Heeren XVII*, on the peninsula of Taiwan (or Tayouwan as the Dutch called it) on the west coast of *Ilha Formosa*. From there they would seek to trade with China and if that should be refused, the Dutch would use force.³⁹ The protest of the Directors against Coen’s plans⁴⁰ came too late: when their letter arrived in Batavia, the fleet of Cornelis Reyersen was already well on its way, and in May 1622 it arrived before the coast of China. Charles Boxer has described in great detail how the attack on Macao ended.⁴¹ After the battle, Chinese officials came down

to the beach to take the heads of some of the slain Dutchmen to Canton as proof of the Portuguese subservience.⁴² After his resounding defeat Reyersen could only withdraw to the bare and sandy islands of the Pescadores.⁴³ However, the Chinese governor refused to accept a Dutch establishment in an area where piracy prevailed, and negotiations were started to get the Dutch to move to Formosa in exchange for the promise that there they would be allowed to trade with the Chinese from the mainland.⁴⁴

*By adroit maneuvering against
the Portuguese Jesuits,
who until 1614 acted as the
middlemen for the Portuguese
traders from Macao, the Dutch
succeeded in creating a positive
image of themselves
in the shogun’s mind.*

One of the prevailing pirates happened to be the famous Zheng Zhilong, whom the Dutch called Nicolas Iquan.⁴⁵ Born in Quanzhou, he had left for Macao at the age of eighteen, and after sailing with a Macao fleet to Hirado he had entered the service of the Hokkien entrepreneur Li Dan, who was the leader of an extensive illegal trading network that operated, via Formosa, between China and Japan. Cheng worked his way up to become one of Li Dan’s most important supporters, and during the negotiations of the Dutch with the Chinese authorities, he acted as the interpreter in service of the VOC, whilst Li Dan fulfilled the role of mediator. Cheng also used Li Dan’s ships to lend piracy services to the VOC against Fujianese shipping to Manila, requiring them to pay excise and plundering the ships that did not pay. After Li Dan died in 1625, Cheng was chosen as the leader of the enterprise and undertook various raids against the China coast.

In August 1624 the Dutch set foot on the peninsula of Taiwan, where first they had to find a

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



Southeast Asia.

place to build a fort in order to protect themselves and their merchandise against the seawater and the cannibalistic and warlike natives, who were less impressed by the show of Dutch military force than by the Indian cotton cloths which they received in exchange for food. In the meantime Jan Pieterszoon Coen had returned to the Netherlands, where he was able to convince the *Heeren XVII* that it would be possible to get access to the Chinese market: "There can be no doubt that we will be allowed to take part in the Chinese trade, either by force, or through mildness, or by connivance or by public concession of the King of China."⁴⁶ In the course of time and with the use of

military force, Taiwan would develop into the first Dutch colony,⁴⁷ but it would take about nine years before it could more or less take the place Coen and the *Heeren XVII* had had in mind.⁴⁸

In the first place, the trade with China was slow to develop, and until 1633 it produced only scanty quantities of silk. The Chinese authorities had intended the Dutch to make their purchases from Li Dan's trading partner in Amoy, Xu Xinzu, whom the Dutch called Simsou. In 1627 the latter was killed during an attack by Zheng Zhilong, who, after a lengthy orgy of piracy and raids, surrendered to the new Governor-General of Fujian, became a Ming military official in charge of the coastal defense and took over Simsou's position in Amoy as the middleman with the Dutch.⁴⁹

Secondly, from 1628 the trade with Japan ran into serious difficulties. After the arrival of the Dutch on Taiwan, the Japanese merchants, protected by the vermillion pass of the shogun and the Dutch presence on the island, continued to use the island as a meeting point with their Chinese counterparts. The Council of the VOC Fort Zeelandia saw this as an infringement on its rights as traders and tax collectors and wanted to levy a 10 percent toll on goods brought into Taiwan, which the Japanese refused. After confiscating one of their cargoes, the

Dutch confirmed their lack of understanding of East Asian trade relations by sending the new, inexperienced twenty-seven-year-old Governor Pieter Nuyts to Japan, to put things straight. His visit had little effect, and once he was back in his position of governor, he again confiscated a Japanese junk. The Japanese merchants, in response, took him hostage, and after lengthy negotiations, the Dutch Council of Fort Zeelandia had to let their ships go, taking some Dutch hostages, including the son of Nuyts, with them.⁵⁰ Upon their arrival in Hirado, all Dutch were arrested and all business with them was stopped. It was only brought to life again in 1632, thanks to the insight and

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

understanding of “things Japanese” of Specx, who by then had been promoted to Governor-General.⁵¹ Nuyts was sent to Japan again, to be surrendered to the authorities and to stay a few years in prison. Soon hereafter the whole issue evaporated: the Japanese were no longer allowed to navigate to Taiwan, and in 1635 all maritime trade by Japanese was prohibited.

The revival of the Dutch Japan trade coincided nicely with the events along the China coast. In 1632, in their instructions to the new Governor-General Hendrik Brouwer, the *Heeren XVII* seemed to be making a complete turn-around. Diplomacy, rather than brute force, was now becoming the right approach toward obtaining access to the Asian trades: “The General and Councilors will have to ensure and instruct everybody, that all Indian natives will be treated kindly and that no improper actions will be taken against them and in particular the Chinese, whom you will have to bring on your side with all politeness, in order to more and more increase their trade on Batavia.” The message apparently came too late because in July 1633 the new Dutch governor Hans Putmans, frustrated by his lack of success, launched a blockade on the Chinese coast and attacked the fleet of Zheng Zhilong near Quemoy (Jinmen), leaving the Dutch fleet and its crews to suffer three months of wear and tear during the typhoon season. Zheng Zhilong finally responded by setting his own ships alight and letting them float toward the Dutch, of which only three ships could escape back to Taiwan. After having demonstrated in this manner who was in command in Chinese waters, “Iquan” became indeed the sole supplier of Chinese wares to the Dutch in Taiwan. In the period 1636 till 1640 the Dutch were able to import about 76 tons of silk per year into Japan and export annually 43 tons of silver.⁵² In those years, 87 percent of the total value of the imported silk came from Taiwan.⁵³

From 1635, with the ascendance of a new shogun, the Japanese were no longer allowed to travel abroad or to return home; which meant in practice the end of the *shuin* system.⁵⁴ The original prohibition was posted in Nagasaki, forbidding Catholic priests to come to Japan, the taking of Japanese arms to foreign countries and Japanese to go abroad, unless on an officially licensed ship. The instructions were renewed year by year, but in 1639 only three instructions remained: a total ban on Christians, the prohibition for Portuguese ships ever again to visit Japan and in

contrast, an invitation to the Chinese captains: “If you obey our laws, trading ships will ply back and forth and trade will be plentiful; that will be to our mutual advantage.”⁵⁵ One of the consequences was that the Dutch could take over the Japanese silk trade in Tonkin; and another consequence was that in 1641 Zheng Zhilong began a direct trade with Japan, bypassing Taiwan. During the next thirty years the quantities of silver his conglomerate was able to barter were three to four times those of the Dutch, who were then exporting on average something like fourteen tons of silver per year.⁵⁶ Nevertheless, the Dutch factory, which in the meantime had been moved to Deshima, became a relative success because the VOC could still obtain its silk from Tonkin, and also Bengal became a regular supplier. During the years 1641-1654 on average seven tons of silk still came from China, thirty-four tons from Tonkin and from 1645, fourteen tons from Bengal. Thereafter the Tonkin prices became increasingly uncompetitive, and the Dutch average annual off-take reduced to twenty tons, whereas Bengal took over with an overwhelming eighty-five tons of silk. In 1671 direct Dutch trade between Tonkin and Japan ceased.⁵⁷

Notwithstanding the near-collapse of the Taiwanese silk trade, the early 1640s saw a considerable improvement of the financial situation of the VOC on Formosa. Until then, whenever they received a *Generale Missive* from Batavia, its high and forever rising costs remained a misery for the *Heeren XVII*. The Taiwan factory was originally planned as a trading station, mainly for the purchase of Chinese silk, but its main function had become that of an entrepôt between the Far East and the Southeast Asian markets. These activities hardly produced revenues, and the 50,000 to 100,000 deer skins that since 1632 were being exported every year to Japan fell farshort of covering the costs of the Dutch military and administrative expansion on the island. However, at the very moment the silk trade with Iquan shrank to zero, large numbers of Chinese began to invade Formosa, escaping from the advance of the Manchus on the mainland, to build up a new existence in the sugar and rice culture. The revenues from taxes and duties that were levied upon the new Chinese colonists were sufficient to get the finances of the factory of Fort Zeelandia out of the red. At the same time the Dutch were able to generate additional income by exporting the Taiwanese sugar to Persia and Japan.⁵⁸

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

The Manchu emperor's entry into the palace on 6 June 1644 marked the beginning of the Qing dynasty in China. Zheng Zhilong surrendered to the Qing and was taken away to Beijing, but his son Zheng Chenggong, or "Coxinga" as he was known by the Dutch, decided to follow an independent course, refused to surrender, gradually gained control of the family business and became the most famous Ming-loyalist leader. The Bakufu and most Japanese favoured the Ming loyalists, and Chinese ships where the crew had Manchu decreed pigtailed were regarded with apprehension and banned from trade. As a result, in 1656 Zheng Chenggong was able to dominate the trade between Nagasaki, Amoy and Taiwan. He would have had some 5,000 ships under his command with about 60,000 people aboard, and in 1659 he even brought a fleet into the Yangtze to besiege Nanjing. Finally the southeast coastal areas became his power base, where he kept an army of more than 100,000 well-trained troops.

His junks were also seen in Batavia, Tonkin, Malacca, Johor, Patani, Sangor, Ligor, Siam, Cambodia and Quinam, and it became increasingly clear that his merchants were competitors rather than business partners in the Dutch trade of the China seas. Rumor had it that he was planning to invade Taiwan, and that he had also been behind the Chinese revolt there in 1652.⁵⁹ Consequently, the Council of Batavia decided to send envoys to Canton to investigate the possibilities of trade and military cooperation with the Qing administration. These first contacts culminated in the sending of the first ever Dutch tributary embassy from Batavia, via Canton to Beijing, which arrived there in 1656. Strongly influenced by the advice from Jesuits and Portuguese, the imperial court let the Dutch know that, in view of the long and dangerous voyage (all the way from Holland!) they would be permitted to present their tribute only once every eight years, which meant that as far as the court was concerned there would be no trade until 1664. Nevertheless, during the next few years, ships coming from Batavia were able to sell everything they brought with the help of the officials in the Canton area, and it may be argued therefore that the mission had been successful.⁶⁰

In the meantime the Qing government was struggling to wipe out the military and naval forces of Zheng Chenggong. However, Qing power was stronger on land than at sea, and attacks by the imperial fleet on Amoy failed. As an ultimate measure, the people in

the coastal areas (Fujian in 1661, Guangdong in 1662 and parts of Zhejiang in 1663), were evacuated and their towns and villages burned. These measures made Cheng's position along the southeast coast less tenable, and already in 1661 they pushed him toward an invasion of Taiwan.

In Batavia there was very little concern about the dark clouds gathering above the coast of China. A fleet of twelve ships was sent to Formosa with 600 soldiers on board to lend support in the event of a possible invasion. The commander had been instructed that if the reports of a threat on Taiwan were found to be groundless, as they were expected to be, he should attack Macao. After a quarrel between the Council of Taiwan and the commander about what he should be doing, the latter steered the main part of his fleet back to Batavia, leaving the soldiers and a few of his ships behind. Only a few days later hundreds of sails, heralding the fleet of Zheng Chenggong, carrying over 25,000 men, loomed on the horizon announcing the downfall of the first Dutch colony. On 1 February 1662 Zeelandia castle was handed over, and the VOC had lost its official channel for the direct trade with China.⁶¹ Zheng's next step was to threaten Manila and demand an annual tribute from the Spanish, but before he could put force behind his words, he died. After a long power struggle, his son Zheng Ching became his successor.

AYUTTHAYA REVISITED

In the interim period the position of the VOC in Siam had improved considerably. In 1624, when there was a shortage of rice in Batavia and the *Heeren XVII* and the Council in Batavia had just woken up to the great potential of the Japan trade, the Ayutthaya office had been re-opened, and Coen, who returned from the Netherlands in June 1628, brought a letter from the Prince of Orange to the King of Siam, an answer to *his* letter of seven years previously. At that moment the bottom was just falling out of the Dutch Japan trade, and as a result the trade with Ayutthaya also dwindled to zero, but it smoothed the way to a closer relationship and brought the Dutch to a good re-starting position.

Whereas during the first twenty-five years of contact the VOC had been able to remain outside the internal political affairs of Siam, from 1629 this was going to change. A dispute about the royal succession

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

led to a rebellion of Patani and Johor, which had aligned themselves with Portuguese Malacca against Aceh. Additionally, Patani had seized goods from Dutch free traders and refused to give them back. The Portuguese, and thereby the Spanish, had now become common enemies. Promptly the Governor-General reaffirmed the Company's friendship with the king, and in 1630 the provisions trade with Java was re-opened. The king wrote, "The Siamese and the Dutch nations were now no longer two but like one under heaven," and the Governor-General thought this to be the right moment to negotiate a yearly contract for the supply of rice for Batavia and in addition, because the restrictions on the Dutch in Japan were being relaxed, a monopoly on the export of sapan wood and deer hides to Japan. However, the special envoys sent to negotiate the contracts and monopolies encountered an atmosphere that was spoilt not only by the bad behaviour of one of the Dutch free traders but also of the VOC employees. The response of the king's representative was that one should not be too hasty, and that these matters could better be discussed the following year, when another letter of the Prince of Orange would have arrived. The sky was indeed cleared again when the next letter came, and due to the re-opening of the Japan trade, the volume of the VOC trade in Ayutthaya more than doubled, the percentage of silver on total imports rose steadily, and whereas at the end of the 1620s the office had only two permanent employees, after 1633 this had grown to thirty or forty.

Of course, the renewed relationship had its ups and downs. Whereas the VOC asked for a sapan wood contract, a monopoly on deer hides, land outside the city to build a new lodge and warehouse and an export permit for rice, as a *quid pro quo* the Siamese wanted VOC assistance in suppressing the ongoing revolts of Patani and Cambodia. In 1636, through the mediation of the King of Kedah, peace was achieved with Patani, but not with Cambodia. The Siamese court approached the Spanish in Manila and the Portuguese in Goa, who were now welcome again in Ayutthaya. In the same year the Dutch opened an office in Cambodia, to make themselves more independent from the Siamese rice supplies, and because it was also an important supplier of hides and ray skins. The fact that some VOC employees got themselves involved in a brawl with Buddhist monks did not help to improve the Dutch position. The head merchant could only save the

culprits by distributing gifts and signing an agreement that from now on all Company employees would fall under Siamese law. In reaction, the Governor-General sent a nasty letter, one which the court officials had to edit before it could be read to the king, and the head merchant of the VOC office had to work very carefully again to repair the wounds.⁶²

The new Dutch settlement in Ayutthaya became a separate village, from where the heads of the factory could take part in the court-oriented social life. Sometimes the king would even confer title and rank on the ambassadors from Batavia or the heads of the factory, making them part of the court hierarchy. This was one way of getting support for obtaining the essential trading documents from the Siamese officials, but in the course of the difficult negotiations mentioned above it became clear how important it was to have the right interpreter and to maintain a good relationship with the minister in charge of foreign affairs and the treasury. Sometimes, e.g. during the 1640s and 50s, certain people had more influence than the incumbent minister, and a good relationship with them, accompanied by gifts, could then facilitate the export of rice, coconut oil, sapan wood or timber.⁶³ The contacts of the Dutch sometimes suffered from a lack of understanding or diplomacy, delays in forwarding presents or the late arrival of letters from the Prince of Orange, but hostile translators and middlemen and Portuguese competition in the dealings with court representatives could also bring business to a grinding halt.

During the 1640s the Siamese court took the side of the Company when the VOC had problems in Cambodia and its fleet had suffered a terrible defeat. In return, until 1659 there was continuing pressure on Batavia to assist against rebellious Songkhla and Kedah, and if the Dutch refused they could be sure to meet obstacles in their trade. In 1647 the VOC received a monopoly on the export of deer and cow hides, but in 1652 the Siamese were prohibited to sell rice to the Dutch, and only after the latter had threatened to move to Cambodia, where peace had just been concluded, did the relationship improve, but in 1654 the monopoly on the hide trade was revoked again and opened to other merchants, amongst others to the Chinese.

The accession of a new king on the throne caused new shifts in the relationship. In 1658 the company received a re-instatement of the hide export monopoly, but the next year, after the Siamese had engaged in a

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

war against Burma, all monopolies, including those on cow, buffalo and deer hides, went to the king's factors. The king and other Siamese traders entered the Japan trade on their own account, manning their junks with Chinese and Indian sailors. Economic considerations and the fact that King Narai had been exchanging ambassadors with "Coxinga", who had just ousted the VOC from Taiwan, led in 1663 to the decision to withdraw from Ayutthaya, but a year later the VOC was back again, at the request of the king. The resultant treaty of 1664 stipulated, amongst other things, freedom of trade in Ayutthaya, an export monopoly on hides, guaranteed free access to the tin trade in Ligor and other Siamese dependencies, extra-territorial rights for its employees and the banishment of Chinese from Siamese ships. The latter point was relaxed after two years because the Siamese were completely dependent on Chinese crews and merchants in their Japan trade.

After 1670 relations improved even further. The Dutch brought clocks, telescopes, cloth from Europe, cannons and munitions, and even supplied such manpower as artisans, military personnel, goldsmiths, painters, carpenters, sculptors, doctors, a glassblower, gunners, powder makers and helmsmen; all for the king's service. The Siamese no longer asked for military assistance, notwithstanding their almost continuous warfare against rebelling kingdoms and vassals. At the end of the 1670s they once again broke away in the direction of the English, who opened a factory in 1674, and the French, who did the same in 1680. By now Ayutthaya was a leading Southeast Asian port, an entrepôt with merchants of many races and religions and several communities of foreign traders, missionaries and mercenaries. The Siamese crown traded in Japan and China, with Chinese-style junks manned and managed by Chinese or Ayutthaya based Chinese, and the market was full of Chinese, Indians, Portuguese and English free traders and merchants of the VOC and the EIC.

In 1688 the English and French departed again, leaving only the Dutch to supply Indian cloths and European goods. With varying degrees of success, the VOC office managed to survive until 1767, when, along with the kingdom itself, the Burmese crushed it.

As noted previously, the relationship between the VOC and Siam was a special one. During the years 1648-1658, the factory was running at a loss, and even

during the years that it was calculated to be a profit maker, i.e. during the 1630s and the early 40s and 60s, its total imports were never more than a few percent of the VOC silver exports from Japan. One may therefore wonder whether the income from trade in the Ayutthaya settlement was ever enough to cover its costs.⁶⁴ No doubt, Siam was seen as an important supplier of rice to Batavia, but further research into the social history of the VOC in Siam may reveal other reasons that kept the two together for so long.⁶⁵

THE CHINA TRADE AFTER TAIWAN

One would imagine that the loss of Taiwan gave the VOC and the Qing regime a common objective: to chase the new leader of the Zheng conglomerate, Zheng Ching, from the mainland and Formosa and destroy his trade. To a certain extent this was indeed the case. The fall of Taiwan came as a great shock to the VOC; not so much because of the loss of Taiwan itself, but rather because of the loss of face. "The loss of reputation could invite enemies to raise their heads and no longer respect the power of the Company as much as before." In an immediate reaction, already in June 1662, a Dutch fleet was dispatched to attack the Zheng junks trading between China and Japan and, in cooperation with the Qing forces, to raid and burn their settlements along the China coast. As a political counter-move, Zheng Ching suggested to the court in Beijing that he could get tributary status, but this proposal was rejected.

The provincial officials and the court in Beijing indeed expected the Dutch to assist them with their strong fleet, whereas the Dutch were hoping to get in return permission to establish a factory in Fuzhou and to trade freely, every year. However, the approach of the two or rather, as we shall see, three parties, to what the Dutch saw as a very simple deal, was totally different, and it would take about twenty years before most of the problems were resolved as a result of the conquest of Taiwan by the Qing. It is beyond the scope of this article to describe in detail the events of these twenty years, but the following will explain why the Qing and the Dutch were having such difficult times with each other.⁶⁶

As far as the "war" against Zheng Ching was concerned, rather than using straightforward military and naval force, the Qing preferred to win the war by

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

first undermining Zheng's power, negotiating and plotting with his commanders until they would walk over to the Qing side. The latter approach took time, something the Dutch thought they did not have. But apart from this difference in tactics there were much deeper reasons why the Qing officials and the Dutch found each other difficult to get along with.

To begin with, in the Chinese tradition, contacts with foreigners and privileges given to them were not subject to negotiation. Where the Dutch viewed their aid to the Qing as one side of a bargain, to be rewarded by trading privileges that were ratified by "sealed letters from the emperor," for the Chinese a bargain between the emperor and another party was unheard of. He would give his privileges as he saw fit, not as a result of a bargain.

A request to receive a privilege had to follow the channels of the Qing bureaucracy, beginning with negotiations with the higher provincial officials. The emperor had theoretically absolute power, but of course local officials had to have a certain latitude in their decision-making. The necessary checks and balances at their level were assured by a system of overlapping authorities. In practice this meant that the Dutch always had to discuss their proposals independently with at least two officials, who also took care that the communications of the Dutch that were intended for Beijing were properly worded. On the other hand, written communications from Beijing to the Dutch had to go through the same provincial officials, who passed on what was suitable to themselves.

During the "negotiations" at the provincial level, neither side had much respect for the other, and language problems must also have played a role. The Dutch used Chinese translators from Batavia who mostly spoke southern Fujianese, whereas the officials came from North China. An additional reason for confusion was that because of the monsoons, the Dutch were never able to consult with their superiors in Batavia during the negotiations, and they had to leave the country at a certain time, often before the answer from Beijing had arrived, so the next fleet, the year after, left Batavia without knowing what had been decided in Beijing. Direct contacts with the court, or the other way around, Chinese embassies to Batavia, produced few results, sometimes even the contrary. The Dutch managed to make one or two tributary visits to Beijing, but each time they were enveloped in ceremonies and had no opportunity to defend their

case or to build up contacts, whereas the Chinese messengers to Batavia never had any negotiating power.

Besides their obligation to perform their administrative duties as well as possible in line with imperial policies, the provincial officials also had an interest (most probably also a direct financial interest) in maintaining a local clientele, including important merchants who were eager to profit from the Dutch trade and able to absorb the quantities the Dutch were offering. As a result, even though the court rejected the Dutch requests to be allowed to trade, from time to time they got local permission to sell the goods they had brought secretly on an *ad hoc* basis and sometimes every two years. Obviously the local authorities were more inclined to give that permission when they had difficulty getting their imports from elsewhere. The ejection of the Zheng Ching forces from the mainland left the clientele of the officials without a channel for the trade with Japan, so in 1664 the Dutch were able to sell the cargo they had brought with them for more than 100 percent profit.

From the Qing point of view, prospects for cooperation had never been better than in 1664, but the Dutch were getting tired. They realized the Chinese would be less willing to permit trade once they no longer needed the Dutch ships and cannons, so they were no longer so eager to get rid of Zheng Ching because he might offer a way out in case the relations with the Chinese deteriorated, and they were no longer prepared to join in an attack on Taiwan. In August they landed a group of soldiers to reoccupy their post in Keelung at the north end of Formosa and decided not to send an embassy to Beijing that year. When the rest of the fleet arrived on the mainland, they heard that they would receive permission to trade, but only after an embassy was sent. Furthermore, there was a Qing fleet waiting to attack Taiwan together with the Dutch. The Dutch were not prepared for this; the fleet they had sent consisted of merchant vessels and were not really equipped as men of war. Nevertheless, a quarter of the goods were left on land, and the empty vessels went to Taiwan, together with the Qing fleet that left from Quemoy. Approaching Taiwan, the latter part of the combined armada suddenly turned back, apparently because its commander expected bad weather, and the whole expedition was postponed until the spring of the following year—the worst part of the year for weather around Taiwan. Finally, the Dutch

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

fleet left for Batavia in February with the promise to be back at the beginning of the next north monsoon in September or October. In the meantime, they had sold all their cargoes and had even borrowed to buy more silk. By now the Dutch were totally confused about the Chinese intentions: did they have permission to trade every other year? If they had permission, why had it not been mentioned in the last imperial edict? Had they missed an opportunity by not sending an embassy in 1664? Or should they only send an embassy after trading privileges were confirmed? Did the Qing really intend to attack Taiwan, and if so, would they be prepared to hand it over to the Dutch? And if that would be the case, would they, before doing so, transfer its entire Chinese population to the mainland? And would the Chinese from the mainland be permitted to come and trade in Taiwan?

In 1665 the Dutch had ended assaults on Zheng's shipping because the authorities of Nagasaki were threatening that the Dutch would be expelled from Japan if they continued. At the same time, all kinds of irritations arose between the Chinese and the Dutch, the worst being that the Dutch had exceeded the limits of hospitality and polite harmonious collaboration by sending a second fleet, this time to Changzhou, which would have opened another trading channel with different officials. Obviously, this was totally unacceptable to the officials in Fuzhou. Trade was still allowed, but only so far as necessary for the Dutch to be able to pay back their debts.

In 1666 the council in Batavia sent its second embassy to Beijing. It arrived in June 1667 and was well received. The young emperor (he was only thirteen years old) was particularly pleased with the four Persian horses that the Dutch had brought as tribute. However, the sealed documents the Dutch took back, only to be opened upon their return, did not contain any concession. Quite the contrary: all privileges were revoked. In 1668 Batavia gave it another try by sending two ships to Canton, but they were not welcome if they would not send an embassy to Beijing, and they returned almost empty handed. The council in Batavia concluded that further attempts would be useless. In the fall of 1668 the fortifications of Keelung were demolished, and the garrison left for Batavia. One of the determining factors in this decision was of course the fact that there was now plenty of silk available from Bengal.

Meanwhile, due to the primitive mining technology, the silver production in Japan had been dwindling, and from 1668 the export of silver was prohibited. However, since 1646 the VOC had already been making considerable profits on copper that could be sold in Bengal, Ceylon, Coromandel, Malabar and Gujarat, and it was also in great demand in Europe. Copper and newly discovered gold now became Japan's major means of payment. Gold was the preferred means of metal payment in southern India, but four years later, when its price became unacceptable, copper replaced it.⁶⁷

*The provincial officials
and the court in Beijing indeed
expected the Dutch to assist
them with their strong fleet,
whereas the Dutch were hoping
to get in return permission
to establish a factory in Fuzhou
and to trade freely, every year.*

As far as the China trade was concerned, the council in Batavia had had enough, and left it in the hands of free burghers, but not for long. During the years 1673-75, the southeast coastal provinces on the mainland suffered under a revolt of three Chinese generals against their Manchu masters, and Zheng Ching used that opportunity to re-conquer Amoy and the adjacent coastal area. The Qing therefore showed a renewed interest in obtaining Dutch assistance, and negotiations were resumed along the same lines as in the past. Becoming impatient with the long delays and lack of results, the emperor finally decided to bring his own fleet up to strength, and early in 1680 Zheng was chased away from Amoy.

Meanwhile the Dutch trade had begun to run smoothly, and they were even allowed to open a lodge in Fuzhou, but the Dutch were still not happy. The client-merchants defended their monopoly, surrounding the lodge with soldiers for its "protection"

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

and intimidating merchants who were not part of their own group. Besides, pilferage and falling pepper prices due to competition from Chinese traders and from another group in Fuzhou that was carrying goods to Japan for the account of the officials made the Dutch China trade less and less attractive. Between 1676 and 1681 the trade at Fuzhou was said to yield a total profit of 400,000 guilders, which was probably hardly enough to cover the costs of shipping and the wages of the sailors.

In December 1681 the VOC left Fuzhou and moved its activities to the islands near Macao. Two years later the conquest of Taiwan by the Qing forces cleared the way for free maritime commerce by Chinese and foreigners, and for tolls to be paid in silver. Chinese trade to Japan, Manila and Batavia increased, and Batavia became incorporated into the Chinese trading system of the South China Sea. Chinese merchants in Batavia offered tea, silk, nankeens, porcelain, iron cooking pans, vegetables, medicines and a great variety of other items, and what they did not bring could be ordered. Consequently, the Dutch voyages to China made no sense anymore, and in 1690 they were terminated. However, reliance on middlemen created its own problems, especially when special designs or qualities were ordered, and it was certainly disastrous for the quality of a new product that became fashionable in Europe: tea.

By the end of the seventeenth century tea became the most important commodity, yielding profits of over 100 percent. Canton became the center for the trade with the European companies, but the Dutch continued to rely on the Chinese junks coming to Batavia. The European competitors, the English and Ostenders, sent their ships directly to Canton, were able to pick the better quality and ship it quicker to Europe, where it arrived fresher than the tea arriving via Batavia. As a result the VOC profits dropped, and in 1729 the *Heeren XVII* sent their first ships directly from Europe to Canton. A factory was established, and from 1736 the ships to China sailed via Batavia, while the home-bound voyages went straight from Canton to the Netherlands.⁶⁸

CONCLUSIONS

The Dutch trade in the South China Sea was not a straightforward success story. In the course of

time, the Company retained hundreds of vessels in Asia, and the Dutch National Archive contains piles of documents relating to the policies and actions of the VOC to establish fruitful relationships. Nevertheless, it took about thirty years before the Company could fully exploit its access to Japan and about eighty years before it acquired what it always wanted: free access to the trade in China.

The welfare and progress of the VOC were largely determined by changes in Asian internal politics, but were also very coincidental. Sometimes the Governor-General and his council in Batavia, probably overestimating the value of their maritime power, were stubborn and made serious errors of judgment. On other occasions they demonstrated great flexibility and adaptability toward changing political or commercial circumstances.

During the first twenty-five years of exploration, the main objective was the acquisition of pepper, spices from the Moluccas and Chinese silk for the European markets in exchange for silver from Europe and Indian cloths. From the beginning the Dutch encountered Portuguese resistance against their entry into the indigenous markets. On the other hand, the long-established Chinese trading system around the South China Sea was more than able to provide the sought-after pepper and silk but obviously against conditions set by the Chinese merchants. Patani, Ayutthaya, Jambi and Johore were the first places where the VOC would buy Chinese products and would compete against the Chinese, where necessary using brute force. Batavia became the VOC trade center in Asia, where it dictated the rules, but still remained dependent on Chinese supplies and the Chinese as a workforce.

The closing of the smaller offices and the settlement of the Dutch on Taiwan in 1624 also marked the beginning of a new trade: silk obtained from privateering on Chinese junks, and hides, ray skins and sapan wood from Ayutthaya against Japanese silver and copper with the objective of replacing, as far as possible the shipments of silver from Europe. Attempts to acquire silk directly from mainland China remained unsuccessful, and between 1628 and 1635 the Dutch trade in Japan also ran into difficulties, but in the five following years the Dutch trade in both Chinese silk and Japanese silver reached its absolute zenith. Thereafter, due to a new ruling, which welcomed the Chinese traders to Japan, the Dutch direct trade with

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

China collapsed again, but at the right time they were able to change their point of supply to Tonkin and thereafter to Bengal.

After the take-over of mainland China by the Qing dynasty, the VOC—with the costs of Taiwan running high, having lost its access to China, and the continuous threat of an invasion by the Ming loyalist Zheng Chenggong—tried again to get free access to the markets in mainland China, not realizing the

intricacies of such an attempt. By the time they finally succeeded, Taiwan was in the hands of the Qing, Bengal had become the main supplier of silk, tea would become the main export product from Canton, the Dutch were the only Europeans allowed to keep a factory in Deshima, the flow of silver from Japan was exhausted and replaced by copper, and the Chinese merchants of the South China Sea had taken over the trade to Batavia. **RC**

NOTES

- 1 For the early developments of Chinese trade around the China seas see Wang Gungwu, "Merchants without Empire: the Hokkien Sojourning Communities," in James D. Tracy, *The Rise of Merchant Empires. Long-distance Trade in the Early Modern World, 1350-1750* (Cambridge, 1991): 400-421 and Anthony Reid, "Flows and Seepages in the Long-term Chinese Interaction with Southeast Asia," in Anthony Reid (ed.) *Sojourners and Settlers. Histories of Southeast Asia and the Chinese* (St. Leonards NSW Australia, 1996): 15-45.
- 2 George Bryan Souza, *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea 1630-1754* (Cambridge, 1986): 16-17.
- 3 Leonard Blussé, "No Boats to China. The Dutch East India Company and the Changing Pattern of the China Sea Trade, 1635-1690," in *Modern Asian Studies* 30 (1996): 58-59.
- 4 Anthony Reid, "An 'Age of Commerce' in Southeast Asian History," in *Modern Asian Studies* 24 (1990): 9.
- 5 Iwao Seiichi, "Japanese Foreign Trade in the 16th and 17th Centuries," in *Acta Asiatica* 30 (1976): 8-11.
- 6 A. Reid, "Age of Commerce": 9-10.
- 7 Leonard Blussé, "Western Impact on Chinese Communities in Western Java at the Beginning of the 17th Century," in *Nampo-Bunka, Bulletin of South Asian Studies (Japan)* no. 2 (September 1975): 26-57, provides an excellent insight into the development of the Chinese trade with the Dutch on the western tip of Java. See also Leonard Blussé, *Strange Company. Chinese Settlers, Mestizo Women and the Dutch in VOC Batavia* (KITLV, Dordrecht, 1988).
- 8 W. S. Unger, *De Oudste Reizen van de Zeeuwen naar Oost-Indië 1598-1604* (The Hague, 1948). The journal of the English pilot is in English.
- 9 The events in Macao, also from the Chinese point of view, have been described by L. Blussé, "Brief encounter at Macao," in *Modern Asian Studies* 22 (1988): 647-664. See however also the comment on his conclusion that Macao initiated the Dutch aggression against the Portuguese in Asia in Ernst van Veen, *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645* (Leiden, 2000): 178, note 14.
- 10 J. E. Heeres, *Corpus Diplomaticum Neerlandico-Indicum* I (The Hague 1907) 15; Dr. H. Terpstra, *De Factorij der Oostindische Compagnie te Patani* (The Hague, 1938): 1-17.
- 11 Peter Borschberg, "The Seizure of the *Sta. Catarina* Revisited: The Portuguese Empire in Asia, VOC Politics and the Origins of the Dutch-Johor Alliance (1602-c.1616)," in *Journal of Southeast Asian Studies* 33 (2002): 31-62.
- 12 According to W. P. Groeneveldt, *De Nederlanders in China. Eerste deel. De eerste bemoeiingen om den handel in China en de vestiging in de Pescadores (1601-1629)* (The Hague, 1898) 45-46, in China the Dutch were known as savages, arrogant and not to be trusted. He quotes a Chinese author as follows. "They (the Dutch) are greedy and cunning, have much knowledge about valuable merchandise and are clever in seeking their advantage; to make profit they do not spare their lives and there is no place, however far, where they would not go... Also these people are capable and inventive, they make sails like cobwebs, which turn in all directions to catch the wind, so that in each direction they have the wind behind them. If one encounters them at sea, one can be sure to be robbed." Obviously, the Dutch used to express similar thoughts about the trustworthiness of the Chinese.
- 13 W. S. Unger, *De Oudste Reizen*: 146-148, 150-155.
- 14 H. Terpstra, *De Factorij*: 27-29.
- 15 *Idem*: 89.
- 16 *Idem*: 73, note 5. In 1613 the interest rate on 13,000 reals of eight to be repaid in the same month was 5 percent, for three months it was 6 percent and for a year 10 percent, in addition 1 percent had to be paid to the treasurer, and gifts were necessary to facilitate the process of establishing the deal. In 1614 the interest for one year had risen to 20 percent.
- 17 M. A. P. Meilink-Roelofs, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630* (The Hague, 1962): 250-258.
- 18 M. A. P. Meilink-Roelofs, *Asian Trade*: 227-238.
- 19 E. Netscher, *De Nederlanders in Djohor en Siak, 1602 tot 1865* (Batavia, 1870): 9-15.
- 20 Peter Borschberg, "Luso-Johor-Dutch Relations in the Straits of Malacca and Singapore, ca. 1600-1623," to be published in *Itinerario* (2004).
- 21 Barbara Watson Andaya, "Cash Cropping and Upstream-Downstream Tensions: The Case of Jambi in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," in Anthony Reid (ed.) *Southeast Asia in the Early Modern Era. Trade, Power and Belief* (New York, 1993): 91-122. Meilink-Roelofs, *Asian Trade*: 258-262.
- 22 See Van Veen, *Decay or Defeat?*, appendix 4.5.
- 23 Kato Eiichi, "Unification and Adaptation, the Early Shogunate and Dutch Trade Policies," in Leonard Blussé, Femme Gastra (eds.) *Companies and Trade* (Leiden, 1981): 213-218.
- 24 *Ibid.*, Table 1 and 2: 223-224.
- 25 National Archive The Hague 1.04.02 inv. 1077, fo. 115-119, dated 15/9/1622 and 29/1/1623, H.T. Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen. Bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indië* (The Hague, 1919-1934) I: 771-772, dated 20/6/1623. Hereafter to be referred to as "Coen".
- 26 George Vinal Smith, *The Dutch in Seventeenth-Century Thailand* (Detroit, Mich., 1977): 11.
- 27 Sapan wood, similar to Brazilwood, was used to produce a red dye. Rayskins were used to polish wood, but also to make sword hilts.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- Radix china was used as a medicine against smallpox, leprosy and other diseases.
- 28 Hans ten Brummelhuis, *Merchant, Courtier and Diplomat: A History of the Contacts between the Netherlands and Thailand* (Lochem-Gent 1987) 9-44; George Vinal Smith, *The Dutch in Seventeenth-Century Thailand*: 10-55.
 - 29 P. Mijer, *Verzameling van instructiën, ordonnanciën en reglementen voor de regering van Nederlandsch Indië* (Batavia, 1848): 8.
 - 30 Coen: I, 794-796 and D. A. Sloos, *De Nederlanders in de Filippijnse wateren vóór 1626* (Amsterdam, 1898): 5.
 - 31 Piracy and privateering should be sharply distinguished. Privateers carried letters and stood under the protection of their king or their government in exchange for a firmly established percentage of the value of the booty. Pirates were acting for their own account, did not enjoy any protection and could be brought to death without any form of process.
 - 32 Instructions from the Directors to Steven van der Hagen, who sailed in 1603 with the first war fleet. See Van Veen, *Decay or Defeat?*: 154.
 - 33 D. A. Sloos, *De Nederlanders*: 48-51.
 - 34 Gentlemen XVII to Coen 9/9/1620, *Coen*: IV: 445-446, 464-465.
 - 35 Gentlemen XVII to Coen 4/3/1621, *Coen* IV: 494.
 - 36 See Van Veen, *Decay or Defeat?* Appendix 4.2 and 4.3.
 - 37 In 1619 the VOC refused to take sides in the conflict between the kings of Mindanao and Boaya (Sloos, *De Nederlanders*, 49), in 1622 Francx was sent to the Philippines to act as an intermediate between the two parties and to cruise on the silverfleet, but after his ships began to make water he had to take refuge in Hirado (D. A. Sloos, *De Nederlanders*: 65-69). See also R. Laarhoven, *Triumph of Moro diplomacy. The Maguindanao sultanate in the 17th century* (Quezon, 1989).
 - 38 Coen to Gentlemen XVII 21/1/1622, *Coen*: I: 690-691. He added further arguments by sending them copies of intercepted letters from Spaniards in Manila and Portuguese in Macao, written in 1621. They proposed a Spanish establishment in Formosa in order to protect the trade with Manila, now that the imperial army had to fight the "Tartars" and the Japanese and Chinese pirates were infesting the coast again. The most important reason was however that the Dutch would be planning to settle on the island, which would cause the trade with Japan to be diverted to Formosa, and the end of the trade between Macao and Manila. [For original documents see N. A., entry 1.04.16.36, inv. 1075 (1622) folio 236-238 and inv. 1076 (1623) folio 110v-112v]. In 1621 the Spaniards landed at the north coast of Formosa, where they established fortifications in Kelang and Tamsui.
 - 39 Leonard Blussé, "The Dutch Occupation of the Pescadores," in *Transactions of the International Conference of Orientalists in Japan*, no. XVIII 1973 (The Institute of Eastern Culture): 32-33.
 - 40 Gentlemen XVII to Coen 14/4/1622, *Coen* IV: 546.
 - 41 C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macao* (The Hague, 1948): 72-92.
 - 42 John E. Wills, Jr., *Pepper, Guns and Parleys. The Dutch East India Company and China 1622-1681* (Cambridge Mass., 1974).
 - 43 Although Pehou on the Pescadores had few attractions, the sailors preferred this choice above Formosa, because Pehou could take ships of greater depth (Coen to Gentlemen XVII, 26/3/1622, *Coen* I: 715-716).
 - 44 W. P. Groeneveldt, *De Nederlanders in China. Eerste deel. De eerste bemoeiingen om den handel in China en de vestiging in de Pescadores (1601-1629)* (The Hague, 1898): 168-290, Blussé, "The Dutch Occupation of the Pescadores": 28-44.
 - 45 Leonard Blussé, "Minnan-Jen or Cosmopolitan? The Rise of Cheng Chih-Lung Alias Nicolas Iquan," in E. B. Vermeer, *Development and Decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries* (Leiden/ New York, 1990): 245-263.
 - 46 Coen: IV, 620, "Points of Order and Redress of the State of Affairs of the Company of the Indies," of November 1623.
 - 47 Ernst van Veen, "How the Dutch Ran a Seventeenth-century Colony. The Occupation and Loss of Formosa, 1624-1662," in *Itinerario* 20 (1996): 59-77.
 - 48 Leonard Blussé, "No Boats to China. The Dutch East India Company and the Changing Pattern of the China Sea Trade, 1635-1690," in *Modern Asian Studies* 30, I (1996): 64.
 - 49 Leonard Blussé, M. E. van Opstall, Ts'ao Yung-Ho eds. *De Dagregisters van het Kasteel Zeelandia, Taiwan 1629-1662 I* (The Hague, 1986) XII-XVII.
 - 50 Leonard Blussé (ed.), "Justus Schouten en de Japanse gijzeling," in *Nederlandse Historische Bronnen*, 5 (Hilversum, 1985): 69-110.
 - 51 Eiichi Kato, "Unification and Adaptation, the Early Shogunate and Dutch Trade Policies," in Leonard Blussé, Femme Gastra (eds.), *Companies and Trade* (Leiden, 1981): 226. Whereas in VOC circles Specx was generally thought of as a "sofity", Japanese historians take a very positive view of him.
 - 52 *Ibid.*, Tables 1 and 2: 223-224.
 - 53 P. W. Klein, "De Tonkinees-Japanse Zijdehandel van de Verenigde Oostindische Compagnie en het Inter-Aziatisch Verkeer in de 17^e Eeuw," in W. Frijthoff, M. Heemstra (eds.) *Bewogen en Bewegen. De historicus in het spanningsveld tussen economie en cultuur* (Tilburg, 1986): 171.
 - 54 R. P. Toby, *State and Diplomacy in Early Modern Japan. Asia in the Development of the Tokugawa Bakufu* (Stanford, 1991): 69-110. The *shuin* system was the system of vermillion permits issued by the shogun, allowing Japanese subjects to ship Japanese goods and to import foreign goods, showing at the same time that they stood under the protection of the shogun.
 - 55 W. J. Boot, "Maxims of Foreign Policy," in Leonard Blussé and Felipe Fernández-Armesto (eds.) *Shifting Communities and Identity Formation in Early Modern Asia* (Leiden, 2003): 7-23.
 - 56 Richard von Glahn, "Myth and Reality of China's Seventeenth Century Monetary Crisis," in *Journal of Economic History* 56 (1996): 429-54.
 - 57 P. W. Klein, *De Tonkinees-Japanse Zijdehandel*: 152-177. Blussé, *No Boats to China*: 66-72.
 - 58 Van Veen, *How the Dutch*: 59-77. Blussé, *No Boats to China*: 68-69.
 - 59 Marné Strydom, "Pride and Prejudice. The Role of Policy and Perception Creation in the Chinese Revolt of 1652 on Dutch Formosa," in *Itinerario* 27-2 (2003): 17-36. Van Veen, *How the Dutch*: 71.
 - 60 Henriette Rahusen-de Bruyn Kops, "Not Such an 'Unpromising Beginning': The First Dutch Trade Embassy to China, 1655-1657," in *Modern Asian Studies* 36 (2002): 535-578.
 - 61 John E. Wills, Jr., "Maritime China from Wang Chih to Shih Lang. Themes in Pheripheral History," in Jonathan D. Spence and John E. Wills, Jr. (eds.) *From Ming to Ch'ing. Conquest, Region and Continuity in Seventeenth-Century China* (New Haven/London, 1979): 203-238.
 - 62 George Vinal Smith, *The Dutch*: 47-97.
 - 63 Dhiravat na Pombeja, *Court, Company and Campong. Essays on the VOC Presence in Ayutthaya* (Ayutthaya 1992).
 - 64 George Vinal Smith, *The Dutch*: 64, Table 3.
 - 65 See e.g. Dhiravat na Pombeja, *Court, Company and Campong*.
 - 66 An excellent account of these twenty years is given by John E. Wills, Jr., *Pepper, Guns and Parleys. The Dutch East India Company and China 1622-1681*.
 - 67 Ryuto Shimada, "Dancing around the Bride. The Inter-Asian Competition for Japanese Copper, 1700-1760," in *Itinerario* 27-2 (2003) 38-39. Blussé, "No Boats to China": 70-72.
 - 68 C. J. A. Jörg, "The Relationship between the Chinese and the Dutch in 18th-Century Canton," in J. Everaert, J. Parmentier, *Shipping, Factories and Colonization* (Brussels, 1996): 125-135.

Country Trade and Chinese Alum

Raw Material Supply and Demand in Asia's Textile Production in the 17th and 18th Centuries

GEORGE BRYAN SOUZA*

Maritime trade played an important and a still somewhat controversial role in the development of the early modern economies of South, Southeast and East Asia in the 17th and 18th centuries. The controversy centers over a series of internal and external, social, economic, cultural and political relationships over

* Adjunct associate professor in the Department of History at the University of Texas, San Antonio. He is the author of *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*, Cambridge, CUP, 1986.

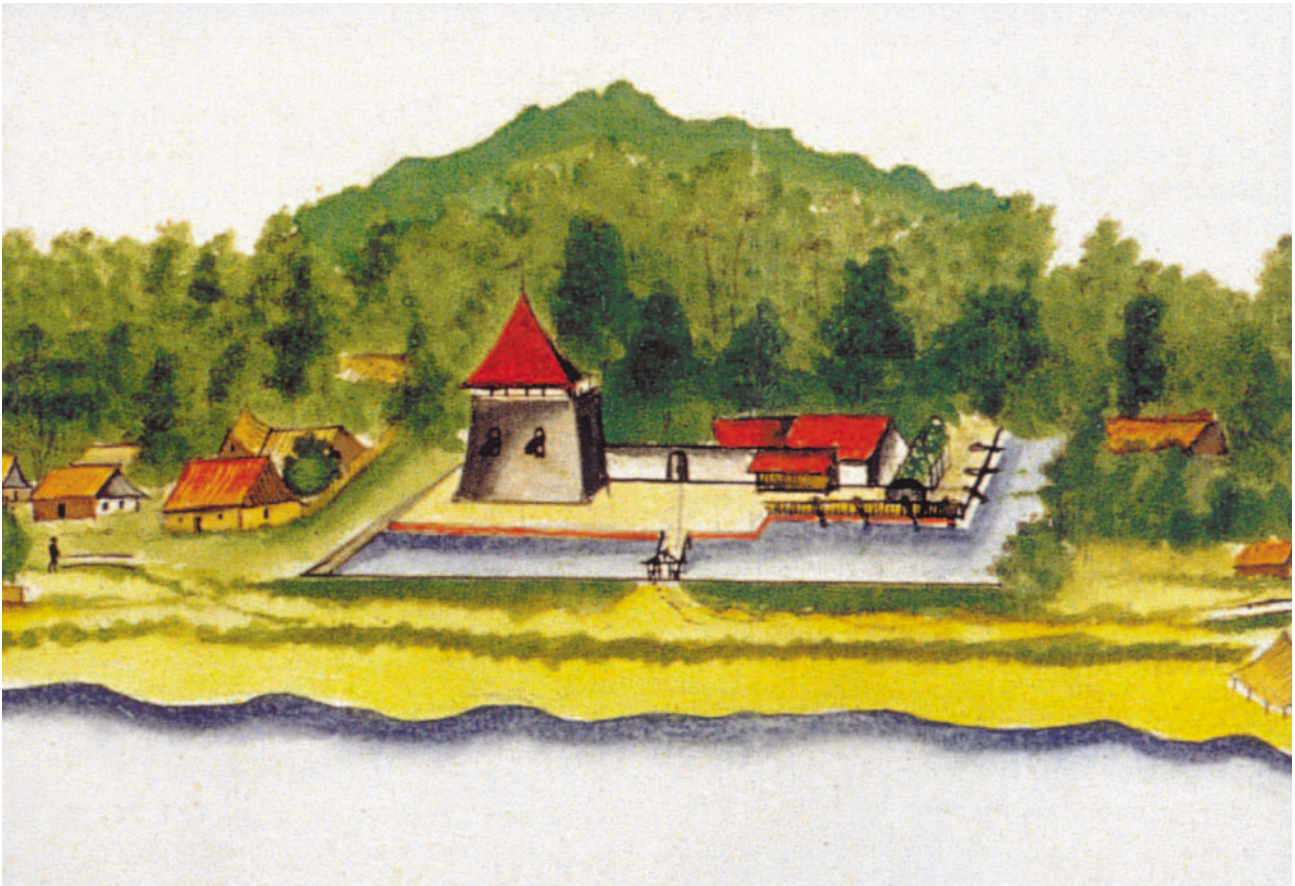
Professor Associado Adjunto no Departamento de História da Universidade do Texas (San Antonio). Autor de The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754, Cambridge, CUP, 1986 (ed. port., A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

space and time that occurred prior to colonialization. One of its foci is on the presence and participation of European institutions—the East India Companies—and individuals in Asian trade.¹ A facet of this focus is a shift away from the role that Europeans played to the interplay between Europeans and Asians.² Recently, the activities of Asians are being placed center stage in those relations, and a useful discussion is developing that deals with the degree of control that Asians exercised over a range of political, economic and developmental issues prior to and during the transition to a colonial economy.³ Another issue deals with the interaction and interplay of port and colonial port cities with their hinterland.⁴

A series of issues concerning country trade, Asian commodities and markets are presented in this paper. The first deals with the question of the nature of country trade, the commodification, regionalization and globalization of Asian goods. The second deals with the general technical nature of Asian textile production technology and techniques and the specific, basic, proto-industrial raw material demand for mordant and natural dyes. The third centers on alum as a mordant, Chinese alum production, delivery and commercialization in Chinese port and colonial port city markets, the technical and commercial reasons for the country traders to deal in this commodity and reception and incorporation of Chinese alum into Indian port city markets. It generally identifies the participants and quantifies the Indian port city markets' demand and the prices that were paid over the period for Chinese alum. The



VOC ship off the Cape of Good Hope.



Dutch trading post on the Maluco Islands, 17th century.

fourth discusses the importance of country trade and commercial and cultural exchange on imperial projects in the 17th and 18th centuries.

The primary historiographical context in which the above-mentioned issues are examined is the discussion of port and hinterland relationships in the early modern economy of China and India. This paper examines country trade—its structure and markets—in economic and cultural terms by drawing extensively upon un-published and published European sources.⁵ We have knowingly excluded a lengthy discussion of the agency or primacy of any individual participant or the historical formation and assignation of market share to specific participants in this trade. Our focus is to inter-connect the production, commercialization and consumption of Asian goods.⁶ Much of what follows is suggestive and preliminary in nature. This is the first of two essays⁷ that posit new approaches and problems. The objective is to broaden the discourse concerning the role of country trade by

introducing and relating the technology and techniques of textile production and raw material proto-industrial supply and demand in the early modern economies of China and India.

The time frame that is dealt with broadly in this paper is the 17th and 18th centuries. There is a more detailed focus, however, on China from the last quarter of the 17th century until almost the end of the 18th century. This is a period in which a new Chinese imperial administration, the Qing, finally established an effective political and territorial control over all of China and, especially, in the south over its maritime trade. This long 18th century ended for China, as it does with this paper, with the emergence of tensions between China and British country traders and the English East India Company. These tensions arose in part as a result of a paradigm shift in European relations with Asia with the English East India Company's acquisition of Bengal and the growth in the illicit traffic and sale of Indian opium to China.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

European sources were employed to develop this essay. There is an apparent absence of Chinese and Indian sources for and research on the specific topics of alum production, commercialization, consumption and its exchange in and between the Chinese or Indian early modern economies in the 17th and 18th centuries. Every precaution was taken in the use of this historical evidence in order to avoid skewing the importance of one group or groups over others and distorting alum's commercial importance or to over-emphasize its incorporation into Indian textile production processes.⁸ There are five types of reports, among others, found throughout the Dutch East India Company (VOC) archives that warrant mention. They are 1) price current; 2) return; 3) demand; 4) Batavia sales and purchase reports; and 5) shipping lists.⁹ This paper presents a preliminary overview of what emerges from the use of such sources and evidence.

This paper is structured and divided into four sections: 1) Country Trade: Commodification and Globalization; 2) Textile Technology and Techniques: Mordant and Natural Dyes; 3) Chinese Alum and Indian Markets; and 4) Country Trade and Empire: Commercial and Cultural Exchanges.

COUNTRY TRADE: COMMODIFICATION AND GLOBALIZATION

Country trade is a colloquial term that emerged from English East India Company (EIC) records and its use in India to describe inter-regional Asian maritime trade in the 17th and 18th centuries.¹⁰ Its etymology is of interest. Initially, it had a precise spatial and geographic definition. It was used to delineate and disparage the non-Company, private British and other European and non-European, indigenous, merchants' maritime trading activities from India in inter-Asian markets. The boundaries for its use became less Indo-centric and more inclusive geographically to include, for example, the Portuguese from Macao to India, and ceased to exist altogether as the EIC and other Companies were also commercially active in inter-Asian maritime trade.

The participants in country trade were European or Asian merchants and investors who operated as a group in a joint-stock company, multi-partnership or as individual entrepreneurs and participated in maritime trading activities in Asia. They pursued profit

maximization goals via commercial exchange at the available regional and inter-regional port markets. These investors had alternative port/market options with varied risk and return on investment profit profiles based on the available goods at the investors' departing, intermediate and final destination ports/markets, and the investors' capitalization and the projected return on the commercial exchange between buyer and seller at the selected ports of call in a trading season—normally, over one year.

The commercial decision-making matrix of maritime investors and ship operators extended their annual risk evaluation to their estimation of competing investors' plans at the port/market of departure, the numbers of vessels, amount of capital and the available goods and commodities. Internal and external market intelligence was received and managed by investors from ships' captains and agents in competing ports and markets. This was true at all port and colonial port cities in Asia. European and Asian traders, ship owners, captains, supercargoes or agents executed verbal or written instructions from themselves or their investors orienting them as to how to employ the available capital, which goods and commodities to purchase, at what price levels and quantities, in order to maximize return.¹¹

The sailing ship imposed operational constraints as a transportation system on the commercial process of the investors and ship owners. In order to operate properly, with less risk of shipwreck, and to transit as rapidly as ship design, operating condition and wind power would permit, ships had to be in ballast, properly loaded and packed with dunnage to avoid the shifting of weight that imperiled a ship's handling and operation. A range of commodities, bulk items generally, with a low cost per unit was suitable and served this functional purpose, but their selection, negotiation and handling were important elements in the safety of the ships and the investors' investment. The availability in quantity, quality and price, and the composition of commodities at port markets was of paramount interest to regional, inter-regional and global investors in maritime trade.¹²

It is well known that the regional, inter-Asian and global exchange of goods from Asia was an established occurrence prior to the arrival of Europeans via the Cape of Good Hope, but the volume and the frequency of the exchange may be debatably

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

characterized as being a non-sustained interaction and that the value of the goods exchanged was insufficient to generate lasting impacts on all trading partners. The impact of the establishment of a maritime route to Europe on the structure of Asian trade re-distributed the delivery of Asian goods to Europe.¹³ Prior to, but most definitely by the 17th century, the intensification of the frequency and reporting on regional, inter-regional and global maritime commercial exchange, led to the commodification of a wide range of Asian goods occurring with the regularization and relative stability of supply, frequency in transaction, and standardization of presentation of goods at diverse regional port and colonial port cities. Furthermore, some Asian commodities were involved in the process of globalization that Flynn and Giráldez have usefully defined:

“when all populated continents began sustained interaction in a manner that deeply linked them all through global trade....Global trade emerged when 1) all heavily populated continents began to exchange products continuously—both with each other directly and indirectly via other continents—and 2) the value of the goods exchanged became sufficient to generate lasting impacts on all trading partners.”¹⁴

A series of Asian goods from a broad range of categories—the agricultural, mining, and textile sectors—became commodities. They included spices and precious metals and fine textiles but the list is longer and was not limited to those categories. What of the lesser known or commented upon items of trade—the basic, raw materials for proto-industrial production? How did they become items of exchange, and what was their role in country trade?

TEXTILE TECHNOLOGY AND TECHNIQUES: MORDANT AND NATURAL DYES

The reasons how and why different regions and societies produced textiles in the early modern period may be found in the vast and specialized literature on the subject.¹⁵ They include a wide range of factors that cross a number of social science and historiographical disciplines: economic anthropology, demography, climate, environment, and technology. It is sufficient, for the purposes of this essay and the research that it is

presenting, to state that the Indian and Chinese economies, respectively, were much more advanced in the production of cotton and silk textiles in the 17th and 18th centuries than those of the rest of the world, including Europe.¹⁶ When the fabrics that these two regions produced were colored, artisans employed printing,¹⁷ painting,¹⁸ or dyeing¹⁹ techniques. The dyes that were used were all natural organic materials from widely diverse sources—insects, roots, flowers, leaves, bark, trees, earth and minerals. Dyes, preferably, had to be fast and fixed to the fabric.²⁰ Fundamental to the success of these techniques and the quality of the finished product was the technology and the raw materials that these artisans employed.

Mordants are substances “used in dyeing to fix the coloring matter, as a metallic compound that combines with the organic dye to form an insoluble colored compound.”²¹ Not all mordants are metallic compounds; there are instances of vegetable substances that possess the chemical properties to fix color to fabric.²² Metallic compounds, however, were the principal sources of mordant.

Alum is one of these metallic compounds and became the primary source of mordant.²³ It was the fundamental ingredient for the fixation of color in textile dyeing processes in the 17th and 18th centuries. Alum is “a double sulfate of ammonium or a univalent metal (as sodium or potassium) and of a trivalent metal (as aluminum, iron or chromium).” In addition to its use in textile production and dyes, it is and was “used as an astringent, as an emetic, and in the manufacture of baking powders, and paper.”²⁴

After the mining and processing of the mineral became known, and that knowledge was disseminated, alum was relatively ubiquitous in China and India. The Chinese had developed a technique of making white alum by the 6th century C.E.²⁵; presumably, the use of alum in the fixation of color in textile dyeing processes in China dates from this point onwards. In India, the use of alum (*tūvārī*) for the fixation of color in dyeing processes dates from the 9th century C.E. onwards.²⁶ Other global textile production centers were neither ignorant nor was alum insignificant in their processes; for example, alum was known in antiquity in the Mediterranean world²⁷ and used throughout the Islamic world²⁸ and in medieval Europe.²⁹

Dyers globally were secretive toward their processes and recipes for the use of mordant and natural

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

dyes.³⁰ But merchants knew that alum was a key raw material in proto-industrial textile production and that trading in the commodity was lucrative. Alum in medieval and early modern Europe was relatively scarcer and dearer than in China and India. Genoa and Venice competed fiercely over the monopoly of supplying alum from Asia Minor to Europe. Although alum had been shipped from North Africa and Spain, Northern Europe began to receive supplies by sea from the eastern Mediterranean in the early 14th century; previously, the supplies that were received had been shipped from the eastern Mediterranean, usually, to Genoa and delivered overland to Flanders.³¹ Large deposits were found in Europe, north of Rome at Tolfa in the Papal States in 1462; the Papacy zealously guarded the alum mining and processing knowledge that was used at Tolfa and benefited from its lucrative lease in an attempt to monopolize the commercialization of European alum.³² It was not until 1608 that Stuart England found and developed in Yorkshire alternative sources for the supply of alum to northern Europe. The descriptions of the production process for alum in Asia Minor and in Europe parallel the method employed in China.

CHINESE ALUM AND INDIAN MARKETS

Resembling gypsum in its natural state, alum was produced in large scale and volume, in a good quality, at a low cost and was relatively inexpensive throughout China. Dug “from the earth” in “stone lumps,” the instructions that the Chinese followed to produce alum were:

“apply heat to the pile together with coal, as if lime were being made. When heating has been sufficient, [the calcined stones] are allowed to cool and then put into water [for lixiviation and decantation]. The [supernatant] liquid is then heated, and alum is obtained when a substance, commonly called butterfly alum, flies out of the kettle of boiling liquid. Heating continues until the liquid is thick. Then it is purified [by fractional crystallization] in a large water jar. The substance that crystallizes on top is called ‘hanging alum’ and is extremely white. That which sinks to the bottom [of the jar] is called ‘jar alum,’ and the light and fluffy kind, resembling cotton wool, is known as ‘willow-

catkins alum.’ When the liquid has been entirely evaporated by heating, the snowy-white residue is called ‘Szechuan stone,’ and that which has been burned by the alchemists, ‘dry alum’.”³³

The Chinese and other processes³⁴ produced different grades of alum; merchants sought to realize price differentiation for these grades, subject to market acceptance. During the period under consideration in this paper, however, Chinese alum appeared, generally, under the rubric of alum as an undifferentiated commodity. According to European accounts, it was available for export in the ports and colonial port city of China; its presentation was “in large lumps or pieces, clear and transparent.”³⁵ For a limited time on one occasion only, Chinese alum appeared in Dutch reports in different quality gradations—white, fine, and Roman—with the intent to command higher sales prices and profit margins.

By the 17th century, according to the author of the *Tian Gong Kai Wu* [Exploitation of the Work of Nature], Chinese alum production centered primarily in Qiuzhou in Shanxi, and Wuwei in South Jiangsu.³⁶ By the 18th century, Hunnan and Fukien had also become centers of production; it was from Fujian at Zhangzhou that Canton sourced its alum and vied for supplies between it and other south China ports.³⁷ At present, it is difficult to comment much further or in greater detail concerning the internal market and the circulation and commercialization of alum within China. Collaborative research is planned to remedy this gap.

Historical evidence was reviewed in order to establish if any non-Chinese source of alum was available for maritime trading transactions in any of the other regional ports and colonial port cities throughout the Indian Ocean and South China. The possibility of European company maritime exports or extra-regional overland sources of deliveries of alum from Asia Minor or Europe were examined. The result in both instances was negative. At present, extensive but not exhaustive research suggests that China was the exclusive regional source of the alum that was commercialized in country trade in the 17th and 18th centuries.

Alum, and Chinese alum in particular, possessed physical and commercial properties that favored its inclusion in maritime trade and country trade in

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



"India, Malabar, Coromandel & Ceylon", J. B. Homann, 1733.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

TABLE 1. CHINESE JUNK EXPORTS OF ALUM TO THE VOC IN TAIWAN, 1643 TO 1657
(Quantities in *picols* and canasters)

Year	<i>Picols</i>	Canasters
1643	900	
1644	1,565	160
1645	1,195	
1646	784	1,943
1647	512	1,271
1650	20	
1651	21	310
1654	140	264
1655		1,000
1657		80
Totals:	5,137	5,028

Sources: DZ, II, III, and IV.³⁸

particular. Decision-making over the use of alum took into account its quality, price, market demand and a comparative cost-benefit analysis. There were positive factors for its use by maritime investors. The quality of alum from China was acceptable. Its price in China was low, and a good gross profit margin could be realized in the port and colonial port cities in the South China Sea and the Indian Ocean. All alum, including Chinese, was of sufficient density and weight and was extensively used as a ballast. There were limiting factors as well in its use by maritime investors in China. There was a variety of available Chinese commodities—zinc, sugar and porcelain in particular, as well as Chinese and Japanese copper—that was available in South China and South China Sea ports to compete with alum as an item for ballast purposes. Maritime investors faced and performed a comparative cost-benefit analysis over the question of the overall profitability and the commodity composition of a voyage as well as the profitability of an individual commodity. Simply put, in the return on investment calculation made by maritime investors, Chinese alum, individually and in conjunction with other commodities, was an acceptable choice for country trade. For the less capitalized investor or a ship owner and operator short on capital, it was an excellent choice for country trade because of its low cost and capital outlay in comparison with zinc and sugar, but Chinese alum was a commodity that

was not actively considered or regularly included by maritime investors involved in global or Company trade to Europe from China. A ship's cost of operation increased over longer distances, but the amount of capital to profitably invest was limited, and a ship's cargo capacity remained the same. Investors had to decide on the best overall composition of commodities to include to maximize their return on their voyages. While alum was profitable, it did not compare favorably with other commodities—pepper, porcelain, and certain metals, for instance—which were excellent alternatives, equally suited for ballast purposes, generally realized a greater profit per unit and, in conjunction with the rest of the goods, a greater overall voyage return on invested capital. Hence, although occasionally included in global maritime trade, Chinese alum was overwhelmingly preferred and included in country trade.

Inter-Asian maritime or country trade or the China-India, India-China exchange antedates the arrival of Europeans in Asian waters. By the 16th century, active Chinese participation in this exchange had become indirect as Chinese merchants shipped and exchanged their commodities with their Indian counterparts in ports—Melaka in particular—in the South China Sea. Indian historians have focused on the pervasive and important India-Southeast Asia, cotton textiles for spices, exchange. Research on the

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

arrival of the Portuguese in Asia and their establishment of a colonial port city at Macao in China in the middle of the 16th century has focused on: 1) the Portuguese Crown's organization and failure of the *feitoria* (factor) system in the procurement and delivery of pepper and spices via the Cape of Good Hope route to Europe; 2) the Crown's use and misuse of the organization and the revenue of the sales of concessionary voyages in the financing of the Portuguese imperial project; and 3) their key intermediation in the China to Japan, silk for silver, and, along with the Chinese, in the China to New World, silk for silver, exchanges.

In my book, *Survival of Empire*, a few brief comments were made in regard to the Portuguese involvement in and the China-India exchange of the 16th and early 17th centuries.³⁹ Little comment has been made on the China to India or the India to China exchange because of the absence of economic data for this period in the Portuguese and other sources. Although the Portuguese were aware of the suitability of other Chinese and East Asian commodities—for instance, alum, zinc, and copper—for exchange with India, the present historiography focuses on Portuguese efforts in supplying Chinese silks to India and, primarily, the inclusion of these textiles in voyages to Europe and the movements of silver to China and gold to India. By virtue of the changes and vicissitudes in Portuguese imperial and commercial fortunes in the late 16th and early 17th centuries, the Portuguese records document increased activity in delivering Chinese copper and zinc to India, which was used in founding cannon, minting and the de-basement of coin. These and other commodities such as Chinese alum and sugar were added in this exchange over the 17th and 18th centuries. It should be remembered that the Portuguese merchant fleet at Macao constituted the only segment of China's maritime trading structures with a home base in China that regularly and directly commercialized Chinese goods and commodities in country trade over this entire period. All of the other participants in country trade between China and India—European and Asian, company and private—had to deal with this reality. They might reside temporarily at Macao, but they did not occupy an independent base nor were their ships based in China.

The incorporation and the supply of Chinese alum in country trade was initiated or increased

through the indirect and direct efforts of a diverse group of investors and ship and junk operators: 1) the Chinese in South China; 2) the Portuguese at Macao; and 3) other European and indigenous Asian merchants who possessed and developed varying degrees of access to Chinese maritime ports and markets and commodities over the 17th and 18th centuries.

The primary demand for Chinese alum was identified at the port cities of India that were near centers of weaving and textile production: Surat, the Coromandel Coast, Bengal and the Malabar Coast. Other much smaller and irregular regional and inter-regional markets existed in Japan and continental and maritime Southeast Asia. Attempts to find a market for Chinese alum in Iran were unsuccessful. Indian demand and consumption was regular, if not oversupplied, and landed pricing was kept in line with competing supplies and their availability. It was subject to expansion depending upon the availability of alternate and equivalent indigenous Indian supplies of alum and growth in local market-specific textile production, subject to an increase or decrease in local, regional and international demand for textiles or political, communal unrest, turbulence or violence. As this essay suggests, the entire topic of internal Indian supply and demand and consumption of basic raw materials, mordant and natural dyes for proto-industrial production purposes and the external country trade supply relationship with the Indian port city markets and hinterland is worthy of further research.

The role of Chinese alum in country trade, its supply and the Indian markets' demand for this raw material in proto-industrial textile production over the 17th and 18th centuries is examined in two chronological periods: 1) indirect supply and growth in demand: 1600 to 1683; and 2) domination of direct supply and expansion in Indian demand: 1684 to 1792.

INDIRECT SUPPLY AND GROWTH IN DEMAND: 1600 TO 1683

During this period, Chinese alum was present as a commodity for export at a series of port and colonial port cities on the south China coast. At present, no hard evidence exists on the price that it commanded. Investors in China's maritime trade, primarily Chinese junk operators and to a lesser degree

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

TABLE 2. CHINESE ALUM AT SURAT: VOC SALES AND PRICES, 1641 TO 1684
(All years reported; no sales in un-reported years)

Year	Quantity in <i>ponden</i>	Price per maund (of 36 ¹ / ₄ <i>ponden</i>)	Price per pond in stuivers; 20=1 guilder
1641	215,553	4	2.9
1642	29,316	4	2.9
1643	40,609	4 to 5 ¹ / ₂	2.9 to 3.9
1646	20,959	4 to 5 ¹ / ₂	2.9 to 3.9
1648	19,748	3	2.3
1649	6,839	3	2.3
1652	18,914	3	2.5
1653	4,545	3	2.5
1654	110,199	3	2.5
1655	96,415	3	2.1
1656	23,381	3	2.1
1658	38,511	3	2.5
1660	6,036	4	3.7
1666	5,916	7	4.9
1669	9,869	4	2.9
1676	6,289	2 ¹ / ₂	1.9
1677	29,480	3 ¹ / ₂	2.4
1678	28,588	3 ¹ / ₂	2.4
1680	6,673	4 ¹ / ₂	3.7
Total:	717,838		

Source: ARA, VOC 1408, f. 806- 822.

the Portuguese at Macao, employed alum in their shipping and trading activities. It is not possible to decipher from the existing records a complete picture of the quantities of alum that were exported by both groups, but there is sufficient documentation to outline why, how, and where Chinese alum was employed over this time frame.

Chinese junk operators, primarily from Fukien, incorporated alum as ballast in a varying degree of importance and duration in their trade with Japan and the port cities of the South China Sea. It is probable that Chinese alum was included to test market acceptance and demand or a large portion of the port cities and colonial port cities to which they sailed. Overseas Chinese communities in the South China Sea ensured demand and consumption for a series of Chinese goods and

commodities, and it is speculated that they may have participated in central and northern Vietnam in stimulating the preparation of local silk piece good production to specifications for inclusion in trade with Japan. Chinese alum was specifically included in Chinese exports to Japan,⁴⁰ Cambodia⁴¹ Vietnam⁴² and Taiwan. In Taiwan, they sold Chinese alum to Spanish⁴³ and Dutch merchants at the Europeans' respective enclaves, as well as including the commodity in their trade at Manila and Batavia. Based on descriptions of the Manila export manifests of the Manila Galleon, Chinese alum did not figure significantly or at all in the transpacific—Magellan—exchange.⁴⁴ Demand for and consumption of Chinese alum in the Philippines was probably oriented toward its use in the tanning process for hides and the production of leather.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

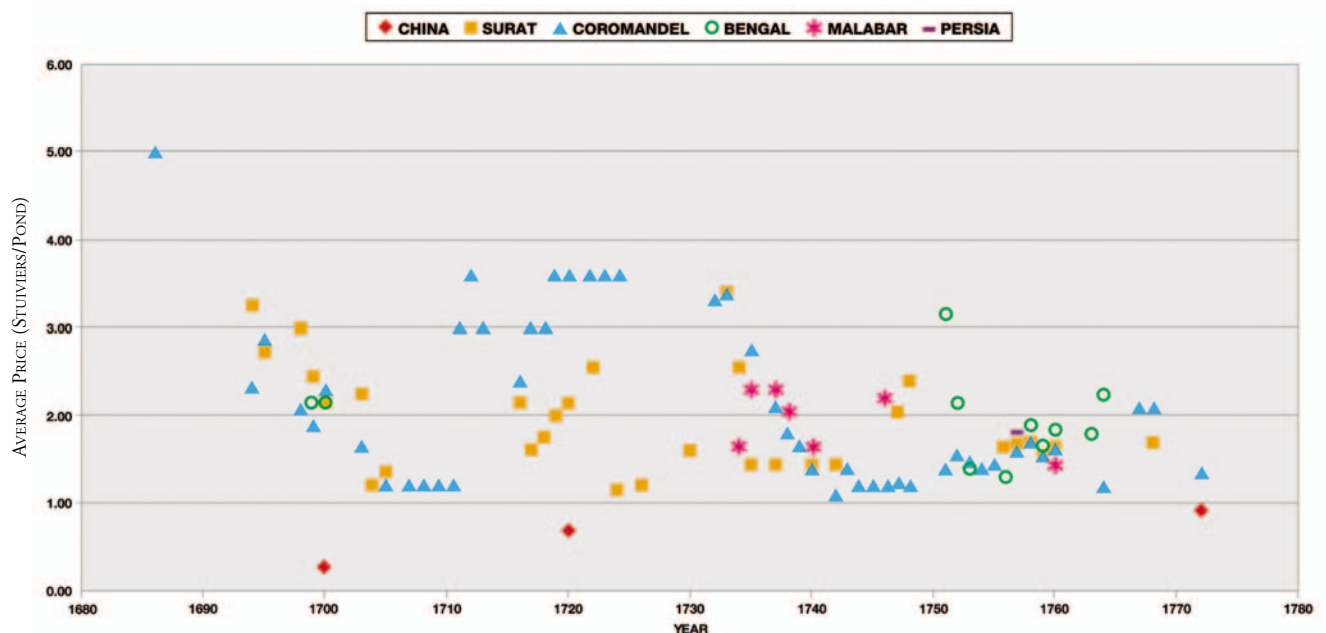
The quantities of alum that the Chinese and others exported from China at this time is difficult to estimate; the difficulty is caused in part by the absence of sufficient data to form a complete serial record and the mixture of precise and imprecise units of measurements in registering quantities in some of the available records, as indicated in the Chinese junk exports of alum to the VOC on Taiwan from 1643 to 1657 in Table 1.

There is sufficient data, however, to make a number of observations and delineate the significant trends in the export of Chinese alum over the period 1600 to 1683. Although availability fluctuated in Chinese port and colonial port cities on account of Ming-Qing military confrontations and internal unrest and Manchu policies to establish political and administrative control, there was sufficient supply from internal markets for alum to become a commodity and to be employed in maritime trade. The export of Chinese alum at this time was primarily controlled by Chinese investors and was directed toward South China Sea markets. The quantities of alum exported by the Chinese to Taiwan and Java were sufficient to permit the incorporation of Chinese alum in the VOC's inter-Asian trading strategies. The Portuguese from Macao also participated in exporting Chinese alum, but, at

present, it appears that their primary commercial focus over this period was toward competing with the Chinese in indirectly supplying alum to the Dutch on Java rather than competing with the Dutch and directly supplying Chinese alum to Indian markets.

The VOC incorporated Chinese alum into their inter-Asian trading strategies despite their reliance upon indirect supplies. Based on their correspondence concerning their commercial deliberations at Fort Zeelandia on Taiwan and at Batavia, the VOC purchased Chinese alum, as Table 2 indicates, primarily to be incorporated in their country trading ventures to Surat.⁴⁵ Surat was the port city for one of India's major centers for weaving, dyeing and the production of cotton textiles.⁴⁶ While concentrating their efforts on delivering and competing with other suppliers of Chinese alum at Surat, the VOC also identified that there was demand for the commodity in the port city markets on the Coromandel Coast, Bengal and the Malabar Coast. With the loss of their position on Taiwan in the 1660s, the VOC encountered difficulties and irregularity in supply from China; while temporary solutions were found for the interruption in supply, a totally satisfactory remedy was not found until Qing forces pacified and established administrative control over South China and its maritime trade in the early 1680s.

TABLE 3. CHINESE ALUM PRICE COMPARISON: COST IN CHINA AND SALES IN INDIA AND PERSIA, 1684-1780



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

DOMINATION OF DIRECT SUPPLY AND EXPANSION
IN INDIAN DEMAND: 1684 TO 1792

During this period, the data on Chinese alum and its involvement in country trade is significantly improved in stark contrast with the earlier, both in breadth (prices, quantities, markets) and in depth (transactional analysis and gross profit returns). Chinese alum, as we have characterized, was inexpensive, but an examination of Chinese alum's export price behavior over the 18th century reveals a tendency for it to increase. By the end of the century, the price had clearly trebled and slightly more in comparison with its price at the beginning of the 18th century. According to sporadic EIC reports at Amoy and Canton, in the 1700s, alum's export price per *picol* (133 pounds or 125 *ponden*) was 0.6 tael, the

equivalent of 1.7 guilders; by the late 1720s, it had nearly trebled and was sold at 1.5 taels, the equivalent of 4.3 guilders. At this time, on occasion, its price reached 1.8 taels; but it was not until the 1770s that it was regularly sold for export in the range of 1.8 to 2 taels, the equivalent of 5.1 to 5.7 guilders.⁴⁷ These prices in Chinese taels and Dutch guilders per *picol* provide a useful frame of reference to visualize an order of magnitude and value for alum in China. These values were converted to Dutch stuivers per *pond*, as shown in Table 3,⁴⁸ in order to provide points of comparison between the export price in China with the alum sales prices realized in diverse Indian and other markets.

The volume of alum available in Chinese port cities for export increased dramatically over this period. Chinese junks continued to obtain their supplies in the port cities along the coast of Fukien and Chekiang

TABLE 4. SALES OF CHINESE ALUM BY CHINESE AND PORTUGUESE TRADERS TO THE VOC AT BATAVIA, 1717 TO 1792 (All years reported, except 1751 and 1770; no purchases in un-reported years)

Year	Quantity (in <i>ponden</i>)	Quantity (in <i>picols</i>)	Price Paid by VOC (in guilders per <i>picol</i>)	GPM calculation (%)
1717	130,115	1,041	6	37
1719	26,712	214	18 and 9	311 and 106
1720	21,538	172	9	106
1721	45,970	368	9	106
1722	240,152	1,921	7 ¹ / ₂	71
1724	94,837	759	7 ¹ / ₂	71
1725	2,500	20	7 ¹ / ₂	71
1728	5,000	40	7 ¹ / ₂	71
1729	65,264	522	9 ³ / ₄	123
1731	84,625	677	14 ¹ / ₄	226
1732	141,500	1,132	10 ¹ / ₂	140
1733	14,000	104	10 ¹ / ₂	140
1734	242,670	1,941		
1735	114,250	914	9	106
1736	119,250	954	9	106
1750	99,216	794	9	106
1759	123,500	988	10 ¹ / ₂	140
1765	24,875	199	10 ¹ / ₂	140
1767	19,842	159	9	106
1769	10,137	81	9	106
Total:	1,625,953	13,000		

Source: ARA, VOC 1888 to 3822, Batavia sales and purchase report.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

TABLE 5. VOC DEMAND AND PURCHASES, DELIVERIES AND EXPORTS OF CHINESE ALUM AT CANTON, 1737-1769
(in *ponden*; all years reported; no orders, deliveries or VOC exports in un-reported years)

Year	Orders	Purchases, Deliveries and Exports
1737	140,000	135,112
1738	100,000	100,696
1739	200,000	97,394
1740	200,000	95,375
1748	100,000	0
1750	100,000	0
1752	100,000	99,825
1753	100,000	0
1754	100,000	101,270
1755	200,000	149,247
1756	200,000	236,500
1757	100,000	100,000
1759	100,000	101,718
Totals:	1,740,000	1,207,137

Source: ARA, VOC 13592-13620, Demand reports.

province, but with the administration of maritime trade by foreigners canalized by Qing officials to one South China port city, the greatest proportion of the increased volumes of alum produced for export moved from its centers of production to Canton. Although the overall volume of alum traded by all participants increased, there was a major shift in the pattern of supply from indirect deliveries to ports in the South China Sea toward a substantial increase in direct deliveries of alum from China to India. This shift provoked a major re-adjustment in the participants in this trade and was caused, apparently, by increased demand for Chinese alum in India.

The Chinese junk operators and the Portuguese merchants at Macao were the primary participants in selling alum indirectly to the Dutch East India Company (the VOC) at Batavia for its re-sale in India. After the normalization of Chinese maritime trading activity in 1684, alum was included in the junks and Macao-based Portuguese shipping that frequented Batavia from 1684-1716, but the mixture of precise and imprecise units of measurement in registering quantities impedes their inclusion in the more accurate post-1716 serial VOC reports. Table 4 documents the Chinese and Portuguese sales of alum, the frequency,

quantity, and price paid, and estimates their gross profit margins to the VOC at Batavia. Gross profit margins (GPM) on sales were attractive for the seller (normally ranging from 70 to 140 percent) and acceptable for the buyer for re-sale purposes in India. Table 4 demonstrates, however, that the annual quantity sold never exceeded 2,000 *picols*, and the inclusion of alum and its sale to the VOC at Batavia was infrequent over the 18th century. The Chinese and Portuguese from Macao at Batavia—the indirect suppliers—were not alone in their use of alum from China for country trade.

The other participants and competitors, potentially, included all of the European East India Companies that sailed directly from China to India before their homeward voyage and all other European and indigenous merchants involved in country trade. A preliminary outline indicates, however, that the fiercest competition over alum in China and in India centered on the activities of four competing groups: 1) the VOC; 2) the Portuguese at Macao; 3) English country and EIC traders, primarily, at Madras; and 4) indigenous merchants in India sailing to China, the Armenians in particular, and the port city-hinterland redistribution networks, especially on the Coromandel Coast.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

TABLE 6. PORTUGUESE EXPORTS OF CHINESE ALUM AND OTHER BALLAST GOODS TO INDIA, 1684 TO 1783
(in *picols*; information for un-reported years, not found)

Year	Alum	Sugar	Zinc
1684	30		3,700
1688	50		2,500
1689		600	1,200
1692		15	1,000
1693	200	400	2,800
1694	20	750	
1697	1,400	320	
1698	1,400		
1700	262		2,300
1701	200	1,600	2,500
1705		25	200
1706		400	400
1707	100	2,800	
1708		5,000	
1709	60	1,500	
1724		50	
1725		100	300
1726		270	110
1727	950	1,800	
1728	200		
1729		300	200
1733		650	300
1735			150
1736	1,300	450	3,000
1741	770		
1742	1,200	1,400	350
1777	4,400	2,000	2,500
1778	8,800	3,270	4,500
1779	12,950	7,000	10,100
1780	10,500	6,100	6,400
1781	7,000	5,000	8,600
1782	2,304	7,380	8,390
1783	2,000	12,500	12,450
Totals:	56,096	61,680	73,950

Sources: Souza, *Survival*, 164-5; ARA, VOC 1403 to 2570, Malacca report; Souza, "Ballast Goods, p. 313 and ARA, VOC 3495 to 3961, Malacca report.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

The VOC remedied some of the commercial inconveniences caused by their dependence upon indirect supply of Chinese commodities by shifting to a policy of trading directly with China in the third decade of the 18th century. In the particular case of Chinese alum, Table 5 outlines: 1) the quantity of alum that the Company's merchants in China were instructed to purchase based on an estimated demand for profitable commercial transactions in a number of inter-Asian markets; and 2) the actual quantities that the Dutch were able to purchase.

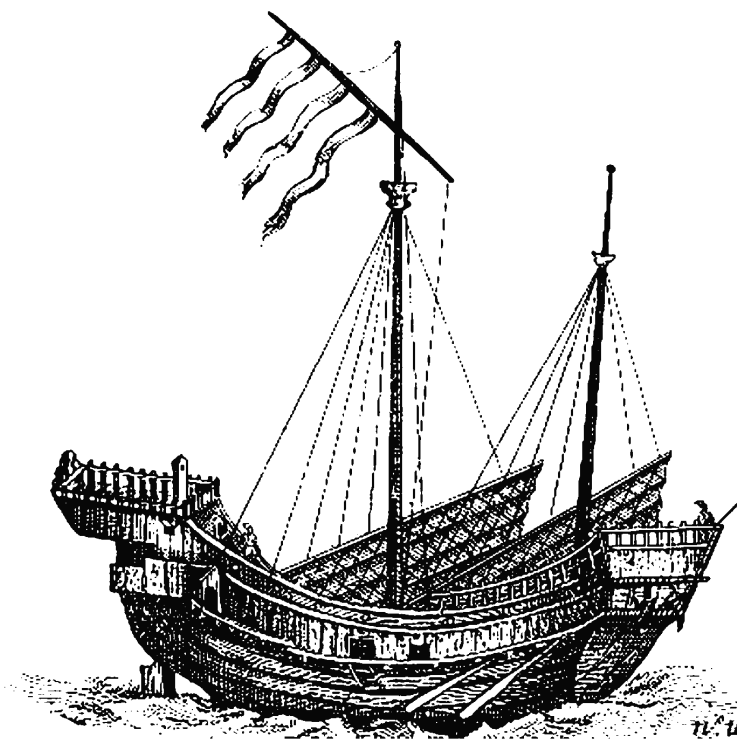
The Portuguese at Macao incorporated and increased their use of alum for commercial and technical reasons over this period. They competed with the Chinese in indirect deliveries and sales of alum to the VOC at Batavia, as shown in Table 4, and in the direct export of Chinese alum to India, as shown in Table 6. In comparison with other Chinese commodities that could be used for ballast purposes, this incomplete table suggests that over this period: 1) alum was not available, initially, in quantity or demanded commercially to the same degree as zinc or sugar; 2) there was, as to be expected, a commercial interaction between the Indian market demand for alum, sugar and zinc, the competitive actions of others and the Portuguese decision to employ and supply any Chinese commodity; 3) there was a substantial growth in the volume of supply of Chinese commodities in general, and alum in particular, by the Portuguese and all competitors.

Purchase prices increased in China, sales prices declined in Indian markets, and gross profit margins for all trading groups and competitors were squeezed, as revealed in Table 3 and Table 7, which caused certain groups such as the VOC to nearly desist in trading in alum. The Portuguese continued to compete; by the second half of the 18th century, the English country and EIC traders, primarily, at Madras, had substantially surpassed the annual quantities of alum exported by the Portuguese from Macao.⁴⁹

Although still imprecise on account of the lacunae from other participants' records and data, an estimate of the quantity of alum that was exported annually from China may be advanced at this time based in part on data from Tables 4 through 6. Five to ten thousand *picols* (625,000 to 1.25 million *ponden*) of alum, it is estimated, were exported annually from China in the early 18th century, and between thirty to

forty thousand *picols* (3.75 to 5 million *ponden*) in the late 18th century. The marked tendency for growth and expansion in Chinese alum exports to India in the late 18th century continued, primarily, through the efforts of British country traders into the early 19th century.

With our present dependence on European sources, the issue of Indian demand and consumption of alum in general and Chinese alum in particular is incomplete. The unquestioned ubiquity of alum use by Indian dyers is reconfirmed in a series of Indian and European manuscript sources on mordant and dyeing in India—the *Nuskha Khulāsatul Mujarrebāt*, a mid-18th century dyeing recipe treatise, Georges Roques' *La manière de négocier dans les Indes Orientales*, Beaulieux, Coeurdoux and Roxburgh.⁵⁰ In spite of this reconfirmation, at present, there is little clear evidence that permits a discussion of: 1) the supply and demand relationship of alum (both local and imported) versus alternative mordant supplies in Indian markets; 2) local versus imported alum pricing and supply sensitivity in comparison with overland versus maritime transportation costs; 3) the relative security of maritime versus local or overland supply; and 4) a direct, calculable correlation in Indian textile production in relation to the supply of alum.



ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

TABLE 7. CHINESE ALUM SALES AND GROSS PROFIT MARGINS REALIZED BY THE VOC IN PRIMARY INDIAN MARKETS, 1715 TO 1760 (in *ponden*)

Year	Surat		Coromandel Coast		Bengal	
	Quantity	GPM %	Quantity	GPM %	Quantity	GPM %
1715	55,373	66				
1716	51,665	65				
1718	108,423	83				
1719	17,679	87				
1732			13,307			
1733			63,923			
1734		62				
1736	100,000					
1744	200,000					
1747	97,160	56	40,260	32		
1748	107,641	99				
1749	167,613	131				
1751				53		
1752				59		
1753	0	0	19,813	19	12,108	17
1755			0	0		
1756			0	0		
1757				34		
1758			6,028	29		
1759			13,344	33		
1760	27,394	29				
Totals	932,948		156,675		12,108	

Sources: *GM VII*, 189, 248, 375, 438; *GM IX*, 614, 625, 680, 773; *GM XI*, 252; ARA, VOC 2710-2974, Return reports.

The evidence does permit us to advance certain informed impressions. Chinese alum did not find any significant market demand in Persia.⁵¹ Clearly and obviously, there was no Indian demand *per se* but a disaggregated pattern of demand and consumption centering on the port cities and hinterland cities—Surat, Coromandel Coast, Bengal, and Malabar Coast—in relation to those ports that were weaving and textile producing centers.⁵² Since the Dutch sold alum at both port and hinterland cities on the Coromandel Coast (Pulicat, Teganapatam, Sadras, Nagappattinam, Porto Novo [Parangipettai], Masulipatam, Golkonda, Bimlipatam, and Jagannathapuram) and in Bengal (Hugli and Patna),

the registered price fluctuations in the same years that the VOC and others sold alum are important indicators of Indian sub-regional port and hinterland cities market demand. According to VOC records over the 18th century, there was greater demand for imported Chinese alum at Surat and on the Coromandel Coast than in Bengal and on the Malabar Coast. At Surat, the limiting factor in the VOC's participation in this market was caused more by the inconsistency in supply of Chinese alum via their indirect purchase policy than by a decline in demand or price or competition from other country traders in that Gujarat port market. On the Coromandel Coast, it is clear from contemporary Dutch reports that: 1) the quantities of Chinese alum

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

that arrived at Masulipatnam⁵³ from indigenous competitors were significant (117,432 and 660,051 *ponden* in distinct years) and greatly surpassed the VOC's supplies; 2) after purchasing 242,670 *ponden* at Batavia and delivering the alum to the Coromandel Coast to remedy this disadvantage, the selling price for alum collapsed from 13 or 14 to 9.5 or 10 *guilders* per *bahar* on account of large supplies brought to the coast by the English and Portuguese; and 3) unable to sell their stocks, the VOC was temporarily left holding 72,000 *ponden* of alum.⁵⁴ Indigenous, Portuguese from Macao and English competition emerged, centering on Masulipatnam, Porto Novo and Madras, and by the mid-1730s the VOC had to desist in competing on a regular basis with these suppliers of Chinese alum on this coast and in the internal market redistribution of this commodity.

COUNTRY TRADE AND EMPIRE:
COMMERCIAL AND CULTURAL
EXCHANGES

Country trade and the exchange of commodities between China and India grew in commercial and political importance for Europeans and their imperial projects in Asia. The pursuit of country trade by Europeans in Asia in the 17th century was primarily for profit. Over the 18th century, however, fueled by mercantilist policies and debate over the perceived deleterious effects of an imbalance or outflow of bullion from Europe to acquire Asian commodities, there was increased competition and interest in country trade as a way to provide alternative capital resources and profits to finance European purchases of Asian commodities. The commercial objective of establishing ascendancy over country trade contributed to tension and conflict between other Europeans and with Asians.

The overall contribution and participation in country trade of Chinese alum should not be and has not been inflated or exaggerated; it did not rival Chinese tea or silk exports, nor was any claim made that it did. It was a commodity that exploited a niche market and demand for proto-industrial raw materials. Although full of opportunities for further research, our objective to broaden the discourse concerning the role of country trade was accomplished by introducing Chinese alum and its trade and relating the supply and demand of proto-industrial raw materials—mordant

and natural dyes—to the technology and techniques of textile production in the early modern economies of China and India.

This essay demonstrates and suggests at the heuristic level that the structure of country trade and the typology of the commodities that were exchanged: 1) encompassed a greater variety of goods beyond the stereotypical label of “luxury” items and precious metals; 2) included commodities that were intended to supply proto-industrial and artisan activities; and 3) although un-determined, it is probable that there was a dynamic and significant internal and external market and material cultural relationship between Chinese alum and Indian textile production processes.

There are a number of broader ramifications concerning the nature of exchanges and their importance at a more theoretical and conceptual level suggested by this essay. They are related to maritime trade, technology, and the nature of exchange. The Columbian exchange discusses the biohistory of smallpox and syphilis, Old World plants and animals in the Americas and the influence of New World foods such as maize and manioc on Old World demography.⁵⁵ The Magellan exchange, to date, concentrates and discusses the introduction of New World plants into Asia via two maritime routes: the Cape of Good Hope and the transpacific route.⁵⁶ The China-India and India-China or country trade exchange, as suggested in this essay, warrants a revision of its luxury and precious metals characterization to include basic raw materials for proto-industrial production. Reflection upon Europe's recognition of an inequality and attempts to replicate Asia's technical superiority in the production of specific commodities that were involved in global and country trade, such as silks, cottons, porcelain and others involved the East-West exchange reminds us of a search for convergence in technical know-how before divergence.⁵⁷ In a very small but important way, this essay on Chinese alum has introduced new approaches and problems concerning the nature of East-West exchange, the commodities that were involved and the role of country trade in early modern Chinese and Indian economic history. **RC**

Editor's Note: This paper was presented at *Country Trade and European Empire in the Arabian Seas: 17th and 18th Century Conference*, Leiden, 9-11 October 2003.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

NOTES

- 1 See K. Glamann, *Dutch Asiatic Trade, 1620-1740*, (The Hague, 1958); P. Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Iberiques (XVIIe, XVIIIe, XVIIIe siècles)*, (Paris, 1960); L. Dermigny, *La Chine et l'Occident: Le commerce a Canton au XVIIIe siècle*, 4 vols., (Paris, 1964); S. D. Quaison, *English 'Country Trade' with the Philippines, 1644-1765*, (Quezon City, 1966); K. N. Chaudhuri, *The Trading World of Asia and the English East India Company, 1660-1760*, (Cambridge, 1978); O. Prakash, *The Dutch East India Company and the Economy of Bengal, 1630-1720*, (Princeton, 1985); and A. J. R., Russell-Wood, general ed., *An Expanding World: The European Impact on World History, 1450-1800*, 31 vols., (Ashgate-Variorum, 1995-2000).
- 2 See H. Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600-1800*, (Minneapolis, 1976) and B. B. Kling and M. N. Pearson, eds., *The Age of Partnership: Europeans in Asia before Dominion*, (Honolulu, 1979).
- 3 See S. Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce. Southern India 1500-1650*, (Cambridge, 1990); S. F. Dale, *Indian merchants and Eurasian trade, 1600-1750*, (Cambridge, 1994); T. T. Allsen, *Commodity and exchange in the Mongol empire: A cultural history of Islamic textiles*, (Cambridge, 1997); C. Markovits, *The Global World of Indian Merchants, 1750-1947: Traders of Sind from Bukhara to Panama*, (Cambridge, 2000); and P. Parthasarathi, *The Transition to a Colonial Economy: Weavers and Kings in South India, 1720-1800*, (Cambridge, 2001).
- 4 For the port city, see J. Kathirithamby-Wells and J. Villiers, eds., *Southeast Asian Port and Policy: Rise and Demise*, (Singapore, 1990); F. Broeze, ed., *Brides of the Sea: Port Cities of Asia from the Sixteenth to the Twentieth Centuries*, (Honolulu, 1995); and F. Broeze, ed., *Gateways of Asia: Port Cities of Asia in the 13th-20th Centuries*, (Honolulu, 1996); for the colonial city, see R. Murphey, "Traditionalism and Colonialism: Changing Urban Roles in Asia," *Journal of Asian Studies*, 29 (1969), 67-84; D. K. Basu, ed., *The Rise and Growth of the Colonial Port Cities in Asia*, (Berkeley, 1985); and R. Ross and G. J. Telkamp, eds., *Colonial Cities: Essays on Urbanism in a Colonial Context*, (Dordrecht, 1985). For the maritime trade and port hinterland discussion, see I. Banga, *Ports and their Hinterlands in India, 1700-1970*, (New Delhi, 1992); K. S. Mathew, ed., *Mariners, Merchants and Oceans*, (Delhi, 1995); B. Stein and S. Subrahmanyam, eds., *Institutions and Economic Change in South Asia*, (Delhi, 1996); R. Mukheyee and L. Subramanian, eds., *Politics and Trade in the Indian Ocean World*, (Delhi, 1998); R. H. Grove, et al., eds., *Nature and the Orient: the Environmental History of South and Southeast Asia*, (Delhi, 1998); and S. Chaudhury and M. Morineau, eds., *Merchants, Companies and Trade*, (Cambridge, 1999).
- 5 The Dutch archival records that were used are found in The Hague in the *Algemeen Rijksarchief (ARA)*, primarily in the *Koloniale Archieven Oost-Indie: Archieven van de Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, (VOC) collection. Printed Dutch records included W. P. Coolhaas, et al., eds., *Generale Missiven van Gouverneurs-General en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, 11 vols., (The Hague, 1960-2001), cited hereafter as *GM*; J. A. van der Chijs, et al., eds., *Dagbregisteer gehouden int Casteel Batavia vant passerende daer ter plaetse als over geheel Nederlands India*, 31 vols., (Batavia and The Hague, 1888-1931); J. L. Blusse, et al., eds., *Dagregisters Van Het Kasteel Zeelandia, Taiwan, 1629-1662*, 4 vols., (The Hague, 1986-97), cited hereafter as *DZ*; and P. van Dam, *Beschryvinge van de Oostindische Compagnie*, 7 vols., (The Hague, 1927-54). Some of the Portuguese archival records that were used are found in Lisbon, Portugal, in the *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Maços de Macau* collection, in Macao in the *Santa Casa de Misericórdia (SCM)* collection, and in Goa, India, in the *Historical Archive of Goa, (HAG)*, *Macau and Correspondência de Damão* collections. The printed records of the Macao archives, see *Arquivos de Macau*, first series, 3 vols., (Macao, 1929-31); second series, 1 vol., (Macao, 1941); and third series, 28 vols., (Macao, 1964-1977). For English country trade and observations on other participants, the diverse documentation throughout the *Records of Fort St. George* series are orientative, see *The Diary and Consultation Books*, 76 vols., (Madras, 1910-1947); *Letters to Fort St. George*, 45 vols., (Madras, 1916-1946); *Letters from Fort St. George*, 40 vols., (Madras, 1915-1941).
- 6 See A. Appadurai, ed., *Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, (Cambridge, reprint 1988); J. Walvin, *The Fruits of Empire: Exotic Produce and British Taste 1660-1800*, (New York, 1997); M. Mauss, *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*, W. D. Halls, trans., (2000); and A. Bauer, *Goods, Power, History*, (Cambridge, 2001).
- 7 See G. B. Souza, "Dyeing Red: S.E. Asian Sappanwood in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," a paper that was presented at the *Colóquio Produção e Comércio de Mercadorias Raras: Produções, Comércio e Vivências no Oceano Índico e Mar da China*, Fundação do Oriente, in Lisbon, Portugal, November 7-8, 2003.
- 8 For a summary of the discussions by historians of South Asia on the efficacy and the use of European sources, in this case VOC records, in the writing of Indian economic history, see S. Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce. Southern India 1500-1650*, pp. 1-8; O. Prakash and S. Chaudhuri discussed this issue in *Modern Asian Studies*, 27:2, (1993); and see L. Subramanian, "Alternate Approaches to Maritime India," *The Indian Economic and Social History Review*, 33:2 (1996), pp. 209-217.
- 9 See G. B. Souza, "Notes on the 'Algemeen Rijksarchief' and its Importance for the Study of Portuguese, Asian and Inter-Asian Maritime Trade," *Itinerario*, 4:2, (1980), pp. 48-56.
- 10 See H. Yule and A. C. Burnell, *Hobson-Jobson: A glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases*, (London, 1886; reprint: 1969), pp. 266-267.
- 11 See G. B. Souza, "The Portuguese Merchant Fleet at Macao in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," an unpublished paper presented at the *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks Conference*, Leiden University, Leiden, The Netherlands, 23-26 June, 2003.
- 12 See G. B. Souza, "Ballast Goods: Chinese Maritime Trade in Zinc and Sugar in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," in R. Ptak and D. Rothermund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c.1400-1750*, (Stuttgart, 1990), pp. 291-315.
- 13 See N. Steensgaard, *Carracks, Caravans, and Companies: the structural crisis in the European-Asian trade in the early 17th century*, (Copenhagen, 1972), which was printed in America *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, (Chicago, 1974).
- 14 See D. O. Flynn and A. Giráldez, "Cycles of Silver: Globalization as historical process," *World Economics*, 3:2 (2002), pp. 1-16, quote, p. 4.
- 15 See D. C. Johnson, *Agile Hands and Creative Minds: A Bibliography of Textile Traditions in Afghanistan, Bangladesh, Bhutan, India, Nepal, Pakistan and Sri Lanka*, (Bangkok, 2000); M. C. Howard, *Textiles of Southeast Asia: An Annotated and Illustrated Bibliography*, (Bangkok, 1994).
- 16 See M. N. Pearson, *Port Cities and Intruders: The Swahili Coast, India, and Portugal in the Early Modern Era*, (Baltimore and London, 1998), pp. 101-103.
- 17 See S. Robinson, *A History of Printed Textiles*, (Cambridge, Mass., 1969), pp. 7, 14-15, 19, 60-62, 110-115, 118, 120.
- 18 See G. P. Baker, *Calico painting and printing in the East Indies in the 17th and 18th centuries*, (London, 1921).

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- 19 See S. Robinson, *A History of Dyed Textiles*, (Cambridge, Mass., 1969).
- 20 See F. Brunello, *The Art of Dyeing in the history of mankind*, B. Hickey, trans., (Vicenza, 1973).
- 21 See *Webster's New World Dictionary*, (New York, 1972), p.925.
- 22 See A. Bülher, "Dyeing among Primitive Peoples," *Ciba Review*, 68 (1948), p. 2497. Published on a regular basis from 1936 till 1969, the *Ciba Reviews* are an inestimable resource for specialists and fundamental orientation for the non-specialist; a rather large number of additional articles and variety of topics were consulted but only a few will be mentioned: 1 Medieval Dyeing; 2 India, its Dyers, and its Colour Symbolism; 4 Purple; 7 Scarlet; 10 Trade Routes and Dye Markets in the Middle Ages; 39 Madder and Turkey Red; and 49 Flax and Hemp.
- 23 For the history of alum, see C. Singer, *The Earliest Chemical Industry*, (London, 1948).
- 24 See *Webster's New World Dictionary*, p. 41.
- 25 See Sung Ying-Hsing, *Chinese Technology in the Seventeenth Century: T'ien-Kung K'ai-Wu*, E-Tu Zen Sun and Shiou-Chuan Sun, trans., (Mineola, New York, 1966), pp. 206 and 213.
- 26 See Mira Roy, "Dyes in Ancient and Medieval India," *Indian Journal of History of Sciences*, vol. 13, no. 2, (1978), pp. 83-113, quote pp. 84-85; O. P. Agrawal, "Dyes and Pigments in India: Historical, Social and Material Perspectives," in B. V. Subbarayappa, ed., *Chemistry and Chemical Techniques in India*, vol. IV, part I, (New Delhi, 1999), pp. 173-208, in D. P. Chattopadhyaya, general ed., *History of Science, Philosophy and Culture in Indian Civilization*, 10 vols., (New Delhi, 1999); and B. C. Mohanty, et. al., *Natural Dyeing Processes of India*, (Ahmedabad, 1987).
- 27 See Pliny, the Elder, *Natural History*, H. Rackham, trans., (Cambridge, 1962).
- 28 See K. Fleet, *European and Islamic trade in the early Ottoman state: The merchants of Genoa and Turkey*, (Cambridge, 1999); S. Faroghi, "Alum production and alum trade in the Ottoman empire (about 1560-1830)," *Wiener Zeitschrift für die Kunde des Morgenlandes*, 71 (1979), pp. 153-175; and W. Heyd, *Histoire du Commerce du Levant au Moyen-Age*, 2 vols., (Amsterdam, 1962).
- 29 See F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, S. Reynolds, trans., (London, 1972); P. Horden and N. Purcell, *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*, (Oxford, 2000), pp. 145, 346, 349, 354, 361, 611.
- 30 See P. O. Long, *Openness, Secrecy, Authorship: Technical Arts and the Culture of Knowledge from Antiquity to the Renaissance*, (Baltimore and London, 2001); alum's use and dyeing in Europe was first commented upon in 1548, see G. Rossetti, *The Plichtbo*, S. M. Edelstein and H. C. Gorghettey, trans., (Cambridge, Mass. and London, 1969).
- 31 P. Spufford, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe*, (London, 2002), pp. 167, 247, 334, and 398-9; and L. Liagre, "Le commerce de l'alun en Flandre au Moyen Age," *Le Moyen Age*, 61 (1955), pp. 177-206.
- 32 J. Delumeau, *L'alun de Rome Xe-XIXe siècle*, (Paris and The Hague, 1962).
- 33 Sung Ying-Hsing, *Chinese Technology in the Seventeenth Century: T'ien-Kung K'ai-Wu*, pp. 206 and 213.
- 34 See V. Biringuccio, *Pirrotechnia*, trans., C. S. Smith and M. T. Gnudi, (Chicago, 1942; reprint: Cambridge, Mass., 1959), pp. 77-78 and 98-105; G. Agricola, *De Re Metallica*, trans., H. C. Hoover and L. H. Hoover, (London, 1912; reprint: New York, 1950), pp. 564-570.
- 35 See W. Milburn, *Oriental Commerce*, 2 vols., (London, 1813; reprint: New Delhi, 1999), II, p. 498.
- 36 Sung Ying-Hsing, *Chinese Technology in the Seventeenth Century: T'ien-Kung K'ai-Wu*, p. 206; see D. Kuhn, *Textile Technology: Spinning and Reeling*, Vol. V, Pt. 9, (Cambridge, 1986) and P. J. Golas, *Mining*, Vol. V, Pt. 13, (Cambridge, 1999), p. 233 in J. Needham, *Science and Civilization in China*, 7 vols. and 18 parts, (Cambridge, 1954-present).
- 37 L. Dermigny, *La Chine et l'Occident: Le commerce a Canton au XVIIIe siècle*, 4 vols., I, p. 374; and N. Rondot, *Etude pratique du commerce d'exportation de la Chine*, (Paris, 1848), pp. 7-10, 310.
- 38 See *DZ*, II, pp. 87, 144, 163, 223, 244, 248, 263, 287, 289, 295, 333, 336, 356, 361-2, 364, 368, 371, 378, 382, 436, 505, 509, 511-2, 522, 527, 533-4, 559, 569, 581-3, 614; III, 56-8, 60-1, 67-8, 74, 169, 228, 233, 272, 369, 456, 508, 609; IV, 200.
- 39 See G. B. Souza, *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*, (Cambridge, 1986), pp. 46-7, 75-8.
- 40 See *DZ*, II, p. 55.
- 41 *Ibid.*, p. 71.
- 42 *Ibid.*, II, p. 521 and III, p. 22.
- 43 *Ibid.*, II, p. 163.
- 44 For the Manila Galleon, see W. L. Schurz, *The Manila Galleon*, (New York, 1939) and O. H. K. Spate, *The Spanish Lake*, (Canberra, 1979) and *The Pacific since Magellan*, 3 vols., (Minneapolis, 1983-88); for the trade between the Philippines and Mexico, see C. Yuste López, *El comercio de la Nueva España con Filipinas, 1590-1785*, (Mexico, 1977).
- 45 See *DZ*, II, p. 439; III, p. 609; and IV, p. 271.
- 46 R. Maloni, *European Merchant Capital and the Indian Economy: A Historical Reconstruction Based on Surat Factory Records 1630-1668*, (New Delhi, 1992); and A. das Gupta, *Indian Merchants and the Decline of Surat c.1700-1750*, (Wiesbaden, 1979).
- 47 L. Dermigny, *La Chine et l'Occident: Le commerce a Canton au XVIIIe siècle*, I, p. 374 and H. B. Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*, 5 vols., (Oxford, 1926-9, reprint Taiwan 1975), I, pp. 124, 133, 172, 177, 180, and 261; II, pp. 203 and 318.
- 48 See ARA, VOC 1394 to 3947, Price Current Report.
- 49 See H. B. Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*, I, pp. 124, 133, 172, 177, 180, and 261; II, pp. 203 and 318.
- 50 See H. K. Naqvi, "Dyeing of Cotton Goods in the Mughal Hindustan (1556-1803)," *Journal of Indian textile history*, v. VII (1967), pp. 45-56; and P. R. Schwartz, *Printing on Cotton at Ahmedabad, India in 1678*, (Amemdadabad, 2nd ed., 1996); "French documents on Indian cotton painting. (1) the Beaulieu mss; (2) New light on old material," and "The Roxburgh Account of Indian Cotton Painting: 1795," in *Journal of Indian textile history*, v. II (1956), pp. 5-23; v. III (1957), pp. 15-44; v. IV (1959), pp. 47-56.
- 51 Based on an examination of VOC Persia reports from the late 1690s to the late 1740s, VOC 1652 to 2517.
- 52 J. Irwin, "Indian textile trade in the seventeenth century: (1) Western India, (2) Coromandel Coast, (3) Bengal, (4) Foreign Influences," *Journal of Indian textile history*, v. I (1955), pp. 15-44; v. II (1956), pp. 24-42; v. III (1957), pp. 19-70; v. IV (1959), pp. 57-64.
- 53 See S. Arasaratnam and A. Ray, *Masulipatnam and Cambay: A History of Two Port-Towns, 1500-1800*, (New Delhi, 1994), pp. 1-116.
- 54 See *GM*, IX, (1988), pp. 165, 270, 314, 535, 554, 607, 680, and 685.
- 55 See A. W. Crosby, Jr., *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*, (Westport, Conn., 1972).
- 56 See S. Mazumdar, "The Impact of New World Food Crops on the Diet and Economy of China and India, 1600-1900," in R. Grew, *Food in Global History*, (1999), pp. 58-78.
- 57 See K. Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*, (Princeton and Oxford, 2000) and K. Pomeranz and S. Topik, *The World that Trade Created: Society, Culture, and the World Economy 1400 to the Present*, (Armonk and London, 1999).

Os Três Mosqueteiros Marítimos Vistos pelos Chineses

JIN GUO PING* E WU ZHILIANG**

Homem e mulher dos países atlânticos.
As ilustrações de “estrangeiros” reproduzidas neste artigo integram o chamado “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século XVIII). Este, nos seus mais de 60 metros, inclui cerca de 600 figuras humanas (de estrangeiros, ocidentais e orientais, e das diferentes minorias nacionais).



INTRODUÇÃO

Na época dos Descobrimentos, Portugal, Espanha e Holanda constituíam três potências marítimas. Foram os pioneiros nas relações Europa-China e as suas sucessivas vindas ao Extremo Oriente representam importantes eventos na História Moderna, do Mundo e da China.

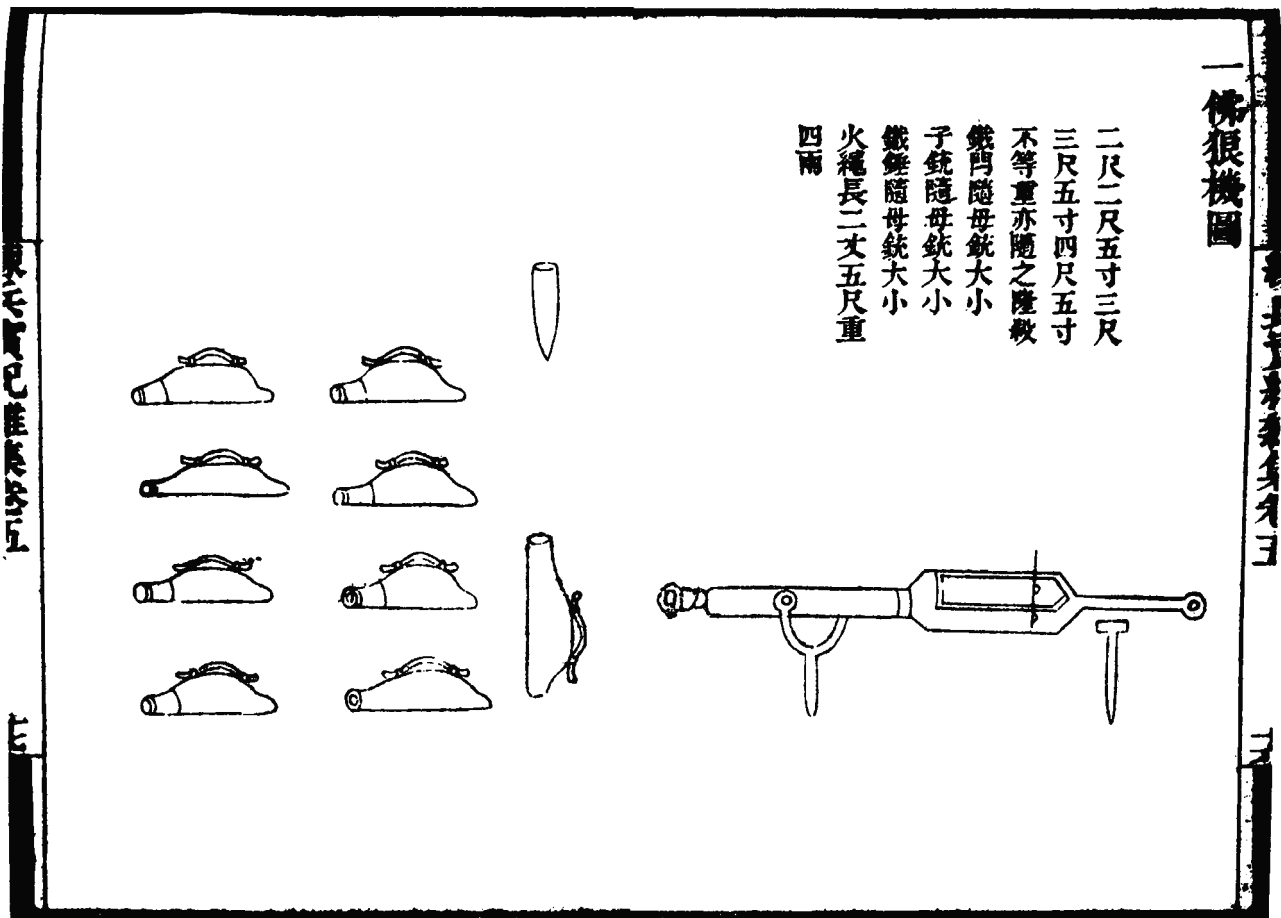
Portugal foi o pioneiro dos pioneiros. Com a conquista portuguesa da Malaca em 1511¹, os lusos começaram a navegar em direcção da China. Em 1513, Jorge Álvares chegou a Tamão², no delta do rio das Pérolas. Em 1517, Tomé Pires³, o primeiro embaixador português e também o primeiro da Europa, desembarcou na cidade de Cantão, encetando as relações oficiais com a China Ming. A partir de 1553, com o assentamento da paz entre Wang Bo 汪柏 e Leonel de Sousa, os portugueses passaram a frequentar Macau, onde, desde 1557, se fixaram com o conhecimento das autoridades máximas de Pequim⁴ e aí criaram um importante empório do “comércio da China” e ponto da irradiação do Catolicismo em todo o Extremo Oriente. Com a circum-navegação de Fernão de Magalhães, os espanhóis descobriram as Filipinas em 1521 e, após várias tentativas, ocuparam-nas em 1576, convertendo-as numa plataforma do comércio com a China⁵. Manila chegou a ser um dos pontos, de partida ou escala, na rota trans-Pacífico da seda que culminava na mediterrânica Sevilha. Com a extinção da Casa de Flandres, os holandeses, proibidos pelos Hasburgo de se abastecerem de especiarias em Lisboa, já sob a coroa dualista, viram-se obrigados a sair ao mar no encalço dos Ibéricos, numa luta verdadeiramente planetária com portugueses e espanhóis.

* 金国平 Tradutor e investigador da História de Macau e da História das Relações Sino-Portuguesas. Licenciado em Português pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

Translator and investigator of the History of Macao and of the History of Sino-Portuguese Relations. He holds a Degree in Portuguese from Beijing University of Foreign Studies.

** 吴志良 Doutorado em História pela Universidade de Nanquim. Vice-presidente do Instituto das Relações Chinesas com o Exterior. Administrador da Fundação Macau.

Ph.D. in History from the University of Nanjing. Vice-president of the China Overseas Relations Association. Chairman of the Macao Foundation.



Uma das primeiras ilustrações chinesas do canhão *fulangji*, in *Chouhai Tubian*, 1562.

Os “três mosqueteiros marítimos” saíram do Velho Mundo e reencontraram-se na China.

Os portugueses foram inicialmente conhecidos por *fulangji* 佛郎机 e os espanhóis receberam o nome de *lūsōng* 吕宋⁶. Os holandeses, pelas suas características fisionómicas, muito diferentes das dos Ibéricos, foram baptizados de “Bárbaros de Pêlos Ruivos” ou “Bárbaros Ruivos.”

Fulangji vem de “Frangues”⁷, nome pelo qual os muçulmanos designavam os cristãos da Europa Ocidental e pelo qual, a partir das Descobertas Marítimas, passaram a chamar os portugueses, integrantes da Europa Cristã.

Estas designações dadas pelos antigos chineses aos primeiros europeus chegados ao litoral do Império do Meio são a prova de que na altura o conhecimento chinês sobre geografia mundial estava muito atrasado. Este atraso tinha muito a ver com a tradicional mentalidade chinesa de estabelecer uma diferença entre

a sua própria cultura e as culturas não chinesas. Para a milenar e sinocêntrica mentalidade chinesa, tudo o que estivesse fora do Império do Meio era barbárie, consequentemente, toda a cultura não chinesa era considerada como dos “bárbaros”. Este conceito do mundo, um pouco bizarro, que considerava a China o centro imaginário do espaço universal esteve sempre presente na antiga cartografia chinesa e só veio a ser ultrapassado com o mapa-múndi introduzido por Matteo Ricci em finais do século XVI.

Tal como os primeiros europeus registaram as suas impressões sobre a China, criando algumas imagens do Império do Meio, os chineses confiaram aos seus pincéis as primeiras informações sobre os novos elementos do seu “sistema tributário”, criando algumas “figuras” na memória colectiva chinesa.

Graças aos estudos sistemáticos e pioneiros de Rui Loureiro, conhecemos já a imagem da China na literatura ibérica dos séculos XVI e XVII⁸. Este nosso

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

trabalho pode ser considerado como uma tentativa de sentido contrário.

O volume de informações chinesas sobre os europeus em questão é imenso, pelo que nos restringiremos aos relatos testemunhais das autoridades locais que receberam a primeira embaixada portuguesa, de pessoas que visitaram Macau ou de mandarins que assumiram responsabilidades sobre a Cidade do Santo Nome de Deus.

Em rigor, estes relatos testemunhais devem considerar-se como literatura de viagens, base do imaginário sobre o exótico de determinada época. Estas comunicações, “vistas” ou “vvidas” pelos seus autores, merecem a maior confiança. Pelo exotismo que transmitem, uma vez circulando através da leitura, levam à divulgação de novas imagens que se transmitem mais rápida e amplamente do que através de qualquer outro género literário.

Este tipo de literatura oferece elementos importantes para a reconstituição do pensamento e mentalidade do povo chinês no momento dos seus

primeiros contactos com os estrangeiros que lhes apareceram e reveste-se de fundamental importância para o estudo das primeiras imagens criadas no imaginário colectivo chinês sobre os novos povos vindos de terras desconhecidas e longínquas, assaz diferentes das comunidades persas e árabes com que estava familiarizado desde há séculos. Foi na Era Moderna da História da China que se verificaram-se as maiores mudanças no seu conceito do mundo. Indubitavelmente, estes relatos testemunhais sobre o exótico contribuíram decisivamente para a modernização da mentalidade chinesa. É com este sentido que afirmamos poderem estas descrições testemunhais ser consideradas como literatura de viagens, viagens no interior da própria China, num local que saíra do anonimato e se transformara num ponto de introdução de novas ideias e novos produtos, guiando, assim, os leitores numa viagem ao exótico dentro do próprio território chinês. Talvez possamos chamá-la de “Literatura de Viagens em Macau”.

Este tipo de narração, quando comparado com os documentos oficiais e as histórias dinásticas oficiais, oferece uma leitura muito mais ligeira, com descrições multifacetadas sobre quase todos os aspectos da vida dos estrangeiros. É agradável, por ser minucioso, mais objectivo e neutral e isento de preconceitos culturais.

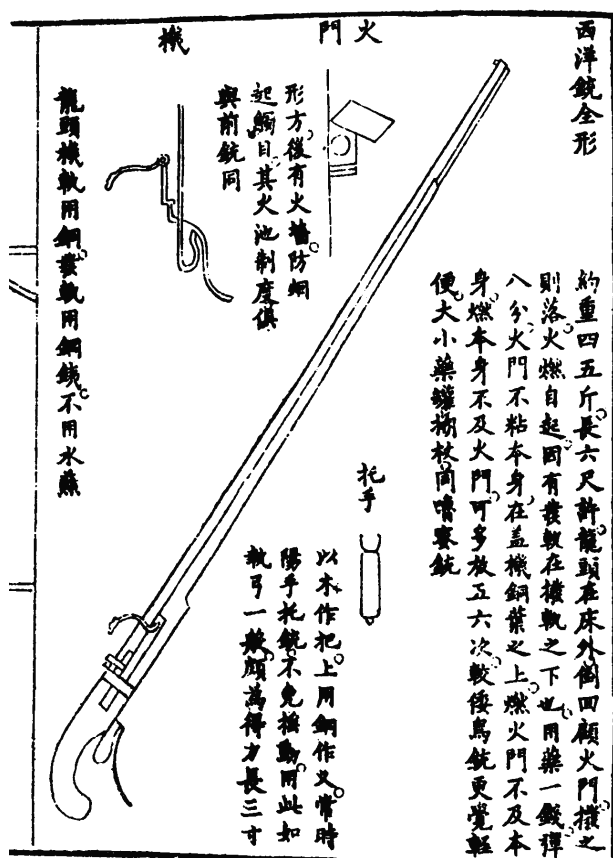
Nestes relatos pormenorizados dos letrados está patente uma natural e humana curiosidade pelos “bárbaros”, o que traduz uma certa abertura da conservadora mentalidade chinesa, simbolizando também o início de uma lenta mudança.

A Literatura de Viagens, género sem moldes rigorosos, goza de uma grande liberdade de estilo e flexibilidade temática de modo a abarcar todos os aspectos da vida humana e natural. É a forma literária preferida pelos letrados chineses para poderem pôr em texto o que vêem, ouvem, observam e pensam, dando-lhes liberdade e alegria na sua produção literária.

Pelo seu carácter testemunhal, por vezes são citados como fontes históricas, numa complementaridade não censurada das bem trabalhadas histórias oficiais que normalmente nos não dão uma visão objectiva e detalhada dos estrangeiros, de modo que esta “Literatura de Viagens em Macau” constitui uma fonte mais isenta para o estudo sobre as imagens dos portugueses e outros povos europeus, nos primórdios de Macau.

Tendo sido os portugueses os primeiros a entrar em contacto com os chineses, é sobre eles que existe

Ilustração e descrição da pistola in *Chouhai Tubian*, 1562.



EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

maior caudal de informação escrita nas fontes chinesas, fontes que podemos dividir em anteriores e posteriores à fundação de Macau.

Anterior ainda à fixação portuguesa em Macau, a primeira informação é sobre a embaixada de Tomé Pires.

Quando Tomé Pires desembarcou em Cantão, foi Gu Yingxiang 顾应祥, *haidao* 海道⁹ interino, quem pessoalmente se encarregou da embaixada no que dizia respeito aos trâmites burocráticos. Na sua obra *Jingxuzhai Xiyinlu* 静虚斋惜阴录 (Antologia de Estimação do Tempo da Sala da Nulidade Silenciosa) relata a chegada daquela embaixada. É um relato testemunhal, com grande valor histórico para uma melhor compreensão das circunstâncias em que se desenvolveu a missão portuguesa. Dada a sua importância, julgamos oportuno publicá-lo na íntegra:

“O *fulangjichong* 佛朗机銃 (canhão dos Frangues, berço) veio inicialmente do Fulangjiguo (País dos Frangues). No reinado de Zhengde 正德 (1506-1521)¹⁰, estava eu nas funções de sub-comissário da Administração Judicial de Cantão, quando o *haidao* Wang Hong 汪鋐¹¹ foi em missão oficial a Pequim, de modo que passei a acumular os assuntos do *haidao* (circuito marítimo)¹² da pasta dele. De repente, apareceram três embarcações bárbaras ao pé da capital provincial que dispararam três canhões¹³, o que deixou toda a população da cidade assustada. Antigamente, essas embarcações bárbaras costumavam fundear nas baías sob a alçada da guarnição de mil famílias de Dongguan 东莞. Nunca houve embarcação alguma que tivesse chegado ao pé da capital provincial. O superintendente do comércio marítimo Wu Hongci 吴洪赐¹⁴ informou-me do acontecimento, de modo que fui à Pousada Huaiyuan 怀远驿¹⁵ para os visitar e interrogar. O intérprete era um natural de Fuliang 浮梁¹⁶ de Jiangxi 江西. Fez-me respeitosamente uma representação a dizer que se tratava de uma embaixada mandada pelo Fulangjiguo para apresentar os seus tributos e que o nome do embaixador era Jiabidan 加必丹¹⁷. No entanto, não o recebi. Mande imediatamente comunicar tudo a Wuzhou 梧州. Ning Cheng 宁城¹⁸, eunuco dos Três Salões, e Guo Xun 郭勋¹⁹, o marquês Wuding 武定, à época no cargo de *zongbing* 总兵²⁰, acorreram ao aviso. O cabecilha²¹ saiu ao longe para os receber mas não se ajoelhou. O censor metropolitano e grande coordenador Chen Jin 陈金²² chegou só, mais tarde, e mandou dar 20 bastonadas



Homem e mulher do país do Pequeno Atlântico (Goa).

no intérprete, dizendo ao superintendente do comércio marítimo: ‘Estes bárbaros vieram de longe, atraídos pela brilho da nossa civilização, mas desconhecem as cerimónias da nossa corte celestial. Sendo eu um alto funcionário nomeado pela corte, mando-os receber instrução protocolar durante 3 dias no Templo Guangxiao 光孝寺²³. No primeiro dia, começaram a fazer genuflexões com a perna esquerda, no segundo dia conseguiram fazê-las com a perna direita e só ao terceiro aprenderam a bater a cabeça no chão²⁴. Só depois é que foram apresentados ao grande coordenador. A repartição do grande coordenador afirmou que aquele país não fazia parte das *Daming Huidian* 大明会典 (Instituições da Grande Ming). Enquanto não chegasse a autorização para seguirem escoltados para a capital, ficavam acomodados na Pousada. Dos produtos apresentados constam, entre outros, corais em rama, *piannao*²⁵, *suofu*²⁶ de várias cores, couraças douradas, vidros. Também há uma coisa que parece *hongxianhe*²⁷ e que se chama *sahala*²⁸. Além disso, havia uma espada de três gumes²⁹. Havia também um terçado de ferro³⁰ tão flexível que quando se solta, depois de dobrado, logo volta ao seu estado normal. Tinha gumes muito cortantes. Estas pessoas têm narizes aquilinos e olhos fundos, muito parecidos com os dos muçulmanos. Vestiam-se de *suofu*, com sobretudo de pele por cima. Usavam bragas de cabedal e uma

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

braguilha também de cabedal que deixava ver os contornos do órgão da masculinidade. O cabecilha costumava ler livros. Peguei num e descobri que se tratava de livros budistas. Mais tarde, veio a autorização para apresentarem os seus tributos. Ao chegarem a Pequim, na visita ao Tribunal dos Ritos, insistiram em não fazer as reverências de genuflexão ao seu titular³¹. Como nessa altura o Wumiao 武庙³² se encontrava numa inspecção no Sul, foram acomodados na Pousada Huitong 会同馆³³ durante mais de meio ano³⁴. Com a entronização do actual imperador, o intérprete foi acusado e condenado e o resto da embaixada foi mandado de volta a Cantão para daí serem expulsos do nosso território.

O canhão era uma das coisas que traziam a bordo. O seu tubo mede 4 ou 5 *chi* 尺³⁵. É barrigudo. Tem uma abertura por onde se metem pelouros de ferro através duma câmara donde, uma vez encaixada dentro do canhão, com a explosão da pólvora a bala sai de rompante. Cada peça possui 4 ou 5 câmaras para disparar alternadamente. Os seus barcos tinham 4 ou 5 peças grossas dos dois lados, escondidas debaixo do convés para fazerem os seus disparos de surpresa, fazendo com que os barcos inimigos se não atrevessem a aproximar-se, pelo que conseguiam andar pelo mar sem rivais.

Nessa altura, a pirataria era desenfreada. Foram mandadas expedições para os perseguir e capturar. O “Pio”, Comandante Lu³⁶ mandou um intérprete entregar-me uma peça para que a examinasse. A peça era revestida de teca e reforçada com 3 ou 4 aros de ferro. Perguntei a razão e responderam-me que era para evitar que o tubo rebentasse aquando do disparo. No dia seguinte, num campo de treino, fez-se uma demonstração. O seu máximo alcance pode atingir os 200 passos. Até aos 100 passos, danifica objectos. Mais além, já não tem força destruidora. A receita da sua pólvora é diferente da chinesa e, portanto, o comandante fez uma cópia. Será que ainda existe em Cantão? Mais tarde, quando Wang Hong foi promovido a Ministro da Guerra, por ordem imperial todas as guarnições fronteiriças fizeram imitações desta peça para se poderem defender dos tártaros do Norte.

Depois de ter sido exonerado do cargo de governador civil de Yunnan 云南, fiquei 15 anos afastado da política activa. Quando, reabilitado, fui para o Ministério da Justiça da capital do Norte, sucediam-se os ataques tártaros contra Shuntian 顺天.

Mais tarde vi, em memoriais ao Trono apresentados por censores imperiais e relativos a casos de negligência que conduziram a fracassos militares, que das fortalezas fronteiriças tinham sido capturadas muitas peças de Fulangji. Os tártaros são bons na cavalaria, mas estas armas de fogo espoliadas não têm para eles grande utilidade. Recentemente vi, num livro ilustrado sobre defesa marítima editado pelo vice-reinado de Zhejiang 浙江, uma gravura com uma peça de Fulangji com cerca de 200 cates e com 3 câmaras, de uns 30 cates cada. Há uma outra diferente do original; deve ser alguma inovação chinesa. Ainda há outra peça mais pequena do que o *fulangji*. Tem uma base sobre a qual se move. A China já possuía este tipo de arma, de maneira que bem podia não ser do modelo do canhão *fulangji*. Digo que o *fulangji* usado nas batalhas navais é muito potente. Também pode ser utilizado na defesa das cidades, mas, nas lutas frente a frente, os nossos *shenqiang* 神枪 (espingardas milagrosas) e *huopao* 火炮 (canhão de fogo) são mais fáceis de manejar.

Analizando os documentos históricos, não se encontra o nome de Fulangjiguo. Há um país que se chama Folin. No reinado de Zhizheng 至正 (1341-1360), em que reinou o Shizhu 世祖 da dinastia Yuan 元 (1279-1368), um país de nome Folan trouxe como seu tributo um ‘cavalo celestial’. Talvez se trate do mesmo país. Além disso, segundo a *Tangshu Xiyuzhuan* 唐书西域传 (Crónica do Território do Oeste na História da Dinastia Tang), em meados do reinado de Kaiyuan 开元 (713-740), o país Dashi (Tajks ou Tazi) enviou cavalos. O embaixador não quis fazer as prostrações e os mandarins responsáveis denunciaram-no. O *zhongshuling* 中书令 (Presidente do Grande Secretariado Imperial), o senhor Zhang 张先生, respondeu que eles tinham usos e costumes diferentes, mas como tinham vindo por respeito e admiração pela China, não se lhes podia imputar qualquer crime. O imperador Xuanzong 玄宗 (685-762) perdoou-os. Ao despedir-se, o embaixador disse que as pessoas da sua terra somente faziam a prostração ao Céu e nunca a nenhum rei. Foi severamente repreendido pelos mandarins e acabou por fazer a devida vénia. Perante tamanha arrogância deste bárbaro de longe, foi-lhe recusado o tributo e foi expulso.

Trata-se dum acto de grande clarividência da nossa augusta dinastia. Pelos vistos, Fulangji deve ser algum território vizinho a Dashi.”³⁷

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Gu Yingxiang (1483-1565), autor deste relato, era natural de Changxing 长兴, província de Zhejiang. Alcançou o grau académico de *jinsshi* 进士 (doutor), no 18.º ano do reinado de Hongzhi 弘治 (1505). Desempenhou várias funções, tanto a nível da administração local como central. Foi um dos mais conhecidos letrados confucianos da dinastia Ming 明 (1368-1644) e um matemático de renome.

Este texto deve ser posterior a 1562, pois o livro sobre defesa marítima que refere foi xilografado nessa data.

Sendo Gu Yingxiang “sub-comissário da Administração Judicial de Cantão” na altura da embaixada de Tomé Pires e tendo substituído o *haidao* no processamento dos trâmites burocráticos da missão portuguesa, o seu relato merece toda a confiança.

Para compreendermos melhor esta fonte, muito rica em informações sobre os portugueses, parecem-nos necessárias algumas análises contextualizadas.

O relato começa com a afirmação “O *fulangjichong* veio inicialmente do Fulangjiguo”. Não sabendo ao certo onde este ficava, o autor fez uma pesquisa nas histórias oficiais chinesas. Folin que na dinastia Yuan ofereceu um “cavalo celestial” à China é identificado com o Império Romano Oriental. E Dashi que mandou cavalos à China é geralmente identificado com o mundo árabe, com centro em Bagdad.

Pela semelhança fonética, Gu Yingxiang sugere que “talvez se trate do mesmo país”. Na realidade, Folin vem de “Rom”, nome árabe de Roma, e Fulangji vem de “Francos”, via persa (*furanji* ou *firinji*) ou árabe (*ifrangi* ou *firangi*)³⁸. Mas o erudito autor não andou longe da verdade ao afirmar “pelos vistos, Fulangji deve ser algum território vizinho a Dashi.”

É dada grande relevância e espaço à descrição do *fulangjichong*. A potência da artilharia portuguesa era tal que Gu Yingxiang recorda “de repente, apareceram três embarcações bárbaras ao pé da capital provincial que dispararam três canhões³⁹, o que deixou toda a população da cidade assustada.”

Para os portugueses, os disparos eram uma forma de saudação, mas os chineses assim o não entenderam, podendo dizer-se ter sido este o primeiro choque entre as culturas Oriental e Ocidental. Mais tarde, após os esclarecimentos dos portugueses, desfez-se o mal-entendido.

Para a China, este sistema de carregar por trás com câmaras era uma grande novidade tecnológica e

Gu Yingxiang apercebeu-se imediatamente da sua importância. Conseguiu que lhe trouxessem uma peça a fim de a poder observar e experimentar com fogo real, registando a sua capacidade destruidora. A sua afirmação e que “os seus barcos tinham 4 ou 5 peças grossas dos dois lados, escondidas debaixo do convés para fazerem os seus disparos de surpresa, fazendo com que os barcos inimigos se não atrevessem a aproximar-se, pelo que conseguiam andar pelo mar sem rivais” refere-se ao sistema de portinhola, inventado em França uns dez anos antes. Como as não pôde observar a bordo, Gu Yingxiang pensou que eram berços, quando, de facto, eram bombardas.

Pela frase “nessa altura, a pirataria era desenfreada” ficamos a saber que a actividade dos piratas estava fora do controle das autoridades e, sendo ele um dos altos responsáveis, não podia deixar de ter um particular interesse na avançada arma de fogo que os portugueses traziam. Até foi obtida uma cópia da receita da pólvora portuguesa.

A partir de documentos internos a que teve acesso, Gu Yingxiang revela que “das fortalezas fronteiriças tinham sido capturadas muitas peças de Fulangji” pelos tártaros. A sua afirmação “os tártaros são bons na cavalaria, mas estas armas de fogo espoliadas não têm grande utilidade para eles” é errada, pois sabe-se que os tártaros se equiparam com essas peças capturadas de que igualmente fizeram imitações, assim conseguindo fazer reverter em seu favor o confronto militar com os Ming. Nos documentos oficiais não há quaisquer referências técnicas sobre a artilharia portuguesa para que não houvesse fuga de informações vitais para a seu fabrico⁴⁰.

Portugal é apresentado como Fulangjiguo que enviara uma embaixada “para apresentar os seus tributos”. Não constava de nenhum registo oficial, mas dada a finalidade da embaixada foram avisadas as maiores autoridades locais para a receberem. Surgiu logo um segundo choque cultural. “O cabecilha saiu ao longe para os receber mas não se ajoelhou”. Por isso, o jurubaca, o famoso Hoja Yasan, foi castigado com bastonadas e o embaixador português e o seu pessoal foram sujeitos a um curso intensivo de protocolo chinês. Gu Yingxiang viu: “no primeiro dia, começaram a fazer genuflexões com a perna esquerda, no segundo dia, conseguiram fazê-las com a perna direita e só ao terceiro aprenderam a bater a cabeça no chão.”

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I



Homem e mulher da Inglaterra.

Mais tarde, “ao chegarem a Pequim, na visita ao Tribunal dos Ritos, insistiram em não fazer as reverências de genuflexão ao seu titular.” Deste episódio, como existem numerosos estudos⁴¹, não vamos entrar em pormenores.

Por este relato ficamos a saber que o conflito em torno do protocolo oficial já vinha de longe, da dinastia Tang 唐 (618-907). Foi por esta razão que o embaixador de Dashi quase foi sujeito a castigo da justiça chinesa. Só a intervenção do imperador lhe salvou a vida, acabando por ser expulso levando consigo o tributo, mesmo depois de fazer a prostração.

Tomé Pires teve melhor sorte. Foi obrigado a umas “liçõeszinhas”, mas acabou por ser apresentado às autoridades máximas de Cantão e autorizado a ir à capital imperial.

O relato oferece-nos ainda descrições antropológicas muito interessantes dos portugueses: quanto à forma de nariz, cor dos olhos, tendo sempre como referência a semelhança com os muçulmanos que eram já conhecidos.

Quanto à maneira de vestir dos portugueses, o que mais lhe chamou atenção foi a forma como realçavam os contornos do órgão masculino o que, para a mentalidade chinesa da altura, era muito escandaloso. Segundo a Dr.^a Isabel Correia, do Centro Científico e Cultural de Macau, antigamente, as calças eram peças

de vestuário que cobriam as ancas e, separadamente, cada uma das pernas. No século XII, as calças passam a ser costuradas entre si, levando na parte dianteira a braguilha, espécie de protector genital, presa por meio de botões ou agulhetas à cintura, que constituía a parte dianteira das calças. A braguilha era em forma de triângulo, abotoada por três botões, a fim de facilitar as necessidades fisiológicas. Além da sua função protectora, servia precisamente para realçar a virilidade. Isto talvez possa ser considerado um terceiro choque de culturas.

Atento, Gu Yingxiang observou que “o cabecilha costumava ler livros.” É a prova chinesa de que o autor de *Suma Oriental* era amigo da leitura. Por curiosidade “peguei num e descobri que se tratava de livros budistas.” Esta é uma afirmação precipitada. Talvez o facto de o Budismo ter sido introduzido na China a partir da Índia, a Oeste, tenha levado o letrado chinês a fazer esta afirmação, dado que os portugueses também vinham do Oeste.

Esta ideia de os portugueses lerem livros budistas e prestarem culto a Buda foi depois repetida por vários outros autores.

Quando os jesuítas chegaram à China e ao Japão, no intuito de melhor se integrarem nas sociedades locais, adoptaram o nome de *Tianzhu Seng* 天竺僧 (monges da Índia) ou *Tianzhuguo Seng* 天竺国僧 (monges do País da Índia) – em japonês *tenchicujins*⁴², “padre de Tengicu”⁴³. No colofon de *Xinbian Xizhuguo Tianzhu Shilu* 新编西竺国天主实录 (Novo Verdadeiro Catecismo do Senhor do Céu do País de Xizhu), editado, em Novembro de 1584, pelo jesuíta italiano Michele Ruggieri, podemos ver: “Composto por monge do País de Tianzhu ao 3.º dia do catecismo, na 8.ª lua do Outono do ano *jiasheng* 甲申 do reinado de Wanli 万历 (1573-1620)⁴⁴. A adopção de um nome já conhecido, na sua tentativa de introduzir o Cristianismo na China e no Japão, talvez tenha sido o primeiro estratagema da política de acomodação dos inacianos. Os jesuítas bem podiam ser considerados como *Tianzhu Seng*, porque de facto tinham vindo de uma terra na Índia, Goa; só que era difícil para um chinês ou japonês saber qual a diferença entre um monge católico e um monge budista. Mas isto não tardaria em ser revelado com a divulgação da doutrina cristã. Os chineses e os japoneses acabaram por saber que os novos *Tianzhu Seng* não eram os mesmos *Tianzhu Seng* que conheciam.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

Vejam agora uma crónica posterior à fundação de Macau.

Oito anos após a fundação oficial de Macau, o letrado Ye Quan 叶权 (1522-1578)⁴⁵ visitou Macau e deixou-nos um relato muito detalhado sobre os primeiros tempos de Macau. Se o Memorial ao Trono de Pang Shangpeng 庞尚鹏, de 1564, considerado como o primeiro documento oficial sobre Macau⁴⁶, se caracteriza pelo seu conteúdo político, este relato oferece-nos muitos pormenores interessantes em termos antropológicos, religiosos, culturais, arquitectónicos, etc.

Eis a parte relativa às suas *You Lingnan Ji* 遊嶺南記 (Crónicas da Viagem a Lingnan)⁴⁷:

“A espingarda de bico de ave é uma arma de fogo portátil dos *fulangji*. A fabricada pelo País do Japão é mais curta e com abertura por trás. A feita pelos *fulangji* é mais comprida e toda fechada. Cada um anda com uma arma destas tal como os chineses andam com os seus arcos e flechas [...] Vi como um *fulangji* lançou um pequeno frasco ao mar, disparou contra ele que estava a flutuar nas ondas e o desfez em pedaços. Isto é o seu ponto forte e em que se apoiam; por isso, de entre os bárbaros, só os *fulangji* se atrevem a mostrar a sua arrogância, a fazer e desfazer.

Tendo em consideração que o orçamento militar de Guangdong depende dos [direitos pagos pelos] navios bárbaros, não se vê qualquer inconveniente se os bárbaros, sem outras ambições, apenas pretenderem fazer rentabilizar seus produtos com a abertura da feira marítima e através do comércio connosco. No entanto, o que se verifica hoje em Macau é a reunião de milhares de bárbaros numa povoação como uma grande cidade, que fazem os chineses seus criados e que se casam com mulheres chinesas, tomando-as e aos seus filhos como escravos. Os oficiais militares imperiais acreditados em Macau e os funcionários alfandegários chineses não têm capacidade suficiente para os controlar; apenas podem tentar tranquilizar, com promessas vagas, o ânimo dos bárbaros para que se não revoltam. Os bárbaros que frequentavam as feiras marítimas, anteriormente realizadas a bordo dos navios, uma vez findas as transacções, iam-se embora e tornavam no ano seguinte. Mas agora, quando terminam as feiras, em vez de partirem, deixam os seus navios e instalam-se em terra, em casas já construídas. Os bárbaros que são, por temperamento, astutos, com a orientação de rebeldes ou fugitivos aí refugiados, adquirem profundos

conhecimentos sobre as vantagens e desvantagens da China bem como sobre as facilidades de navegação por via fluvial até à cidade de Cantão. Como poderá persistir esta situação? Não deverão as autoridades procurar uma solução?

Na última Primavera⁴⁸, no motim no distrito de Dongguan os rebeldes conseguiram chegar, a bordo de lorchas e ao som de tambores, à capital da província, obrigando ao encerramento das portas da cidade em pleno dia. Até ousaram festejar no Templo da Concubina Celestial. O comandante Tang Kekuan 汤克宽 com eles teve vários combates, mas em todos foi mal sucedido. Mandou, então, um mensageiro aos bárbaros de Haojing’ao 濠镜澳 (Baía da Vieira, Macau) solicitando-lhes apoio para derrotar os rebeldes com a promessa de os isentar da medição em caso de vitória, o que não correspondia a qualquer ideia do Governador Civil Provincial. Obtida a vitória, o comandante Tang considerou-a como mérito seu e o *haidao*⁴⁹, desconhecendo o prometido, não os isentou do pagamento da medição. Os bárbaros, inconformados, recusaram-se a pagar os direitos, o que fez com que as autoridades provinciais procurassem colocá-los em apuros. Foi proibida a exportação de víveres para Macau. Esfomeados, os bárbaros acabaram por pagar os direitos, mas lamentaram a falta de dignidade e de palavra dos chineses, sem saberem que tudo tinha sido obra do comandante Tang. As autoridades da instância superior, também na ignorância da promessa feita pelo comandante Tang, pensavam, por sua vez, que os bárbaros eram muito difíceis de controlar. Os conflitos surgem sempre assim, isto é, da falta de comunicação entre as partes.

Os bárbaros da ilha (Macau) que vivem em casas são todos de Fulangji, que é um país do Grande Mar de Oeste. São pessoas brancas e limpas, com cabelos e barbas fartas, narizes aquilinos, sobrelanceiras compridas e achegadas aos olhos que são muito verdes. Usam chapéus vermelhos, calças e jaquetas feitas de *sahala* ou de sedas e brocados coloridos, enfeitados com flores da ameixeira ou com os “oito tesouros”⁵⁰. Tudo é muito garrido e bonito. Calçam sapatos de couro que são muito justos para facilitar os movimentos. Nas mãos, usam luvas feitas de cabedal macio. Às vezes andam com um rosário na mão esquerda e uma vara na direita. Quando faz mais frio, usam chapéus de feltro e sobretudos por fora, que

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

são parecidos às capas budistas. Os dos ricos são de *sahala* vermelha, com um colarinho cor violeta, de pele, aparado. No peito, usam berloques de ouro e outros adornos. Os seus anéis são incrustados de pedras preciosas do Mar de Oeste. Perfumam o corpo com óleos aromáticos. Trazem à cintura uma “parão”⁵¹, de um *chi* de comprimento e adornada de ouro e prata. Os punhais que têm uma aparência mais preta são envenenados. Andam seguidos de 4 ou 5 escravos pretos armados de paus e espadas compridas e que lhes seguram os guarda-sóis encarnados. Há uma espada com uma lâmina de ferro tão flexível que, quando se dobra e a seguir se solta, recupera logo a sua forma inicial. Mesmo os pobres, os humildes e os escravos têm as suas roupas garridas. Os que estão de luto usam roupas pretas e chapéus pretos, não podendo utilizar outras cores. As suas mulheres são ainda mais brancas. Têm uma cabeleira bonita que é puxada para trás da cabeça e coberta com um lenço ou um pedaço de brocado bordado. Usam brincos de ouro nos lóbulos e sapatos de couro. Andam com uma grande capa feita de algodão ou brocado bordado que cobre o todo corpo até ao chão, só deixando à mostra a sua cara. Estão cheias de jóias variadas. Os homens tiram o chapéu e arrastam um pé em sinal de vénia e as mulheres fazem vénias semelhantes às *wanfu* 万福 (dez mil felicidades) das chinesas. São muito dedicados ao culto de Buda. Os livros bárbaros lêem-se horizontalmente. A sua pronúncia, que é como uma ave canora, tem muitos “r”. De 3 em 3 ou de 5 em 5 dias, vão uma vez à Igreja do culto semanal, onde ouvem os monges esclarecer as causas e consequências das coisas, ou sentados ou levantados, de pé ou encostados. Quando abandonam a igreja, há quem saia com lágrimas nos olhos e em lamúrias. A imagem santa que cultivam é um pau de sândalo onde está um homem nu que mede 6 ou 7 *cun* 寸⁵² e com os 4 membros estendidos e as mãos e os pés cravados. Dizem ser um seu antepassado que está a sofrer esta pena por uma maldade que fez. Deve ser alguma história arranjada por este seu antepassado para os ajudar a sair da sua incivilidade e conter o seu carácter violento. Por baixo há alguns painéis de madeira, com 9 divisões. As 3 superiores têm um retrato parecido com Laozi 老子. Nas 3 do meio está uma gravura em que se vê que o seu antepassado a ser acarinhado pela mãe à nascença. As 3 inferiores representam uma cena familiar com uma mulher bonita, com um homem nu ao colo. Não sei o que é isto. A explicação do jurubaça



Homem e mulher da Holanda.

não me deixou nada esclarecido. A pintura parece estar por trás de um vidro, como baixos-relevos. As suas fisionomias, com a cara, olhos e sobranceiras tão bem feitos, parecem de pessoas vivas, mas todos os da ilha (Macau) afirmam ser uma pintura. Observei com muito cuidado as que são como esculturas e descobri que a pintura está por trás de um vidro, por isso, tem um ar nebuloso. Se fosse só uma pintura, como é que daria essa impressão enevoada!?

As suas casas têm as paredes forradas de tábuas de madeira, do chão até ao tecto. Pelo chão, espalham ervas macias. Sentam-se em camas e bancos bárbaros. As comidas são preparadas com fogo. Bebem vinho do Mar de Oeste, que tem um sabor muito generoso. Uma vez deitado num copo de vidro, apresenta uma cor parecida com o âmbar. Não usam nem colheres nem pauzinhos. Servem-se de um pano de 1 *chi* quadrado para pôr em cima uma faquinha, com que se corta a comida. Lavam-se com jarros de barro e não se muda a água usada.”⁵³

Durante a sua estadia em Macau, possivelmente entre fins de 1565 e princípios de 1566, foi a espingarda portuguesa o que mais chamou a atenção a Ye Quan. Por isso, o texto começa com a descrição de uma demonstração de tiro que presenciara. Curioso é o facto descrever a diferença entre a genuína, a portuguesa, e a sua imitação japonesa. Pelo seu relato ficamos a saber

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

que então todos os portugueses de Macau andavam armados de espingarda, concluindo “isto é o seu ponto forte e em que se apoiam; por isso, de entre os bárbaros só os *fulangji* se atrevem a mostrar a sua arrogância, a fazer e desfazer.” A superioridade militar⁵⁴ lusa está bem à vista.

Sobre esta situação, Matteo Ricci informa: “É Macgao una città de’ Portoghesi nella sponda del mare della provincia di Quantone, in un braccio di terra che fa una península di due o tre miglie in circuito. Perciò che i Portoghesi, subito che scoprirano la grandezza e ricchezza di questo regno, sempre procurorno con ogni diligentia aver commercio con esso. Ma i Cinesi sempre banno paura de’ forastieri, specialmente quando veggono essere animosi e guerrieri, come facilmente vedevano essere i Portoghesi, dalla gente armata e dalle navi che erano le maggiori che mai loro viddero. E quello che gli spaventò pie fuorno le artiglierie grosse, mal viste nè udite nella Cina. Accendendo questo fuoco molti saraceni maomettani, che stanno nella città di Quantone, che subito dissero ai Cinesi esser questa gente de’ Franchi, come i maumettani chiamano ai christiani di Europa (e non potendo i Cinesi pronunciare la lettera r, che non hanno nella sua lingua, vennero a chiamarli sino adesso Falanchi, col qual nome chiamano anco l’artiglieria, senza tenere altro sin hora) e che erano huomini valenti e conquistatori de’ regni altrui, sapendo già che avevano per forza d’armí soggettata Malacca et altri regni della India.”⁵⁵

Perante esta realidade, “os oficiais militares imperiais acreditados em Macau e os funcionários alfandegários chineses não têm capacidade suficiente para os controlar; apenas podem tentar tranquilizar, com promessas vagas, o ânimo dos bárbaros para que se não revoltam.” Esta situação, observada e registada por um civil, confirma a sua superioridade militar. Ye Quan esteve em Macau um ano apenas depois da repressão dos amotinados de Zheling 柘林. Sabendo das causas do que se tinha passado entre os portugueses e as autoridades de Cantão, criticou mordazmente os mandarins pela sua falta ao compromisso e lamentou-se: “os conflitos nascem sempre assim, isto é, da falta de comunicação entre as partes.”

Talvez possamos sugerir uma justificação para o pouco digno comportamento mandarínico. Primeiro, não esperavam uma tão rápida vitória dos portugueses sobre os marinheiros em revolta. Fizeram aquela promessa sem a intenção de algum dia a terem de

cumprir, mas era vital mobilizar os portugueses para a resolução de um caso que lhes causava fortes dores de cabeça. Segundo, uma vez alcançada a vitória, tinham que informar Pequim e não podiam revelar o auxílio militar português, decisivo na repressão do motim. Pelo menos em documentos oficiais, muito embora Pequim pudesse saber da verdade que, no entanto, não convinha que fosse divulgada. Por último, isentar os portugueses do pagamentos de direitos necessitava de ser justificado junto da corte. Então, as autoridades de Cantão preferiram faltar ao compromisso assumido a terem que revelar toda a verdade. Mas a ajuda lusa era do conhecimento público. Ye Quan, chinês, mas um letrado honesto, que ultrapassava o nacionalismo perante a verdade, fez justiça aos portugueses.

Por este relato sabemos que a arma mais letal de que a China dispunha, desde sempre, era a fome, cuja eficácia era muito superior a milhares e milhares de efectivos. Esta política foi aplicada em Macau antes da criação da Porta do Cerco, em 1574.

Quanto às descrições da cor da pele, roupas e adornos dos portugueses, Ye Quan enche o seu relato de adjetivos muito positivos – “brancas”, “limpas”, “coloridas”, “aromáticos”, “garridas”, “mais brancas”, “bonita” –, dando imagens muito positivas dos portugueses, em contraste com os documentos oficiais que os descrevem como “canibais” e “bárbaros”.

As descrições são tão minuciosas que, a partir delas, se pode pintar o traje português. São verdadeiros quadros!

Também lhe chamou a atenção a sonoridade do português, com muitos “r”, dado não existir este som no seu chinês materno.

No que toca à vida religiosa dos portugueses, repete o erro de Gu Yingxiang ao afirmar que “são muito dedicados ao culto de Buda.” Mas o seu relato sobre a frequência com que os portugueses iam à Igreja, sobre a confissão e o seu estado de espírito depois das actividades religiosas são preciosas.

As suas descrições das imagens de santos e das pinturas religiosas, talvez as primeiras sobre o Catolicismo em toda a literatura chinesa, são verdadeiramente espantosas. Não menos espantosa é a sua justificação para a paixão de Cristo! E associou logo o rosto de Cristo ao santo sábio chinês Laozi.

A Ye Quan se devem as primeiras observações chinesas sobre as pinturas a óleo ocidentais, que “parecem de pessoas vivas”.

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

Ye Quan não esteve menos atento à arquitectura portuguesa ao descrever o interior de uma casa portuguesa onde estivera. “As suas casas têm as paredes forradas de tábuas de madeira, do chão até ao tecto. Pelo chão, espalham ervas macias.” São informações que não constam de fontes portuguesas, mas que nos ajudam a perceber o interior de uma casa portuguesa nos primórdios de Macau, na década de 60 do século XVI. Eram casas mobiladas com “camas e bancos bárbaros.”

No que toca aos hábitos culinários, observou que “as comidas são preparadas com fogo.” Esta observação bem pode ser uma subtil refutação da tão divulgada barbárie dos portugueses, pois para os chineses todos os bárbaros comiam coisas cruas.

Pela sua frase “bebem vinho do Mar de Oeste, que tem um sabor muito generoso” podemos afirmar que talvez tenha sido um dos primeiros visitantes chineses a provar o néctar de Baco; pelo menos foi o primeiro a deixar uma descrição do vinho branco – “uma vez deitado num copo de vidro, apresenta uma cor parecida com o âmbar.”

Naturalmente, o não uso dos pauzinhos não podia deixar de ser mencionado. O autor não refere nenhum garfo, o que não é de estranhar, pois nessa altura as pessoas comiam à mão ou servindo-se apenas de uma faca. Supõe-se que o garfo terá sido utilizado pela primeira vez no século XI nas casas italianas, para comer frutos. A partir de finais da década de 1450, os garfos começaram a substituir as facas, de ponta aguçada, com as quais se retirava a carne dos pratos, mas só por volta de 1620 chegaram à mesa da maioria dos europeus.

São dele ainda as primeiras notícias do uso da faca. Até a maneira como os portugueses se lavavam não fugiu à sua sempre atenta observação.

Outros mandarins ainda nos deixaram, nas suas obras pessoais, informações sobre Macau e os portugueses, numa óptica bem diferentes dos ofícios:

É o caso, por exemplo, da obra *Dongyi Tushuo* 东夷图说 (Livro Ilustrado dos Bárbaros do Leste), concluída em 1586 por Cai Ruxian 蔡汝贤, natural de Huating 华亭, de Songjiang 松江. Cai Ruxian obteve o grau académico de *jinshi* em 1568, tendo sido nomeado censor. Desempenhou as funções de *canzheng* 参政 (conselheiro) da Administração Civil de Cantão em 1576 e passou a Comissário da Administração Civil de Cantão em 1585. O último posto que ocupou foi o

de vice-ministro da Guerra de Nanquim. Foi enquanto Comissário da Administração Civil de Cantão que recolheu informações para o seu livro.

Eis o capítulo sobre Fulangji:

“O Fulangji ficaria a sudoeste do mar. Nunca tivera contactos com a China, pelo que não se sabe a que espécie pertencia. Estaria no mesmo caminho de Malaca, pelo qual se chegaria até lá. Os seus naturais, são, na sua maioria, ricos. Uma família vive numa mansão. Podem ter centenas de *hu* 斛⁵⁶ de pimenta. Além disso têm grandes quantidades de chifre de rinoceronte, marfim, pérolas e especiarias. Eis os seus usos e costumes: não prestam culto aos espíritos, acreditam em Buda a quem, de 6 em 6 dias, vão prestar culto e gostam de orações. Nos primeiros 3 dias da semana só comem peixe como jejum. No dia do culto semanal⁵⁷ podem comer frango, porco, vaca, cabrito, etc., sem restrições. Os seus nacionais cobrem a cabeça. Os ricos usam chapéus e os humildes, *tandum*. Quando se encontram com uma pessoa de respeito, tiram-nos como vénia. Cortam as barbas e o cabelo. A sua fisionomia é parecida com a dos chineses. No tronco, usam camisas; da cintura para baixo, calças compridas que chegam até à tíbia. Calçam sapatos de couro. As suas roupas, muito limpas, são feitas de *suofu*, tecido do Mar de Oeste⁵⁸, *shala* ou sedas e brocados chineses, cujas cores são muito agradáveis. Andam com uma vara vermelha na mão, sem outras coisas. Não usam colheres nem pauzinhos para comer. Os ricos alimentam-se de trigo e os pobres e os criados comem arroz. Os casamentos fazem-se entre pessoas de situação financeira compatível. Não há casamenteiras. Se as condições familiares o permitirem, vão casar-se perante Buda, com um monge como testemunha. Isto chama-se ‘troca de selos’⁵⁹. Depois disso, levam a noiva para casa. Os noivos costumam dar 14 taéis⁶⁰ às noivas cujos dotes são várias vezes superiores. Há quem tenha filhos de 5 ou 6 mulheres diferentes, por isso, sem uma oferta na ordem de milhares de taéis de prata, os pais não casam as filhas. As suas casas são feitas de madeira. Fazem o comércio com os seus barcos. As transacções são realizadas através dos “queves”. Os cálculos são feitos com os dedos. Mesmo para os negócios de milhares de taéis, nunca fazem contratos. Combinam com juramentos, apontando para o Céu e ninguém se atreve a faltar ao compromisso. Quando se encontram, batem nas costas uns dos outros, na zona correspondente ao coração, mas se, por engano, alguém lhes tocar na

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I



Isaac Commelin, "Maccavw", 1646.

cabeça, ficam logo furiosos a ponto de chegar a vias de facto. Se chamarem nomes só à sua pessoa, mesmo sendo muito feios, não ligam nada. Caso injuriem os seus ascendentes ou descendentes, os seus escravos ou donos, são capazes de brigar até à morte. Por isso, preferem os indígenas como escravos, porque estes podem defender os donos. As pessoas mais pobres são mais dadas a pilhagens, sobretudo aos comerciantes em trânsito. Matam-nos e apoderam-se dos seus bens. Quando encontram oficiais de patrulha podem matá-los, disso o rei não manda fazer devassa. As pessoas que acumularam riqueza, à hora da morte deixam um testamento: isto é para a mulher e filhos e isto para o templo. Na falta de testamento, metade vai para a coroa e o resto para os descendentes e ninguém levanta objecções. A maioria destes bárbaros são agressivos e astutos, sabedores da fundição de canhões. Não há quem possa resistir a uma bala dessa arma que se chama *fulangji*.”⁶¹

Apesar de ser a máxima autoridade da Administração Civil de Cantão, Cai Ruxian continuava sem saber a situação geográfica exacta de Fulangji, que, no entanto, calculou – “estaria no mesmo caminho de Malaca, pelo qual se chegaria até lá” – baseando-se no facto de Malaca ter sido conquistada e a China ter plenos conhecimentos geográficos para Leste de Malaca até à Coreia. A julgar pelos portugueses que tinham vindo comerciar à China, teve a impressão de que “os seus naturais, são, na sua maioria, ricos.” E enumera os produtos exóticos que traziam, salientando a quantidade astronómica da pimenta.

Quanto à sua religião, afirma que os portugueses “acreditam em Buda”, “gostam de orações” e vão “de 6 em 6 dias” à missa. O jejum chinês é vegetariano, por isso, Cai carregou bastante na sua descrição sobre o jejum católico que era uma novidade. O costume de “tirar o chapéu” chamou-lhe a atenção. A afirmação

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

de que “cortam as barbas e o cabelo” significa que eram um povo civilizado. Ele, que viu os portugueses, realça a semelhança fisionómica, sobretudo quanto à cor da pele, entre portugueses e chineses. Aliás, da parte portuguesa, os principais cronistas da época afirmam, com base em informações obtidas no litoral do Índico, que os chineses eram tão brancos como os europeus.

Nesta obra não faltam descrições sobre os trajes dos portugueses – “da cintura para baixo, calças compridas que chegam até à tibia” (seriam as chamadas “calças bombachas”, largas e abalonadas, que se vêem em alguns biombos de arte Namban); “sapatos de couro” são referidos em todos os autores da época, porque na China os sapatos geralmente eram feitos de pano, com solas cosidas com cordéis de cânhamo. O autor não esconde a sua admiração pela limpeza do vestuário português, evidente traço da civilidade, especificando as qualidades dos tecidos e referindo que as “cores são muito agradáveis.”

No que se refere aos utensílios da refeição, afirma que “não usam colheres nem pauzinhos para comer.” Muito curiosa é a sua afirmação “os ricos alimentam-se de trigo e os pobres e os criados comem arroz.”

“Os casamentos fazem-se entre pessoas de situação financeira compatível.” A casamenteira era uma prática milenar da China, de modo que a sua falta na comunidade portuguesa em Macau foi realçada. A compatibilidade financeira no casamento é descrita pelo mandarim com informações concretas sobre a oferta do noivo e o dote da noiva. O casamento em Macau é religioso, com cerimónia da troca de alianças.

Pelo relato de Cai, sabemos que, a poucos anos do século XVII, as casas dos portugueses continuavam a ser “de madeira”.

Cai sabe que os portugueses vivem do comércio externo. Daí a afirmação “fazem o comércio com os seus barcos.” Os “queves” eram os *kegang* 客綱 (agente-chefe nomeado pelo governo para tomar conta dos comerciantes estrangeiros) e os *keji* 客紀 (escrivãos para os comerciantes), criados pelo *haidao* Wang Bo. Pela quase intransponível barreira linguística, os negócios faziam-se sob honra, usando os dedos como calculadora.

O autor regista uma nova vénia entre os portugueses – abraçar –, além de “tirar o chapéu”. Tenta explicar porque é que usam os escravos como guarda-costas. “As pessoas mais pobres são mais dadas a

pilhagens, sobretudo os comerciantes em trânsito. Matam-nos e apoderam-se dos seus bens. Quando encontram oficiais de patrulha podem matá-los, disso o rei não manda fazer devassa.” Isto refere-se ao corso. Curiosamente, não dá qualquer informação sobre o sistema de “provedor de ausentes e defuntos”, de que teve conhecimento.

O mandarim comenta ainda o temperamento dos portugueses: “agressivos e astutos, sabedores da fundição de canhões.” A afirmação “Agressivos e astutos” pode ser interpretada como “valentes e inteligentes”. Ao afirmar que são “sabedores da fundição de canhões” e que “não há quem possa resistir a um bala dessa arma que se chama *fulangji*” deixa bem realçada a superioridade militar portuguesa.

Poucos anos mais tarde, Wang Lingheng 王临亨 (1548-1601)⁶², um juiz desembargador de Pequim, que esteve de missão, em 1601, na cidade de Cantão, escreveu sobre os portugueses e Macau:

“Os bárbaros da Baía (Macau) têm os recipientes para bebidas e comidas muito bem feitos. Têm música automática e um relógio que dá as horas. Trata-se dum armário de madeira, onde se colocam centenas de tubos ou centenas de cordas que são accionadas por um mecanismo. Ao introduzir o ar, os tubos começam a soar e, ao tocar, as cordas começam a tanger, produzindo melodias ou rápidas ou lentas, em cadências muito agradáveis ao ouvido. O relógio que dá as horas é feito de cobre. A partir do meio-dia em ponto, bate a hora de 2 em 2 horas, o que se repete por doze vezes. As imagens dos seus Santos e as pinturas com motivos de flores, árvores, aves e animais são tão cheias de vida que não há diferenças entre os trabalhos artísticos e os objectos em si. O senhor Liu Tianyu 刘天虞⁶³ disse-me: ‘Quando fui à Baía (Macau), ao ver essas pinturas que parecem esculturas, tive vontade de falar com elas. Observei-as demoradamente até mais não poder.’”⁶⁴

O autor, mandarim da corte central, na sua produção literária pessoal não esconde a sua admiração pela cultura ocidental, ao classificar “os recipientes para bebidas e comidas” de “muito bem feitos.” Dedicou muito espaço à descrição do órgão e do relógio de dar horas. Tal como Ye Quan, refere as pinturas a óleo de Macau e cita outro mandarim para realçar o alto nível artístico deste género de pintura ocidental. A tradicional pintura chinesa não tem perspectiva; por isso, comparada com o óleo, parece monótona, sem relevos.

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

LÜSONG

Lüsong é a transcrição fonética chinesa de Luzon, com que se designava principalmente a zona da Manila. As fontes chinesas chamam Da Lüsong 大呂宋 (Luzon Grande) ao país colonizador das Filipinas – Espanha – e Xiao Lüsong 小呂宋 (Luzon Pequeno) às Filipinas⁶⁵, assim como designam Portugal por Daxiyang 大西洋 (Grande Mar de Oeste) e Goa por Xiaoxiyang 小西洋 (Pequeno Mar de Oeste)⁶⁶.

Na mesma obra *Dongyi Tushuo*, a primeira obra chinesa com informações sobre a Lüsong espanhola, Cai Ruxian dá-nos muito menos informações sobre os espanhóis. Curiosamente, chegou a colocar Lüsong no grupo dos “Pequenos Bárbaros”, não sabendo que os *fulangji* – os portugueses – estavam sob a mesma coroa do rei que deu nome às Filipinas.

Cai Ruxian escreve:

“Lüsong fica a sudoeste do mar, cujos usos e costumes, trajes e casamento pouco diferem dos de Fulangji. Quando o embaixador tributário volta ao seu país, é tratado pela Administração Civil de Cantão. Agora os seus barcos vêm comerciar à baía Haojing de Xiangshan 香山.”⁶⁷

Anteriormente a esta obra, *fulangji* designava tanto os portugueses como os espanhóis, o que não era um erro, pois, inicialmente, *fulangji* queria dizer “cristãos da Europa Ocidental”. Aliás, de 1580 a 1640, Portugal esteve sob a coroa dualista. Cai Ruxian, mandarim em Cantão, tinha conhecimentos mais exactos sobre os espanhóis das Filipinas e os portugueses de Macau e estabelece, pela primeira vez, a diferença entre eles.

As várias embaixadas mandadas pelos espanhóis de Manila, nas quais talvez se possam incluir as missões do jesuíta Alonso Sánchez, foram consideradas como “tributárias”; por isso, “quando o embaixador tributário volta ao seu país, é tratado pela Administração Civil de Cantão. Agora os seus barcos vêm comerciais à baía Haojing de Xiangshan.” Apesar das proibições de Filipe II, os espanhóis continuavam a mandar os seus barcos a Macau, o que veio a dar lugar ao conflito do Pinhal⁶⁸.

Posteriormente foi He Qiaoyuan 何乔远 (1557-1633)⁶⁹ a escrever sobre os espanhóis⁷⁰. As suas informações foram aproveitadas e desenvolvidas por Zhang Xie 张燮 (1574-1640) em *Dongxiyang Kao* 东西洋考 (Estudos sobre os Mares de Leste e Oeste)⁷¹, com descrições mais concretas:

“Alguns *fulangji*, que dizem ser de Ganxila 干系腊 (Castela), vieram do Grande Oeste⁷² e também fazem o seu comércio com Lüsong. Os seus caciques bárbaros segredaram entre si: ‘podemos substituí-lo’. Por isso, aquando do aniversário do rei de Lüsong, ofereceram-lhe ouro e, em contrapartida, solicitaram-lhe um terreno do tamanho da pele de um boi para nele levantarem casas. O rei acreditou e acedeu. Os *fulangji* cortaram a pele de um boi em tiras com as quais formaram uma corda com que delimitaram um terreno, dizendo que era a superfície que queriam. O rei ficou num dilema. Mas como não podia voltar com a palavra atrás, deu-lhes esse terreno, com a imposição de um imposto mensal, estipulado pela tabela legal. Os *fulangji*, já na posse do terreno, começaram a levantar a cidadela e a construir casas, equipando-as com artilharia, sabres e escudos, entre outras coisas. Passado algum tempo, cercaram Lüsong e mataram o rei, obrigando os seus habitantes a fugir para as montanhas, passando Lüsong para as suas mãos. O rei de Ganxila mandou um cacique para tomar conta da sua guarnição, que é substituído anualmente. Hoje, os chineses que vão comerciar a Lüsong, de facto fazem comércio com os *fulangji*. Os chineses vão muito a Lüsong e muitas vezes lá permanecem por muito tempo antes de voltarem.”⁷³

“Os *fulangji*, de corpo, medem uns 7 *chi*. Com olhos parecidos com os do gato, bocas como o bico da águia. A sua cara é da cor da cal. A barba é encaracolada como fios de algodão preto e os seus cabelos são quase ruivos. Os seus monges possuem grandes poderes, por isso, quando há coisas graves, o cacique convoca os monges para um conselho. Os condenados à morte, antes de serem executados, são assistidos pelos monges com orações para que fiquem em paz com a pena. As mulheres de vez em quando vão fazer confissões aos templos, onde contam secretamente as suas intimidades aos monges. Aceitam o que ditam os monges e recebem dezenas de chicotadas de flagelação, suportadas com dores, mas sem queixas. À noite, quando ficam alojadas nos templos, estão, obedientemente, à ordem dos monges. Quanto ao casamento, os pais não podem decidir nada, tudo é decidido pelos monges. Os cadáveres são envoltos em panos e enterrados nos próprios templos. Das riquezas acumuladas em vida, metade vai para os monges.”⁷⁴

“Os seus semelhantes que estão a ocupar Xiangshan da China, há já muito tempo, não são peixe

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

nem carne. A cidade é fortemente defendida como se fosse feita de ouro, com uma baía onde vivem com arrogância.”⁷⁵

Com Zhang Xie, os chineses passam a ter um perfeito conhecimento das conotações do termo *fulangji*, nome genérico para os cristãos da Europa Ocidental e não designação exclusiva dos portugueses. Por isso, chamam os espanhóis de *fulangji* de Ganxila.

Esta história da pele de boi é muito antiga. Dela há informações desde os Fenícios. Zhang Xie sabe que havia um governador, mas erra ao afirmar que era substituído anualmente. Quando a obra estava a ser composta, nas primeiras décadas do século XVII, o comércio chinês com a Lüsung, isto é, com os *fulangji* de Castela, estava no auge, recebendo os chineses que iam comerciar às Filipinas e que se concentravam no Parián o nome de *sangleys*⁷⁶.

As descrições sobre os castelhanos são menos simpáticas, introduzindo imagens de gato e águia e cal para estabelecer comparações não muito positivas; faltam os termos reveladores de um tom de admiração e simpatia pelos portugueses. Isto demonstra uma certa antipatia chinesa, pelo menos dos *chincheos*, em relação aos espanhóis que massacraram um número considerável de *sangleys*. O autor notou a grande influência do clero e a assistência espiritual dada aos condenados à morte. São informações muito novas para a China. As confissões também não foram esquecidas. Zhang Xie deixa um certo suspense com algumas insinuações sobre relações entre algumas crenças e os religiosos, tema que virá a ser repetido noutras produções sobre o clero de Macau. O que chama a atenção do autor é o casamento de livre vontade, sem a intervenção decisiva dos pais, sendo, no entanto, descabida a afirmação de que “é decidido pelos monges”. Curiosamente, Zhang Xie soube do modo e dos lugares do enterro. São informações inéditas na literatura chinesa até essa altura.

O autor chama os portugueses de Macau de “os seus semelhantes” e acha que “não são peixe nem carne.” Uma alusão a um novo grupo antropológico: os macaenses.

BÁRBAROS RUIVOS

As primeiras informações sobre os holandeses são em número muito menor do que as relativas aos portugueses e espanhóis. O que mais chamou atenção

dos antigos chineses foi a sua característica física. “Bárbaros Ruivos” foi o primeiro nome chinês para os holandeses. Mais tarde apareceu “Helan” 荷兰⁷⁷, transcrição fonética de Holanda.

A China estava perfeitamente a par das rivalidades entre holandeses e ibéricos:

“Os *fulangji* ocuparam Lüsung e comerciavam em Xiangshan. Disso os holandeses tinham muita inveja, de maneira que passaram a navegar com os seus enormes barcos entre Java e Bornéu e construíram fortalezas de taipa para as suas bases. Como a China ficava longe e era perigosa, cobiçaram as terras mais próximas das suas bases. Apareceram em Lüsung e foram rejeitados. Tentaram Macau e não foram aceites pelos bárbaros da Baía (Macau), mas durante anos andaram à espreita, como lobos. A *Guangdong Tongzhi* 广东通志 (Crónica Geral de Cantão) regista: ‘Os diabos de pêlos ruivos não sabem a que país pertencem. No Inverno do 29.º ano (1601) do reinado de Wanli, apareceram em grandes barcos em Haojing. Andavam vestidos de vermelho e até as suas pestanas, pêlos e barbas eram ruivos. Os seus pés e dedos eram tão grandes que mediam 1 *chi* e 2 *cun*. Eram fortes e várias vezes o tamanho dos bárbaros normais da Baía (Macau). Foram inquiridos e responderam através de jurubaças que não se atreviam a fazer pirataria e o que queriam era trazer os seus tributos. Os mandarins responsáveis disseram que não convinha abrir uma excepção, mas o comissário imperial fiscal Li 李⁷⁸ convocou o seu chefe para uma audiência e hospedou-o durante um mês na capital de Cantão para passeios. Os bárbaros na Baía (Macau) procuraram defender-se deles, recusando-lhes o desembarque. Acabaram por ir-se embora.”⁷⁹

Nesta passagem, *fulangji* já é usado no sentido de cristãos, compreendendo os espanhóis das Filipinas e os portugueses de Macau. O autor sabia que os holandeses andavam em disputas com uns e outros. A informação que reproduz da *Guangdong Tongzhi* é extremamente importante para percebermos a rivalidade entre os três mosqueteiros marítimos. Disso faremos uma análise mais rigorosa na parte relativa à política chinesa para com os holandeses.

Shen Defu 沈德符 (1578-1642), historiador oficioso do reinado de Wanli, escreve sobre os holandeses:

“Essas pessoas têm olhos fundos e verdes. O corpo é branco como a banha. Não são muito dados à

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

pirataria nem à pilhagem. Vários foram capturados⁸⁰ e levados para Pequim. Talvez os que andem pelos mares, muitas vezes andem à caça de prémios não sendo todos piratas. Ultimamente, têm vindo com frequência ao interior oferecendo os seus serviços à nossa Dinastia Celestial. São coisas sem precedentes desde a mais remota antiguidade.”⁸¹

A importância desta passagem reside na revelação das actividades desenvolvidas pelos holandeses no intuito de serem aceites pela China em substituição dos portugueses.

Wang Lingheng descreve-nos, num tom francamente positivo e de admiração, as características fisionómicas e a indumentária dos Europeus, provavelmente holandeses, assim como uns presentes que trouxeram:

“Os naturais do Mar do Oeste (Europa) têm olhos afundados e narizes aquilinos. São carecas, mas com barbas fartas. Andam vestidos com roupas de tecidos estampados esmeradamente confeccionadas e que dão nas vistas. A sua língua é muito esquisita, incompreensível. O comissário imperial fiscal, devido ao meu regresso ao Ministério, ofereceu-me um banquete no Zhuhaisi 珠海寺 (Templo do Mar das Pérolas). Aqueles, mal souberam que o comissário imperial fiscal ia oferecer um banquete a alguns convidados, mandaram um cacique, acompanhado de uma dezena de pessoas, com duas bandejas com bolos e uma garrafa de vinho. Os bolos vinham cobertos com um pano de um *chi* quadrado, em sinal de respeito. O comissário imperial fiscal aceitou-os e ofereceu-mos. Os bolos são de uma dezena de variedades. Cada uma com um sabor específico. São todos muito aromáticos e limpos, com formas geniais. Nem as raparigas mais prendadas das grandes famílias da minha terra conseguiriam fazer melhor. Parecem panos brancos, com motivos tecidos de ondas, muito bem feitos, que na minha terra não conseguem imitar. Trouxe comigo os bolos e o vinho para os oferecer aos que se interessassem por eles.”⁸²

Sobre a recusa dos holandeses pelos portugueses, escreve:

“Na 9.^a lua do ano *xinchou* 辛丑⁸³, apareceram dois barcos bárbaros na Baía de Xiangshan⁸⁴. Nem os jurubaças sabiam de que país eram. Chamavam-nos de ‘diabos de pêlos ruivos’. Essas pessoas tinham cabelos e barbas todos ruivos e olhos arregalados. Os seus corpos mediam mais ou menos um *zhang* 丈⁸⁵. Os seus

barcos eram enormes, revestidos de folhas de cobre e com um calado de 2 *zhang*. Os bárbaros da baía de Xiangshan estavam preocupados com os seus intuitos comerciais, ainda mais com o seu interesse pela Baía. Expulsaram-nos com soldados. Os seus barcos foram para o alto mar e foram-se com o vento, sem saber para onde.”⁸⁶

Trata-se do primeiro relato chinês da falhada tentativa holandesa de entrar em Macau⁸⁷. As autoridades chinesas sabiam que “os bárbaros da baía de Xiangshan estavam preocupados com os seus intuitos comerciais, ainda mais com o seu interesse pela Baía.” Aparecera um novo elemento europeu no *puzzle* das já complicadas relações entre a China e os europeus no Extremo Oriente.

Wang Lingheng descreve-nos como foi delinada a política de Cantão perante a rivalidade luso-holandesa:

“P. S da conversa na noite do 14.º dia da 9.^a lua⁸⁸. O senhor Dai 戴, vice censor-mor, ofereceu-me mais um banquete na sua repartição. Na altura tinham aparecido na Baía de Xiangshan dois grandes navios com duas centenas dos chamados ‘diabos de pêlos ruivos’, que eram bárbaros marítimos. Dizia-se que o senhor Dai enviara soldados para os capturar. A meio do banquete, perguntei ao senhor Dai: ‘Ouvi dizer que houve recentemente sinais de perigo pelo mar, é verdade?’ Respondeu-me: ‘Sim, é verdade.’ ‘Também ouvi dizer que o senhor mandou uma expedição contra eles, é verdade?’ Respondeu-me: ‘Isto é uma ideia dos meus assessores. Enviei as forças navais para os observarem a uma distância de 20 *li* 里⁸⁹ para ver o que acontecia.’ Retorqui: ‘Seriam piratas ou comerciantes? Talvez tivessem sido surpreendidos por alguma tempestade, como cavalos selvagens que fogem a galope levantando o pó’. Respondeu-me: ‘Não sei bem, mas em boa parte deve ser por razões comerciais. Como os bárbaros da Baía de Xiangshan ocupam o porto para fazer comércio, há disputa entre eles. Teriam os bárbaros da Baía (Macau) força suficiente para resistir aos ‘pêlos ruivos’? Se a tivessem, seriam bárbaros contra bárbaros, sem que necessitássemos gastar sequer uma frecha e com a vantagem de vermos divulgado o nosso prestígio pelo mar fora. Caso não conseguissem resistir, deixaríamos os pêlos ruivos fazer o comércio. O que perdíamos com os bárbaros da Baía (Macau) iríamos recuperá-lo com os pêlos ruivos. Considerando ser uma

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

estratégia muito completa, mandei as forças navais apenas para observarem a situação de longe. Qual é a sua opinião?’ Respondi: ‘É uma estratégia muito boa, nada tenho a apontar. Dos bárbaros da Baía de Xiangshan que ocupam o porto, diz-se serem centenas de milhar. Com essa quantidade contra duas centenas, é como uma tempestade contra penas de aves. Se estas 200 pessoas vieram para comerciar, não se lhes pode imputar qualquer crime. Se senhor Dai tivesse dado instruções para os aniquilar, não seria algo que o inquietaria no resto da sua vida? Se não conseguisse acabar com todos, deixando um ou outro fugir à vela, voltariam com seus sequazes para tentar a vingança. Se nos atacarem, nós é que sofreremos. Sendo eles de carácter animalesco, como podem distinguir o bem do mal: não serão os chineses as vítimas do que acontecer? Mais vale seguir uma humilde sugestão minha. Penso que pelo mar, para além de Xiangshan, há mais surgidouros para o comércio. Seria melhor o senhor Dai mandar um intérprete perguntar-lhes com bons modos ao que vêm. Se, na verdade, vierem com fins comerciais, mandaria um mandarim competente procurar outro surgidouro para os acomodar. Seriam dadas instruções aos bárbaros de Xiangshan para que com eles vivessem em boa harmonia, dizendo-lhes que ambos eram hóspedes e cada um fazia o seu comércio com a China, sem que um interferisse com o outro. Não poderiam envolver-se em matanças. Aquele que tomasse a iniciativa do ataque seria de imediato aniquilado pela China. O nosso Senhor, Sua Majestade Imperial, considera os produtos exóticos tão preciosos como o ouro e o jade. Com mais um surgidouro, haveria mais uma via para a sua obtenção. Actuando desta forma, o senhor mostrava a sua grande lealdade para com Sua Majestade. Caso ambos os bárbaros desistissem das suas intenções bélicas, seria uma grande generosidade do senhor Dai. Se, em nome do Filho do Céu, o senhor Dai lhes dissesse, os bárbaros não chegariam a vias de facto pelo medo que lhes era imposto. Isto seria um prestígio para o senhor Dai. Caso os deixasse andar em provocações e desavenças, não seria a China a sofrer as consequências? O senhor Dai respondeu: ‘Óptima ideia’. E saboreámos o vinho até ao fim do banquete.”⁹⁰

Este registo assume uma grande importância para percebermos a posição chinesa em relação às outras potências que apareceram depois dos portugueses. As

autoridades locais de Cantão não queriam intervir nos conflitos entre os Europeus. A ideia fundamental era “o que perdíamos com os bárbaros da Baía (Macau) iríamos recuperá-lo com os pêlos ruivos.” Era-lhes indiferente quem estivesse em Macau: o que importava era manter aberto um porto por onde entrassem os produtos exóticos. Wang Lingheng apresentou a proposta de um outro surgidouro para os holandeses, pois seria do interesses do imperador e, para que os portugueses não incomodassem os Holandeses, “seriam dadas instruções aos bárbaros de Xiangshan para que com eles vivessem em boa harmonia, dizendo-lhes que ambos eram hóspedes e cada um fazia o seu comércio com a China, sem que um interferisse com o outro.” E com uma advertência: “não poderiam envolver-se em matanças. Aquele que tomasse a iniciativa do ataque, seria imediatamente aniquilado pela China.”

Parece que esta ideia foi aceite. Li Feng 李凤, comissário imperial fiscal, “convocou o seu chefe para uma audiência e hospedou-o durante um mês na capital de Cantão para passeios.”⁹¹ Isto prova que houve contactos políticos entre a máxima autoridade de facto de Cantão e os holandeses. Li estava desentendido com os portugueses e jesuítas de Macau, por não ter conseguido os saguates que pretendia⁹². Muitas fontes chinesas provam a cumplicidade entre Li e os holandeses para expulsar os portugueses de Macau⁹³. Mesmo que conseguissem substituir os portugueses em Macau, como sobreviveriam os holandeses sem o consentimento tácito das autoridades de Cantão, fosse a nível oficial ou particular?

CONCLUSÃO

Em suma, as multifacetadas descrições acima reproduzidas, seja de um letrado civil seja de mandarins, provinciais ou centrais são, em relação aos portugueses e Macau, espanhóis e holandeses e, por extensão, à cultura ocidental, francamente elogiosas e positivas. A admiração pela civilização ocidental está ora latente ora expressa. Não vemos nenhuns “canibais”, forçados⁹⁴ nos documentos oficiais com origem em Cantão.

A presença dos “Três Mosqueteiros Marítimos” na China teve um grande impacto na mentalidade chinesa, até então caracterizada pelo seu sinocentrismo, tendo provocado mudanças graduais no conceito chinês do Mundo e enriquecendo o imaginário colectivo chinês sobre o exótico. **RC**

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

NOTAS

- 1 Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良, “Os impactos da conquista de Malaca em relação à China Seiscentista. Uma abordagem sobre a periodização da História Moderna da China”, in *Administração*, n.º 49, Setembro de 2000, pp. 939-946.
- 2 Para uma recente identificação de Tamão com Dongchong, na ilha de Lantao de Hong Kong, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Cong Xifang Hanghai Jishu Ziliao Kao Tumon Zhi Mingshi” 从西方航海技术资料考 Tumon 之名实 (Uma tentativa de identificação de Tamão a partir dos roteiros marítimos portugueses), in *Dongxiwangyang* 东西望洋 (Em busca de História(s) de Macau Apagadas pelo Tempo), Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 2002, pp. 259-274.
- 3 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Uma embaixada com dois embaixadores. Novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan”, in *Administração*, n.º 60, Junho de 2003, pp. 685-715.
- 4 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Razões palacianas na origem de Macau”, in *Macau*, III série, n.º 14, Maio de 2003, pp. 82-95 e n.º 15, Agosto de 2003, pp. 96-107.
- 5 Jin Guo Ping, “Yesuhui Duihua Chuanjiaozhengce Yanbian Jiyin Chutan – Jianlun Puxi Zhengfu Zhongguo Jihua” 耶稣会对华传教政策演变的基因初探 - 兼论葡西征服中国计划 (Em busca dos motivos que levaram os Jesuítas a reformular a sua política missionária na China. Um relance histórico sobre os projectos ibéricos de conquista da China), in *Xili Dongjian – Zhongguo Zaoqi Jiechu Zuixi* 西力东渐—中葡早期接触追昔 (O Ocidente ao Encontro do Oriente. Uma Retrospectiva dos Primeiros Contactos Luso-Chineses), Macau: Fundação Macau, 2000, pp. 120-157; Manel Ollé i Rodríguez, *Estrategias filipinas respecto a China: Alonso Sánchez y Domingo Salazar en la empresa de China (1581-1593)*, Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998, 2 vols.; *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden: Harrassowitz, 2000 e *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona: Alcantilado, 2002. O artigo intitulado “Xibanya Felubao Ershi yu Zhongguo” 西班牙菲律宾二世与中国 (Filipe II de Espanha e a China) do historiador de Taiwan Bao Zunpeng 包遵彭 é, que saibamos, o primeiro trabalho em chinês sobre este tema. Cf. *Bao Zunpeng Wencun* 包遵彭文存 (Obras de Bao Zunpeng), Taipé: Biblioteca Nacional Central e Museu Histórico Nacional, 1980, pp. 537-549.
- 6 Era o antigo nome chinês para as Filipinas. Cf. Chen Jiarong 陈佳荣 e outros, *Gudai Nanhai Diming Huishi* 古代南海地名汇释 (Notas para a Antiga Toponímia do Mar Meridional), Pequim: Livraria China, 1986, pp. 343-344 e 985. Para uma bibliografia básica e actualizada sobre as Filipinas, cf. Rui Manuel Loureiro, “Contactos ibéricos com as Filipinas nos séculos XVI e XVII: Breves apontamentos bibliográficos”, in *Revista de Cultura*, Edição Internacional, n.º 7, Julho de 2003, pp. 95-107; e José Manuel Garcia, *As Filipinas na Historiografia Portuguesa do Século XVI*, Porto: CEPESA, 2003.
- 7 Sobre a etimologia deste termo e suas variantes, cf. Luís de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa: Editorial Caminho, 1994, vol. I, p. 435; Paul Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain de l’histoire des Ming”, in *T’oung Pao*, n.º 39 (Leiden, 1949), pp. 163-164 e 204-207 e “Fulangji” in Wu Zhiliang e Leong Wan Chong 杨允中 (dir.), *Aomen Baike Quanshu* 澳门百科全书 (Enciclopédia de Macau), Macau: Fundação Macau, 1999, p. 223.
- 8 Rui Manuel Loureiro, “Imagem da China na cultura dos descobrimentos portugueses”, in *Revista de Cultura*, n.º 23, pp. 13-18; “Visões da China na literatura ibérica dos séculos XVI e XVII”, *Antologia Documental*, in *Revista de Cultura*, n.º 31, Abril-Junho de 1997 e Rui Manuel Loureiro, *Shiliu he Shiqi Shiji Yibiliya Wenxue Shiye Li De Zhongguo Jingguan* 十六和十七世纪伊比利亚文学视野里的中国景观 (Visões da China na literatura ibérica dos séculos XVI e XVII), Henan: Editora Elefante, 2003 (reedição revista pelo Prof. Tang Kaijian 汤开建, com base num estudo crítico de Jin Guo Ping sobre os erros de tradução na edição, em chinês, n.º 31 da *Revista de Cultura*).
- 9 Sobre este cargo, cf. Jin Guo Ping, “Combates a Piratas e a Fixação Portuguesa em Macau”, in *Revista Militar*, Lisboa, 1999, n.º 2364, pp. 204-205, nota 26.
- 10 Segundo Ruan Yuan 阮元, *Guangdong Tongzhi* 广东通志 (Crónica Geral de Guangdong), Gu Yingxiang assumiu as funções de sub-comissário da Administração Judicial de Cantão a partir de 1516. Cf. a edição da Editora dos Clássicos, Xangai, 1990, vol. I, p. 367.
- 11 Paul Pelliot, “Un Ouvrage sur les premiers temps de Macao”, in *T’oung Pao*, vol. XXXI (1935), p. 61. Wang Hong, importante mandarim largamente referenciado na *Mingshi* 明史 (História dos Ming), foi quem chefiou as forças navais chinesas que travaram uma batalha na foz do rio das Pérolas com a frota de Martim Afonso de Melo Coutinho, em 1522. Sobre este primeiro conflito armado sino-português, cf. Jin Guo Ping, “1521-1522 Nianjian Zhongguo Junshi Chongtu – Xicaowan Shikao” 1521-1522 年间中葡军事冲突—西草湾试考 (Os conflitos armados sino-português entre 1521 e 1522. Uma tentativa de identificação do lugar da batalha naval da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho), in *Xili Dongjian* 西力东渐 (O Ocidente ao Encontro do Oriente), Macau: Fundação Macau, 2000, pp. 1-18.
- 12 Sobre esta instituição, cf. Jin Guo Ping, “Combates a Piratas...”, pp. 204-205, nota 26.
- 13 De facto, eram berços.
- 14 Por identificar.
- 15 Paul Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, p. 96, nota 16 e Guo Fei 郭斐, *Guangdong Tongzhi* 广东通志 (Crónica Geral de Guangdong), vol. 63, in Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção de Arquivos e Documentos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau), Pequim: Edições do Povo, 1999, vol. 5, p. 186.
- 16 A actual Jingdezhen 景德镇. Paul Pelliot ... (“Le Hoja et le Sayyid Husain...”, p. 100), depois de ter analisado muitas versões sobre a nacionalidade de Hoja Yasan, chegou a esta conclusão: “... le nom était musulman et ne pouvait guère s’appliquer à un vrai Chinois.” Esta afirmação à luz deste novo elemento, merece um reparo. Hoja Yasan era um chinês de gema. Recentemente, Geoff Wade fez uma inovadora investigação sobre as andanças de Yasan em Malaca (Geoff Wade, “The Portuguese as represented in some Chinese sources of the Ming Dynasty”, in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*, Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp. 272-276.
- 17 Capitão. Sobre esta confusão, ver Raffella d’Intino, *Enformações das Cousas da China*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 20-21 e P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, pp. 90-91, nota 10.
- 18 O “comqom”, “conquão” e “comquō” da carta de Cristóvão Vieira. “Comqom”, e as suas variantes, vêm do chinês *zhongguan* 中官 que, literalmente, quer dizer “oficial do interior palaciano”, um dos muitos eufemismos de eunuco. O *zhonguan* destacado em Cantão era uma espécie de comissário fiscal imperial. A etimologia chinesa dada por Dalgado – *tsong-kuan* – é infundada. Outro eufemismo de eunuco é *zhongchen* 中臣 (funcionário do interior

ENCONTROS E DESENCONTOS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA I

- palaciano). Cf. P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, p. 127, nota 86.
- 19 Importante funcionário dos reinados de Zhengde e Jiajing 嘉靖 (1522-1566), largamente referenciado na *Mingshi*.
- 20 O “chouping” e “compim” da carta de Cristóvão Vieira. A etimologia chinesa dada por Dalgado – *kung-ping* – não é correcta. Para mais informações, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Yueao Gongdu Lucun* 粵澳公牒錄存 (Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado), Macau: Fundação Macau, 2000, vol. I, pp. 35-37.
- 21 Tomé Pires.
- 22 O “tutão” da carta de Cristóvão Vieira. Sobre Chen Jin, cf. P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, p. 92. Para mais informações sobre este cargo, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Yueao Gongdu Lucun*, vol. I, pp. 17-18.
- 23 P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, p. 92, nota 12 e p. 113, nota 47.
- 24 Prostração. Sobre este tema, ver Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século VXI*, Lisboa: Fundação Oriente, 2000, p. 286, nota 85.
- 25 Também conhecido como *meihuapiannao*, uma espécie de *longnao* (miolo de dragão, cânfora de Bornéu). Cf. Friederich Hirth & W. W. Rockhill, *Chau Ju-Kua - His Work on the Chinese and Arab Trade in the twelfth and thirteenth centuries, entitled Chu-fan-chi*, Taipé: Ch'eng-Wen Publishing Company, 1970, pp. 156 e 193-195.
- 26 Cf. J. V. G. Mills (trad., ed.), *Ma Huan – Ying-Ya Sheng-Lan. The Overall Sorcey of the Ocean's Shores, 1433*, Londres: Hakluyt Society, 1970, p. 156, nota 2 e Huang Shengzeng 黄省增, *Xiyang Chaogong Dianlu* 西洋朝贡典录 (Vademecum dos Países Tributários do Mar do Oeste), edição de Xie Fan, Pequim: Livraria China, 1982, p. 42, nota 3.
- 27 Nome dum tecido grosseiro de fios de seda vermelha.
- 28 Do persa *saqalāt*, pano de lã. Segundo fontes oficiais chinesas, Cola mandou de tributo à China *hong sahala*, que quer dizer *saqalāt* vermelho. Cf. *Zhongguo Zaiji zhong Nanya Shiliao Huibian* 中国载籍中南亚史料汇编 (Collection of South Asian Historical Materials from chinese source), Universidade de Pequim e Editora dos Clássicos, Xangai, 1994, vol. II, pp. 930-931 e 950.
- 29 Espadagão ou falcata. Talvez seja identificável com o *folang shuangrendao* 拂郎双刀刀 (espadagão de dois gumes) que Calecute mandou de tributo à China, cf. *Mingshi*, p. 8441. Também cf. P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, pp. 163-164, nota 180.
- 30 Talvez seja identificável com o *baotiedao* 宝铁刀 (terço de ferro de tesouro) que Calecute mandou de tributo à China. Cf. *Mingshi*, p. 8441. Fica aqui uma correcção: *baotiedao* deve ser *bintiedao* 宝铁刀 (terço de ferro adamascado). Os autores da *Mingshi* seguiram o erro de *Shuyu Zoujilu* 殊域周咨录 (Detalhadas Informações sobre os Países Exóticos) e *Siyi Guangji* 四夷广记 (Descrição Geral dos Bárbaros), entre outras obras. A expressão correcta é *bintie* que quer dizer “ferro adamascado”, cf. *Huangming Siyi Kao* 皇明西夷考 (Estudos sobre os Bárbaros da Augusta Dinastia Ming), entrada “Bengala”, in *Zhongguo Zaiji zhong Nanya Shiliao Huibian* (Collection of South Asian Historical Materials from Chinese Source), vol. II, p. 924. *Siyi Guangji* regista *bintiedao* como parte do tributo que Bengala levava à corte chinesa.
- 31 Liang Zhuo 梁焯.
- 32 O imperador Zhengde.
- 33 P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, Apêndice III, pp. 249-272.
- 34 De Agosto de 1520 a 22 de Maio de 1521.
- 35 Aproximadamente 33,333 cm.
- 36 Por identificar.
- 37 Gu Yingxiang, *Jingxuzhai Xiyinglu*, Pequim: Editora de Referências Bibliográficas e Fontes Históricas, 1998, vol. XII, pp. 19-20 e
- Hu Zongxian 胡宗宪, *Chouhai Tubian* 筹海图编 (A Defesa Marítima Ilustrada), vol. 13, “Armas, Fulangji Ilustrado”, in Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, pp. 144, 19-21.
- 38 Luís de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 435,
- 39 De facto, eram berços.
- 40 Han Lin 韩霖, *Shouyu Quanshu* 守圉全书 (Livro Completo da Defesa), s. l. 1635, vol. III, parte I, p. 81. De momento, só existe um exemplar deste livro em Taiwan. Nele existe um documento em chinês, traduzido do português, sobre os serviços militares que os portugueses prestaram aos Ming. Eis o texto: Memorial ao Trono apresentado pelo Procurador sobre os antecedentes de serviços prestados como prova da sua lealdade “Eu, vosso vassalo, procurador do Senado e dos barcos comerciais de Xiyang, residente na Baía de Haojing da Prefeitura de Guangzhou de Guangdong tenho a máxima honra de memoriar Vossa Majestade nos seguintes termos: Exposição detalhada sobre os antecedentes de serviços prestados como prova da sua lealdade, à espera da vossa santa e augusta apreciação. Temos a hora de informar Vossa Majestade de que eu, o procurador e outros, somos pessoas dum país litoral da Europa, no Extremo Ocidente. Seguimos as doutrinas de Deus, senhor do Céu e Terra e comerciamos por todas as terras. Ao chegarmos a um país, observamos as leis locais, somos leais, credíveis e coerentes, sem nunca termos infringido nenhuma lei. A nossa humilde terra fica a 90 mil *li* a oeste da China, e nunca entrámos no comércio tributário. Aconteceu que a vossa Dinastia Celestial expulsara os bárbaros Yuan e a prestigante notícia chegou ao nosso país, de maneira que eu, o procurador e outros, estudando os ventos, atravessámos os mares por 6 anos. Durante o reinado de Zhengde, acabámos por arribar às águas exteriores dos mares de Guangdong. Desde lá para cá, já passaram 120 anos. Vivemos sob 7 imperadores e dedicamo-nos ao comércio externo e pagamos anualmente, como impostos, mais de 22 mil taéis de prata. Até ao 36.º ano do reinado de Jiajing (1557), com o passar dos tempos, as máximas autoridades e os notáveis locais de Guangdong começaram a conhecer o que pensamos. Os piratas de Ama, entre outros, ocupando a Baía de Haojing, andavam a assolar os mares e deixaram as aldeias assustadíssimas, convocaram mediante ofício o procurador e outros a destruir o covil dos piratas. Começaram a autorizá-los a viver em Haojing no regime de emigrados, na qualidade de vassalos estrangeiros, que lhes deram terra e fornecimento de víveres. Apesar de ser um canto pobre à beira-mar, que não mede mais do que 5 *li* de comprimento e apenas 1 *li* de largura, tantos os restos mortais dos nossos antepassados como a vida dos nossos descendentes encontram-se sob as mercês imperais. Em duas estações vamos à feira de Cantão e fazer o comércio pelo mar de Guangdong. Letrados e civis vivem em paz...” Este documento data de 1630 e foi publicado em 1635. Trata-se do único documento em chinês em que os portugueses relatam ao imperador os serviços prestados ao Império do Meio. Agradecemos ao Prof. Tang Kaijian que nos forneceu este documento.
- 41 Ver, por exemplo, P. Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain...”, p. 124.
- 42 Luís Fróis, S. J., *História do Japão*, vol. I, (1549-1564), Lisboa: Biblioteca Nacional, 1976, p. 52.
- 43 *Ibidem*, p. 141.
- 44 Corresponde a Setembro-Outubro de 1584. Cf. ARSI, Jan.-Sin., I. 189.
- 45 Natural de Xiuning 休宁 da província de Anhui 安徽. Poeta e viajante. Deve ter visitado Macau nos finais de 1565.
- 46 Para um estudo mais aprofundado sobre este documento, cf. Tang Kaijian 汤开建, *Mingqing Shidafu Yu Aomen* 明清士大夫与澳门 (Letrados e Mandarins das Dinastias Ming e Qing e Macau), Macau:

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA I

- Fundação Macau, 1998, pp. 3-25 e *Aomen Kaibu Chuqishi Yanjiu* 澳门开埠初期史研究 (Estudos sobre os Primórdios da Abertura de Macau), Pequim: Livraria China, 1999, pp. 131-153.
- 47 Sinónimo de Guangdong.
- 48 1564. Sobre este episódio, ver Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários...*, pp. 563-588 e Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um Porto entre Dois Impérios. Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, Macau: Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 51-102.
- 49 Mo Yi 莫抑.
- 50 No sentido da variedade de adornos.
- 51 Facalhão, catana. Do malaio *párang*. Cf. Graciete N. Batalha, *Glossário do Dialecto Macaense*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 506.
- 52 Aproximadamente 3,333 cm.
- 53 Ye Quan, *Xianbo Bian* 贤博编 (Coleção de Bondade e Sabedoria). Pequim: Livraria China, 1997, pp. 23-24 e 44-46.
- 54 O reconhecimento da superioridade militar portuguesa e a intenção de a aproveitar para a defesa nacional terá sido a pedra basilar de toda a política chinesa para com os portugueses e Macau. Sobre este tema, cf. Wu Zhiliang, “O papel que Macau tem desempenhado na História Moderna e Contemporânea da China”, palestra de encerramento da VII Semana Cultural da China, Colóquio Internacional sobre a China - China Ontem e Hoje: Um país rumo ao futuro, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 19 a 24 de Janeiro de 2004 (no prelo).
- 55 *Fonti Ricciane: Storia dell'introduzione del cristianesimo in Cina scritta da Matteo Ricci S. I., Nuovamente edita e ampiamente commentata col sussidio di molte fonti inedite e delle fonti cinesi* de Pasquale M. d'Elia S. I., Roma: La Libreria dello Stato, 1942, vol. I, pp. 149-150.
- 56 Antiga medida de capacidade, equivalente a 10 *dou* 斗, posteriormente a 5 *dou*. Um *dou* corresponde a 10 litros.
- 57 Domingo.
- 58 Musselina.
- 59 Usava-se o anel como sinete, daí a ideia de “selo”.
- 60 No texto original não se especifica se era prata ou ouro.
- 61 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 137.
- 62 Natural de Kunshan 昆山 de Suzhou 苏州, alcançou o grau académico de *jinsbi* em 1589.
- 63 Natural de Longyou 龙游 de Shaanxi 陕西 (hoje Yanshui, província de Gansu), exerceu funções oficiais na cidade de Cantão.
- 64 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 370.
- 65 Chen Jiarong, *Gudai Nanhai Diming Huishi*, pp. 343-344 e 985.
- 66 Jin Guo Ping, “Da Xi Yang Guo” (O reino do Grande Mar do Ocidente), in *Daxiyangguo - Revista de Estudos Asiáticos*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, vol. 1, n.º 1, 1º semestre, 2002, pp. 6-31.
- 67 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 136.
- 68 Wu Zhiliang, *Segredos de Sobrevivência. O Sistema Político e o Desenvolvimento Político de Macau*, Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1998, pp. 85; Jin Guo Ping, “O Pinhal yu El Pinal kao” (Um estudo sobre o Pinhal e El Pinal), in *Zhongpu Guanxi Shidi Kaozheng* 中葡关系史地考证 (As Relações Luso-Chinesas Histórica e Geograficamente Falando), Macau: Fundação Macau, 2000, pp. 324-343 e Rui Lourido, “Portugueses e Espanhóis em Macau e Manila com os Olhos na China”, in *Revista de Cultura*, Edição Internacional, n.º 7, p. 30.
- 69 Natural de Jinjiang 晋江 de Quanzhou 泉州, província de Fujian 福建. Alcançou o grau académico de *jinsbi* em 1586. Ocupou muitos cargos oficiais, tanto provinciais como centrais.
- 70 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 73.
- 71 Leonard Blussé e Zhuang Guotu, “Fuchienese commercial expansion into the Nanyang as mirrored in the Tung-hsi yang k'ao”, in *Revista de Cultura*, edição em português, n.ºs. 13-14. 1991, pp. 140-149. Este livro é um rico manancial informativo sobre as relações entre chineses, portugueses, espanhóis e holandeses no Sudeste Asiático. Não tem merecido um estudo aprofundado até agora. Deve ser objecto de investigação duma equipa internacional para se fazer uma boa edição crítica e anotada.
- 72 Refere-se à Europa.
- 73 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 147.
- 74 *Ibidem*, vol. 5, p. 148.
- 75 *Ibidem*.
- 76 Sobre uma discussão etimológica deste termo, cf. Jin Guo Ping, “Relações luso-espanholas no contexto chinês”, in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*, pp. 252-253.
- 77 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, pp. 73 e 149.
- 78 Li Feng 李凤. Para as suas funções em Guangdong, cf. Wang Chuan 王川, *Shibo Taijian yu Nanhai Maoyi - Mingdai Guangdong Shibo Taijian Yanjiu* 市舶太監与南海貿易—明代广东市舶太監研究 (The Eunuch Superintendents of Maritime Trade and the South China Sea Trade Studies of the Eunuch Superintendents of Maritime Trade in Guangdong in Ming Dynasty), Hong Kong: Tianma Tushu Youxiangongsi, 2001, pp. 118-166.
- 79 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 149.
- 80 *Ibidem*, vol. 5, p. 316.
- 81 *Ibidem*, vol. 5, p. 373.
- 82 *Ibidem*, vol. 5, p. 369.
- 83 Entre Setembro e Outubro de 1601.
- 84 Macau.
- 85 Aproximadamente 3,333 metros.
- 86 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 370.
- 87 Sobre a primeira tentativa holandesa, cf. Manuel Teixeira, *Os Militares em Macau*, Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1976, pp. 207-208.
- 88 9 de Outubro de 1601.
- 89 Cerca de 500 metros.
- 90 Wang Lingheng 王临亨, *Yuejian Pian* 粤剑篇 (Coleção da Espada de Guangdong), Pequim: Livraria China, 1997, pp. 103-104.
- 91 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. 5, p. 149.
- 92 *Ibidem*, vol. 5, pp. 251-253.
- 93 Sobre este tema, veja o excelente trabalho de Tang Kaijian, “Ming Zhu Wubi ‘Can Yuedang Gouyi Shu’ Zhong de Aomen Shiliao—Jiantan Li Feng yu Aomen zhi Guanxi 明朱吾弼《参粤罔勾夷疏》中的澳门史料—兼谈李凤与澳门之关系 (Sobre as fontes relativas a Macau no Memorial ao Trono contra o Comissário Imperial Fiscal de Guangdong, apresentado por Zhu Wubi da Dinastia Ming), in *Aomen Kaibu Chuqishi Yanjiu* 澳门开埠初期史研究 (Estudos sobre os Primórdios da Abertura de Macau), pp. 154-173.
- 94 Já desmontámos a lenda do “canibalismo” dos portugueses (Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Shiren Shengfan Shuo Zhi Bianxi” “食人生番”说之辨析 (“A lenda do ‘canibalismo português’ nas fontes chinesas”), in *Dongxiwangyang* (Em busca de História(s) de Macau Apagadas pelo Tempo), pp. 247-258). Estamos a preparar uma versão portuguesa, a publicar em breve.

RESUMOS

Dutch Trade and Navigation in the South China Sea during the 17th Century

During the 17th century everywhere around the South China Sea, the Dutch were able to find Chinese merchants willing to sell them silk and porcelain, but on their conditions and at their prices. Therefore, once they had gained access to the pepper markets and the Moluccan spices, direct trade with China became the main objective of the Dutch East India Company. However, Chinese pirates and the authorities were always able to keep the Company at arm's length. For a short while the door fell ajar via the Dutch colony of Formosa, with the silver trade of Japan functioning as the key. After these two were lost, Dutch maritime support to the Qing in their efforts to suppress piracy gave them some hope, but the few embassies sent to the court in Beijing were unable to establish a solid trading relationship. By the end of the 17th century the Dutch were more or less where they had started, with Chinese shipping prevailing in the South China Sea, now with tea as the most desirable commodity being brought to Batavia in Chinese vessels. Thirty years later quality considerations led the Company to join the other European companies in establishing a factory at Canton.

[Author: Ernst van Veen, pp. 114-135]

Country Trade and Chinese Alum: Raw Material Supply and Demand in Asia's Textile Production in the 17th and 18th Centuries

This paper discusses the nature of inter-Asian maritime trade in the 17th and 18th centuries. It presents a case study of Chinese alum that surveys, primarily, the economic and technological factors for the inclusion of this commodity in country trade. This is accomplished by briefly examining: 1) the nature of country trade; 2) the commoditization and regionalization of Asian goods in general and Chinese goods and alum in particular; and 3) Chinese supply and Indian demand. Using Dutch and Portuguese archival sources and pertinent secondary materials, "Country Trade and Chinese Alum" identifies the specific Indian port city market demand for

Chinese alum. It concludes with a brief discussion of the importance of country trade and commercial and cultural exchange on imperial projects in the 17th and 18th centuries.

[Author: George Bryan Souza, pp. 136-153]

The 'Three Musketeers' as Seen by the Chinese

During the period of the Maritime Discoveries, Portugal, Spain and Holland were three great sea powers. Of these pioneers in European-Chinese relations, whose successive journeys to the Far East represented significant milestones in modern world and Chinese history, Portugal was the most outstanding member. With the Portuguese conquest of Malacca in 1511, the Portuguese began sailing towards China. In 1513, Jorge Álvares arrived at Tamão, in the Pearl River Delta. In 1517, Tomé Pires, the first Portuguese ambassador to go to China, disembarked in the city of Canton, opening up official relations with Ming China. From 1553 onwards, when the peace treaty was signed between Wang Bo and Leonel de Sousa, the Portuguese began to frequent Macao, and from 1557 onwards, to settle there with the knowledge of the highest authorities in Peking, transforming it into an important emporium of the "China Trade" and a centre for spreading Catholicism throughout the Far East. With Fernão de Magalhães' circumnavigation of the globe, the Spanish discovered the Philippines in 1521, and conquered them in 1576, in order to use them as a springboard for trade with, and attempted military conquest of, China. Manila came to be one of the departure points or ports of call on the trans-Pacific silk route that would lead to the Mediterranean and Seville. With the demise of the House of Flanders, the Dutch, who had been forbidden by the Hapsburgs from procuring spices in Lisbon, which was already under Spanish rule, were forced to set sail on the heels of the Iberians, in a truly planetary battle with the Portuguese and Spanish. The "three maritime musketeers" left the Old World and met again in China. While the Portuguese were originally known as Fulangji, the Spanish were given the name of Lüsung. The Dutch, because of their

characteristic features that were so different from the Iberians, were baptized "Red skinned Barbarians" or "Red Barbarians". Just as the first Europeans registered their impressions about China by creating a number of images of the Middle Empire, the Chinese entrusted to their brushes the first information on the new elements in the Chinese "tributary system", creating certain "figures" of them in collective Chinese memory. The presence of the "Three Maritime Musketeers" in China made a huge impact on the Chinese mentality, which had been characterised by Sino-centrism, engendering gradual changes in the Chinese concept of the world and enriching the collective Chinese ideal of the exotic.

[Authors: Jin Guo Ping and Wu Zhiliang, pp. 154-173]

RESUMOS

RESUMOS

O “Incidente do *Santa Catarina*” de 1603: Pirataria Holandesa, o Estado da Índia e o Comércio Intra-Asiático no Despontar do Século XVII

O artigo revisita o “Incidente do *Santa Catarina*”, o famoso episódio da primeira embarcação portuguesa capturada pelos holandeses nos mares asiáticos, inserindo-o no contexto mais vasto da rivalidade luso-holandesa no mundo malaio, mais concretamente nos estreitos de Singapura e Malaca. Através de uma cuidadosa análise de fontes europeias efectua uma avaliação completa das maiores consequências deste evento e das suas subsequentes implicações internacionais. Depois de 1603, não só se consciencializaram os dirigentes da Companhia Holandesa das Índias Orientais e os governantes da República Holandesa de como poderia ser lucrativa a política de pirataria e de pilhagem do inimigo, como também as autoridades portuguesas do Estado da Índia se tornaram progressivamente mais cientes das suas vulnerabilidades devidas às condicionantes geográficas. Dedicava ainda alguma atenção à defesa legal dos interesses holandeses orientada por Hugo Grotius, o juriconsulto holandês por muitos considerado o “pai do moderno direito internacional”. Deste artigo resulta igualmente muito evidente a importância efectiva dos mercadores macaenses para o Estado da Índia, a profunda expansão das suas redes mercantis para o Sudeste Asiático bem como, não obstante o facto de terem sofrido alguns reveses em consequência da pirataria da Companhia Holandesa das Índias Orientais, o modo como conseguiram recuperar desses abalos, com extraordinária agilidade e perseverança.

[Autor: Peter Borschberg, pp. 12-25]

Macau, Manila e os Holandeses

O presente artigo tenta determinar o impacto que os holandeses tiveram no Mar do Sul da China, na primeira metade do século XVII. Os holandeses desde cedo colocaram o Celeste Império como um dos seus objectivos prioritários, numa

estratégia mais global de implantação na Ásia; por isso mesmo, vão hostilizar consistentemente os dois únicos estabelecimentos euro-asiáticos que mantinham relações regulares com a China, mais precisamente Macau e Manila. Entretanto, será necessário prestar atenção às interações entre europeus e asiáticos anteriores à chegada dos holandeses, no âmbito mais geral do curso das relações comerciais e marítimas nesta região da Ásia.

[Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 26-34]

Os Jesuítas e a Chegada dos Protestantes ao Japão

Este artigo analisa o modo como os Jesuítas reagiram à chegada dos mercadores ingleses e holandeses ao Japão. O aparecimento dos primeiros aventureiros holandeses ocorreu numa altura em que aqueles tentavam adaptar-se às mudanças políticas decorrentes do advento ao poder dos Tokugawa e em que estavam envolvidos na luta pela hegemonia das missões católicas face aos frades vindos de Manila. Os religiosos do Padroado Português tentaram neutralizar os navegadores batavos, mas o xogunato emergente reconheceu nos recém-chegados gente com enormes potencialidades, que podiam ajudar os novos governantes nipónicos a furar, finalmente, o monopólio dos mercadores e missionários ibéricos.

A fundação das feitorias holandesa e inglesa em Hirado, em 1609 e 1613 respectivamente, tornaram a situação dos Jesuítas mais difícil. Os primeiros protestantes que visitaram Nagasáqui sentiram a hostilidade dos católicos japoneses, mas, logo em 1614, os Tokugawa decretaram a proibição do Cristianismo com a conivência dos Protestantes, que viam nas perseguições apenas o combate ao Catolicismo, que eles também odiavam.

Nem todos os missionários compreenderam bem o papel decisivo desempenhado pelos holandeses neste processo de afastamento dos ibéricos do mercado japonês, pois a rivalidade entre os clérigos de Macau e de Manila persistiu ao longo das quatro

décadas seiscentistas em que decorreu o gradual isolamento do Japão.

[Autor: João Paulo Oliveira e Costa, pp. 35-47]

Mercadores como Diplomatas: As Embaixadas como Reflexo das Relações Asiático-Europeias

O artigo centra-se num tema até agora pouco estudado: as relações diplomáticas entre os holandeses e os dirigentes asiáticos no início da era moderna. A questão em apreço é a de saber se os holandeses adquiriram uma posição nos sistemas asiáticos de relações diplomáticas e, em caso afirmativo, qual foi exactamente essa posição. Tendo em conta que a base do actual sistema diplomático surgiu na Europa no século XVII, faz uma comparação entre o primitivo sistema Ocidental e as relações diplomáticas na Ásia.

A principal conclusão é que, enquanto as relações asiático-europeias se restringiram ao comércio, ou seja, até à segunda metade do século XIX os holandeses foram capazes de manter a sua posição através do recurso a agentes e embaixadas ocasionais. Mas, a partir do momento em que conquistaram poderio territorial e político, passaram a assumir um comportamento de potência asiática, como se pode observar no Sri Lanka (Ceilão) e no arquipélago da Indonésia. Asiáticos e europeus equilibravam-se, aliás, no que toca à manutenção da posição detida. Ambos sabiam bem que essa posição reflectia não somente o poder existente, mas também a possibilidade de o adquirir ou aumentar.

[Autor: Jurrien van Goor, pp. 48-64]

Compromissos e Subserviência: Relações de Macau com a China (2.ª Metade do Século XVII)

A queda da dinastia Ming, no século XVII, e as consequentes guerras civis, localizadas em diversas províncias, que seguiam personalidades que se intitulavam os últimos baluartes Ming dentro do Império, reflectiram-se em Macau, estabelecimento português em território chinês desde 1557. A pequena cidade

ABSTRACTS

portuária administrada pelos portugueses, na sua maioria mestiços, longe do vice-reinado de Goa e mais longe ainda da Coroa Portuguesa, teve de lutar pela sua continuação, usando estratégias, umas espontâneas e outras planificadas, para garantir a sua presença. Assim, o pagamento de subornos ao mandarinato da Casa Branca e a Cantão foi uma constante. De forma mais concertada, procederam à realização das embaixadas de Manuel de Saldanha (1668-1670) e de Bento Pereira de Faria (1678), para sensibilizar o imperador chinês para a importância da reabertura do comércio externo, única justificação para a presença lusa na China, proibido pelo decreto imperial de 1662.

[Autor: Anabela Nunes Monteiro, pp. 65-81]

Chineses, Holandeses e Castelhanos em Taiwan (1624-1684)

Ao longo do século XVII, Taiwan converteu-se num enclave asiático estratégico de primeira ordem e também em cenário de disputas e rivalidades entre chineses, holandeses e ibéricos. Os holandeses estabeleceram-se no Sudoeste de Taiwan entre 1624 e 1662. Os castelhanos fortificaram-se no norte de Taiwan entre 1626 e 1642. As comunidades mercantis chinesas já há décadas que frequentavam a costa ocidental de Taiwan. Diversos processos históricos exógenos confluem na complexa conjuntura que aqui se analisa: a união dinástica entre Castela e Portugal a partir de 1580; a rebelião nos Países Baixos e a posterior asiaticização do conflito; a fundação do xogunato Tokugawa em 1603, propiciando um aumento do fluxo de prata japonesa na Ásia Oriental e quebrando o monopólio português de intermediação no comércio sino-nipónico; e, finalmente, a mudança dinástica chinesa, resultado da invasão manchú de 1644, que transformou Taiwan num reduto de resistência dos Ming, dando um protagonismo histórico às comunidades mercantis ilegais chinesas do Mar do Sul da China. Como resultado final, Taiwan acabou por entrar plenamente no âmbito do império chinês. [Autor: Manel Ollé i Rodríguez, pp. 82-98]

Pêro Vaz de Siqueira, Mercador e Armador nos Mares do Sul da China

Pêro Vaz de Siqueira era natural de Macau e filho de Gonçalo de Siqueira e Sousa, capitão-de-mar-e-guerra, que foi embaixador à corte do Japão em 1644-47, tendo acompanhado o seu pai ao Japão, naquela ocasião.

Era fidalgo-cavaleiro e serviu na Armada do Estado da Índia entre 1657 e 1669. Depois, foi para Macau onde se fixou e casou com D. Maria de Noronha, pertencente a uma família de comerciantes ricos e proeminente da sociedade local. Em 1684, foi enviado como emissário de Macau ao Sião, pelo vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, 1.º Conde de Alvor, mas não conseguiu obter o apoio do rei siamês, Phra Narai.

Regressado a Macau, continuou a desenvolver os seus negócios com o navio *Rosário*, de que era proprietário, para além do *S. Paulo*, fazendo viagens para Manila, Sião, etc., assim como a exercer funções de vereador do Leal Senado de Macau. Em 1699 havia, em Macau, apenas 24 “homens-bons”, e desses, somente 15 válidos; proprietários de navios eram apenas cinco, entre eles Pêro Vaz de Siqueira e sua cunhada, D. Catarina de Noronha.

Pêro Vaz de Siqueira foi capitão-geral de Macau de 1698 a 1699 e, uma segunda vez, de 1702 a 1703.

[Autor: Leonor Diaz de Seabra, pp. 99-113]

Comércio e Navegação Holandeses no Mar do Sul da China no Século XVII

Durante o século XVII, um pouco por todo o Mar do Sul da China, os holandeses encontraram mercadores chineses dispostos a venderem-lhes as suas sedas e porcelanas, mas nas suas condições e aos seus preços. Assim sendo, após terem conseguido aceder aos mercados da pimenta e das especiarias das Molucas, o comércio directo com a China tornou-se o principal objectivo da Companhia Holandesa das Índias Orientais. No entanto, os piratas e as autoridades chinesas mostraram-se sempre capazes de manter a Companhia afastada. Por um

curto período, a porta manteve-se entreaberta através da colónia holandesa de Taiwan (Formosa), com o comércio de prata do Japão como chave. Após a perda destas duas, foi o apoio marítimo dado pelos holandeses ao esforço Qing para pôr fim à pirataria que lhes trouxe renovada esperança, embora as embaixadas enviadas a Pequim não tivessem sido capazes de estabelecer relações comerciais sólidas. No final do século XVII, os holandeses encontravam-se sensivelmente no mesmo ponto de onde tinham partido, prevalecendo a armada chinesa no Mar do Sul da China, sendo agora o chá o bem mais cobiçado, transportado para Batávia (Jacarta) nos navios chineses. Trinta anos mais tarde, com base em considerações qualitativas, a Companhia decidiu unir-se às outras companhias europeias para instalar uma feitoria em Cantão.

[Autor: Ernst van Veen, pp. 114-135]

O Comércio entre Países e o Alúmen Chinês: Oferta e Procura de Matéria-Prima na Produção Têxtil Asiática nos Séculos XVII e XVIII

Este documento debruça-se sobre a natureza do comércio marítimo inter-asiático nos séculos XVII e XVIII. É apresentado o caso do alúmen chinês, que engloba, essencialmente, os factores económico e tecnológico que contribuem para a participação desta mercadoria nas transacções comerciais. De modo a viabilizar essa avaliação, examina-se sucintamente: 1) a natureza do comércio entre países; 2) a mercantilização e a regionalização dos bens asiáticos, em geral, e dos bens chineses, incluindo o alúmen, em particular; e 3) a oferta chinesa e a procura da Índia. Com base em fontes de arquivos holandeses e portugueses e em outros materiais secundários relevantes, em “O comércio entre países e o alúmen chinês” identifica-se a procura de alúmen da China no mercado específico das cidades portuárias da Índia. Termina com uma breve discussão acerca da importância das transacções comerciais entre países e do intercâmbio comercial e cultural nos projectos imperiais nos séculos XVII e XVIII.

[Autor: George Bryan Souza, pp. 136-153]

RESUMOS

Os Três Mosqueteiros Marítimos Vistos pelos Chineses

Na época dos Descobrimentos Marítimos, Portugal, Espanha e Holanda constituíram três potências marítimas. Foram os pioneiros nas relações Europa-China e as suas sucessivas vindas ao Extremo Oriente representam importantes eventos na História Moderna, do Mundo e da China. Portugal foi o pioneiro dos pioneiros. Com a conquista portuguesa da Malaca em 1511, os lusos começaram a navegar em direcção da China. Em 1513, Jorge Álvares chegou a Tamão, no delta do rio da Pérola. Em 1517, Tomé Pires, o primeiro embaixador português, desembarcou na cidade de Cantão, encetando as relações oficiais com a China Ming. A partir de 1553, com o assentamento da paz entre Wang Bo e Leonel de Sousa, os portugueses passaram a frequentar Macau, onde, desde 1557, se fixaram com o conhecimento das

autoridades máximas de Pequim e aí criaram um importante empório do “comércio da China” e ponto da irradiação do Catolicismo em todo o Extremo Oriente. Com a circum-navegação de Fernão de Magalhães, os espanhóis descobriram as Filipinas em 1521 e, após várias tentativas, ocuparam-nas em 1576, convertendo-as numa plataforma do comércio com a China. Manila chegou a ser um dos pontos, de partida ou escala, na rota trans-Pacífico da seda que culminava na mediterrânica Sevilha. Com a extinção da Casa de Flandres, os holandeses, proibidos pelos Hasburgos de se abastecerem de especiarias em Lisboa, já sob a coroa dualista, viram-se obrigados a sair ao mar no encaço dos ibéricos, numa luta verdadeiramente planetária com portugueses e os espanhóis. Os “três mosqueteiros marítimos” saíram do Velho Mundo e reencontraram-se na China. Os portugueses foram inicialmente

conhecidos por *fulangji* e os espanhóis receberam o nome de *lūsōng*. Os holandeses, pelas suas características fisionómicas, muito diferentes das dos ibéricos, foram baptizados de “bárbaros de pêlos ruivos” ou “bárbaros ruivos.” Tal como os primeiros europeus registaram as suas impressões sobre a China, criando algumas imagens do Império do Meio, os chineses confiaram aos seus pincéis as primeiras informações sobre os novos elementos do seu “sistema tributário”, criando algumas “figuras” na memória colectiva chinesa. A presença dos “Três Mosqueteiros Marítimos” na China teve um grande impacto na mentalidade chinesa, até então caracterizada pelo seu sinocentrismo, tendo provocado mudanças graduais no conceito chinês do Mundo e enriquecendo o imaginário colectivo chinês sobre o exótico. [Autores: Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, pp. 154-173]

ABSTRACTS

The “Santa Catarina Incident” of 1603: Dutch Freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and Intra-Asian Trade at the Dawn of the 17th Century

The article revisits the “*Santa Catarina* incident”, the famous episode of the first Portuguese ship captured by the Dutch in Asian waters, placing it within the broader context of Luso-Dutch rivalry in the Malay world, particularly the Straits of Singapore and Malacca. Through a careful analysis of European sources, the author assesses the broader consequences of this event and the ensuing international implications. After 1603, the VOC directors and the regents of the Dutch Republic were alerted to how profitable the policy of freebooting and despoiling the enemy could be, while the Portuguese authorities of the *Estado da Índia* became aware of their vulnerability in the face of geographical constraints. There is also a discussion of the legal defence of

the Dutch interests as presented by Hugo Grotius, the Dutch jurist who has frequently been upheld as the “father of modern international law”. What becomes very transparent in the course of the present account is how important the Macao merchants really were to the *Estado da Índia*, how far their networks of trade spanned deep into Southeast Asia, and how, despite suffering a number of severe setbacks as a result of VOC freebooting activities, they managed to recuperate from these blows with amazing agility and perseverance. [Author: Peter Borschberg, pp. 12-25]

Macao, Manila and the Dutch

The purpose of this paper is to assess the impact the Dutch had on the South China Sea in the first half of the 17th century. On their arrival in Asia, the Dutch soon targeted the Middle Kingdom as one of their main objectives. Thus, they

consistently antagonized the only two Euro-Asian port-cities which had steady relationships with China, namely Macao and Manila. Meanwhile, interactions between Europeans and Asians prior to the arrival of the Dutch should be considered as part of a larger framework of commercial and maritime trends in this Asian region. [Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 26-34]

The Jesuits and the Arrival of Protestants in Japan

This article analyzes how the Jesuits reacted to the arrival of English and Dutch merchants in Japan. The appearance of the first Dutch merchant adventurers occurred as the Jesuits were trying to adapt to the political changes linked to Tokugawa's rise to power, and were involved in a struggle for the hegemony of the Catholic missions over friars from Manila. The Portuguese religious orders tried to neutralize the Batavian mariners, but the emerging

ABSTRACTS

Shogunate recognized in the newcomers a people with enormous potential capable of helping the new rulers of Japan to finally breach the monopoly of Iberian merchants and missionaries.

The founding of Dutch and English factories in Hirado, in 1609 and 1613 respectively, made the situation more difficult for the Jesuits. The first Protestants to visit Nagasaki faced hostility from Japanese Catholics. However in 1614, Tokugawa, with the connivance of the Protestants, outlawed Christianity. The Protestants perceived these persecutions primarily as a blow against Catholicism, which they also hated.

Due to the rivalry that persisted between ecclesiastics from Macao and those from Manila during the forty-year period in the 1600s when Japan gradually became more isolated, not all the missionaries fully understood the decisive role played by the Dutch in the process of removing Iberian influence from the Japanese market.

[Author: João Paulo Oliveira e Costa, pp. 35-47]

Merchants as Diplomats: Embassies as an Illustration of European-Asian Relations

The article focuses on a subject that has been little studied hitherto: diplomatic relations between Dutchmen and Asian rulers in the early modern time. The question discussed is whether the Dutch acquired a position in the Asian systems of diplomatic relations, and if so, exactly what was it? Taking into account that the basis for the present-day diplomatic system was formed in Europe in the 17th century, a comparison will be made of the early Western system to diplomatic relations in Asia.

The main conclusion is that as long as European-Asian contact was restricted mainly to trade, i.e. until the second half of the 19th century, the Dutch were able to manage with the use of agents and incidental embassies. But once the Dutch gained territorial and political power, they conducted themselves as an Asian power, as can be seen in Ceylon and the Indonesian archipelago. The Asians and Europeans were well matched when it came to maintaining their own standing. Both parties knew all too well that status

not only reflected existing power, but also could be used to gain or increase it.

[Author: Jurrien van Goor, pp. 48-64]

Commitments and Subservience: Relationships between Macao and China (2nd half of the 17th Century)

The fall of the Ming dynasty in the 17th century and the subsequent civil wars, fought in several provinces by figures who considered themselves to be the last ramparts of Ming within the Empire, were reflected in Macao, a Portuguese territory established on mainland China since 1557. The small port city was administered by Portuguese, most of whom were of mixed race. Far away from the viceroy in Goa and further away still from the Portuguese Crown, Macao had to fight to guarantee its continued existence using strategies, some spontaneous and others planned. Thus, the payment of bribes to the mandarins of the White House and Canton was a constant feature. In a more prudent fashion, ambassadorial missions by Manuel de Saldanha (1668-1670) and Bento Pereira de Faria (1678) were organized to sensitize the Chinese emperor to the importance of reopening external trade, the only justification for the Portuguese presence in China, and prohibited by the imperial decree of 1662. [Author: Anabela Nunes Monteiro, pp. 65-81]

The Chinese, Dutch and Castilians in Taiwan (1624-1684)

During the 17th century, Taiwan became a major strategic Asian enclave. It also became the stage on which disputes and rivalries between the Chinese, Dutch and Iberians were played out. Between 1624 and 1662 the Dutch settled in southwest Taiwan, while the Castilians fortified their position in northern Taiwan between 1626 and 1642. Chinese mercantile communities had already been frequenting the west coast of Taiwan for decades. Several external historical processes converged on the complex conjuncture that is analyzed here. Firstly, the dynastic union between Portugal and Castille, initiated in 1580, the revolt in the Netherlands and the subsequent spread of

this conflict to the Asian region, and the founding of the Tokugawa shogunate in 1603, led to an increase in the flow of Japanese silver throughout Eastern Asia, breaking the Portuguese monopoly as intermediary in the trade between Japan and China. Secondly, the dynastic change in China resulting from the Manchu invasion of 1644, transformed Taiwan into a redoubt of Ming resistance, giving historical importance to the illegal Chinese mercantile communities of the South China Sea. As a result of these processes, Taiwan ended up being fully integrated into the sphere of the Chinese empire.

[Author: Manel Ollé i Rodríguez, pp. 82-98]

Pêro Vaz de Siqueira, Merchant and Shipbuilder in the South China Sea

Pêro Vaz de Siqueira, native of Macao, was the son of Gonçalo de Siqueira e Sousa, a Captain and, between 1644-47, ambassador to the Japanese court, on which occasion he accompanied his father to Japan.

A nobleman and knight, he served in the *Estado de Índia's* fleet between 1657 and 1669. Later, he went to Macao where he settled and married Dona Maria de Noronha, who belonged to a rich, socially prominent merchant family. In 1684, the Viceroy of India, D. Francisco de Távora, 1st Count of Alvor, sent him as the emissary of Macao to Siam but he failed to obtain support from the Siamese king, Phra Narai.

On his return to Macao, as the owner of the *Rosário* and the *S. Paulo*, he continued to develop his business making voyages to Manila, Siam and so on, also discharging the duties of alderman in Macao's *Leal Senado*.

In 1699 there were only 24 "homens-bons", or counselors, in Macao, of whom only fifteen were active. There were a mere five ship-owners including Pêro Vaz de Siqueira and his sister-in-law, D. Catarina de Noronha.

Pêro Vaz de Siqueira was Captain-General of Macao from 1698 to 1699 and for a second time between 1702 to 1703.

[Author: Leonor Diaz de Seabra, pp. 99-113]

RESUMOS

Dutch Trade and Navigation in the South China Sea during the 17th Century

During the 17th century everywhere around the South China Sea, the Dutch were able to find Chinese merchants willing to sell them silk and porcelain, but on their conditions and at their prices. Therefore, once they had gained access to the pepper markets and the Moluccan spices, direct trade with China became the main objective of the Dutch East India Company. However, Chinese pirates and the authorities were always able to keep the Company at arm's length. For a short while the door fell ajar via the Dutch colony of Formosa, with the silver trade of Japan functioning as the key. After these two were lost, Dutch maritime support to the Qing in their efforts to suppress piracy gave them some hope, but the few embassies sent to the court in Beijing were unable to establish a solid trading relationship. By the end of the 17th century the Dutch were more or less where they had started, with Chinese shipping prevailing in the South China Sea, now with tea as the most desirable commodity being brought to Batavia in Chinese vessels. Thirty years later quality considerations led the Company to join the other European companies in establishing a factory at Canton.

[Author: Ernst van Veen, pp. 114-135]

Country Trade and Chinese Alum: Raw Material Supply and Demand in Asia's Textile Production in the 17th and 18th Centuries

This paper discusses the nature of inter-Asian maritime trade in the 17th and 18th centuries. It presents a case study of Chinese alum that surveys, primarily, the economic and technological factors for the inclusion of this commodity in country trade. This is accomplished by briefly examining: 1) the nature of country trade; 2) the commoditization and regionalization of Asian goods in general and Chinese goods and alum in particular; and 3) Chinese supply and Indian demand. Using Dutch and Portuguese archival sources and pertinent secondary materials, "Country Trade and Chinese Alum" identifies the specific Indian port city market demand for

Chinese alum. It concludes with a brief discussion of the importance of country trade and commercial and cultural exchange on imperial projects in the 17th and 18th centuries.

[Author: George Bryan Souza, pp. 136-153]

The 'Three Musketeers' as Seen by the Chinese

During the period of the Maritime Discoveries, Portugal, Spain and Holland were three great sea powers. Of these pioneers in European-Chinese relations, whose successive journeys to the Far East represented significant milestones in modern world and Chinese history, Portugal was the most outstanding member. With the Portuguese conquest of Malacca in 1511, the Portuguese began sailing towards China. In 1513, Jorge Álvares arrived at Tamão, in the Pearl River Delta. In 1517, Tomé Pires, the first Portuguese ambassador to go to China, disembarked in the city of Canton, opening up official relations with Ming China. From 1553 onwards, when the peace treaty was signed between Wang Bo and Leonel de Sousa, the Portuguese began to frequent Macao, and from 1557 onwards, to settle there with the knowledge of the highest authorities in Peking, transforming it into an important emporium of the "China Trade" and a centre for spreading Catholicism throughout the Far East. With Fernão de Magalhães' circumnavigation of the globe, the Spanish discovered the Philippines in 1521, and conquered them in 1576, in order to use them as a springboard for trade with, and attempted military conquest of, China. Manila came to be one of the departure points or ports of call on the trans-Pacific silk route that would lead to the Mediterranean and Seville. With the demise of the House of Flanders, the Dutch, who had been forbidden by the Hapsburgs from procuring spices in Lisbon, which was already under Spanish rule, were forced to set sail on the heels of the Iberians, in a truly planetary battle with the Portuguese and Spanish. The "three maritime musketeers" left the Old World and met again in China. While the Portuguese were originally known as Fulangji, the Spanish were given the name of Lüsung. The Dutch, because of their

characteristic features that were so different from the Iberians, were baptized "Red skinned Barbarians" or "Red Barbarians". Just as the first Europeans registered their impressions about China by creating a number of images of the Middle Empire, the Chinese entrusted to their brushes the first information on the new elements in the Chinese "tributary system", creating certain "figures" of them in collective Chinese memory. The presence of the "Three Maritime Musketeers" in China made a huge impact on the Chinese mentality, which had been characterised by Sino-centrism, engendering gradual changes in the Chinese concept of the world and enriching the collective Chinese ideal of the exotic.

[Authors: Jin Guo Ping and Wu Zhiliang, pp. 154-173]